

SOCIALISMO

Um Projecto de Sociedade

Miguel Judas
Março de 2011

Índice

Propósito	5
QUESTÃO PRÉVIA	
“Porquê Socialismo”?	7
PARTE I – BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	
CAPÍTULO 1 - Da fase dispersiva à “fusão” das sociedades humanas	10
a) A Comunidade Primitiva	10
b) Revolução Agrícola, Divisão das Sociedades em Classes Sociais e Sistema económico Tributário	11
As Religiões como instrumento ideológico	11
Estratificação Social e Poder Político	12
c) Economia Mercantil	13
d) Revoluções Burguesas. Revolução Industrial. Integração Económica Mundial	14
As revoluções burguesas	14
A emergência e desenvolvimento do Capitalismo	15
As lutas dos trabalhadores e dos povos	17
Reestruturação Capitalista	18
A Terceira Onda de Integração Mundial e o Império Norte-americano	19
Derrota Estratégica do Proletariado	22
Do Império ao Mundo Multipolar	24
e) Capitalismo: o fim da sua Missão histórica	25
f) Situação Geral e Perspectivas	25
CAPÍTULO 2 - As Fontes de Legitimação do Poder e o Socialismo	29
PARTE II – ALGUMAS QUESTÕES POLÉMICAS	
CAPÍTULO 3 - Porquê não “Anti-Capitalista”?	34
CAPÍTULO 4 - Porquê não “Anti-Globalização”?	39
CAPÍTULO 5 - O Proletariado continua a ser classe revolucionária que promoverá a transição para o Socialismo?	42
CAPÍTULO 6 - A revolução Socialista poderá ser realizada num só país?	51
CAPÍTULO 7 - Ditadura da Burguesia e “Ditadura do Proletariado”	54
CAPÍTULO 8 - “Socialismo Político” , “Socialismo Económico” e Estado	60
Confusões	64
PARTE III – SOCIALISMO - UM PROJECTO DE SOCIEDADE	
CAPÍTULO 9 - Socialismo: Dimensão Política	70
a) Democracia Integral	70
b) Alguns passos necessários para a implantação da uma Democracia Integral	74
Na esfera política – Democracia radical	74

Na esfera económica – Subordinação efectiva do Poder Económico ao Poder Político	77
No domínio do Estado – Uma nova Institucionalidade	83
No domínio da salvaguarda da independência e da Soberania – Mobilização e Alianças	84
Na esfera internacional e mundial – por uma ordem mundial democrática	84
Na esfera da Cultura – Desprivatização e Acesso geral	85
CAPÍTULO 10 - Socialismo: Dimensão Económica	86
a) Máxima Produtividade do Trabalho Social	86
Forças Produtivas	88
a) Quanto ao Homem, enquanto força produtiva principal	88
b) Quanto aos Meios de Produção	93
Materiais e Financeiros	93
Organização e Gestão da produção	95
No Capitalismo	96
No Socialismo	99
b) Optimização da Distribuição dos Resultados da Produção Material e dos Serviços	107
O Consumo Socialista: Óptimo e Responsável	110
CAPÍTULO 11 - Socialismo: Dimensão Social - Liberdade, Responsabilidade, Comunidade e Felicidade	112
a) A dimensão social no Capitalismo	113
b) Algumas questões sociais no Socialismo	116
O Indivíduo e a Comunidade	116
A Família Socialista	118
Complexos de Economia Familiar	121
As Comunidades Socialistas	123
A Sociedade Socialista	126
A Sociedade Humana Global	128
CAPÍTULO 12 - Socialismo: Dimensão Cultural - Desalienação (ou Reintegração)	131
a) A Cultura e os seus domínios	131
b) Cultura e Ideologia	132
c) Duas Culturas em confronto aberto	134
d) Organização da luta na esfera cultural	138
A nova Cultura Socialista, as mães e a Família	140
A nova Escola Socialista	141
As Forças Armadas e os serviços de Protecção Civil como Escolas Socialistas	143
As Comunidades Socio-Territoriais e a Cultura	144
As Comunidades e Grupos por Motivos de Interesse	145
A nova Cultura e as Comunidades Socio-Produtivas	146
A Cultura e as Artes	147
Comunicação Social, o Conhecimento, a Informação e a Cultura	148
CAPÍTULO 13 - Socialismo: Dimensão Territorial e Ambiental /Natural-Harmonia com a Natureza	150
a) O Capitalismo, o Território e o Ambiente Natural	150
b) O Socialismo, o Território e o Ambiente Natural	157

O Ordenamento do Território e a Questão das Cidades	160
CAPÍTULO 14 - Socialismo: a reintegração de todas as “dimensões”	167
Conquista e Consolidação do Poder Político – Democracia Radical	168
A Economia ao serviço da sociedade – Democracia Integral	171
Reestruturação geral da esfera produtiva e do consumo, Revolução Social e Cultural	173
Sociedade Cultural e Integrada no Ambiente Natural	175
CAPÍTULO 15 – O Partido do Povo e da Revolução Socialista	176
a) O Partido da Burguesia	176
b) O Partido do Povo e da Revolução Socialista	178
O Micro e o Macro	183
A Luta pelas “Verdades”	184
As Tarefas da Revolução e os Modos de Organização Partidária	185
c) Por Um Novo Partido do Povo e da Revolução Socialista	189
CONCLUSÃO	
Socialismo: a unificação do pensamento humanista e a única e urgente alternativa	193
Epílogo	197
CRÍTICAS, SUGESTÕES E OUTRAS OBSERVAÇÕES	198
REPRODUÇÃO	198

A crise do capitalismo histórico é frequentemente descrita como uma transição do capitalismo para o socialismo. Concorde com a fórmula, mas ela não nos diz muita coisa. Não sabemos ainda como irá funcionar uma ordem socialista, que seja capaz de reduzir radicalmente as discrepâncias de bem-estar material e de poder real entre todas as pessoas. Estados ou movimentos que se auto-proclamam socialistas oferecem pouca orientação para o futuro. São fenómenos do presente, isto é, do sistema-mundo do capitalismo histórico, e devem ser avaliados dentro deste enquadramento.

Immanuel Wallerstein – O Capitalismo Histórico

Propósito

O presente texto visa contribuir:

- Para o entendimento do momento actual, no longo percurso de evolução das sociedades humanas;
- Para o esclarecimento do que poderá ser, na prática, o Socialismo, sobre o qual têm existido as mais variadas concepções teóricas e exercícios de aplicação;
- Para lançar pistas sobre as vias de superação da actual *crise sistémica do capitalismo*, a qual parece configurar o fim de um sistema e o início de uma nova era para a humanidade.

QUESTÃO PRÉVIA

Porquê “Socialismo”?

No mundo de hoje quase que não há tempo para a filosofia. Tudo assume um carácter prático e imediato. Vivemos num tempo dos *post-it*, das *marcas*, das *imagens*, da *realidade virtual*.

As técnicas publicitárias e de condicionamento encontram-se num elevado patamar de desenvolvimento. A revolução simbólica ocorrida nas últimas décadas desconstruiu os conceitos e colou em cada um deles uma “marca”, uma imagem que provoca nos indivíduos reacções emotivas de adesão ou rejeição.

A atomização e “estandardização” dos cidadãos coloca, cada vez mais, problemas de identidade remetendo-os para um processo de retribalização segundo uma “marca”, um “produto”, que pode ser um clube desportivo ou de fãs, uma moda de vestuário, um partido político, um estilo de vida ou uma rede social na internet.

Os Conceitos, que ainda não há muitos anos estavam carregados de significado foram sendo substituídos por mensagens cada vez mais telegráficas: o grande decisor só pretende ler, no máximo, uma página A4 com um quadro de números; nos telemóveis escreve-se “lol”.

Neste contexto em que a política se tornou hegemonicamente uma variedade de espectáculo e as “palavras de ordem” foram substituídas por slogans publicitários, não será de admirar que a escolha das palavras tenha de ser muito cuidadosa, tanto mais que algumas delas como *socialismo*, *comunismo*, *proletariado*, *revolução*, etc., por via da propaganda burguesa, ficaram “agarradas” a emoções negativas, a tudo o que se possa considerar ineficiência, crime ou atropelos aos “direitos humanos”.

Foi por esta razão que muitos partidos políticos mudaram de nome e de linguagem, preferindo adoptar palavras mais “soft”, tais como democracia avançada, mudança, cidadãos, alternativa contra-hegemónica, etc., até aos limites difusos do aceitável pelos consumidores, tais como “esquerda” e “participação” ...

Neste jogo de máscaras, as guerras imperialistas de conquista, ocupação e roubo de recursos naturais transformaram-se em operações “anti-terroristas”, de “reposição da democracia” ou mesmo “humanitárias”; até o nazismo mudou de nome para “*tea party*”!!

Colocando-se alinhado com a tendência geral, o autor poderia ter escolhido outro nome para o território que deseja percorrer: em vez de *Socialismo*, que parece hoje ser um conceito pouco preciso e de carga

publicitária negativa, poderia ter optado por *Sociedade Alternativa* ou, ainda mais atraente e precisa, por *Sociedade do Viver Bem*.

Contudo, o tempo histórico não se confunde com o tempo de umas gerações e, passado o período efêmero e alienante dos *post-it* e das “marcas”, a Humanidade, confrontada com sérios e urgentes problemas, será impelida a resgatar de novo os Conceitos que configuram eventuais soluções e as discussões mais ou menos filosóficas sobre os respectivos conteúdos.

O conceito de *Socialismo*, apesar de todas as suas ambiguidades e imprecisões ainda hoje objecto de acesa discussão entre todo o tipo de revolucionários e progressistas, e de ter sido diabolizado pela grande burguesia dominante e os seus meios de propaganda ideológica, continua a constituir o referencial ideológico fundamental dos movimentos libertadores e progressivos da actualidade.

Por essa razão, correndo embora o risco de alguns poderem supor que aqui se irá falar de algo que “falhou” e que, por isso, pertence ao passado, este texto procura evidenciar que o Socialismo diz respeito, essencialmente, ao Futuro.

PARTE I
BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

CAPÍTULO 1

Da fase dispersiva à “fusão” das sociedades humanas

As sociedades capitalistas actuais são o resultado de um longo processo histórico durante o qual a Humanidade conseguiu superar a sua extrema dependência das forças naturais e alcançar uma grande expansão demográfica.

a) A Comunidade Primitiva:

Há cerca de 80.000 anos, um grupo de umas poucas centenas de humanos como nós, provavelmente uma única tribo, atravessaram, provavelmente pelo Estreito de Grief, de África para o actual Iémen.

Durante 70.000 anos, esses humanos dispersaram-se e, em busca de recursos naturais de sobrevivência, ocuparam quase todos os nichos ecológicos do planeta.

A sua organização social manteve-se quase inalterada sob a forma da *comunidade primitiva*, caracterizada pela cooperação e por uma extrema interdependência entre todos os seus membros. A existência individual só era viável se totalmente integrada no organismo comunitário primordial ligado por laços de parentesco, o *bando* ou *clã* ou, por desdobramento deste, a *tribo*.

Se bem que dotados de lideranças sociais, essas comunidades eram governadas pelo método do Consenso Comunitário; o seu Projecto Social, isto é, a sua Ideologia, coincidia com uma existência harmoniosa com as dinâmicas da Mãe-Natureza ou Mãe-Terra.

O seu modo de produção era a caça e recollecção e a divisão do trabalho era muito incipiente, resultante essencialmente, das funções de maternidade da mulher.

Durante a fase dispersiva da Humanidade, na medida em que havia novos territórios disponíveis com recursos suficientes, as disputas por estes resolviam-se preferencialmente pelo deslocamento territorial dos grupos menos numerosos.

Ocupado globalmente o território, iniciou-se um período de competição pela defesa ou alargamento dos nichos ecológicos de que dependia a subsistência de cada um dos organismos comunitários. Como resultado, houve organismos que puderam crescer e outros que foram eliminados ou parcialmente integrados nos organismos vencedores.

Mesmo depois da domesticação de animais, os assentamentos comunitários não eram fixos, deslocando-se em conformidade com os ciclos naturais de maturação de recursos alimentares para os humanos e os seus animais.

Ainda hoje existem muitos povos que continuam a praticar essa *economia natural*.

b) Revolução Agrícola, Divisão das Sociedades em Classes Sociais e Sistema Económico Tributário

Com o surgimento da agricultura em diversos lugares do mundo, as comunidades sedentarizaram-se e desenvolveram tecnologias que elevaram extraordinariamente a produtividade do trabalho social.

Essas condições permitiram a criação de excedentes alimentares que, para além de um progressivo aumento demográfico, conferiram às comunidades agrícolas outras significativas vantagens sobre as demais.

O parcelamento das terras agricultáveis pelos diversos grupos familiares e a correspondente diferenciação na apropriação dos excedentes veio a introduzir factores de diferenciação social dentro da comunidade, assim como novas formas de divisão do trabalho. Como resultado, as comunidades começaram a estratificar-se internamente.

O poder gerado pela acumulação primária de excedentes incentivou o alargamento da base social de exploração, tendo levado à incorporação, pacífica ou forçada, de cada vez mais comunidades na produção agrícola e pecuária. Essa incorporação tomou formas diferenciadas, desde a escravização de indivíduos ao estabelecimento de laços de “dependência” e de tributação de outras comunidades mais fracas. Iniciou-se assim um processo extensivo de domínio de territórios e de submissão de comunidades de modo a aumentar sucessivamente a base de recolha de tributos e, conseqüentemente, de acumulação.

Foi nesse quadro que, ao longo de muitos séculos, praticamente até à emergência da burguesia, o *sistema de produção tributário*, assente na exploração agrícola e nas suas actividades acessórias (artesanato e trocas), se desenvolveu extensivamente por todo o globo terrestre e deu origem, com avanços e recuos, a um longo processo de “fusão” de comunidades através da formação de unidades político-territoriais cada vez mais extensas, os domínios, estados e impérios.

As Religiões como instrumento ideológico

Essa “fusão” de povos, feita a “ferro e fogo” e tendo como motivação a máxima extensão da base de recolha de tributos, suportou-se

ideologicamente nas religiões entretanto institucionalizadas a partir das antigas crenças sobrenaturais.

Para além de justificarem a transferência da riqueza para a cleptocracia, as religiões constituíram elementos de identificação e de pacificação entre indivíduos, comunidades e povos independentemente dos seus laços de parentesco, o que permitia a constituição de unidades populacionais progressivamente maiores, mais complexas e militarmente mais poderosas.

Ao afirmarem uma “origem divina” ao Poder, as religiões justificaram a existência de uma autoridade central e o seu carácter hereditário, reforçando desse modo a coesão das diferentes unidades político-territoriais.

Estratificação social e poder político

Toda a história antiga e medieval, apesar da sua aparente complexidade relativa às diferentes situações verificadas em diferentes regiões e ao longo do tempo quanto à extensão territorial, recursos naturais, demografia e cultura, se resume à progressiva constituição de unidades político-territoriais cada vez mais extensas sob o domínio de uma cleptocracia estratificada e hierarquizada.

A cleptocracia era constituída pelos membros do poder político-militar e pelas classes a ele agregadas (religiosos e funcionários), as quais não desenvolviam directamente quaisquer actividades produtivas; viviam do saque e dos tributos aplicados às classes e comunidades trabalhadoras, livres ou dependentes, e da exploração do trabalho escravo e servil.

A riqueza acumulada e a escassez de cidadãos livres para as guerras de dominação levaram, frequentemente, à adopção do mercenariado nas funções militares.

Houve momentos em que, no seio de uma comunidade/sociedade dominante, vigorou o modelo político da república e a democracia representativa, como em Atenas e Roma; porém, o modelo dominante em todo o período foi a monarquia hereditária.

Depois do Império Romano e em consequência das invasões bárbaras, a generalidade da Europa mergulhou em mais de mil anos de obscurantismo religioso e numa extraordinária fragmentação política que correspondia aos interesses da estruturação social dos mais diversos clãs, tribos e domínios dos invasores.

Conforme Engels refere no “*Anti-Duhring*”,

“toda a ideia de igualdade foi varrida por séculos, levantando-se, pouco a pouco, uma hierarquia social e política tão complicada como até então não se conhecera; ergueu-se também, pela primeira vez na história, um sistema de Estados predominantemente nacionais, que se influenciavam

e se contrapunham uns aos outros. Foi desse modo que se preparou o terreno para, tempos mais tarde, (sob o impulso da burguesia), ser possível falar-se da igualdade humana e dos direitos do homem".

Em consequência, o próprio processo de criação de Estados nacionais centralizados, isto é, de um aparelho do Estado com finanças e um exército unificados, foi um processo muito lento, só acelerado na fase final do período, por necessidade de assegurar as condições de desenvolvimento da economia mercantil, no quadro da constituição dos estados-nação.

Apesar de as sociedades se terem tornado gradualmente mais complexas e centralizadas, praticamente todos os assuntos relacionados com a vida quotidiana das populações continuavam a ser tratados directa e autonomamente por estas, com base na posse dos seus próprios meios de produção, nas suas tradições e nas relações comunitárias.

Estas relações, provindas das antigas relações primordiais, foram sofrendo sucessivas adaptações ao longo dos séculos, tanto em função das modificações ocorridas nos sistemas produtivos e dos novos papéis neles desempenhados pelos indivíduos como, especialmente, pelas imposições religiosas e ideológicas dominantes.

c) Economia Mercantil

Com o desenvolvimento da economia agrícola e artesanal, o crescimento das cidades e da riqueza das classes dirigentes, desenvolveram-se igualmente as actividades comerciais, tanto no plano interno de cada formação política como o comércio a longa distância. Despontou assim do seio do povo uma nova classe, a burguesia comercial, que já em 1383-85 influenciou uma revolução política em Portugal.

O Renascimento e as “descobertas” europeias dos séculos XV e XVI traduzem a gradual ascensão burguesa no seio da sociedade medieval e uma rápida aceleração das actividades produtivas e comerciais no quadro da *economia mercantil*, caracterizada pela produção intencional de mercadorias para a troca.

Inicialmente mais centrados no comércio a longa distância, cujas vantagens compartilhavam com a aristocracia e onde praticavam de modo generalizado o saque e a escravatura de povos subjugados, os mercadores estimularam também a organização da produção artesanal em manufacturas e o seu desenvolvimento mediante o fornecimento de matérias-primas e instrumentos de trabalho e pela comercialização dos respectivos produtos.

Com a economia mercantil iniciou-se progressivamente, no âmbito dos países centrais que a adoptaram, o processo de domínio das actividades

produtivas e de troca pelo Capital, através da propriedade dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado. Desenvolveu-se a inovação técnica e a divisão do trabalho no quadro das manufacturas e da gestão comercial e financeira, conferindo à burguesia um crescente carácter empreendedor na esfera da produção manufactureira.

Com o modo de produção mercantil iniciou-se uma fase nova da história da Humanidade: o da intensificação produtiva e da *primeira onda da integração mundial*, a criação de um “sistema-mundo”.

d) Revoluções burguesas. Revolução Industrial. Capitalismo. Integração económica mundial

As revoluções burguesas

A burguesia comercial e manufactureira tornou-se uma classe economicamente muito poderosa cujos interesses se contrapunham a todo o tipo de restrições da sociedade aristocrático-medieval à livre iniciativa e à circulação de mercadorias e factores de produção.

O processo da sua irrupção como classe dominante foi muito irregular nos diversos países europeus, acompanhando o desenvolvimento da Revolução Industrial e a implantação *do modo de produção capitalista, orientado para a obtenção de lucro e a acumulação de capital*.

A Revolução Americana de 1776 foi feita por homens livres, que proclamaram a sua Independência e redigiram a sua Constituição sem qualquer preconceito ou atadura medievalista, sem brasões, reis, duques ou condes, sem preconceitos religiosos retrógrados ou religiões dominantes; esse sentido libertário não impediu, porém, a continuidade da exploração escravocrata no sul e a expansão para Oeste ter sido realizada à custa da expropriação e genocídio das populações índias.

O mesmo sentido libertador percorreu, logo no início do século XIX, toda a América Latina, sob o impulso de Bolívar e outros revolucionários progressistas, sem contudo atingirem plenamente os seus objectivos, dado o peso das velhas classes aristocráticas coloniais e a influência dominante de uma igreja católica retrógrada.

Em França, só emerge com a Grande Revolução de 1789-1793, tendo sido necessárias mais três revoluções, em 1830, 1848 e 1871, para que os seus objectivos fossem alcançados.

Na Inglaterra, o poder da burguesia só se vê consolidado com a reforma de 1832, 200 anos após a revolução de Cromwell, em 1649, e 50 anos depois da “gloriosa revolução” de 1688-1689.

Na Alemanha houve duas revoluções democráticas burguesas (1848 e 1918) e, entre estas, as reformas drásticas dos anos de 1860 que Bismarck realizou através de “ferro e sangue”.

Na península ibérica, só ao longo dos séculos XIX e XX as burguesias de Portugal e de Espanha se tornam dominantes, se bem que sempre carregando os fardos culturais e dos interesses das velhas classes aristocráticas.

Na Rússia, depois da revolução gorada de 1905, o domínio político da frágil burguesia só se efectivou episodicamente entre Fevereiro e Outubro de 1917, tendo nesta data o poder transitado para uma aliança do proletariado com o campesinato. Só em 1991 esse domínio foi formalmente restabelecido e alargado a todo o vasto conjunto de países antes integrados na URSS.

As revoluções burguesas romperam com o ordenamento social e económico anteriores, afirmaram os princípios da Liberdade e da Igualdade perante a lei; recuperaram parcialmente, através da democracia parlamentar, o princípio do Consenso Comunitário enquanto instrumento de legitimação do Poder e libertaram as grandes massas populares das relações de servidão, abrindo os espaços, em cada país, para a livre mobilidade territorial das pessoas, mercadorias e capitais.

Esta libertação dos homens da sua relação com a terra e com os seus senhores, permitiu o rápido desenvolvimento das actividades manufactureiras, tanto nos campos como nas cidades e, com a extinção das alfandegas internas, o livre comércio de mercadorias por todo o território de cada país.

Nos novos países ultramarinos que ficaram isentos das influências aristocráticas medievais e das religiões mais retrógradas, criaram-se comunidades livres que deram continuidade à tradição de auto-governo social e que construíram o Estado a partir do zero, à medida que as instituições se tornavam necessárias.

Sempre que aquelas influências medievais e religiosas persistiram, como na Europa e na América Latina, os Estados, mesmo que globalmente ao serviço da burguesia, continuaram a impor-se às sociedades e a inibirem as iniciativas de auto-organização social, preferindo, quando necessário e da conveniência do sistema, organizar eles próprios, sem a participação popular, algumas das funções necessárias à reprodução da vida social.

A emergência e desenvolvimento do Capitalismo

Com a invenção da máquina a vapor e a subsequente possibilidade de concentrar a produção junto de uma fonte de energia centralizada, aquela mecanizou-se, o êxodo rural intensificou-se e as cidades sofreram um enorme crescimento demográfico e territorial. Acompanhada de sucessivos melhoramentos tecnológicos, a Revolução Industrial estava em marcha dissolvendo, com ela, as antigas relações comunitárias e sociais.

A manufactura deu lugar à maquinofactura; esta tornou obsoletos e inúteis para a produção em larga escala as ferramentas e meios de trabalho que, ao longo das gerações, as classes trabalhadoras haviam possuído e utilizado na produção; os trabalhadores perderam o controlo dos processos produtivos tendo passado a trabalhar, como proletários assalariados, para patrões que eram possuidores das matérias-primas, dos meios de produção e dos produtos finais e, conseqüentemente, dos lucros.

O que distingue o sistema social histórico a que chamamos capitalismo é o facto de, neste sistema, o capital passar a ser usado (investido) de forma muito especial. Passou a ser utilizado com o objectivo primário de auto-expansão. Neste sistema, as acumulações anteriores apenas são "capital" na medida em que são usadas com vista à obtenção de acumulações ainda maiores.

(Immanuel Wallerstein "O Capitalismo Histórico")

O Capital encontrara uma maneira de se reproduzir e acumular interminavelmente; ganhara "código genético" e, ao mesmo tempo que libertava a Humanidade das anteriores servidões, submetê-la-ia ao seu domínio nos séculos seguintes. Nasceu o *Capitalismo*.

A par do papel interno de manutenção da "ordem" no interior de cada país, os Estados, já predominantemente burgueses, tratavam de assegurar as melhores condições externas de desenvolvimento das respectivas burguesias nacionais concorrentes entre si. A regulação do comércio internacional, o acesso a fontes de matérias-primas e a mercados de consumo, por via diplomática ou militar, passou a constituir uma das funções essenciais desses estados nacionais.

O Capitalismo, tendo *intensificado* a produção no quadro dos países onde a burguesia se tornou dominante, tendeu a alargar os seus territórios de intervenção. Por isso, a lógica de domínio territorial e de exploração social do antigo regime tributário manteve-se e, com ela, as guerras e a criação de laços de dependência de outros povos, designadamente através do colonialismo. Foi assim que, durante o século XIX, todos os povos que não tinham suficiente poder próprio, se viram submetidos a relações coloniais ou de dependência relativamente às principais potências capitalistas. O Colonialismo constituiu a *segunda onda do processo de integração mundial*.

As potências europeias, com a Inglaterra como primeira potência mundial, dominavam colonialmente quase todo o mundo; os EUA dominavam, de facto, a América Latina, seu "pátio traseiro".

O Capitalismo tornou-se imperialista, tendo dado lugar a duas Guerras Mundiais pela supremacia político-militar e económica mundial, pelo controlo dos mercados, das fontes de matérias-primas e dos recursos energéticos, em consequência das quais a anterior hegemonia inglesa no

plano internacional, provinda do seu prolongado domínio dos mares e das principais rotas comerciais, foi substituída pela hegemonia norte-americana.

As lutas dos trabalhadores e dos povos

Na segunda metade do século XIX, o Capitalismo começou a revelar de forma notória a sua incapacidade para cumprir as “promessas” de desenvolvimento social proclamadas na fase progressista da burguesia, quando esta não era mais do que o sector mais avançado do Povo. A Liberdade e a Igualdade tinham ficado reduzidas, do lado das classes trabalhadoras, à liberdade de vender a sua força de trabalho no âmbito de um contrato jurídico entre “iguais”. O “livre” assalariamento substituíra, assim, as anteriores relações servis.

No pólo oposto à imensa acumulação de meios de produção e de riquezas pela burguesia industrial e comercial, agrupava-se uma massa cada vez mais numerosa de proletários desprovidos de quaisquer meios de produção a viver e a trabalhar em condições sub-humanas.

Emergiu então na história uma nova classe social, o proletariado, cada vez mais consciente de que a “Liberdade” burguesa era a sua submissão e que a “Igualdade” era uma impossibilidade sem a apropriação colectiva, por toda a sociedade, dos meios de produção. A sua libertação do assalariamento e da exploração capitalista só seria possível no quadro de uma luta universal pela construção de uma sociedade sem classes nem exploração do homem pelo homem, o Socialismo.

Marx e Engels elaboraram a primeira e sistemática análise científica ao modo de produção capitalista, determinaram o seu carácter histórico e prognosticaram as condições para a sua futura substituição por um novo modo de organização social e de produção que resolveria todas as contradições antagónicas próprias das sociedades divididas em classes.

As grandes concentrações operárias nas fábricas e nos bairros urbanos que lhes eram destinados, permitiram ao proletariado, especialmente industrial, aos operários, recriar autonomamente, então numa nova base cultural, os laços e estruturas associativas e comunitárias que lhes permitiriam assegurar não só uma base de vida solidária, através de múltiplas associações de toda a ordem (culturais, educativas, desportivas, editoriais e de comunicação, cooperativas de produção e de consumo, mutualidades, etc.), como enfrentar o inimigo de classe quer nas empresas, através de sindicatos e comissões de trabalhadores, quer, através dos seus emergentes partidos políticos, nas lutas pela democracia.

Foi a partir dessa plataforma de auto-organização social e política que, em cada país e em solidariedade internacional, o proletariado se lançou, em aliança com outras camadas populares trabalhadoras, à conquista do

poder político como primeiro e necessário passo para a ulterior transformação geral da sociedade.

Desde o final do século XIX e durante todo o século XX, em todo o mundo, o proletariado e os trabalhadores levantaram as suas bandeiras libertadoras, pondo em causa o Capitalismo e o Imperialismo.

Um longo e frutuoso caminho foi percorrido nessa direcção desde a primeira tentativa de criar um “mundo novo”, a Comuna de Paris, em 1871, passando pela Revolução Russa e Soviética, a extensão do campo socialista a uma série de países da Europa Oriental na sequência da II Grande Guerra, as Revoluções Chinesa, Vietnamita, Coreana e Cubana e, também pelas lutas de libertação nacional que desmoronaram os antigos impérios coloniais.

A existência de um campo socialista suficientemente forte e as lutas dos trabalhadores no campo capitalista obrigaram as burguesias dos países mais desenvolvidos a ceder a um conjunto de reivindicações económicas e sociais do proletariado e a instituir vastos serviços públicos de apoio, nos domínios da saúde, da educação, dos sistemas de pensões, etc. no quadro do que se chamou de Estado-social.

“ ... Face às lutas dos trabalhadores, as oligarquias capitalistas do Ocidente eram obrigadas a fazer concessões, a conceder um mínimo de protecção social e de liberdade sindical, a proceder à negociação salarial e ao controle democrático da economia, pois era preciso a todo o custo evitar o voto comunista no Ocidente. Os partidos sociais-democratas ocidentais e as suas centrais sindicais, por seu turno, agiram como outrora os alquimistas da Idade Média que, com chumbo, tentavam fazer ouro. Transformaram em vantagens sociais para os clientes o medo dos capitalistas perante a expansão comunista.” (Jean Ziegler, “Os Novos Senhores do Mundo”)

O desmoronar dos impérios coloniais e a adopção de políticas nacionalistas e progressistas em numerosos países do então chamado “terceiro mundo” vieram não só reforçar o espaço de acção económica e política do bloco socialista como tornar mais difíceis e gravosas as condições de exploração da “periferia” sub-desenvolvida pelos centros capitalistas.

Reestruturação Capitalista

A prolongada crise de acumulação do capital que percorreu toda a década de 1970 obteve a sua resposta através de uma profunda reorganização do sistema produtivo capitalista à escala mundial, no sentido de fragmentar os grandes grupos empresariais integrados verticalmente (chamados “da fase industrialista”) em empresas autónomas por “áreas de negócio” e na criação de numerosíssimas pequenas e médias empresas satélites de fabricação ou de prestações de serviços em *outsourcing*, mantendo nos grupos-mãe somente um reduzido e altamente qualificado núcleo central de integração

(assemblagem final, controlo de qualidade, contratação e controlo dos processos relativos à produção e à comercialização, serviços financeiros, etc.) e de concepção de processos de “alto valor acrescentado”, frequentemente de âmbito multinacional.

Deste modo, os principais grupos empresariais capitalistas libertaram-se dos encargos da grande parte dos trabalhadores, provocaram a sua fragmentação e disseminação pelas empresas dependentes das suas encomendas, conseguindo uma substancial redução de custos e a externalização para a sociedade e para os Estados de grande parte dos custos das flutuações cíclicas do processo capitalista.

A Terceira Onda de Integração Mundial e o Império Norte-americano

Esse modelo de organização permitiu intensificar a concorrência à escala global (a Globalização Capitalista) entre as PME “dependentes”, através de contratos de fabricação ou de serviços cada vez mais baratos realizados em qualquer país, provocando sucessivamente uma baixa de salários nos países mais centrais, o encerramento de empresas e a deslocalização das actividades para os países “mais competitivos”.

Esta “competitividade” resume-se, nos países anfitriões desta “nova industrialização”, especialmente países do Oriente, à restauração extensiva dos métodos de produção ao domicílio próprios da fase manufactureira do capitalismo, das oficinas e fábricas típicas do século XIX na Europa, laborando em condições sub-humanas, nos baixos salários dos trabalhadores e na concessão, pelos respectivos governos, de facilidades fiscais e de infraestruturas para a captação de investimento externo.

Com a intensificação da precarização do trabalho da grande massa dos trabalhadores “menos qualificados” (diga-se operários) dos países centrais, reduziu-se substancialmente a unidade dos trabalhadores e a capacidade reivindicativa dos sindicatos, com reflexos negativos na sua acção política.

O debilitamento interno e a posterior derrocada da União Soviética constituíram a oportunidade para uma grande contra-ofensiva do capitalismo e do imperialismo à escala mundial, conduzida pelos círculos dirigentes dos EUA, sob a designação de “Consenso de Washington”.

O extraordinário desenvolvimento das redes logísticas e de transportes por todo o mundo, sustentada em baixos preços do petróleo, veio reforçar a tendência para a reorganização e optimização, na perspectiva capitalista, das redes produtivas, de abastecimento de matérias-primas e de distribuição à escala global, dominadas por grandes corporações trans e multinacionais. Reforçou-se assim o “sistema-mundo” capitalista,

conduzindo a uma grande interdependência de todos os seus componentes.

Na ausência de instâncias internacionais de “governo democrático” desse imenso tráfico, controlado exclusivamente pelas trans e multinacionais e pelo capital financeiro internacional, reduziu-se extraordinariamente a capacidade de intervenção dos Estados nacionais perdendo estes, de facto, a anterior capacidade de intervenção económica.

O Capitalismo, que antes se desenvolvera numa base industrial e apoiado por sucessivas inovações tecnológicas, e por eficientes métodos de gestão empresarial, evoluiu no sentido da submissão da produção industrial aos interesses dos sectores financeiros (a chamada financeirização da economia), tal como antes havia submetido a agricultura aos interesses industriais.

Vários filmes norte-americanos mostram o processo de desintegração do antigo grupo dos grandes empresários industriais, cujo Capital estava corporizado em meios de produção, em empresas industriais, e a emergência de um novo tipo de capitalistas financeiros que adquiriam os grupos industriais, os fragmentavam e revendiam “em peças”, transformando as empresas e os seus meios de produção em meros activos financeiros de conjuntura.

Assim como o grande capital na sua fase industrial procurou “esmagar” os preços agrícolas tanto para a obtenção de matérias-primas baratas como para que os cidadãos das cidades pudessem tornar-se compradores de produtos da indústria, hoje o grande capital financeiro procura “esmagar” os preços dos produtos industriais para que todo o excedente dos rendimentos possam ser absorvidos pelos juros e amortizações de dívidas. O esmagamento dos preços dos produtos industriais é realizado através do abaixamento geral dos salários dos trabalhadores e da progressiva externalização de custos para os Estados nacionais através de concessões fiscais, encargos de “flexibilização” do trabalho, construção de infraestruturas, tarifas preferenciais, etc.

O capital financeiro “desterritorializou-se” e criou instrumentos de livre e instantânea movimentação por todo o mundo, designadamente através das “*off-shore*”, evadindo-se à soberania dos Estados e ao controlo democrático dos povos.

Como corolário dessa “desvinculação democrática”, a classe da grande burguesia internacionalizada desvinculou-se igualmente do destino dos povos do mundo e da sua simbólica “responsabilidade social”, deixando de assumir directamente funções de gestão e passando a contratar para o efeito um corpo de “mercenários da gestão empresarial/financeira” altamente remunerados – a chamada classe de gestores profissionais -

que, sem quaisquer escrúpulos morais ou sociais, lhes maximizam os lucros (a “remuneração dos accionistas”).

Sob este “modelo de gestão” agudizaram-se fortemente as perversões intrínsecas ao sistema capitalista (anarquia da produção e crises periódicas, desenvolvimento desigual e polarizado à escala do mundo e em de cada país, irresponsabilidade social, devastação ecológica e ambiental), tornando-se o Capital, agora “financeirizado”, essencialmente especulativo, parasitário e gerador de crises de consequências cada vez mais sistémicas e graves.

Por essa razão, os EUA, centro estratégico do capital financeiro internacional, se especializa cada vez mais na nas tecnologias bélicas mais avançadas e na actividade da guerra e recorre cada vez mais ao mercenariado (sob a designação moderna de *outsourcing*) e à utilização de tropas “indígenas” dos Estados avassalados para assegurar o seu domínio mundial.

A globalização económica e financeira Capitalista foi acompanhada, a coberto da “luta contra o terrorismo”, de uma extensa e profunda operação estatal de integração dos sistemas de segurança e defesa de todo o chamado “mundo ocidental” sob a direcção norte-americana, consolidando assim o potencial do “sistema-mundo” centrado nos EUA.

A actual “crise” financeira e económica global, contrariamente à propalada “regulação do sistema financeiro global”, está a resultar, de facto, numa grande operação de submissão dos Estados dependentes e das suas populações pelo capital financeiro internacionalizado, usando para o efeito as dívidas financeiras que, antes, lhes foram fomentadas.

De modo semelhante ao que já antes acontecera no âmbito das revoluções burguesas, nas quais o Capitalismo superou os espartilhos medievais que entravavam a criação de espaços económicos (mercados) mais amplos, o Capitalismo da era da actual onda globalizadora não só superou os limites dos actuais estados-nação e criou um espaço económico único, à escala mundial e se libertou da obrigação de lhes pagar tributos (impostos) como, simultaneamente, ludibriou os mecanismos de controlo democrático que os povos haviam conquistado no âmbito dos respectivos Estados nacionais.

Assim, o “sistema-mundo” acima referido é caracterizado pela criação de uma ***nova ordem mundial*** dirigida pelo grande capital privado e executada, no plano político, pelos governos das maiores potências, caracterizada por dependências políticas e financeiras em cascata, a qual configura, pela nova distribuição de papéis ao nível global, a antiga ordem feudal na qual os antigos *tributos* parasitários são agora substituídos pelas dívidas e encargos financeiros dos cidadãos, das

instituições sociais, pelos sistemas produtivos “nacionais” e pelos Estados.

À medida que os governos, as economias e os cidadãos dos países que vão sendo captados na armadilha das dívidas, são empurrados para o progressivo aniquilamento dos mecanismos do Estado-social (educação, saúde, emprego, segurança social) e forçados à rápida privatização de recursos naturais, de serviços, empresas e infraestruturas públicas, para poderem aceder a algum fluxo de recursos financeiros internacionais.

Representando os Estados, em condições de democracia política, uma expressão da vontade dos respectivos povos, a drástica redução das capacidades económica e financeira dos Estados corresponde a uma massiva expropriação colectiva e à sonegação da capacidade dos povos de exercerem a sua auto-determinação fora da dependência do grande capital privado internacional.

A soberania republicana dos povos, proclamada no âmbito das revoluções burguesas, vê-se, assim, revertida e privatizada, em favor de uma nova oligarquia internacional hereditária.

Derrota Estratégica do Proletariado

O movimento proletário e dos povos oprimidos manteve, sob os ideais socialistas, uma ofensiva estratégica bem conseguida até meados da década de 1970, materializada no amplo e vitorioso movimento descolonizador e de libertação nacional, no movimento dos países “não-alinhados”, na derrota norte-americana no Vietname, Laos e Camboja, na implantação de um governo popular no Chile e na queda das ditaduras europeias em Portugal, Espanha e Grécia.

Porém, a partir dessa época, já eram notórias as perversões do “socialismo real” centrado na URSS, com reflexos nos ritmos de desenvolvimento económico e em atitudes internacionais de tipo imperialista, acendendo uma luta ideológica intensa tanto sobre a essência do Socialismo como sobre as estratégias, tácticas e métodos de acção política, com reflexos muito negativos no movimento internacional do proletariado.

Por outro lado, a reorganização e fragmentação empresarial capitalista à escala mundial não foi acompanhada por novas e adequadas estratégias de acção e formas de organização pelos sindicatos e partidos proletários tradicionais, daí resultando uma forte diminuição da sua capacidade de luta reivindicativa e política, problemas que, ainda hoje, não se encontram resolvidos.

Com a derrocada da URSS assistiu-se não só a uma desorientação ideológica generalizada a uma significativa debandada para posições políticas acomodadas à nova hegemonia imperialista, como também à rendição ao grande capital de largos sectores representativos dos trabalhadores e das classes populares, designadamente os mais influenciados pela social-democracia.

Por essa razão, a ofensiva global do grande capital internacional e dos seus suportes político-militares e mediáticos não contou com uma acção concertada dos povos e dos trabalhadores à escala global no sentido de defender as suas conquistas democráticas e socioeconómicas e impedir as consequências mais nocivas do modelo de globalização prosseguido, tanto por inexistência das necessárias estruturas de concertação internacional como pela desorientação e oportunismo político e ideológico dos partidos e sindicatos tradicionais, os quais ou se “renderam” ou continuaram a proceder como se nada se tivesse passado.

A única iniciativa nesse sentido com alguma notoriedade global partiu de grupos e sectores de cidadãos que se organizaram e mobilizaram à margem das estruturas partidárias e sindicais tradicionais em manifestações “anti-globalização” de impacto mediático, ou de movimentos sociais autónomos, no âmbito de *Fóruns Sociais Mundiais e Regionais* mas, para além do seu impacto inicial ao nível do “despertar de consciências” para os graves problemas verificados e de alguma articulação internacional que possibilitaram, parece terem perdido algum vigor.

O movimento sindical dos trabalhadores, apesar de contar com algumas estruturas de articulação internacional e mundial, mantém-se, globalmente, passivo, como reflexo tanto da fragmentação partidária do proletariado e dos bloqueios à unidade que daí decorrem, como da sua burocratização e “desligamento” relativamente aos cidadãos “não activos”, cuja percentagem em relação aos “activos” tenderá a continuar a crescer.

Só nos últimos anos a reacção das massas populares aos efeitos sociais e políticos mais gravosos da “globalização” Capitalista se fez sentir de modo prático e consequente mediante a reconquista, pelas grandes massas oprimidas, do poder político à escala nacional, mediante a eleição de personalidades e governos delas representativas, como foi o caso de alguns países da América Latina e parece ser o caso da actual onda democrática no Norte de África e Médio Oriente, dois dos “pátios traseiros” do imperialismo.

Este fenómeno evidencia tanto o falhanço geral dos partidos tradicionais do proletariado, cada vez mais desligados da realidade dinâmica das grandes massas, como a validade de uma acção política contundente e unitária à escala nacional, no sentido da retomada da soberania política e

económica e da implantação de modelos democráticos superiores à mera democracia representativa.

A reconquista do Poder Político ao nível dos Estados nacionais pelos respectivos povos (massas populares, trabalhadores e sectores burgueses patrióticos), através de movimentos de democracia participativa e radical e a sua assumpção como “Estados/Sindicatos” nacionais que se opõem ao imperialismo e à chantagem do capital financeiro internacional, parece ser uma das vias mais consequentes para, directamente ou em solidariedade com outros povos, se poder influenciar a marcha do mundo e modelar democraticamente a integração mundial.

Este instrumento terá ainda a vantagem de se apoiar em processos de participação democrática já conhecidos pelos povos e, também, de assentar numa base institucional eficiente que, em vez de submetida e depauperada pelo imperialismo, se poderia voltar a fortalecer. Daqui a importância que continua e continuará a ter no futuro a referência *nacional* para a melhor gestão dos processos globais, a nível mundial.

Todas estas questões têm suscitado, especialmente nos últimos 20 anos, um grande debate entre os revolucionários socialistas quanto às razões dos insucessos verificados nas tentativas de abrir a perspectiva socialista para o desenvolvimento mundial, à capacidade de adaptação do Capitalismo a diferentes conjunturas, às estratégias e táticas da conquista do poder pelos trabalhadores, às alianças sociais e políticas e à própria configuração do Socialismo.

No entanto, enquanto não for possível “construir” um conjunto adequado de mecanismos de articulação democrática de âmbito global, os povos e os trabalhadores continuarão inaptos a responder à actual “globalização capitalista” e a afirmar a “globalização necessária”.

Do Império ao Mundo Multipolar

No entanto, a integração capitalista prosseguida nos últimos 25 anos trouxe resultados contraditórios relativamente às expectativas de dominação mundial pelos EUA.

Assim, na busca de taxas de lucro mais elevadas, os capitais afluíram aos países possuidores de mão-de-obra mais barata qualificada e disciplinada, fazendo deslocalizar a produção industrial mundial dos centros produtivos norte-americanos e europeus para aquelas novas regiões, designadamente do oriente.

A redistribuição global da produção industrial e dos fluxos comerciais fizeram emergir novas potências económicas e alianças regionais e estratégicas que configuram uma decadência gradual dos anteriores

centros capitalistas norte-americanos e europeus e que já impuseram alguma retracção ao unilateralismo internacional dos EUA.

e) Capitalismo: o fim da sua Missão histórica

Tendo embora constituído um factor de grande desenvolvimento global da Humanidade, o Capitalismo, cada vez mais desvinculado das necessidades reais dos povos, anuncia o final da sua missão histórica que foi, em suma, ter integrado economicamente todo o mundo e ter desenvolvido métodos altamente eficientes de organização da produção que constituem a base de edificação da nova sociedade Socialista.

..., todas as etapas históricas que se sucedem nada mais são que outras tantas fases transitórias no processo de desenvolvimento infinito da sociedade humana, do inferior para o superior. Todas as fases são necessárias, e, portanto, legítimas para a época e as condições que as originam; uma vez, porém, que surgem condições novas e superiores, amadurecidas pouco a pouco no seu próprio seio, elas caducam e perdem a sua razão de ser e devem ceder o lugar a uma etapa mais alta, a qual, por sua vez, também terá um dia de envelhecer e perecer. (Friedrich Engels, "Ludwig Feuerbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã", 1886)

Ao mesmo tempo que, a nível global, o Capitalismo reconstitui hoje, com diferentes roupagens, a antiga ordem medieval privada, hereditária e tributária, perdeu a sua capacidade de promover o desenvolvimento de muitos povos e países que não passaram por revoluções burguesas e de unificação nacional, onde continuam a subsistir os traços dominantes de ordens sociais e políticas anteriores, como o tribalismo e o despotismo, tendo, ao contrário, passado a proteger as oligarquias locais com que cada vez mais se identifica.

Tendo atingido há muito o apogeu da sua capacidade civilizadora, o Capitalismo, como "sistema-mundo" e estrutura socioeconómica hegemónica, entrou em processo de decadência e degeneração, perdeu a legitimidade perante os povos, tornando necessária e urgente a sua substituição.

f) Situação geral e Perspectivas:

Sob o capitalismo, a sociedade humana chegou a três limites físicos intransponíveis:

- o expectável esgotamento das fontes de energia fóssil, designadamente do petróleo, o qual constitui a base energética fundamental do actual modo de produção e trocas,

- a profunda degradação das condições ecológicas e ambientais resultantes do uso intensivo dos combustíveis fósseis, do desmesurado consumo de recursos naturais e da ganância pelo lucro, e
- a incapacidade do sistema socioeconómico capitalista em satisfazer as condições mínimas de existência da biosfera terrestre, especialmente a actual população humana, criando uma situação potencialmente catastrófica para grande parte da humanidade.

Estas três questões poderiam ser “administradas” de modo coerente se existisse alguma forma de “governança” mundial democrática. Mas tal não acontece e, por isso, elas estão já a criar e irão, num futuro próximo, fazer aumentar extraordinariamente a pressão nas “caldeiras” política e social, já hoje sujeitas a altas temperaturas.

Bastará atentar-se na forma como a crise do sistema financeiro tem sido tratada pelas grandes potências, tendo começado por sonantes declarações quanto à necessidade de “regulação” pública desse sistema mas, de facto, tendo prosseguido numa fuga para a frente, no sentido da progressiva falência de Estados, empresas produtivas e de cidadãos por todo o mundo. Parafraseando Barack Obama durante a sua campanha eleitoral, Wall Street aprofundou ainda mais o seu domínio sobre a “main street”.

Uma situação equivalente ocorre quanto às conversações sobre as alterações climáticas e sobre todas as questões de interesse geral da Humanidade, tais como os Objectivos do Milénio, a alteração do paradigma energético, da produção de alimentos, etc., onde os interesses de cada um dos grupos imperialistas se sobrepõem aos interesses gerais da população planetária.

Tal como no passado, os vários grupos procuram alinhamentos estratégicos tendo em vista as suas confrontações no futuro: os EUA procuram “cercar” a China através dos seus aliados na zona, da “captação” da Índia e da Ásia Central e da neutralização da Rússia; Esta, procura emparceirar com a Europa, autonomizando-a dos EUA e associando-a à exploração e defesa da Sibéria e do seu extremo-orientes; a organização de Shangai associa a China e a Rússia para a defesa dos respectivos interesses na zona da Ásia Central; A América Latina busca a sua segunda independência, agora relativamente aos EUA, e procura associar-se com a África; os países islâmicos, ainda submetidos a vários tipos de dominação e opressão, procurarão a sua segunda independência e a criação de um bloco próprio de interesses; a Europa, ferreamente controlada pelos EUA através da NATO, perde importância global e terá de decidir-se quanto ao seu futuro; a China estende a sua influência económica e financeira por todo o mundo possível, procurando assegurar o acesso a matérias-primas e à energia de que necessita para o seu desenvolvimento.

Todos estes “jogos de entendimento” e equilíbrio, caracterizados por táticas de posições e enfrentamentos não bélicos (ideológicos, comerciais, etc.) procurando fragilizar o “inimigo” e potenciar a capacidade própria, só serão possíveis enquanto o sistema estiver, de algum modo, a dar para todos, podendo, perante certas circunstâncias, evoluir para confrontos bélicos de grandes dimensões.

Para dirimir eventuais conflitos e desenvolver alianças vão sendo criadas novas instâncias de concertação, os G20, os BRIC, etc., ao mesmo tempo que se desenvolvem variadíssimas organizações económicas e políticas “regionais”.

Contudo, o que se vier a passar entre os vários grupos imperialistas de interesses à escala global, dependerá, em larga medida, da disposição dos principais protagonistas da História, os povos, aqueles que não estão representados ou que até ignoram o que se passa no ambiente resguardado dos “entendimentos” de topo.

E estes sentem que o sistema se encontra decadente e a falhar em tudo o que é mais importante para o seu dia a dia e para o futuro dos descendentes.

Os povos têm cada dia mais consciência da **crise sistémica do Capitalismo**, a qual se reflecte em todos os domínios da vida das sociedades:

- no âmbito económico e financeiro, que torna mais longínqua a possibilidade de prover todos os seres humanos com as condições materiais mínimas para uma vida digna,
- no âmbito ambiental e do rápido esgotamento de recursos naturais,
- no âmbito social, provocando a atomização dos indivíduos e o exponencial aumento das desigualdades e da pobreza,
- no âmbito das capacidades funcionais dos Estados-nação, despojados de qualquer capacidade de direcção dos processos económicos e financeiros mundiais e servindo, dentro das respectivas fronteiras, de instrumentos de legitimação das políticas de privatização e exploração, securitárias e belicistas decididas em instâncias internacionais não democráticas;
- no âmbito político, decorrente do esgotamento dos actuais modelos democráticos representativos ao nível dos estados nacionais, cujos governos se assumem cada vez mais como agentes executivos da oligarquia dos “mercados” internacionais e cada vez menos como representantes das aspirações dos respectivos povos;
- no âmbito cultural e dos Valores fundamentais da convivência humana.

Quanto maior for o protagonismo popular, menos possibilidades haverá de os antagonismos de interesses entre os diversos blocos que se configuram à escala global poderem evoluir no sentido de uma guerra catastrófica para toda a humanidade, conforme tem sido a “tradição” de todas as sociedades fundadas na competição e na exploração.

Enquanto o Capitalismo for hegemónico à escala global esse perigo persistirá.

A este propósito, cumpre salientar que o único travão efectivo a uma ofensiva de domínio militar mundial global pelos círculos imperialistas mais belicistas norte-americanos reside no potencial nuclear da Rússia, o qual, mesmo apesar do fim da “guerra-fria” e do desmantelamento da URSS, continua a servir o princípio preventivo da “destruição mútua assegurada”. Por isso, os EUA não desistem, através da corrida a novos armamentos e meios de defesa antimíssil, de procurar vantagens para o desencadeamento de um primeiro e demolidor golpe que lhes permita a subjugação continuada de todo o mundo. É este um último serviço que a tão vilipendiada União Soviética presta, mesmo depois de “morta”, à luta democrática e progressista de todos os povos do mundo.

Não obstante, perante os fracassos sociais e as crises económicas da última onda de integração mundial, os povos e os trabalhadores de todo o mundo resistem e procuram alternativas.

Crescem por todo o mundo a consciência e os movimentos “anti-sistémicos”.

A evolução progressista em quase toda a América Latina e o recente despertar democrático dos povos árabes, constituem sinais de travagem da contra-ofensiva global do Imperialismo Capitalista centrado nos EUA e anunciam o final do longo período de existência dos “pátios traseiros”, isto é, da conservação intencional de numerosos povos e países como “reservas” social e economicamente atrasadas, sujeitas à espoliação imperialista dos respectivos recursos naturais.

No entanto, a salvaguarda da Paz, o estabelecimento de uma ordem mundial democrática, a erradicação da pobreza e o desenvolvimento equilibrado de todos os povos, a máxima preservação dos recursos naturais não renováveis, a segurança alimentar e energética e o respeito pelas condições ecológicas e ambientais gerais só serão possíveis mediante a reconquista do poder político e da soberania popular no quadro de cada Estado, com o aprofundamento da Democracia e a progressiva adopção do caminho do Socialismo por cada vez mais povos e o fim da hegemonia capitalista e imperialista à escala global.

CAPÍTULO 2

As Fontes de Legitimação do Poder e o Socialismo

Para caracterizar o momento actual e perspectivar os caminhos a seguir pela Revolução Socialista haverá que ter uma perspectiva muito genérica da totalidade da viagem feita pela sociedade humana, na perspectiva das fontes de legitimação do Poder.

As fontes históricas de legitimação do Poder têm sido:

- *O Consenso Comunitário* - que actualmente se chama, quando restrito, República Democrática Representativa (na qual a Burguesia “representa” o Povo) e, quando amplo, Soberania Popular ou República Popular, Democrática, Participativa e Protagónica (assente no exercício da Democracia Radical e Integral exposta mais adiante, no Capítulo 9);
- *A Capacidade de Imposição*, de tomar decisões (dar ordens, legislar) e de as fazer cumprir, sempre que necessário através do exercício da violência;
- *A Ideologia* (a Mãe-Terra, o Projecto Religioso, o Projecto Humanista de Sociedade, o Projecto Capitalista Espoliador e, por último, o Projecto de Sociedade Livre, Justa e Sustentada - Socialista)
- *A Cultura* (incrustada dos elementos ideológicos burgueses), o *Direito* (consagrando a *Hereditariedade*, a *Propriedade privada dos meios de produção* e a *Repressão burguesa*) e o *Poder Económico*, como máscaras da Ideologia e da Imposição, destinadas a gerar um consenso comunitário mínimo que assegure a *continuidade* destas fontes primárias de legitimação.

Todas essas fontes de legitimação do Poder surgiram no decurso da evolução da Humanidade e, historicamente, combinaram-se de diversas maneiras em cada local e diferentes períodos. Ainda se encontram presentes em todas as sociedades actuais, em variadas proporções e âmbitos.

Nas comunidades humanas primitivas predominava o Consenso Comunitário. No plano ideológico, o *Projecto social* coincidia com o modelo natural, da Mãe-Terra.

As fases seguintes das sociedades humanas excluíram globalmente o Consenso Comunitário e impuseram como fontes primárias de legitimação do Poder a Imposição, através do exercício indiscriminado da violência, e as Ideologias religiosas hierárquicas que justificavam o “reino de deus”. Uma Cultura de Domínio e Submissão e o princípio da

Hereditariedade, contribuíam para assegurar o Poder dos grupos dominantes.

As comunidades, antes livres mas “pecadoras, infiéis ou devedoras”, foram sujeitas à escravidão, à servidão, à obediência.

As revoluções burguesas apoiaram-se no Consenso Comunitário (no Povo), numa Ideologia Humanista (não divina) e numa Cultura de Liberdade e Igualdade para conquistarem o Poder Político. Rejeitaram a “origem” divina do Poder e a Hereditariedade e substituíram-nos, respectivamente pelo Consenso Comunitário Restrito, a República Democrática Representativa baseada no Direito - à Propriedade privada dos meios de produção e dos correspondentes produtos e, como reminiscência da antiga Hereditariedade, o Direito de Herança (o qual, em rigor, veio a substituir o Mérito, muito mais democrático, e que era perfilhado pela burguesia na sua fase progressista).

E se fosse suprimido o direito de herança? A proposta é defendida por homens como o milionário Warren Buffet, que defende que “não se pode levar às olimpíadas os filhos dos campeões olímpicos”, da mesma maneira não devem gerir as empresas os filhos dos proprietários. (???)

A partir de um consenso comunitário restrito, a burguesia tornada classe dominante estabeleceu, com base no (seu) Direito, **novos instrumentos de Imposição**, entre os quais o uso “regulado” da violência, através das (suas) forças armadas e de segurança, dos (seus) tribunais e, muito especialmente, através do *Poder Económico* resultante da propriedade privada dos meios de produção, a qual dita a sua “soberania plenipotenciária” no quadro da produção social.

Tendo embora instituído formalmente as liberdades de pensamento e de expressão, dotou-se, quase em exclusividade, com base no seu Poder Económico, dos instrumentos práticos da sua difusão e de defesa da sua Ideologia, como são os sistemas de educação e os principais órgãos de comunicação de massas (o novo *Poder Mediático*), estabelecendo para o efeito, complementarmente, uma aliança estratégica com as principais organizações religiosas.

Tendo-se apropriado do Poder, a burguesia conservou para si uma Cultura de Liberdade (de apropriação e de exploração dos homens e da natureza) e fomentou uma Cultura de Submissão junto do resto da sociedade.

Nas sociedades burguesas, a antiga servidão foi substituída pelo trabalho assalariado, a forma moderna de sujeição e exploração.

A Revolução Socialista corresponde à conquista do Poder Político pela totalidade dos Cidadãos (o Povo), à imposição da Soberania Popular sobre todas as esferas da actividade da sociedade (Democracia Integral)

e à difusão ideológica do Projecto de Sociedade Livre e Sustentada, o Socialismo. Em consequência, através do exercício da democracia Participativa e Protagónica, promove a extensão máxima da Cultura de Liberdade e a erradicação da Cultura de Submissão, e submete todas as anteriores fontes de Poder das minorias exploradoras ao domínio da Soberania Popular. Daí o carácter profundamente Libertário, Democrático, Pacifista e Pluralista da Revolução Socialista.

Na Revolução Socialista, a Imposição (com todos os seus instrumentos coercivos), tenderá, como fonte de legitimação, a extinguir-se e a transmutar-se em *Poder Moral*, isto é, em Mérito e Responsabilidade Universalista (Humana, Social, Pátria, Internacional e pela Mãe Terra) como únicos critérios para o exercício de qualquer mandato social (sempre e a cada momento revogável). O Direito enquanto instrumento da defesa dos interesses da minoria exploradora e, como tal, governando a “Justiça”, será, finalmente socializado; a Justiça governará o Direito.

Nota: O que é a Pátria? Ou “ser Patriota”? Deixam-se algumas definições possíveis:

Uma pátria é o espaço telúrico e moral, cultural e afectivo, onde cada natural se cumpre humana e civicamente. (Miguel Torga, poeta português)

*Se me perguntarem o que é a minha pátria direi:
Não sei. De facto, não sei
Como, por quê e quando a minha pátria
Mas sei que a minha pátria é a luz, o sal e a água
Que elaboram e liquefazem a minha mágoa
Em longas lágrimas amargas.
(Vinicius de Moraes, poeta brasileiro)*

Ser Patriota é participar com a sua comunidade em tudo o que pode melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. (???)

Ser Patriota é a razão social do bicho homem viver bem com todos os seus irmãos sejam eles animais irracionais ou racionais, ignorando a aparência externa, valorizando o conhecimento de cada um, priorizando a alma. (???)

Serve este “esquema” muito sucinto para enquadrar na História as tarefas que hoje se colocam à Revolução Socialista no seu caminho até à libertação completa de toda a sociedade e de cada cidadão de qualquer forma de coacção ou imposição. Por isso, a Revolução Socialista será, também, o “reino da Liberdade”.

Na transição para o Socialismo, os modelos hierárquicos de organização social serão progressivamente substituídos por redes de cidadãos livres que se associam voluntariamente e cooperam entre si para a satisfação de todo o tipo de necessidades sociais.

No caminho para o Socialismo, o trabalho assalariado vai sendo substituído pela associação livre dos cidadãos produtores, simultaneamente trabalhadores e “gerentes”; a Natureza deixa de ser um mero “recurso explorável”, subjugada ao domínio pelas sociedades humanas, e é reconhecida, no seu equilíbrio global, como a condição para a própria existência da Vida; a segurança e a defesa da Pátria passarão a ser asseguradas pela auto-defesa popular generalizada; deixará de existir a “justiça social” e emergirá uma Sociedade Justa.

A cultura capitalista de apropriação, fragmentação e competição será substituída pela cultura socialista de “Viver Bem”, caracterizada pela integração, cooperação, a solidariedade e a responsabilidade social e ambiental, pela utilização em comum dos meios de produção, pelo consumo responsável e pela paz e segurança colectiva, num quadro de sustentabilidade geral.

A transição para o Socialismo é um processo complexo e prolongado, específico em cada país, em função do seu trajecto histórico e base cultural; aproveitando embora o Conhecimento e as experiências libertadoras que constituem património da humanidade, deverá ser realizada por “invenção”, não rejeitando o princípio da tentativa e erro.

PARTE II
ALGUMAS QUESTÕES POLÉMICAS

CAPÍTULO 3

Porquê não “Anti-Capitalista”?

O Capitalismo constitui um *modelo histórico de sociedade humana assente no modo de produção capitalista*.

na produção social da sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. (Karl Marx, "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política", 1859)

Tendo “nascido” como um *modo de produção* com características e potencialidades superiores aos modos de produção anteriores, o Capitalismo veio a constituir-se, mediante a hegemonia política e cultural burguesa, num *modelo de sociedade* o qual, ele próprio, foi metamorfoseando algumas das suas características em função do processo de desenvolvimento tecnológico-produtivo, da sua expansão socio-territorial e do nível de poder impositivo que foi tendo que empregar para submeter as populações que resistem à dominação e à exploração.

Assim, de um sistema originariamente libertador, evoluiu, à medida que a burguesia se foi separando das massas trabalhadoras, se tornou força social dominante e ficou cada vez mais desvinculada das reais necessidades sociais, num sistema progressivamente opressivo, parasitário e reaccionário ao desenvolvimento, gerador de um crescente espírito de revolta em todos os povos do mundo.

Esse espírito de “revolta” tem-se materializado historicamente de múltiplas formas, desde a espontânea e primitiva destruição de máquinas e produtos e variadas acções de “rebeldia” popular, até às lutas reivindicativas de massas por uma menos injusta repartição dos resultados da produção e, finalmente, às lutas revolucionárias de libertação nacional e de substituição do capitalismo por um modelo de sociedade mais avançado, o Socialismo.

Todas essas formas de luta que, pelo simples facto de serem conduzidas contra um opositor, poderão parecer revelar um carácter anti, da realidade são lutas por objectivos mais ou menos bem definidos.

A proclamação do *anti-capitalismo* como palavra de ordem poderá ser compreendida enquanto *desabafo moral* momentâneo, como uma manifestação de “revolta”, mas que não corresponde a qualquer

objectivo positivo do interesse real das massas trabalhadoras nem indica a *alternativa* que estas necessitam para se poderem mobilizar de forma consequente.

Se bem que a Moral seja um elemento importante para a definição do posicionamento de cada um perante os problemas sociais e um factor relevante na formação das condições subjectivas para/e da Revolução, abordar esta a partir de uma posição predominantemente moralista conduz, inevitavelmente, à tomada de decisões gravosas para a sociedade e, consequentemente, ao fracasso.

O “anti-capitalismo” constitui uma dessas atitudes moralistas que, tendo a sua justificação no sentido de aversão a todas as perversões humanas, sociais e ambientais geradas pelo *modelo de sociedade capitalista*, especialmente na sua fase decadente, não reconhece o que o Capitalismo hegemónico representou enquanto avanço histórico da sociedade humana, do mesmo modo como não reconhece que o *modo de produção* capitalista, quando deixar de ser o modelo hegemónico, ainda vai ter de representar no futuro, em maior ou menor escala, consoante os sectores de actividade produtiva e o estado de desenvolvimento de cada sociedade nacional, um papel positivo no avanço das sociedades humanas.

O “anti-capitalismo” nega o fluxo dialéctico da história, não entende que na mesma época histórica e na mesma sociedade possam coexistir vários modelos de produção, desde os mais antigos aos mais “futuristas”, como Marx no seu tempo revelou e como se comprova na actualidade, em todas as sociedades humanas existentes.

O Capitalismo constituiu o maior salto civilizacional e humanista que a Humanidade já deu em toda a sua história até ao presente.

Só quem não conheça a história das civilizações mais antigas e dos modos de produção anteriores ao Capitalismo é que poderá, erradamente, caracterizar o Capitalismo como algo retrógrado.

Não foi por acaso que Marx e Engels denominavam como *bárbaros* os sistemas sociais antigos, como reflecte o artigo de Marx de 1853 sobre *A Dominação Britânica na Índia*:

Decorridos tempos imemoriais, não existiam na Ásia senão três departamentos administrativos: o das Finanças, ou pilhagem do interior; o da Guerra, ou pilhagem do exterior; e, enfim, o departamento dos Trabalhos Públicos...

Ora, os Ingleses nas Índias Orientais aceitaram dos seus precedentes os departamentos das Finanças e da Guerra, mas eles negligenciaram inteiramente o dos Trabalhos Públicos. Daí a deterioração de uma agricultura incapaz de se desenvolver segundo o princípio britânico da livre concorrência, do “laissez faire, laissez aller”...

Ora, por mais triste que seja do ponto de vista dos sentimentos humanos ver essas miríades de organizações sociais patriarcais, inofensivas e laboriosas dissolverem-se, desagregarem-se nos seus elementos constitutivos e serem reduzidas à miséria, e os seus membros perderem ao mesmo tempo a sua antiga forma de civilização e os seus meios de subsistência tradicionais, não devemos esquecer que essas comunidades “villageoisies” idílicas, malgrado o seu aspecto inofensivo, foram sempre uma fundação sólida do despotismo oriental, que elas retêm a razão humana num quadro extremamente estreito, fazendo dela um instrumento dócil da superstição e a escrava de regras admitidas, esvaziando-a de toda a grandeza e de toda a força histórica. Não devemos esquecer os bárbaros que, apegados egoisticamente ao seu miserável lote de terra, observam com calma a ruína dos impérios, as crueldades sem nome, o massacre da população das grandes cidades, não lhes dedicando mais atenção do que aos fenómenos naturais, sendo eles mesmos vítimas de todo o agressor que se dignasse a notá-los. Não devemos esquecer que a vida vegetativa, estagnante, indigna, que esse género de existência passiva desencadeia, por outra parte e como contragolpe, forças de destruição cegas e selvagens, fazendo da morte um rito religioso no Hindustão. Não devemos esquecer que essas pequenas comunidades carregavam a marca infame das castas e da escravidão, que elas submetiam o homem a circunstâncias exteriores em lugar de fazê-lo rei das circunstâncias, que elas faziam de um estado social em desenvolvimento espontâneo uma fatalidade toda poderosa, origem de um culto grosseiro da natureza cujo carácter degradante se traduzia no facto de que o homem, mestre da natureza, caía de joelhos e adorava Hanumán, o macaco, e Sabbala, a vaca.

É verdade que a Inglaterra, ao provocar uma revolução social no Hindustão, era guiada pelos interesses mais abjectos e agia de uma maneira estúpida para atingir os seus objectivos. Mas a questão não é essa. Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir o seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. Senão, quaisquer que fossem os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução.

Para além dos extraordinários avanços na ciência e na tecnologia, da instituição jurídica dos “direitos humanos” antes arbitrária, violenta e sistematicamente negados e nas condições materiais de vida, a época do Capitalismo traduziu-se num estrondoso êxito biológico da espécie humana, a qual, sob o impulso da *Revolução Agrícola*, havia passado de somente 50 milhões no ano 1000 AC para 425 milhões em 1500 DC e que, desde o início da *Revolução Industrial*, em meados do século XVIII, até ao presente, passou de 791 milhões para os cerca 6.900 milhões actuais, com expectativas de vida muito mais longas que nos períodos anteriores.

A burguesia, durante o seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas; a aplicação da química à indústria e à agricultura, a

navegação a vapor, os caminhos de ferro, o telégrafo eléctrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando na terra como por encanto - que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? (Karl Marx – Manifesto Comunista 1848)

Este êxito, porém, não foi isento de custos, como aliás aconteceu em outras fases anteriores do desenvolvimento da Humanidade.

Não é necessário recordá-los no âmbito deste trabalho, pois eles estão presentes na realidade física e psicológica dos muitos milhões de seres humanos que sofrem diariamente a pobreza, a exploração, a humilhação e a insegurança perante o dia seguinte, e que também se encontram presentes em todos aqueles que, tendo embora relativamente assegurado o seu “pão diário”, sentem a sua dignidade humana e a sua segurança afectada pela condição dos primeiros.

Esta posição Moral de Revolta e de Solidariedade é tanto mais justificada quanto se conhecem tanto o beco sem saída em que o actual sistema socioeconómico está a colocar a Humanidade, como os potenciais de Conhecimento, Tecnológicos, Organizacionais e de Inteligências e Vontades de que esta dispõe para superar positivamente a actual e perigosa situação.

Por essa razão uma parte cada vez mais significativa da Humanidade considera que o Capitalismo deixou de constituir um sistema socioeconómico que possibilita o desenvolvimento geral da sociedade humana para se constituir num factor de condicionamento e entrave a esse desenvolvimento, e luta hoje por um novo sistema social mais adequado às necessidades do nosso tempo.

Apesar do Capitalismo, enquanto *modelo de sociedade* humana (económico, político, social e cultural) dar mostras de se encontrar hoje a caminho do esgotamento enquanto sistema hegemónico à escala mundial, criando mais e mais graves problemas sociais e ambientais do que aqueles que resolve e estando a encaminhar a Humanidade para situações potencialmente catastróficas, o *modo de produção* baseado no estímulo individual pelo lucro e numa ordem hierárquica rigorosa no plano empresarial continua válido e como melhor opção em muitos domínios da produção material e dos serviços, tanto em países desenvolvidos como, especialmente, em muitos países menos desenvolvidos.

O exemplo de Cuba, onde foi implantado um modelo Socialista profundamente humanista, democrático e igualitário, mostra bem que, independentemente do bloqueio económico norte-americano e da pressão subversiva a que tem sido continuamente submetido, esses factores positivos não foram suficientes para mobilizar os cidadãos para o *ótimo* aproveitamento dos recursos naturais do país nem para a

obtenção das *mais elevadas* produtividades do trabalho social. Por isso, o respectivo governo procura agora proceder a reformas no sistema, no sentido da restauração parcial das relações capitalistas de produção, que permitam mobilizar os cidadãos, através da restauração do estímulo individual pelo lucro e da auto-responsabilização pelos seus padrões materiais de vida.

Muitos outros países subdesenvolvidos, apesar de terem conquistado a sua independência política dos antigos impérios coloniais, mantêm-se hoje numa situação de tão grande dependência política do imperialismo e de atraso económico e social que só revoluções libertadoras democráticas que favoreçam o rápido desenvolvimento das forças produtivas poderão superar.

Mesmo que essas revoluções libertadoras sejam desencadeadas com consignas socialistas de justiça social e sejam promovidas por revolucionários socialistas, acabarão por ter de desenvolver um poderoso e hegemónico sector capitalista e a correspondente burguesia nacional para vencer os seus atrasos seculares.

Por isso, a luta pelo Socialismo (ou pela Sociedade do Viver Bem) não deverá adoptar o "*anti-capitalismo*" como palavra de ordem, pelas mesmas razões porque não deverá adoptar o "*anti-caça e recollecção*", o "*anti-religião*" ou qualquer outro "*anti*" relativamente a qualquer aspecto da vida social dos povos a que estes reconheçam validade na resolução das suas necessidades materiais ou espirituais.

CAPÍTULO 4

Porquê não “Anti-Globalização”?

Do mesmo modo, não faz qualquer sentido uma luta centrada na “anti-globalização”.

“Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um carácter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reaccionários, ela retirou à indústria a sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material quanto à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal.

Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente de civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços dos seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adoptarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a tornarem-se burguesas. Numa palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (Karl Marx – Manifesto Comunista 1848)

Como se poderá verificar pelo texto acima transcrito, a “globalização” não é um fenómeno novo ou perverso do Capitalismo, surgido na sua fase designada como “neoliberal”, mas sim uma lei intrínseca ao mesmo sistema, no sentido da realização da sua missão histórica de criar a base objectiva, económica, de unificação do mundo.

O fenómeno a que hoje se chama Globalização constitui a *terceira onda* de um longo processo de integração à escala planetária das sociedades humanas numa única Sociedade Humana Global, a qual se seguiu à primeira onda verificada no período das “descobertas” europeias a partir dos séculos XV e XVI, e à segunda onda, verificada no século XIX, de partilha do mundo em impérios coloniais.

Como Fidel Castro terá afirmado em 1998 em Genebra, "Gritar *Abaixo a globalização!* é como gritar *Abaixo a lei da gravidade!* "

A "novidade" do processo de "globalização" que ocorreu nos últimos vinte anos consiste em, nesse período, se ter verificado a "financeirização" e desterritorialização do capital, se ter verificado a implantação de uma *nova ordem mundial* caracterizada pela hegemonia global do grande capital internacional e do poder político-militar dos EUA, e ter ocorrido uma extraordinária revolução tecnológica na informática e nas telecomunicações, que permitiu a integração das suas operações à escala mundial e tornou o fenómeno mais evidente aos olhos dos cidadãos.

À luz dos interesses dos povos e do proletariado, o aspecto mais gravoso da actual onda globalizadora não foi económico mas sim político: a perda de controlo democrático sobre os processos económicos globais e nacionais.

No plano meramente económico, esta fase de "globalização" permitiu uma maior distribuição das actividades económicas pelo planeta e integrou na economia mundial muitos milhões de seres humanos em vários continentes, especialmente na Ásia.

Se bem que essa redistribuição de actividades pelo mundo tenha suscitado uma maior concorrência mundial e produzido um abaixamento geral dos salários nos países mais desenvolvidos, muitos dos factores que conduziram à forte redução dos padrões de vida dos trabalhadores e ao aumento das desigualdades foram de natureza política, resultantes da radical alteração da correlação de forças mundiais a favor do imperialismo em consequência da derrocada da URSS.

Na sequência dessa derrocada, salvo a China (e a Coreia do Norte dela dependente), o Vietname e Cuba, quase todos os outros países do mundo, mais ou menos "centrais" ou "periféricos", tiveram de aceitar as novas condições que lhes foram impostas pelo grande capital internacional e as potências imperialistas, perdendo, de facto, as suas soberanias política e económica, os espaços de manobra e capacidade reivindicativa que a anterior ordem mundial, baseada na existência de vários "mundos" e na ONU, lhe garantiam.

A *nova ordem mundial* daí decorrente, dirigida de facto pelo grande capital internacional e executada pelos governos do cartel dos G7/8, fez reduzir substancialmente os conteúdos decisórios dos Estados nacionais em cujo quadro os povos e os trabalhadores haviam obtido numerosas conquistas democráticas e sociais, tornando essas conquistas inconsequentes nos domínios fundamentais (possibilidade de políticas independentes, desenvolvimento económico, políticas sociais, etc.)

A *onda neo-colonizadora* que se abateu sobre o mundo a partir dessa *nova ordem internacional* e que abrangeu tanto países já desenvolvidos,

como os em desenvolvimento e sub-desenvolvidos, foi acompanhada com a instalação e o suporte a governos dependentes, retirando assim a estes países a possibilidade de um desenvolvimento independente do grande capital internacional e das grandes potências imperialistas, colocando os seus recursos naturais, humanos e infraestruturas à disposição e na dependência da economia mundializada.

Perante as consequências sociais dessa onda neo-colonizadora e o esvaziamento de competências e de recursos de grande parte dos Estados nacionais, será justo que os povos e os trabalhadores se oponham a muitos traços da actual fase de integração mundial, que reivindiquem a sua *re-libertação* nacional e uma ordem democrática mundial, que se oponham à pauperização, privatização e servilismo dos seus Estados nacionais face ao grande capital, no sentido de que a integração mundial se processe a favor do desenvolvimento harmonioso de todos os povos.

Os socialistas não têm, portanto, de se opor à “Globalização” enquanto processo integrador de todos os povos do mundo, mas sim contrapor à Globalização Capitalista, espoliadora das conquistas democráticas dos povos e polarizadora da riqueza e das sociedades, o seu próprio projecto integrador, **Democrático, Cooperativo, Solidário e Sustentável**.

CAPÍTULO 5

O Proletariado continua a ser a classe revolucionária que promoverá a transição para o Socialismo?

Haverá que recordar a seguinte definição de Engels:

“o proletariado é a classe da sociedade que retira a sua subsistência unicamente da venda do seu trabalho e não do lucro de um capital qualquer; a classe cujo bem-estar, cuja vida e cuja morte, cuja existência toda depende da existência de emprego, quer dizer, da alternância de bons e maus períodos de negócios, das flutuações de uma concorrência desenfreada. O proletariado ou a classe dos proletários é, numa palavra, a classe trabalhadora do capitalismo do séc. XIX.”

Com base na análise dos processos do seu tempo, Marx e Engels, prognosticaram uma rápida e quase completa proletarização das sociedades capitalistas de que resultaria a sua polarização num muito minoritário pólo burguês e num bloco largamente maioritário, proletário.

Esta “simplicidade” sociológica, que moldou em muitos aspectos o projecto social na URSS, não se verificou durante o processo de desenvolvimento do capitalismo, nem à escala nacional nem à escala global.

As sociedades capitalistas desenvolvidas são, hoje, muito mais complexas e diversificadas do que seria imaginável por Marx.

Várias razões contribuíram para esse efeito, entre as quais:

- O facto de ao capitalismo, por motivos de acumulação, não interessarem sociedades fortemente proletarizadas, preferindo, em seu lugar, explorar semi-proletários com aptidões similares e outras fontes de rendimento, para além do salário proletário, que permitam a reprodução dos agregados familiares; O processo de deslocalização inter-continental das unidades produtivas a que hoje se assiste corresponde, à escala planetária, aos processos similares já anteriormente verificados nos âmbitos intra-continental e nacional com finalidade idêntica
- O constante desenvolvimento tecnológico, o qual tende a fazer diminuir relativamente o contingente do proletariado aplicado directamente na produção e altera substancialmente a sua tipologia e estrutura interna.
- O facto de se ter mantido, a par das grandes corporações capitalistas, um significativo numero de pequenos e médios proprietários, camponeses, empresários, profissionais liberais e trabalhadores independentes que cumprem funções na dependência do grande capital ou em sectores socialmente úteis mas mantidos fora das prioridades de exploração pela grande burguesia;

- O facto de tender a crescer substancialmente o número de cidadãos excluídos dos processos de produção e gestão social, considerados “inactivos”, onde se englobam os reformados, os desempregados e dependentes, bem como a imensa massa de jovens estudantes que, por efeito do aumento do tempo de escolaridade, prolongam esta condição já pela sua vida adulta.
- Cresce, por outro lado, em consequência da mobilidade profissional e da precariedade laboral, o número de proletários que alternam ao longo da vida esta condição com outras actividades não proletárias, com reflexos na respectiva consciência social.
- Numerosos proletários mais qualificados são possuidores de acções em empresas e beneficiam de aplicações financeiras pessoais ou através de fundos de pensões, como resultado de medidas de “capitalismo popular”.
- Verificou-se um crescimento significativo e complexificação dos aparelhos do Estado burguês em muitos países centrais, designadamente no período do “Estado-social”, tendo aumentado bastante o número de “trabalhadores e funcionários públicos”, os quais, sendo embora globalmente proletários, exercem uma função dual na sociedade, de serviço à cidadania e de serviço às classes dominantes, incluindo nos respectivos aparelhos repressivos.

No cruzamento de toda esta complexidade e dualidade de papéis, tornou-se mais difícil identificar as classes sociais “puras”, inclusive o proletariado, bem como os respectivos posicionamentos relativamente aos problemas actuais, o que não ocorria em tempos anteriores.

Unidade e fragmentação do Proletariado

Durante grande parte do século XX, designadamente até à década de 1970, a forma de organização dos grupos empresariais capitalistas era, predominantemente, a das grandes concentrações industriais verticalmente integradas, proporcionando que nelas se concentrasse o proletariado, independentemente de serem operários aplicados directamente na produção ou trabalhadores dos serviços administrativos, logísticos, de engenharia, comerciais, etc. Esta conformação concentrada facilitava a unidade proletária e punha os colectivos de trabalhadores directamente em confronto com o patronato.

A organização fabril, do tipo militar, com toda a sua hierarquia e disciplina de trabalho e a sua capacidade de operar com os meios técnicos da produção conferia à *classe operária*, para além de elementos de identificação próprios, uma extraordinária capacidade de luta que faziam dela a “vanguarda do proletariado”.

Além do mais, essa forma de organização empresarial facilitava o conhecimento directo de todo o ciclo de negócios do grupo empresarial,

dando aos trabalhadores, em caso de conflito de classe agudo, a possibilidade de parar completamente todas as funções empresariais ou, em caso de tomada do poder, de assegurar imediatamente a continuidade dessas operações.

Esta situação favorecia a correlação de forças para o lado do proletariado e, enquanto persistiu, permitiu-lhe obter numerosas e importantes conquistas salariais e laborais.

A reorganização empresarial efectuada pelo capital a partir da década de 1970, consistindo no fraccionamento e desmembramento dessas concentrações, já antes sumariamente descrita, dispersou o proletariado por numerosíssimas pequenas e médias empresas independentes, estruturadas segundo a tipologia de trabalho (produção de componentes, contabilidade, gestão de pessoal, assuntos jurídicos, consultoria de gestão, logística e transportes, guarda e segurança, manutenção, engenharia, marketing e vendas, etc.), dispersas territorialmente (no plano nacional ou internacional), com reflexos profundamente negativos na unidade e coesão dos trabalhadores e na sua capacidade reivindicativa e de luta directa contra o grande capital.

À sombra dessa segmentação e dispersão empresarial, constituiu-se, tanto em países do “centro” como da “periferia”, uma vasta “classe média” de pequenos e médios empresários e de trabalhadores qualificados, a qual, embora extremamente dependente das encomendas dos grandes grupos capitalistas que gerem processos globais integrados, serve de “tampão” entre estes e a grande massa de trabalhadores pouco qualificados, precarizados e crescentemente excluídos dos processos produtivos, vivendo no limiar da subsistência.

É nesse quadro de sucessiva segmentação das actividades produtivas e dos serviços que lhes são necessários que a burguesia e os seus agentes proclamam o “empreendedorismo” como a panaceia que fará a selecção entre os que serão “vencedores”, isto é, os que poderão alimentar uma esperança de vir a pertencer às “classes médias” e aqueles que, “por não terem espírito empreendedor”, ficarão condenados a uma vida de subsistência vegetativa.

Este é o “caldo ideológico” que norteia todo o processo de fragmentação e atomização sucessiva do proletariado, consistindo:

- na captura, directamente para a órbita da burguesia, dos trabalhadores “de elite”, fieis ao capital e de maiores qualificações (os que ficam directamente ligados aos núcleos funcionais e operativos das transnacionais), tornando-os cúmplices da exploração de todas as outras camadas sociais através de altíssimas remunerações e prémios de desempenho e, até, de participações simbólicas no capital;
- na captura para a órbita burguesa de muitos quadros técnicos e trabalhadores qualificados convertidos em médios, pequenos e micro empresários na sequência da elevada fragmentação dos processos

produtivos, logísticos e de distribuição, os quais, vivendo na extrema dependência dos processos globais administrados pela transnacionais e dos créditos concedidos pelo capital financeiro seu cúmplice, se transformam em servos do grande capital e “capatazes” da imensa massa de proletários precarizados, pouco sindicalizados e em intensa competição entre si pela subsistência;

- no abandono à sorte da iniciativa pessoal, dos sistemas de previdência social, da assistência social ou da caridade pública de uma massa cada vez maior de cidadãos mais ou menos definitivamente excluídos dos processos da produção social, normalmente abandonados pelos sindicatos tradicionais.

Os Estados Unidos continuam a enfrentar uma verdadeira tragédia nacional de dezenas de milhões de pessoas desempregadas que foram literalmente descartadas por causa de um grande negócio de outsourcing para a China, Índia e outros lugares. Pior ainda, as estatísticas de desemprego são manipuladas a cada mês numa farsa cruel para fazer parecer que a taxa de desemprego é muito menor do que realmente é. A elevada taxa de desemprego é embaraçosa e teria um impacto psicológico negativo nos trabalhadores e nas empresas, pelo que os trabalhadores são removidos cirurgicamente da força de trabalho e escondidos da vista. (Richard Benson SafeHaven – Fev 2011, em <http://www.safehaven.com/article/2009/the-collapse-of-americas-labor-force>)

Neste contexto de extrema fragmentação e divisão do proletariado e de controlo absoluto dos processos integradores da produção e da distribuição pelos núcleos centrais dos grandes grupos empresariais que dominam os processos em grande escala, o proletariado tem dificuldade em encontrar um espaço de luta directa contra o grande capital e perde a possibilidade, em caso de tomada do poder, de manter estáveis os ciclos produtivos e de distribuição, os quais lhe escapam completamente ao controlo.

Este cenário não se desenvolveu de modo uniforme em todos os países.

Ele atingiu níveis apreciáveis de concretização nos países do “centro” capitalista que foram berço da grande indústria mecanizada e concentrada e onde hoje as respectivas economias se encontram fortemente internacionalizadas, tornando extremamente difícil a ocorrência de processos revolucionários à escala nacional, salvo em situações de derrocada institucional e económica que interrompa o funcionamento do sistema global.

Pelas razões expostas, verifica-se a tendência, em alguns desses países, para a transferência da capacidade combativa do proletariado dos sectores económicos privados (industriais e de serviços “dispersados”) para os sectores de serviços públicos, dos trabalhadores das administrações do Estado, da educação, da saúde, dos transportes públicos, etc., domínios ainda relativamente concentrados e sujeitos a

autoridades centralizadas.

A contra-ofensiva burguesa contra a capacidade económica e funcional dos Estados nacionais, para além de tender a anular as conquistas democráticas dos povos visa ainda a fragmentação e dispersão do bloco do proletariado ainda presente nos aparelhos do Estado e nas empresas públicas, os quais não foram objecto da reestruturação fragmentadora verificada na economia capitalista.

Todos os processos de fragmentação dos processos produtivos e de distribuição e de criação de dependências sucessivas, mais acima referidos, são agravados através das dívidas financeiras contraídas, desde os níveis pessoal e familiares até aos governos locais, às micro, pequenas e médias empresas de qualquer ramo, às associações sociais, até aos Estados nacionais.

Este mecanismo, de dependências funcionais e financeiras em cascata, tende a recriar uma nova ordem de tipo “feudal” e de carácter tributário constituída por:

- a) Uma classe dominante integrando os indivíduos directamente associados ao capital financeiro internacional, às transnacionais e aos grupos “internacionalizados”;
- b) Um diversificado grupo de parasitas sociais “rentistas” que vivem exclusivamente de rendimentos financeiros, imobiliários ou da concessão da exploração de recursos naturais sobre os quais detenham “direitos jurídicos”;
- c) A “classe política” ao serviço do grande capital, frequentemente corrupta e rentista;
- d) Um grupo heterogéneo constituído pelos profissionais dos serviços repressivos e de segurança dos Estados (estruturas judiciais, policiais e militares) que, em democracia, deveriam estar ao serviço da cidadania, mas que a grande burguesia entende e procura sempre utilizar como a sua “guarda pretoriana”;
- e) Uma classe “laboriosa”, constituída por: pequenos, médios e micro empresários privados de base nacional, subsidiários da economia internacional e trabalhando para o mercado interno; pelo proletariado ao serviço da economia privada; por profissionais liberais, camponeses e trabalhadores independentes; pelos indivíduos implicados em actividades de economia social e, finalmente, pelos cada vez menos numerosos trabalhadores dos serviços gerais à comunidade (dos “serviços públicos” remanescentes;
- f) Uma classe cada vez mais numerosa de “precários” e excluídos dos processos produtivos sociais a viver dos recursos públicos ou actividades próprias de carácter mais ou menos marginal.

É neste contexto de desestruturação da antiga e conhecida oposição directa entre classe operária (como “vanguarda do proletariado”) e

burguesia e de grande complexidade social que poderá ter algum fundamento a introdução do conceito de **Povo** como base social para o empreendimento das revoluções que, em cada caso e situação, se tornem necessárias, o qual *poderá integrar uma vasta constelação de grupos sociais referidos nas alíneas e) e f) acima referidas e, parcialmente, na alínea d).*

Então, perante este estado de coisas e as suas tendências, onde é que vamos encontrar o proletariado e de onde é que virá a sua relevância revolucionária?

Salvo em algumas zonas do Oriente e de alguns outros países em desenvolvimento submetidas a um processo de industrialização recente, onde milhões de camponeses têm vindo a engrossar as fileiras do proletariado, tanto em regime de "trabalho ao domicílio" como em grandes concentrações fabris ou de serviços, na generalidade dos países "ocidentais" mais desenvolvidos o proletariado encontra-se "diluído", laboral e residencialmente, nas restantes massas populares, no *Povo*.

Nestes casos, onde a luta de classes directa se tornou mais difícil, o proletariado continua não só a desempenhar um importante papel de resistência de classe contra as políticas burguesas de precarização do trabalho e de redução de salários, como participa de forma decisiva e agregadora em muitas outras lutas por objectivos que excedem largamente o estrito âmbito dos seus interesses imediatos, que são comuns a muitas outras camadas da população, como sejam a defesa das conquistas do Estado-social nos domínios dos sistemas de aposentação, dos sistemas públicos de saúde, de educação e de transportes colectivos, contra a privatização de serviços e empresas públicas, nas lutas pela democracia participativa, contra a pobreza, pela defesa do meio ambiente, pela defesa de direitos individuais, sociais e culturais, pela paz, contra o imperialismo, de solidariedade internacional, etc.

Assim, ao mesmo tempo que a luta de classes directa parece ter decaído, o proletariado estabelece alianças "identitárias de resistência" com elementos e sectores de outras classes e alarga a luta social por valores e reivindicações progressistas, tanto à escala local e nacional como à escala internacional. Essas lutas constituem, por isso, plataformas de acumulação de forças que não só condicionam a exploração desenfreada, o belicismo e a tendência securitária do capitalismo global, como preparam o campo para as alianças e enfrentamentos de classe do futuro com a grande burguesia internacional, designadamente quanto à falta de controlo democrático do capital financeiro internacional.

O movimento proletário deverá integrar em si, sem preconceitos "obreiristas", os proletários mais qualificados nos planos da ciência, da

tecnologia e da gestão, os trabalhadores da informática e das telecomunicações, da educação, da saúde, da cultura, dos sistemas de informação, da automação e da robótica, dos sectores aero-espacial e ambiental, das novas energias, da investigação científica, das indústrias e sectores de serviços de “ponta” (química, biologia, engenharias, gestão financeira, gestão de projectos, marketing, logística internacional, engenharia de processos, design, arquitectura e ordenamento do território, comércio internacional, etc.), em suma, os especialistas das áreas de actividade que moldarão a base ambiental, tecnológica e económica da sociedade do futuro.

A “classe operária”, constituída pelos proletários da indústria e da agricultura directamente implicados na produção, continuarão, pela sua organização e tradições de luta, a desempenhar um papel fundamental na resistência à actual contra-ofensiva do capitalismo e, em países mais atrasados, a constituir o destacamento fundamental do proletariado e das massas populares em geral por mudanças democráticas e pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Porém, nos países mais desenvolvidos, é inconcebível a luta pelo aprofundamento democrático e o Socialismo sem a participação massiva e decisiva não só dos proletários mais qualificados nos planos científico e tecnológico, da gestão, da cultura e do Conhecimento em geral, como das restantes grupos sociais populares que se vêm profundamente afectados nas suas vidas e legítimas aspirações pelo domínio do grande capital sobre os Estados e toda a sociedade.

É nessa massa popular, complexa e diferenciada em cada sociedade nacional, que cresce, em resultado do fracasso social, humano e ambiental do capitalismo à escala mundial, a consciência da necessidade de um modelo “alternativo” de sociedade humana ao qual, à falta de outro nome ainda não “inventado”, chamaremos **Socialismo**.

No seio do Povo, sem disputar vanguardas ou quaisquer privilégios, lá estará, como núcleo esclarecido e combativo por uma nova sociedade sem exploração nem opressão, por uma sociedade de cidadãos livres e iguais, o Proletariado.

Povo e Revoluções Populares

O *Povo*, como mais acima se referiu, não constitui uma massa homogénea de cidadãos quanto ao seu posicionamento e funções no sistema produtivo da sociedade nem quanto ao grau com que são afectados pelo sistema de dominação e exploração da sociedade pela grande burguesia.

Não havendo embora coincidência de pontos de vista e de interesses entre todos os grupos sociais que se integram no Povo, existe uma base

comum de identificação: a consciência de que não participam efectivamente nos processos de decisão política, tanto no plano nacional como internacional, os quais se encontram sequestrados por uma pequena minoria, e dos quais resultam sistematicamente a polarização da riqueza, injustiças e perversões sociais, depredações ambientais e insegurança e imprevisibilidade quanto ao futuro.

Em cada sociedade estas questões colocam-se de modo diferenciado consoante a sua história e cultura e a forma como são afectadas pelos processos globais e regionais que se encontrem a ocorrer, exigindo que, em cada país e momento, as situações sejam abordadas de modo específico quanto à correlação de forças sociais, à política de alianças, às formas de organização revolucionária, aos seus objectivos e métodos de acção.

Assim, numa abordagem muito genérica, apresentam-se três situações-tipo para o desenvolvimento de revoluções populares:

- *Nos núcleos centrais dos blocos imperialistas:*

Apesar de sacudidos com problemas sociais crescentes, os países neles integrados poderão absorver as tensões sociais existentes enquanto for possível redistribuir internamente uma parte dos resultados da exploração dos trabalhadores e dos recursos dos países dependentes em todo o mundo. Com a progressiva libertação destes dos mecanismos de exploração e troca desigual, essa margem de manobra ver-se-á substancialmente reduzida podendo, então, virem a criar-se situações mais favoráveis ao desenvolvimento de factores revolucionários (aprofundamento democrático no sentido da democracia radical, larga extensão da economia social e comunitária, etc.).

- *Em países ou conjuntos de países periféricos e dependentes*

Nestes países, relativamente pouco "internacionalizados" ou cuja economia nacional lhes permita avançar de modo relativamente autónomo, os processos revolucionários de base nacional são possíveis se conseguirem estabelecer alianças económicas e comerciais com conjuntos de países economicamente complementares e progressistas.

No entanto, poder-se-á dizer que as revoluções que possam ocorrer nesses países terão necessariamente um carácter "Socialista"?

Certamente que as reivindicações populares no sentido do Socialismo estarão presentes e reflectirão o peso e as características do proletariado em cada situação concreta. Contudo, na generalidade dos casos, não será expectável que existam condições económicas e culturais para uma efectiva transição para o Socialismo, pelo que tais revoluções adquirirão um carácter essencialmente democrático e nacional, visando a implantação ou a remodelação progressista dos modelos democráticos de gestão social e a libertação dos países

relativamente aos factores de dependência estranguladores dos potenciais nacionais.

- *Em países ou conjuntos de países sub-desenvolvidos*

Em países com economias relativamente autárquicas e atrasadas, marginais aos processos de integração económica global, só revoluções democráticas e nacionais de orientação socialista e anti-imperialista poderão alavancar forças internas que lhes permitam vencer o subdesenvolvimento endémico, apesar do diminuto peso que o proletariado normalmente tem no conjunto dessas sociedades.

Um aspecto, porém, redobra de importância, o qual consiste na necessidade de articulação solidária das actividades revolucionárias libertadoras à escala internacional e global.

CAPÍTULO 6

A revolução Socialista poderá ser realizada num só país?

A esta pergunta respondeu Engels:

Não. A grande indústria, ao criar o mercado mundial, uniu todos os povos da terra, e principalmente os povos civilizados, a tal ponto que cada povo depende daquilo que ocorre com os demais. Além disso, a grande indústria nivelou em todos os países civilizados o desenvolvimento social, a tal ponto que em todos eles a burguesia e o proletariado tornaram-se as duas classes decisivas da sociedade e a luta entre essas duas classes tornou-se a principal luta de nossos dias. Por isso, a revolução socialista não será uma revolução apenas nacional, mas ocorrerá simultaneamente em todos os países civilizados, quer dizer, pelo menos na Inglaterra, na América, na França e na Alemanha. Irá se desenvolver mais rapidamente ou mais lentamente em cada um desses países, de acordo com o maior ou menor desenvolvimento da indústria, a maior ou menor acumulação de riquezas e a maior ou menor massa de forças produtivas que possua cada um deles. Assim, na Alemanha ela será mais lenta e mais difícil, enquanto que na Inglaterra será mais rápida e mais fácil. Terá grande repercussão sobre os outros países do mundo, transformará completamente e acelerará extraordinariamente o modo de desenvolvimento por eles seguido até aqui. Será uma revolução universal e terá por isso um terreno universal.

O grau de internacionalização da indústria, do comércio, do capital financeiro, das comunicações e dos sistemas de defesa e segurança burgueses verificado actualmente levou a que se tivesse constituído não um sistema "internacional" mas sim um sistema "Global" cujos principais centros de "comando e controlo" se situam nos EUA.

O "sistema-mundo" assim estabelecido poderá comportar algumas experiências socialistas em alguns países desde que estas não ponham em causa a sua integridade global e hegemonia. Caso contrário, a resposta poderá ser catastrófica.

Os fundadores do socialismo científico descartavam a ideia de um Socialismo vitorioso em países isolados e economicamente atrasados.

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objectivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objectivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a

sua realização. (Karl Marx, "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política", 1859)

O estudo da Revolução de Outubro na Rússia e do seu desenvolvimento subsequente como URSS continua a ser essencial para a compreensão deste assunto. Ela só conseguiu vingar dado que, pelos seus vastos recursos territoriais, humanos e naturais, teve condições para um desenvolvimento relativamente autárquico e gerar suficientes potenciais de defesa. No entanto, submetida a uma constante tensão defensiva e posteriormente submetida a concepções anti-socialistas, não conseguiu impulsionar as forças produtivas para além de um certo limite nem dispor de reservas de potencial para criar um sistema-mundo alternativo.

É certo que, até à derrocada da URSS, a generalidade dos povos que a integravam deram passos de gigante no caminho do desenvolvimento social e económico; no decurso da sua experiência socialista esses povos conseguiram realizações inimagináveis dado o profundo atraso dos respectivos pontos de partida.

Mas nem por isso se poderá dizer que será possível desenvolver o Socialismo num país atrasado como o era a Rússia e, ainda mais, os povos da ex-URSS, os quais não tinham qualquer cultura económica e democrática modernas, não lhes restando outro caminho do que seguir, como proletários executantes, as orientações que lhes vinham do topo da hierarquia política. O facto de a URSS ter derrocado como ocorreu mostra bem que o Socialismo não estava "impregnado" nas massas populares nem, tão pouco, na própria classe dominante. O socialismo soviético teve um enorme êxito na recuperação do atraso secular de milhões de seres humanos, arrancou-os da modorra medieval, "trouxе-os" até à modernidade e "ofereceu-os", como proletários aplicados, à exploração do sistema-mundo capitalista.

As experiências socialistas da China e do Vietname, que perduram, mostram que só recusando a autarcia e restaurando parcialmente as relações de produção capitalista será possível, no mundo de hoje, dar passos civilizacionais significativos, para benefício do seu povo e do mundo.

O exemplo de Cuba, que não tem qualquer peso sistémico no sistema-mundo existente, brilha pelas suas conquistas sociais e como um símbolo de dignidade e rebeldia face ao maior império da história da humanidade.

Em qualquer desses casos, a sobrevivência da orientação socialista fez-se à custa da manutenção de um sistema de governo altamente centralizado e de volumosos aparelhos de Estado.

A primeira conclusão que se poderá tirar é que continua a ser possível a tomada do poder pelas massas populares à escala de cada país ou de

agrupamentos de países em momentos diversos mas que, para o aprofundamento subsequente da revolução socialista, será necessário que alterações democráticas e progressistas se verifiquem no interior dos países capitalistas mais desenvolvidos, de modo a desmontar o imperialismo e a sua belicosidade militar. Só nestas condições será possível desenvolver de modo significativo os traços fundamentais do Socialismo no que respeita à progressiva diminuição do papel do Estado na regulação da vida da sociedade e promover a sua substituição pelas redes de auto-governo social.

Continua, no entanto, possível e desejável, que os *Povos* ascendam ao poder político sempre que para tal tenham as necessárias condições, procurando, numa primeira fase, reconquistar a soberania nacional relativamente ao imperialismo e às transnacionais, transformar os sistemas de governo com base nos princípios da democracia radical, valorizar e devolver poder aos cidadãos, promover a igualdade, promover o desenvolvimento tecnológico, assegurar a autonomia alimentar e energética, desenvolver parcerias e complementaridades com outros países, criar uma consistente rede de alianças internacionais e promover uma acelerada industrialização e a produção de serviços de qualidade, em “conexão” com a economia mundial.

Os exemplos de transformações revolucionárias bem sucedidas em países “não-centrais”, tendo como referência o desenvolvimento e a Felicidade Humana e onde se conjuguem a máxima democracia, o desenvolvimento social, a eficiência económica e a defesa do ambiente natural, prestarão um inestimável contributo para o prestígio dos ideais do Socialismo em todo o mundo, designadamente no seio dos povos dos países imperialistas.

Contudo, o Socialismo só poderá consolidar-se e tornar-se hegemónico à escala global quando a sua influência nos países “centrais” for suficiente para levar à incorporação, no *Sistema de Desenvolvimento Democrático de Toda a Humanidade*, dos extraordinários potenciais contidos na rede de “*economia mundializada*”, isto é, na rede geral do capital financeiro internacional e das trans e multinacionais.

A segunda conclusão que se tira é que os diversos movimentos proletários e populares deverão, o mais rápido possível, libertar-se do seu carácter “autárcico”, “nacionalista”, e convergirem num sentido verdadeiramente universal: **“Povos de Todos os Países, Uni-vos!”**

A unidade do Movimento Universal dos Povos é inteiramente compatível com a diversidade de situações verificadas no mundo e com a autonomia dos seus movimentos “nacionais e regionais”, no quadro de uma estratégia global comum.

CAPÍTULO 7

Ditadura da Burguesia e “Ditadura do Proletariado”

No Capítulo 2, ***Fontes de Legitimação do Poder Político e o Socialismo***, referiu-se que um dos instrumentos do Poder é a *Capacidade de Imposição, isto é, a capacidade de tomar decisões (dar ordens, legislar) e de as fazer cumprir, sempre que necessário através do exercício da violência.*

Em todas as sociedades divididas em classes sociais, as classes dominantes exercem sempre o seu Poder fazendo uso da respectiva *Capacidade de Imposição*.

Todos os sistemas sociais dotados de *Capacidade de Imposição* são Ditaduras, independentemente do grau de Consenso Comunitário de que façam uso, revistam eles a forma política de ditadura formal, de democracia censitária ou democracia representativa (Consenso Comunitário restrito) ou, ainda, de democracia radical e integral (Consenso Comunitário amplo).

É nesta perspectiva que Marx se refere tanto à ditadura da burguesia como, durante o período de transição para o Socialismo, à ditadura do proletariado.

A ditadura (ou dominação) da burguesia exerceu-se inicialmente através do poder político formado a partir de mecanismos de democracia censitária, na qual só as classes proprietárias de meios de produção participavam. O “Estado de Direito” assim criado consagrou não só os compromissos entre os diversos grupos dominantes mas, fundamentalmente, a ordem jurídica que tornava a inexpugnável a propriedade privada e determinava as condições de exploração das massas trabalhadoras.

Com a conquista do sufrágio universal pelos povos e com o consequente receio da conquista do poder político pelas massas populares, a burguesia para além de fomentar a divisão dos trabalhadores e de manobrar com os modelos eleitorais conforme as suas conveniências, intensificou a influência do Poder Económico e dos instrumentos de difusão ideológica de que dispõe no sentido de condicionar os resultados eleitorais e impedir o ascenso das massas trabalhadoras maioritárias ao Poder Político.

A grande concentração da propriedade e da riqueza veio a dar à burguesia monopolista e imperialista um extraordinário ascendente sobre todas as outras camadas sociais segundo o princípio de que “tudo se compra”.

De facto, o saque dos países colonizados e dos “pátios traseiros” permitiu uma tal acumulação de riqueza que a redistribuição directa ou indirecta de uma pequena parte dela por diversas camadas, grupos e organizações sociais dos países do “centro” explorador se tem revelado um investimento compensador em termos da sua neutralização política revolucionária e, até, da sua adesão às políticas imperialistas.

As concessões feitas pelo grande capital no âmbito do chamado “Estado Social ou de Bem-Estar”, a corrupção directa de muitos dirigentes políticos e sociais que supostamente deveriam representar os interesses das massas populares e, mais modernamente, o chorudo financiamento dos partidos “amigos” e das campanhas eleitorais inseridas na “política-espectáculo” constituem não só a concretização dessa redistribuição imperialista como o passaporte para a intensificação da exploração dos trabalhadores e a rapina dos recursos naturais, das infraestruturas e meios de produção públicos de todos países.

Assegurada por essas vias a integração no sistema de dominação burguesa de numerosos partidos políticos e organizações sociais, a grande burguesia impôs, no decurso da sua grande ofensiva chamada “neoliberal”, que os Estados nacionais se limitassem a uma função meramente “reguladora da economia” e fossem esvaziados de toda a sua capacidade económica em benefício dos respectivos povos, de modo a que, em quaisquer circunstâncias políticas, estes ficassem na mais completa dependência dos fluxos económicos da economia capitalista e monopolista em todas as áreas críticas para uma sobrevivência independente: no plano alimentar, energético, das comunicações, da saúde, da ciência e tecnologia, etc.

Com esse “golpe de Estado” anti-democrático, a grande burguesia não só se viu livre de importantes concorrentes como se apropriou a baixíssimo custo dos activos rentáveis propriedade comum das diversas sociedades, deixando os Estados privados das correspondentes fontes de financiamento (impostos e lucros) e, simultaneamente, com os prejuízos das actividades não rentáveis.

A independentização quase completa do capital financeiro relativamente aos controlos democráticos nacionais veio colocar nas mãos do grande capital a possibilidade de, a todo o momento, manter uma pressão chantageira em cima de quaisquer governos nacionais e de esvaziar as respectivas economias dos recursos financeiros indispensáveis ao seu funcionamento, especialmente se esses governos fugirem ao seu estrito controlo.

A ditadura da burguesia é hoje, na época do capitalismo decadente, do Império norte-americano e da ostensiva dominação dos governos nacionais pelos “mercados”, cada vez mais reconhecida pelas vastas massas populares, desde o proletariado “precarizado” às classes médias

urbanas muito qualificadas, independentemente de viverem em regimes políticos formalmente democráticos.

Não são só esses, porém, os instrumentos que a burguesia utiliza para manter sequestrada a democracia resultante do sufrágio universal, independentemente do tipo de democracia de que se trate, mais ou menos *representativa* ou mais ou menos *participativa*, reflectindo um maior ou menor *Consenso Comunitário*.

A opacidade com que funcionam os governos e os aparelhos de Estado ao serviço da burguesia visa não só esconder dos povos essa postura de serventia como impedir que estes tenham acesso a informação qualificada quanto aos diversos assuntos do seu interesse, facto que não passa despercebido a Joseph Stiglitz, economista burguês laureado com o prémio Nobel pelos seus estudos relativos à informação assimétrica:

"Posteriormente às eleições, os cidadãos podem monitorar eficazmente o governo somente se estiverem bem informados. Por isso é que as leis para garantir o direito de conhecer as acções do governo são tão importantes. Naturalmente, os políticos preferem trabalhar em segredo, sem supervisão. Ninguém pode imaginar uma situação na qual a contratação de um trabalhador e permitir-lhe não informar o empregador sobre o que está fazendo no local de trabalho. Os políticos trabalham para os cidadãos, que têm o direito de saber o que estão a fazer os seus empregados. Os cidadãos têm o direito de saber como o seu dinheiro é gasto e quem é consultado para conceber as políticas. Eles têm o direito de saber se a Enron e as companhias petrolíferas estão a moldar a política energética. Eles têm direito a saber por que os Estados Unidos e o mundo foram enganados por falsas afirmações sobre armas de destruição maciça no Iraque. A minha pesquisa centrou-se sobre as consequências das assimetrias na informação verídica tem consequências igualmente graves, senão piores, para os processos políticos." (Joseph Stiglitz, In www.project-syndicate.org. "A Democracia começa em casa", Abril de 2005)

Ou, dito por outras palavras mais claras:

Na legislação e no governo, a burguesia é dirigida principalmente pelos seus próprios interesses e preconceitos, sem levar em conta os interesses do povo. É verdade de que todos os nossos legisladores, assim como todos os membros dos governos cantonais são eleitos, directa ou indirectamente, pelo povo. É verdade que, no dia de eleição, mesmo a burguesia mais orgulhosa, se tiver ambição política, deve curvar-se diante de sua Majestade, a Soberania Popular. Mas, terminada a eleição, o povo volta ao trabalho e a burguesia aos seus lucrativos negócios e às intrigas políticas. Não se encontram nem se reconhecem mais. Como se pode esperar que o povo, oprimido pelo trabalho e ignorante da maioria dos problemas, supervisione as acções dos seus representantes? Na realidade, o controlo exercido pelos eleitores aos seus representantes eleitos é pura ficção. Já que no sistema representativo, o controlo popular é apenas uma garantia da liberdade

*do povo, e é evidente que tal liberdade não é mais do que ficção.
(Mikhail Bakunine, "A Ilusão do Sufrágio Universal")*

A ditadura da burguesia exerce-se directamente e sem qualquer espécie de camuflagem no âmbito das empresas e unidades de produção capitalistas, através da imposição hierárquica, da mais feroz exploração e repressão laboral e da dependência extrema dos trabalhadores e das respectivas famílias relativamente ao seu emprego. Neste âmbito também, a ofensiva "neoliberal" politicamente suportada pelos governos dependentes, acompanhada pelo agravamento das dívidas familiares induzidas pelo próprio capitalismo, veio a destruir muitas das conquistas laborais antes alcançadas e a colocar os trabalhadores e respectivas famílias na completa dependência da arbitrariedade patronal.

Essa ditadura reflecte-se ainda ao nível micro, nas políticas dos Estados formalmente democráticos em criar todo o tipo de dificuldades legais, administrativas, técnicas e financeiras às iniciativas de economia social e comunitária, designadamente cooperativas, bem como às iniciativas de empreendedorismo dos cidadãos, no sentido de interditar às populações uma vida autónoma, não dependente do "universo" do Capital.

A dominação dos povos através do colonialismo e do moderno neo-colonialismo, a extrema violência bélica e repressiva utilizada pela grande burguesia sobre os povos, o historial de golpes de Estado e de acções subversivas desencadeados para depor governos democraticamente eleitos e patriotas, a utilização do fascismo e do nazismo como formas extremas de dominação, o apoio continuado e público a ditaduras formais em tantos países dependentes, a manipulação informativa e psicológica exercida através dos seus meios de propaganda, evidenciam que o "jogo democrático" só é válido para a grande burguesia quando, através da manipulação, da repressão e da chantagem, os resultados eleitorais lhe são favoráveis.

Sim, a ditadura da burguesia existe e exerce-se realmente, independentemente do regime político, autoritário ou "democrático" que esteja em vigor.

Contudo, a burguesia, hipocritamente, sempre se afirma democrática e, quando impõe aos povos governos de ditadura formal, cala-se e finge que não é da sua responsabilidade, afirmando depois, perante a derrota dos ditadores, que eram "loucos", como fizeram com Hitler e muitos outros.

Por outro lado, quando se depara com dirigentes nacionais patrióticos e profundamente democráticos, defensores dos interesses dos respectivos povos contra a rapina do grande capital, a grande burguesia procura imediatamente desqualificá-los como "anti-democráticos" ou, igualmente, "loucos".

Costuma dizer-se que a burguesia tem um duplo critério na apreciação das situações, mas isso não é verdade. Tem sempre o mesmo critério, o *dos seus interesses de classe*, mesmo que moral ou intelectualmente tenha de se contradizer.

Os socialistas, pelo seu lado, têm bem presente que o conceito teórico de “ditadura do proletariado” corresponde, tanto pelo seu conteúdo como pela forma, à mais extensa e profunda democracia alguma vez existente, que corresponde ao exercício do poder radicalmente democrático por todo o povo, por todos os cidadãos livres e iguais, para benefício e desenvolvimento geral da sociedade.

Conforme referido no Capítulo 2- *Fontes de Legitimação do Poder Político e o Socialismo*:

"A Revolução Socialista corresponde à conquista do Poder Político pela totalidade dos Cidadãos (o Povo), à imposição da Soberania Popular sobre todas as esferas da actividade da sociedade (Democracia Integral) e à difusão ideológica do Projecto de Sociedade Livre e Sustentada, o Socialismo".

E ainda:

Na Revolução Socialista, a Imposição. (com todos os seus instrumentos coercivos), tenderá, como fonte de legitimação, a extinguir-se e a transmutar-se em Poder Moral, isto é, em Mérito e Responsabilidade Universalista (Humana, Social, Pátria, Internacional e pela Mãe Terra) como únicos critérios para o exercício de qualquer mandato social (sempre e a cada momento revogável). O Direito enquanto instrumento da defesa dos interesses da minoria exploradora e, como tal, governando a "Justiça", será, finalmente socializado; a Justiça governará o Direito.

A Revolução Socialista visa a implantação de uma sociedade sem classes sociais, de liberdade individual plena, sem quaisquer formas de dominação, dependência ou coerção e, portanto, sem *Capacidade Impositiva*, a qual, no decurso do processo de transformação social, se transmutará em *Poder Moral*.

Por outro lado, não se tem verificado a hipótese de Marx relativamente à rápida proletarianização de todas as classes populares oprimidas pela grande burguesia, segundo a qual todas as outras classes se tornariam remanescentes.

Tendo-se constatado, pelo contrário, que, no processo de desenvolvimento do capitalismo, as sociedades se tornaram muito mais complexas e estratificadas, o conceito de “ditadura do proletariado” teria de ser substituído pelo conceito de “*ditadura de Povo*”, entendendo este como o conjunto maioritário e heterogéneo de numerosos grupos sociais com posicionamentos diferenciados no sistema produtivo mas, todos eles, em oposição à grande burguesia monopolista e ao imperialismo e potencialmente interessados na transição para o Socialismo.

Naturalmente que, num período de transformação revolucionária orientada para o Socialismo, haverá colisões de interesses entre a anterior minoria oligárquica e a grande maioria popular e que os interesses desta se terão de sobrepor aos da primeira. Esta é, exclusivamente, a essência da “ditadura do Povo”, exercida sempre no quadro da mais radical democracia e por métodos pacíficos e, sempre que possível, persuasivos.

Porém, sendo embora essencialmente democrática e pacífica, a Revolução Socialista não deverá deixar-se degolar passivamente pela violência reaccionária de quem procure, em desespero anti-democrático, não perder os seus privilégios opressivos.

Perante circunstâncias particularmente adversas, tanto internas como externas, como as que ocorreram no decurso de experiências revolucionárias do passado, as dinâmicas verificadas conduziram a posturas que, podendo ser pontualmente justificadas, se transformaram em regra e vieram a introduzir perversões que ensombraram a causa do Socialismo aos olhos das grandes massas populares, algumas delas decorrentes de uma aplicação “à letra” do conceito de “ditadura do proletariado”.

Assim, pela prática do PCUS, esta veio a traduzir-se, inicialmente, na “ditadura da vanguarda da vanguarda da vanguarda”, isto é, na Ditadura do Partido (vanguarda de 1ª ordem) da classe operária (vanguarda de 2ª ordem) do proletariado (vanguarda de 3ª ordem), sobre a burguesia e outras camadas de privilegiados, tendo como aliado o campesinato pobre; e posteriormente, na Ditadura do Partido sobre toda a sociedade. Por isso, alguns partidos filiados na tradição do PCUS têm tido tanta dificuldade em definir, nos dias de hoje, de quem é que se pretendem ser a “vanguarda” e permanecem prisioneiros de uma interpretação errónea do conceito de “ditadura do proletariado”.

Constituindo embora um conceito teórico válido, a “*ditadura do Povo*” não tem, enquanto categoria de acção política, qualquer interesse prático, só servindo para confundir o entendimento sobre o Projecto de Sociedade Socialista.

CAPÍTULO 8

“Socialismo Político” e “Socialismo Económico”

Existem bastantes imaginários quanto à configuração de uma sociedade socialista desenvolvida, e ainda mais teorias quanto às vias a seguir para a transformação da sociedade capitalista em socialista, os quais resultaram tanto da observação crítica das experiências anteriores já concretizadas (Comuna de Paris, Revolução Soviética, Jugoslávia, China, Cuba...) como da diversidade das condições históricas, económicas e culturais específicas de cada povo, de cada “civilização” (ocidental, oriental, latino-americana...).

Uma boa parte dessas teorias focam-se nos processos de tomada do poder pelos trabalhadores e outras sobre os modelos políticos e económicos de transição e de construção do socialismo.

Surgiram assim múltiplas variantes teóricas e práticas a partir de uma mesma base marxista: o marxismo “jovem”, o marxismo “maduro”, o leninismo, o marxismo-leninismo, o maoísmo, a perspectiva gramsciana, o guevarismo, o socialismo “de rosto humano”, o socialismo do Século XXI...

Não se irão aqui analisar as particularidades de cada uma dessas variantes sobre as quais continuam hoje a surgir múltiplas interpretações. De um modo sintético, referir-se-ão apenas algumas regularidades e outras tantas divergências.

No plano estritamente político chegou-se mais ou menos ao consenso sobre a aceitação como característica política fundamental do Socialismo a

“Democracia Radical”, de base, directa, participativa e protagonica, de baixo para cima e excluindo qualquer forma de “representação”, abolindo os “cargos” e substituindo-os por “funções de responsabilidade social” a todo o momento revogáveis (conselhos, comunas, estruturas de auto-organização social, etc.).

Está também relativamente adquirido que Socialismo e Estado constituem duas categorias antagónicas e que, a prazo, este se extinguirá, dando lugar a estruturas de auto-organização social de nível elevado, integradoras da sociedade no seu conjunto.

O que não está, porém, muito bem entendido e que constitui objecto de acesas controvérsias, é de como será possível desenvolver, consolidar e aprofundar esse tipo de democracia radical num quadro de fragilidade

geral das forças revolucionárias emergentes face ao imperialismo capitalista estabelecido, designadamente face às dificuldades decorrentes da contra-revolução violenta.

Por isso, ainda hoje as forças revolucionárias se debatem com a aparente contradição entre a necessidade de promover a “democracia radical” e, simultaneamente, a necessidade de manter o hierarquismo centralista e a unidade de direcção capazes de fazer frente tanto às contra-ofensivas da burguesia interna como do imperialismo capitalista.

Muitos socialistas, têm ainda dificuldade em compreender que, enquanto o imperialismo capitalista se mantiver hegemónico à escala mundial, não será possível implantar e manter, na sua plenitude, a democracia radical “da base ao topo”.

Ainda hoje, em processos de profunda transformação social e política a decorrer na América Latina, como nos casos da Bolívia e da Venezuela, que promovem a transferência de poderes efectivos e amplos recursos para as organizações populares de base, até que ponto a burguesia reaccionária não tenta aproveitar-se dessa descentralização para minar a unidade dos respectivos Estados, fragilizá-los estruturalmente, desorganizá-los e, a partir dessa situação, provocar a desordem institucional e funcional, gerar descontentamento popular e lançar uma contra-ofensiva reaccionária?

É à volta desta questão, de uma equívoca ponderação entre os níveis de descentralização vs “centralismo”, de “basismo radical” vs “institucionalidade” que, normalmente, surgem os fenómenos ditos “esquerdistas”, os quais, frequentemente, a burguesia reaccionária alimenta e neles se apoia para justificar a “reposição da ordem”.

Em consequência, constituindo embora a descentralização e a democracia radical a tendência e a linha orientadora fundamental, ela deverá ser sempre encarada numa perspectiva prática e concreta, isto é, com base na avaliação, a cada momento, do que melhor serve o processo de transformação social; nuns momentos descentralizar e noutros recentralizar, nuns momentos impulsionar a iniciativa das bases populares e noutros consolidar a institucionalidade revolucionária, em movimentos pulsatórios desencadeados oportunamente, de modo a reforçar o potencial revolucionário e impedir que o *sistema institucional* da Revolução seja enfraquecido.

O paradigma máximo desta incompreensão (ou colonização ideológica burguesa) revela-se nas críticas condenatórias tanto das iniciativas “radicais” das massas populares como do centralismo e da defesa obstinada da unidade política no período da liderança de Estaline na URSS, do qual resultaram, entre outras extraordinárias vitórias nos âmbitos produtivo e cultural da URSS, a derrota do destacamento de

“vanguarda” do imperialismo capitalista, o nazi-fascismo, o forte alargamento do campo socialista e o recuo estratégico do capitalismo para o modelo social-democrata em muitos países avançados, de que ainda hoje muitos povos beneficiam, além do extraordinário reforço das condições de libertação (nacional, política, social, económica e cultural) de todos os povos do mundo.

O exemplo da Comuna da Paris, o caso mais conseguido, até hoje, da “democracia radical”, ensinou as subseqüentes gerações de revolucionários que enquanto os perigos da contra-revolução existirem, enquanto o Socialismo não se tornar hegemónico à escala mundial, a Revolução tem a obrigação de se defender, mantendo para isso uma forma, seja qual for, de Estado ou direcção central capaz de concentrar as forças e dirigir eficientemente as lutas de resistência às contra-ofensivas burguesas e imperialistas.

Tal estado de coisas, caracterizado por um “*meio caminho*” entre a hierarquia centralista e a democracia política radical, comporta sempre a possibilidade de a situação evoluir em qualquer dos sentidos, consoante as condições concretas que se verifiquem, externa ou internamente, isto é, no sentido do aprofundamento das conquistas socialistas ou no sentido inverso, da restauração do poder capitalista.

Tal foi o caso da URSS, especialmente após a morte de Estaline, onde a nova classe política e económica, depois de ter feito refluir, neutralizar e anular o processo de democracia radical, se transformou numa *nomenklatura* dirigente auto-reprodutiva, cada vez mais afastada das massas, acabando, por fim, por se apropriar dos meios de produção e a reconstituir o capitalismo, podendo o mesmo vir a passar-se em outros países de orientação socialista.

Esse fenómeno de burocratização e afastamento das massas foi, aliás, previsto pelo próprio Estaline numa entrevista dada em 1925 cujos extractos foram publicados no sítio da internet <http://www.marxists.org/portugues/stalin/1925/06/perigos.htm> sob o título “*Perigos de Degenerescência do Estado Soviético*”.

Nota: Estas referências do Autor relativamente a Estaline e ao seu período de direcção do PCUS, são, para além de apropriadas, intencionais; elas visam chamar a atenção sobre a necessidade de se estudar aprofundadamente as diversas experiências de implantação do socialismo já ocorridas, sem preconceitos e, muito menos, olhando-as através dos filtros ideológicos ou propagandísticos da burguesia. Nesse sentido, o Autor, como livre-pensador e não seguidor de quaisquer “apóstolos”, recusa-se a conquistar “credibilidade” através de distanciamentos prévios relativamente a Estaline ou a outros grandes revolucionários que, em circunstâncias concretas, poderão, eventualmente, ter cometido erros políticos ou de carácter.

No plano *estritamente* económico, porém, nunca se chegou a qualquer consenso, mantendo-se a controvérsia entre a propriedade pública e a social, o planeamento central e o mercado, o dirigismo e a auto-gestão, a mercadoria ou a utilidade, o “crescimento económico” e a sustentabilidade, etc., mas sempre numa perspectiva de que a economia constitui uma esfera de actividade “à parte”, isto é, dotada de grandes níveis de autonomia relativamente à esfera estritamente “política”.

Esta “confusão” tem tido como resultado nunca se ter chegado a configurar o que seja um “sistema económico” realmente socialista e as “leis” ou os instrumentos próprios da sua gestão.

Uns, mais tradicionais, partem da experiência continuada da antiga URSS para concluir que a alteração das relações de propriedade (como a condição básica para a modificação das “relações de produção”) é suficiente para a vitória do Socialismo; outros, como o Che, perceberam que o caminho para o socialismo só é possível se acompanhado de uma nova Cultura revolucionária, do desenvolvimento do ser humano e das suas múltiplas capacidades, enquanto “força produtiva” potenciada; outros ainda, mais perfeccionistas, opinam que será necessário alterar todo o “metabolismo do capital”, incluindo a concepção das empresas e da maquinaria, para que o Socialismo se afirme.

Provavelmente, a primeira perspectiva relaciona-se mais com (uma das formas possíveis) *do início da marcha* para o Socialismo; a segunda, com a *plena marcha*; e, finalmente, a terceira, com *o fim do caminho* para o Socialismo.

O primeiro caso aponta no sentido de que bastará nomear dirigentes “revolucionários” para a direcção das empresas e estabelecer um “plano” para que o Socialismo se implante; o segundo, valoriza a componente subjectiva, a consciência revolucionária e a moral socialista; o terceiro sugere que se substitua desde já a base tecnológica e organizacional do capitalismo por novas empresas e nova maquinaria adaptada à “não divisão do trabalho”.

Afinal, qual a conclusão a que poderá chegar entre tantas possibilidades “intermédias”, decorrentes tanto da diversidade dos *pontos de partida* como dos *pontos do percurso* em que o processo revolucionário se encontre?

Toma-se (a direcção política, de *vanguarda* ou *iluminada*) as estruturas produtivas capitalistas tal como elas são e introduz-se-lhes uma dimensão “solidária”? Introduz-se uma dimensão “participativa” ao planeamento central? Persiste ou não o mercado e a produção mercantil e em que medida? Entrega-se a gestão das empresas aos respectivos trabalhadores fazendo deles “usufrutuários” desses negócios? Introduz-

se a “NEP” ou avança-se para a colectivização? Segue-se pela via do “etapismo” ou pela da “revolução permanente”? “Faz-se” o Socialismo com a burguesia patriótica ou “radicaliza-se”? Constitui-se um gabinete de concepção e projecto de novas empresas e maquinaria “à socialista” ou retém-se a base tecnológica “capitalista”? Aplica-se a democracia radical no âmbito dos assuntos gerais da sociedade e mantêm-se as relações dirigistas-hierárquicas na esfera económica? Mantém-se a *divisão do trabalho* reprodutora das classes sociais ou introduz-se a polivalência dos trabalhadores e a rotatividade de funções? Como organizar e gerir à socialista as diversas cadeias económicas e os seus ciclos (produção, distribuição, consumo, acumulação, investigação-inovação e reinvestimento)? Como ordenar territorialmente as actividades económicas e as comunidades humanas e assegurar as devidas proporções entre os diferentes “sectores” e “núcleos urbanos”? Como compatibilizar a “exploração económica” e a artificialização do ambiente com os equilíbrios e ciclos naturais vitais?

São numerosíssimas as questões que permanecem em discussão no âmbito da reestruturação do “sistema económico” no sentido do Socialismo as quais inspiram e têm dado origem às mais variadas teorias e “experiências” de edificação socialista.

Independentemente dos vários conceitos que existam e que são discutidos (muitas vezes de modo académico) quanto aos modelos de “gestão socialista” da economia, a visão que se tem é, invariavelmente, uma visão de cima para baixo e “separada” dos processos de gestão política, social, cultural e ambiental, isto é, uma visão desligada das massas e que não integra todas as dimensões do processo transformador.

Confusões

Daqui as confusões, frequentemente repetidas, entre o Socialismo como um Projecto Político ou como um Projecto Económico, a partir das quais se manifestam contraposições da mais diversa natureza.

Na vertente política, a principal contraposição verifica-se entre a *democracia representativa*, tradicionalmente apoiada pelas correntes liberais e sociais-democratas e a *democracia radical* defendida pelos socialistas, subsistindo ainda pendente, se bem que somente no plano conceptual, a questão da “ditadura do proletariado”, defendida pelos comunistas na altura da Revolução Russa como a “ditadura das maiorias trabalhadoras” em contraste com a “ditadura da burguesia minoritária”.

No “meio”, entre as democracias representativa e radical, surge ainda o conceito de “*democracia participativa*”, tendente a superar as perversões e incapacidades hoje notórias da democracia representativa, a qual combinaria traços desta com amplos processos de descentralização de

poderes para as comunidades organizadas e com mecanismos de participação social continuada junto dos órgãos da democracia representativa, de modo a inibir a “opacidade” em que esta caiu e a melhorar a prestação de contas (*accountability*). Porém, esta posição “mediana”, tal como noutros casos, tanto poderá pender mais para um lado como para o outro, isto é, tanto ficar refém dos *lobbies* e “interesses especiais”, empresariais e corporativos, como acontece com os governos liberais e sociais-democratas, ou evoluir para um efectivo “*empowerment*” das comunidades organizadas, no sentido da democracia radical.

Na vertente económica, confrontam-se três opções fundamentais:

- a *social-democrata*, que corresponde a uma *ideia* de socialismo reduzida a uma difusa “justiça social”, de carácter “redistributivo”, sem por em causa as relações de produção capitalistas e a uma ainda mais difusa ideia do Estado como “regulador” da economia;

- a *socialista*, fundada no conceito de Democracia Integral que submete o Poder Económico à soberania popular, que advoga a socialização dos principais meios de produção e o planeamento democrático das actividades produtivas;

- a *comunista inspirada na experiência soviética*, segundo a qual o Socialismo implica a nacionalização de todos os meios de produção e o planeamento central da economia, resolvendo desse modo a contradição entre o carácter social da produção e o carácter privado da apropriação.

Estas soluções políticas e económicas poderão combinar-se sob várias formas e diferentes matizes. Porém, umas são “viáveis” e outras não o serão, na perspectiva de superar a hegemonia capitalista.

No plano estritamente político, a linha divisória dessa viabilidade passa pelo “interior” da democracia participativa, entre a sua versão lobbista/corporativa e a linha de empoderamento comunitário. Só a partir desta no sentido da democracia radical será possível viabilizar uma evolução no sentido do Socialismo.

Qualquer tipo de modelo democrático representativo ou “participativo” que não consiga ultrapassar essa linha divisória não constituirá “infraestrutura política” suficiente para o desenvolvimento de um processo de transformação da sociedade.

Por outro lado, está demonstrado pela vida que as “soluções económicas” sociais-democráticas ou segundo o modelo soviético não resultam em Socialismo; no primeiro caso, porque simplesmente tal não é procurado, limitando-se a gerir o Capitalismo na ilusão de que a grande burguesia internacional terá alguns laivos de “humanismo”; no segundo caso, porque a nacionalização de todos os meios de produção

sem democracia radical e sem cultura socialista de massas conduz a um Estado burocrático gigantesco e ineficiente.

As inconsistências e “confusões” que durante tantos anos têm persistido quanto ao conteúdo do conceito de Socialismo e aos modelos “sectorizados” com que tem sido tratado (político, económico, cultural, ambiental...) têm sido sabiamente aproveitadas pelo capitalismo.

O deficit democrático verificado na União Soviética e nos países do “socialismo real” em virtude da apropriação do Poder pelo partido dirigente, tanto deu fundamento à campanha da grande burguesia no sentido de apresentar a Democracia e o Socialismo como categorias antagónicas, como fragilizou a luta ideológica dos revolucionários socialistas em todo o mundo a favor da Democracia.

Esta circunstância, associada às cedências temporárias do Capitalismo no que se veio a designar como “Estado-social”, possibilitou o estancamento da atractividade do Socialismo em muitos países centrais e o reforço dos partidos sociais-democratas, dos partidos do chamado “*socialismo democrático*” (que de socialismo não têm nada e de democracia só a representativa ou, no máximo a “participativa-lobbista”).

Do mesmo modo, o industrialismo acelerado e pouco reflectido em termos ecológico-ambientais de muitos países socialistas e um retardo da incorporação das preocupações ambientais na “doutrina” do Socialismo possibilitaram uma ascensão meteórica dos partidos ditos “verdes”, teoricamente defensores da Sustentabilidade, sem entenderem que tal não será possível senão num quadro geral de luta pela construção do Socialismo.

Igualmente a “confusão” persistente entre o individual e o colectivo, apresentada de forma dúbia mas com uma clara preponderância do “colectivo”, suscitava relutância em muitas camadas sociais, tanto mais que, frequentemente, os esclarecimentos relativos a alguns factos passados em países socialistas, abrangendo pessoas individuais ou grupos sociais, não eram nem claras nem convincentes. A passagem de “herói” a “vilão” e vice-versa era demasiado rápida para o entendimento comum. As restrições à informação e à liberdade de associação, justificadas em certos momentos por necessidades de defesa contra as agressões imperialistas, tornaram-se a norma, subsistindo, por isso, dúvidas legítimas sobre o respeito pelos direitos humanos fundamentais.

Os fins não justificam os meios e, como tal, não devem os socialistas deixar de reconhecer que os meios utilizados não só conduziram à derrota do campo socialista na área da antiga União Soviética como provocaram a fragmentação ideológica e política, ainda persistente na actualidade, dos revolucionários pelo mundo fora.

Como resultado dessas e outras “confusões”, muitas delas ainda persistentes em muitos espíritos, o conceito de Socialismo ficou demasiado obscurecido e a sua “imagem pública” ficou deteriorada.

Não admira, por isso, que para vastos sectores sociais da maior relevância para o Futuro, sem a adesão e o entusiasmo dos quais o Socialismo será impossível, subsistam dúvidas sobre se o Socialismo é Democrático, Libertário, Eficiente e “Verde”.

PARTE III
SOCIALISMO – UM PROJECTO DE
SOCIEDADE

O Socialismo não constitui um mero Projecto Político ou Económico mas sim um *Projecto de Sociedade*, um projecto global, simultaneamente político, social, económico, cultural e territorial-ambiental/natural no qual todas estas dimensões são inseparáveis e interdependentes.

Se fosse possível desagregar essas variadas componentes, poder-se-ia sintetizar do modo seguinte as grandes missões do Socialismo:

- *Na dimensão política:*
Democracia Integral (Auto-governo social)
- *Na dimensão económica:*
Máxima Produtividade do Trabalho Social (através da libertação das forças produtivas) e
Optimização da Distribuição dos Resultados da Produção Material e dos Serviços
- *Na dimensão social:*
Liberdade, Igualdade, Responsabilidade e Comunidade
- *Na dimensão cultural:*
Desalienação (ou Reintegração)
- *Na dimensão territorial-ambiental/natural:*
Harmonia com a Natureza

Cada uma destas componentes será objecto de algumas considerações nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 9

Socialismo - a Dimensão Política

a) Democracia Integral

Os “clássicos”, como por exemplo Lenine, sempre consideraram que a luta pelo Socialismo está indissolivelmente ligada à luta pela “democracia integral”.

... É um erro capital pensar que a luta pela democracia é susceptível de desviar o proletariado da revolução socialista ou eclipsar esta, atenuá-la, etc. Pelo contrário, da mesma maneira que é impossível conceber um socialismo vitorioso que não realizasse a democracia integral, também o proletariado não se pode preparar para a vitória sobre a burguesia se não travar uma luta geral, sistemática e revolucionária pela democracia. (Lenine, “A Revolução Socialista e o Direito das Nações à Autodeterminação”, 1916). (Sublinhado do autor)

Esta afirmação evidencia que os dois conceitos não só não têm qualquer contraposição como um deles, a “democracia integral” é uma condição essencial para que o outro, mais vasto, o “Socialismo”, se possa concretizar.

A “democracia integral” é a “democracia radical” aplicada a todas as áreas e domínios da vida social, sem excepção.

Ela só é concebível se todos os cidadãos forem livres e iguais em direitos e possibilidades, se encontrem libertos de qualquer forma de dependência ou condicionamento e com pleno acesso a todo o tipo de informação e conhecimento que lhes permita o exercício da liberdade crítica, de interpelação e de proposta.

A democracia integral pressupõe, por isso, por si própria, a extinção de todo o tipo de *propriedade dos meios de produção*, sem a qual não é possível estabelecer as condições de liberdade e de igualdade de todos os cidadãos no processo democrático.

Mesmo as formas de propriedade *pública, cooperativa, comunitária e social* dos meios de produção, que caracterizam os processos de transição para o socialismo, só poderão ser entendidas como formas transitórias de propriedade dos meios de produção até à completa extinção, por simples inutilidade, desta categoria.

No regime de democracia integral, todos os meios de produção “pertencem” a toda a sociedade e são colocados sob a responsabilidade das comunidades e dos diversos níveis de administração social segundo

um plano global, democraticamente determinado, na perspectiva da constante elevação da produtividade do trabalho social.

A democracia integral pressupõe ainda a extinção de qualquer espécie de propriedade ou condicionamento de acesso à informação e ao Conhecimento, tornando universal, livre e contínuo o acesso a estes, de modo a melhor fundamentar o debate democrático e a conduzir às melhores decisões sociais.

É neste contexto, da “fronteira” entre a democracia *estritamente política* e a “democracia integral”, que se desenvolvem as controvérsias relativas à “subordinação do poder económico ao poder político”, sobre o carácter de “serviço público” dos meios de comunicação de massas, mesmo que privados, da difusa “participação dos trabalhadores” nas empresas, do “controlo operário”, etc., sem contudo, em regimes burgueses, se conseguir dar qualquer passo significativo nessa direcção.

De facto, as lutas dos trabalhadores e dos povos desde o Século XIX e passando por todo o Século XX, alcançaram importantes vitórias no plano *estritamente* político, designadamente a conquista do sufrágio universal. Porém, salvo alguns episódios temporários, de um modo geral, nunca conseguiram ultrapassar a fronteira acima referida, de passagem para um quadro de “democracia integral”, isto é, da extensão da democracia para as outras esferas da vida social e, em primeiro lugar, para a económica.

Na esfera económica:

Nos países burgueses, mesmo nos “mais democráticos” e sob direcções sociais-democratas, o poder político sempre se manteve subordinado ao poder económico, os meios de comunicação privados isentos de qualquer subordinação democrática, a informação e o Conhecimento são fortemente restringidos e substituídos pela desinformação e a manipulação burguesas.

Na economia, a propriedade privada dos meios de produção determina, desde logo, por si própria, o poder absoluto do patronato e uma ordem estritamente hierárquica de direcção. Neste domínio não há eleições, manda o proprietário!

Mesmo nas empresas mais modernas que utilizam formas de organização matricial e “em rede”, dando a ilusão de um grande “liberalismo” nas relações laborais, onde os trabalhadores são considerados “capital humano” e se adoptam alguns procedimentos de “responsabilidade social”, são exigidos os mais rigorosos critérios de conformidade relativamente ao desempenho pessoal, à “imagem corporativa” de sucesso e aos objectivos fixados de “remuneração dos accionistas”. E quem tente questionar qualquer destas questões centrais

vai, civilizadamente, para o “olho da rua”, independentemente de poder ser um técnico ou cientista altamente qualificado.

Por isso, a “esquerda” tem tido dificuldade em definir com um mínimo de clareza o conteúdo real da propalada “democratização da economia”.

As características tecnológicas da “economia”, as exigências da eficiência na utilização dos recursos, a extrema dependência de toda a população do seu funcionamento estável e as necessidades de defesa, têm reduzido as possibilidades de intervenção democrática somente a alguns indícios de “democratização”:

- *no quadro das sociedades capitalistas*, através: da liberdade sindical (quase sempre condicionada pela correlação de forças em cada momento), do reconhecimento do direito a alguma informação e à participação em algumas decisões pouco relevantes no seio das empresas; em alguns casos, da marginal “participação nos lucros” ou à concessão de simbólicas participações no “capital social”; da participação sindical em mecanismos ditos de “concertação social”; indirectamente, através dos mecanismos da democracia representativa burguesa, da participação social na gestão de empresas nacionalizadas, de empresas municipais e de “serviços públicos”.
- *no caso dos países em transição para o socialismo*, essa “democratização” ou ficou muito “à superfície”, reduzida ao afastamento da burguesia da direcção das empresas pela nacionalização (total ou parcial) dos meios de produção; à subordinação das empresas aos órgãos estatais de direcção e ao “plano” (normalmente ditado de cima para baixo); ou revestiu formas de auto-gestão pelos trabalhadores sem alteração das relações de mercado; em alguns casos e momentos foi estimulada a participação dos trabalhadores em processos de inovação; o conceito de “democratização económica” revestiu ainda, em alguns casos, o carácter de defesa do acesso de muitos produtores (cooperativas, camponeses, etc.) à propriedade ou posse privada de terras e outros bens de produção antes monopolizados pela burguesia.

Verifica-se assim que, mesmo nas condições de mudança revolucionária para o socialismo, a “democracia integral” aplicada ao domínio da produção, por esta ou aquela razão, ficou sempre muito aquém do necessário para a afirmação e consolidação do Socialismo. Por isso, aqui também, um “meio caminho” incoerente entre “democracia radical” e “hierarquismo centralista” traduz-se normalmente em insucessos económicos e retrocessos políticos. Tal como diversos tipos de experimentações “basistas” pouco controladas socialmente e marcadas pela ineficiência económica endémica.

No domínio da família:

Igualmente do seio da "família", onde tradicionalmente reina o mais extenso consenso sobre o carácter "privado" das suas relações internas e onde frequentemente se reproduzem todo o tipo de relações retrógradas de domínio, exploração e dependência que vão da escravidão, à servidão, à "compra", "aluguer", etc., próprias de todas as sociedades de classes até agora existentes, é necessário promover uma *radical democratização libertadora*. É neste âmbito, da mais pequena célula da vida social, a mais íntima e secreta, que se reproduzem os elementos culturais-ideológicos e as relações sociais perversas dos regimes de exploração do homem pelo homem.

Actuar neste domínio exige enorme perícia e grande prudência mas, também, grande determinação.

No Plano Cultural e religioso:

O controlo burguês do Conhecimento e da informação, através dos meios de comunicação de massas privados e públicos sob o seu controlo, dos sistemas de educação e ensino privados ou do controlo, por via do Estado, dos seus programas e métodos pedagógicos, a mercadorização e controlo financeiro das actividades criativas e artísticas, etc., constituem poderosos instrumentos de condicionamento ideológico das massas populares pela burguesia.

No plano religioso, continua a verificar-se, por parte de *estruturas* de poder real, "terreno", de natureza não democrática, criadas no âmbito de algumas religiões, uma ilegítima capacidade de condicionamento das instituições democráticas das sociedades, no sentido da preservação de relações de dominação, opressão e exploração.

No que respeita especificamente à Igreja Católica, que durante séculos dominou totalitariamente a vida das sociedades em grande parte do "ocidente", dirigida hoje central e anti-democraticamente a partir da primeira *off-shore* constituída, o Estado do Vaticano, o máximo que se conseguiu foi a "separação da Igreja do Estado", mantendo embora enormes prerrogativas de exercício do condicionamento ideológico dos povos a favor da burguesia e do imperialismo.

O Judaísmo regrediu civilizacionalmente, transformando-se de uma religião de resistência libertadora para uma configuração estatal e opressora, tanto localmente, através do Estado de Israel, como pela sua influência na direcção política e financeira do império norte-americano.

O Islamismo, a mais libertadora à partida, visto a comunicação de cada crente e Alá não depender de quaisquer "intermediários-proprietários", começou estatal, passou a religião de resistência e libertação e tende hoje, sob a influência de algumas correntes de interpretação *à letra* de alguns preceitos "regulamentares" do Corão adequados à época, a tornar-se novamente estatal.

As religiões constituem um fenómeno espiritual que acompanha a marcha evolucionária do Homem na sua busca pelo Conhecimento supremo. E assim continuará a ser no Socialismo. Porém, quando as suas organizações se transformam em meros instrumentos de difusão ideológica e de preservação de poderes corruptos e opressores, afastados dos ideais religiosos libertadores, a sociedade democrática tem o dever de submeter essas *organizações* à soberania popular, libertando as próprias religiões e tornando livre e democrático o exercício dos seus cultos.

Por isso, não deverão os governos revolucionários deixar de promover uma profunda democratização da esfera cultural em geral e, em momento oportuno, de promover uma *reforma democrática da esfera religiosa*.

No domínio da defesa, segurança e justiça:

Do mesmo modo, as forças burguesas e imperialistas tiveram o cuidado de conservar um forte controlo das estruturas militares e de segurança e dos sistemas de administração da "Justiça", continuando a defender essas suas tradicionais "guardas pretorianas" perante poderes políticos democráticos, pela invocação do seu "profissionalismo" e carácter "independente". Qualquer poder democrático socialista que não assegure a mais profunda reforma democrática dessas instituições e a sua estreita vinculação às comunidades populares, terá muitas hipóteses de, mais cedo ou mais tarde, se ver confrontado com tentativas violentas ou "jurídicas", de recuperação do poder político pela burguesia.

Verifica-se, pois, que só no campo da democratização da sociedade, da implantação da democracia "radical" e "integral", os revolucionários socialistas terão enormes tarefas a cumprir, tanto no plano teórico como da concretização.

b) Alguns passos necessários para a implantação de uma Democracia Integral

Na esfera política – Democracia Radical

Nas condições actuais do mundo, salvo alguns casos excepcionais de bloqueio democrático, as forças revolucionárias de orientação socialista tenderão a conquistar o poder político por via eleitoral, por si próprias ou no âmbito de coligações eleitorais com outros sectores progressistas, no quadro das democracias (mais ou menos) representativas existentes.

A maior ou menor facilidade (ou dificuldade) de se manterem no poder e, desde logo, empreenderem algum tipo de transformação social, irá depender do grau de estruturação e das dinâmicas sociais autónomas das populações e dos trabalhadores que tenham sido conseguidos nos períodos anteriores à sua participação nos novos órgãos do poder.

Isto será tanto mais verdadeiro quanto menor seja o peso dos revolucionários socialistas no bloco social e político que tenha acedido ao poder.

Sem a força organizada do movimento social “por baixo”, dificilmente os revolucionários conseguirão obter uma hegemonia nos novos órgãos do poder político capaz de dar início a um processo de transformações qualitativas na sociedade, dadas as vacilações de muitos dos seus aliados iniciais em enfrentarem os poderes “de facto” da grande burguesia e do imperialismo.

É, por isso, essencial que mesmo nos períodos prévios à participação ou tomada do poder político, os revolucionários incentivem a criação de estruturas populares autónomas, incentivem a população e os trabalhadores no espírito de iniciativa popular e exercitem, a partir de instituições onde tenham hegemonia, designadamente do poder local, uma gestão social baseada nos princípios da “democracia radical”. Esses exemplos, mais do que qualquer retórica, mostrarão às massas o caminho a seguir e, pelos seus êxitos, serão rapidamente replicadas ao nível de todo o país em caso de ascensão ao poder político nacional.

Quanto mais adiantado esteja esse “trabalho de casa” mais rapidamente serão criadas as condições sociais para a consolidação política do poder revolucionário e as condições para desencadear o processo de radicalização democrática à escala de todo o país.

A participação minoritária das forças revolucionárias socialistas nos órgãos do poder político nacional só terá sentido com base num compromisso de desenvolvimento extensivo e com conteúdos concretos da “democracia radical”, designadamente:

- a instituição e o reconhecimento dos “congressos populares” ao nível local/municipal como entidades legítimas para propor candidaturas aos órgãos formais do Estado em todos os níveis, como sedes de descentralização de competências e recursos a partir das estruturas formais da democracia representativa aos níveis local, regional e central;
- o reconhecimento das organizações representativas dos trabalhadores (sindicatos, comissões de trabalhadores e outras) e do seu direito a participar num vasto conjunto de questões relativas à gestão empresarial e económica;

- o compromisso público do prosseguimento de políticas públicas abrangentes e inclusivas no domínio social, designadamente da educação, da saúde, do emprego e do combate à pobreza e às desigualdades sociais;
- o compromisso público de uma política externa autónoma, independente relativamente ao imperialismo.
- o compromisso público de promoção de um processo constituinte de modo a abrir as vias constitucionais para o desenvolvimento da “democracia radical” e da “democracia integral”.

Sem que estas condições mínimas estejam preenchidas, qualquer participação minoritária nos órgãos do poder político só servirá para animar o oportunismo político no seio dos revolucionários e para “legitimar” políticas burguesas junto das massas.

Com base nesse “programa mínimo”, as forças revolucionárias socialistas poderão vir a tornar-se hegemónicas no poder político da democracia representativa.

Para tal, é necessário que o movimento popular institua e desenvolva uma extensa rede de meios de comunicação de massas com, pelo menos, quatro pontos fortes, de impacto nacional, na imprensa escrita, na radiodifusão, na televisão e na Internet.

Nesta nova situação, deverá ser dado um poderoso impulso ao processo de auto-organização popular à volta dos “congressos populares” locais/municipais e serem instituídos “congressos populares” aos níveis regional e sectorial (por assunto/tema) de modo a lançar uma primeira ofensiva revolucionária democrática sobre o aparelho do Estado burguês e as suas estruturas “representativas”, reforçando o processo descentralizador de competências, recursos e responsabilidades e iniciando a sua rearticulação funcional com os “congressos populares”.

Esse processo de descentralização de competências, recursos e responsabilidades das estruturas formais do Estado burguês para as organizações sociais e comunitárias, integrado no quadro dos “congressos populares”, deverá ser acompanhado da criação de múltiplas estruturas de Apoio Técnico aos mais diversos níveis, a partir das quais se incluirão no processo de transformação social, em estreito contacto com as populações e as realidades sociais concretas, numerosos quadros técnicos que, com os seus conhecimentos e experiências profissionais e humanas, muito contribuirão para a democratização do Conhecimento técnico-científico à escala de toda a sociedade e para a qualidade técnica e eficiência de gestão das iniciativas populares.

Essa inserção nas tarefas práticas de transformação social dos quadros técnicos, normalmente integrados nas modernas “classes médias”, terá também o efeito de os aproximar das realidades populares concretas,

das suas necessidades e propostas de solução, tendendo à sua captação para o apoio à Revolução.

Na esfera económica – subordinação efectiva do Poder Económico ao Poder Político

Este ponto respeita exclusivamente à aplicação da Democracia Integral na esfera da produção social, à democratização do sistema produtivo de bens e serviços, e não aos objectivos e métodos da sua gestão, os quais serão tratados mais adiante no capítulo "*Na Dimensão Económica*".

Simultaneamente com o processo de lançamento dos "congressos populares" na esfera política, na esfera económica, deverá ser lançado um amplo movimento de "congressos de produtores" (trabalhadores e outros agentes económicos democráticos) aos níveis local/municipal, regional, por sector económico (agricultura, pescas, indústria - por cadeias produtivas – comércio, sistema financeiro, serviços, administração pública), de modo a preparar a estratégia e a tática para o desenvolvimento da "democracia integral" na esfera económica.

Registe-se, porém, que enquanto nos processos dos "congressos populares" participam todos os cidadãos, independentemente da classe ou grupo social em que se insiram, sendo, por isso, susceptíveis de serem influenciados pela ideologia e a propaganda burguesas, onde a influência proletária se realiza de forma difusa, os "congressos de produtores" estão sujeitos à influência directa e maioritária do proletariado.

Valorizar exclusivamente a acção dos "congressos populares" em desfavor da actividade dos "congressos de produtores" poderá introduzir factores contraditórios de carácter pequeno-burguês na marcha da revolução e deixar a burguesia aliviada da pressão do proletariado no seu terreno fundamental, isto é, no terreno do sistema produtivo.

Ao contrário, firmando bem os pés na luta directa contra a burguesia no terreno económico e consolidando a unidade e consciência revolucionária do proletariado nessa frente de luta, a Revolução poderá beneficiar da sua influência decisiva, sistemática e madura no plano dos "congressos populares".

Os processos de transição para o Socialismo são complexos e passam normalmente por um período de consolidação do poder político pelas massas trabalhadoras. Porém, para que a "democracia integral" comece a ser realizada, terá de se estender à esfera económica. Para poder iniciar uma fase em que o Poder Político Revolucionário possa exercer uma efectiva subordinação do poder económico à vontade popular e iniciar, de facto, a transição para o Socialismo, considera-se

imprescindível as seguintes medidas de nacionalização de meios de produção, atendendo às condições concretas de cada situação:

- de toda a terra (incluindo a urbana) e de todos os recursos naturais, incluindo a água (de superfície ou subterrânea);
- das actividades financeiras (banca, seguros, bolsas, etc.), bem como todos os activos, móveis e imóveis detidos por entidades “off-shore”;
- de todas as infraestruturas energéticas, de abastecimento de água e de transportes e de comunicações (incluindo as de comunicação social, assegurando o acesso aos diversos grupos sociais e à pluralidade de opiniões sociais);
- do comércio externo;
- das unidades industriais e comerciais estruturais em cada ramo da economia, que permitam assegurar coerência e efectividade ao exercício de um planeamento nacional;
- de todos os meios de produção abandonados ou negligentemente sub-aproveitados pelos respectivos proprietários;
- de todos os componentes dos sistemas de ensino e formação, de investigação científica, tecnológica e de gestão económica, de saúde e de segurança;
- de todas as empresas e actividades privadas relacionadas com a defesa nacional, a segurança dos cidadãos e a administração da justiça.

Todos esses recursos e actividades nacionalizadas poderão, consoante as circunstâncias, vir a ser geridos em diversas modalidades, quer directamente pelas estruturas de administração social ou, indirectamente, mediante adequados *contratos de usufruto ou concessão*, às comunidades, a cooperativas de participação social de trabalhadores e a entidades privadas, tendo em vista a obtenção dos melhores resultados económicos, sociais e ambientais.

No que respeita especificamente à terra, a sua nacionalização deverá ser acompanhada da instituição do direito de usufruto perpétuo pelos pequenos e médios proprietários seus titulares, assegurando a estabilidade social e as melhores condições da sua exploração económica e ambiental, para benefício dos próprios e da sociedade, designadamente pela sua progressiva integração em estruturas cooperativas de economia social e comunitária.

Em numerosos países a posse ou propriedade da terra constitui ainda um poderoso factor cultural de identificação com as raízes familiares, comunitárias e ecológico-naturais e, também, um activo patrimonial que funciona como “seguro” para cobrir carências familiares emergentes. Estes factores deverão ser tomados em consideração nas políticas revolucionárias relativas à terra, em compatibilidade com as necessidades de desenvolvimento produtivo, podendo ser fácil e

positivamente superadas no quadro do desenvolvimento comunitário e cultural no sentido do Socialismo.

A experiência histórica indica, porém, que a simples nacionalização e a direcção estatal desses sectores não assegura as condições para socialização da gestão económica; e, também, que a auto-gestão pelos próprios trabalhadores não assegura, por si só, que a actividade das unidades produtivas nacionalizadas seja convergente com os interesses gerais da sociedade.

Assim, a administração das unidades produtivas e dos recursos que são "propriedade" de todo o povo deverá reflectir uma responsabilidade partilhada entre os diferentes níveis de administração social directamente interessados, do nível estatal ao local, os colectivos de trabalhadores, as estruturas de gestão de ramo ou cadeia económica e as instituições muito qualificadas de estudo e desenvolvimento científico, técnico e de gestão correlacionadas com a respectiva actividade.

No âmbito da aplicação dos princípios da democracia integral ao domínio do *sector privado da produção social*, uma das primeiras reformas a fazer deveria consistir na reformulação do conceito de *Capital Social*.

As actividades económicas privadas que não sejam "por conta própria", individuais, utilizam sempre recursos externos (sociais) para os quais não contribuíram: trabalhadores com certos níveis de formação cívica e profissional, infraestruturas públicas gerais e um "ambiente" institucional, social e cultural.

Actualmente, as actividades económicas privadas estabelecem-se mediante uma afectação de um certo Capital Financeiro pelos respectivos sócios/accionistas, o qual, impropriamente, se chama "*capital social*".

O novo conceito de ***Capital Social*** deverá incluir, para além daquele *Capital Financeiro*, o *Capital Humano* (dos trabalhadores) e, ainda, o *Capital da Sociedade* que reflecte as condições gerais (institucionais, ambientais, sociais, culturais, de infraestruturas,...) que a sociedade lhe proporciona, isto é, o "capital" que a envolvente social e ambiental aporta às empresas.

Em consequência, o "Capital Social" das empresas privadas deveria reflectir, em proporções adequadas e eventualmente diferenciadas, conforme cada situação, este novo conceito, com todas as consequências que daí derivam ao nível do sistema de gestão e da "distribuição dos resultados".

Naturalmente que, sendo os próprios trabalhadores o resultado do investimento da sociedade no seu conjunto e do seu próprio esforço/empenhamento social, a parte do Capital Humano deveria ser substancialmente inferior ao do Capital da Sociedade.

Poderiam ser realizados vários exercícios sobre a aplicação prática deste novo princípio mas o que importa agora reter é a adopção do princípio.

Em todas as empresas, capitalistas ou socialistas, os respectivos trabalhadores (incluindo os quadros técnicos e de direcção) deveriam organizar-se em "*Cooperativas de Participação Social*" (CPS) e, através delas, colectivamente, participar nos órgãos de administração das empresas em representação do "Capital Humano". Os benefícios que resultem desta participação seriam administrados livremente pela CPS, por decisão democrática. Cada trabalhador individualmente não teria quaisquer direitos sobre os bens ou regalias da cooperativa, deixando automaticamente de fazer parte desta em caso de saída da empresa.

Paralelamente a essa participação nos órgãos de administração, os trabalhadores deverão participar colectivamente nos processos empresariais relativos à melhoria das condições de trabalho, à política salarial e de estímulos materiais, à gestão interna do pessoal, à disciplina laboral, à formação contínua, profissional, cívica e cultural, e à constante melhoria da produtividade e da inovação.

As CPS de cada empresa deveriam associar-se em cooperativas de 2º nível tanto numa base socio-territorial e, verticalmente, por "cadeia económica", e participar nas correspondentes estruturas do Poder Popular.

Este mecanismo de reforma do "Capital Social" e da cooperativização dos trabalhadores tornaria obsoletos os velhos e difusos conceitos de "controlo operário", de "participação dos trabalhadores", e obrigaria a rever a utilidade das formas organizacionais próprias da luta reivindicativa contra o capitalismo, os "sindicatos" e as "comissões de trabalhadores", passando a traduzir critérios, conteúdos e formas organizacionais próprias de uma sociedade socialista.

Uma outra reforma de capital importância no processo de implantação da democracia integral na esfera económica consiste na democratização da gestão dos serviços financeiros e, em particular, da banca. Esta administra os fluxos de recursos financeiros pelos diversos ramos e sectores de actividades da sociedade, podendo, por isso, constituir um factor de investimento proporcionado com as necessidades e prioridades nacionais ou, pelo contrário, um factor de distorção dos esforços sociais e, como no capitalismo, de fuga de capitais, de lavagem de dinheiro e de eventual bancarrota para os depositantes.

Mesmo nas condições do Capitalismo, não há nenhuma justificação para que a banca, suportada por garantias e avales dos Estados, seja uma actividade privada susceptível de, com as poupanças dos cidadãos e os recursos das instituições públicas e das empresas participar em "jogos de casino", e não um serviço público concessionado pelo Estado, de acordo

com rigorosas regras de procedimento e verificação. Caso contrário, a actividade bancária privada deverá ocorrer por sua conta e risco, competindo aos seus titulares e aos seus depositantes assumirem toda a responsabilidade pelos riscos das correspondentes decisões e operações.

A banca, capitalista ou nacionalizada, não deverá ter o direito de administrar as reservas e os fluxos financeiros da sociedade à margem dos titulares desses fundos, que são os cidadãos, as instituições e as empresas, assim como à margem dos órgãos de gestão social democráticos. O Poder de decidir quem poderá ter acesso a recursos financeiros e para que fins é um instrumento muito poderoso que não deverá estar cometido a qualquer administrador (mesmo que socialista) da banca ou a qualquer funcionário por muito qualificado que seja. Por isso, as decisões de financiamento deverão estar cometidas a estruturas colegiais democráticas onde estejam representados os financiadores originários (os depositantes) e as estruturas de gestão político-administrativa da sociedade.

A massa financeira ao dispor da sociedade deverá ser estruturada em fundos, os mais diversos, de desenvolvimento comunitário, local, regionais e nacional, de desenvolvimento produtivo sectorial e fundos de capital de risco destinado a apoiar iniciativas meritórias, sociais e privadas, competindo a cada depositante decidir quais os fundos que esteja disposto a financiar e em que proporção.

Todos os investimentos financeiros suportados pela banca deverão ter o adequado seguimento pelas estruturas decisoras e a informação respectiva deverá estar disponível ao controlo público.

Sem a democratização da gestão bancária (dos recursos financeiros da sociedade) e a sua integração nos objectivos de desenvolvimento geral da sociedade não haverá democracia integral e, conseqüentemente, não poderá haver Socialismo.

Um outro domínio que importará desenvolver de modo acelerado desde as primeiras fases do processo de transformação social é o da "economia social, comunitária e solidária".

Já existem hoje sociedades onde esse sector da economia verifica um significativo desenvolvimento, por iniciativa cidadã autónoma e, em alguns casos, com apoios e incentivos governamentais. Em muitos casos, infelizmente, as actividades directamente produtivas são desincentivadas ou combatidas pelos governos burgueses na sua política de favorecimento do sector privado; em outros são incentivadas as iniciativas associativas de prestação de serviços de carácter caritativo e de atenuação dos efeitos mais perversos da pobreza e da desagregação social como forma de levar as comunidades a assumir directamente

esses custos do Capitalismo, designadamente nos países em que o "estado-social" se encontra em falência.

Este sector de economia, desvalorizado pelos governos burgueses, deverá ser fortemente apoiado pelas forças socialistas com todas as suas possibilidades e em qualquer situação política. Ele é manifestação da autonomia popular e da sua vontade de emancipação do "curral" capitalista em que a burguesia pretende encerrar os povos. Constitui, antes de mais, uma escola de gestão produtiva e social autónoma de onde poderão surgir numerosos quadros revolucionários de espírito libertário e exemplos de resistência e insubmissão, independentemente de quaisquer avaliações economicistas.

Com o acesso ao poder político, a numerosos meios de produção expropriados à burguesia, aos recursos financeiros sociais e a instrumentos de apoio técnico e de gestão, a economia social e comunitária deverá sofrer um grande incremento qualitativo e quantitativo dando origem a um forte sector de economia comunitária, designadamente nas áreas da produção material e alimentar, conferindo "corpo" e sentido de auto-organização e auto-responsabilização de cada comunidade.

Na transição para o Socialismo e durante um muito largo período, será imprescindível contar com a iniciativa empresarial, individual ou de pequenos grupos de cidadãos, tanto no quadro das tradicionais cooperativas como de sociedades por quotas, no âmbito do que se designa por micro, pequenas e médias empresas privadas (PME). Os cidadãos que tenham aptidões para o efeito e sentido de responsabilidade social e ambiental devem ser estimulados e devem ser-lhes proporcionados recursos para o desenvolvimento desse espírito de iniciativa e aptidões, para benefício de toda a sociedade e a justa compensação dos próprios.

Isto é tanto aplicável ao vasto conjunto das PME herdadas do Capitalismo como às novas iniciativas privadas que surjam já no quadro da transição.

Poder-se-á perguntar se não será uma contradição estar a pretender-se construir o Socialismo e, ao mesmo tempo, a fomentar o aparecimento de "novos capitalistas".

Responder-se-á que não existe qualquer contradição, na medida em que o Socialismo não serve para "acabar" com os capitalistas mas sim para libertar as forças produtivas da sociedade. E se na sociedade existirem, como certamente existirão, forças produtivas, capacidades técnicas e de liderança, sentido de responsabilidade, competência, entusiasmo e outros atributos que, sob o Capitalismo, se encontravam abafados e

oprimidos, compete ao Socialismo libertá-las, no quadro das leis e dos procedimentos de regulação económica democraticamente estabelecidos.

O processo da gradual “extinção” das actividades capitalistas no seio da sociedade socialista será um processo lento e sem contradições, desenvolvendo-se à medida que outras alternativas sociais se revelem mais vantajosas para toda a sociedade e “absorvendo” os antigos capitalistas com todos os direitos de cidadania em outras actividades socialmente úteis, em conformidade com as respectivas capacidades.

Por isso, a aplicação prática das medidas de Democracia Integral deverá ter em conta as especificidades tanto do amplo sector das PME como do pequeno e médio campesinato.

Tendo em vista manter as necessárias conexões do sistema produtivo nacional com o sistema económico internacional, designadamente no âmbito dos investimentos externos de origem capitalista, poderão ser asseguradas formas de participação dos trabalhadores nas empresas de acordo com os regimes mais favoráveis vigentes no âmbito internacional.

No domínio do Estado – uma nova Institucionalidade:

Consoante a situação verificada nas forças armadas e de segurança, designadamente quanto ao grau da sua democratização interna e de envolvimento no processo democrático, deverá ser consolidada a sua hierarquia democrática, criados internamente espaços para a difusão dos ideais democráticos e populares e orientadas as suas missões para o apoio ao desenvolvimento social.

A consolidação revolucionária nas forças armadas e de segurança constitui um requisito essencial para que as forças revolucionárias e socialistas se possam lançar, através dos “congressos populares”, numa grande e decisiva ofensiva de reestruturação democrática de todo o aparelho do Estado (incluindo o aparelho da “Justiça”) e para o lançamento da primeira e contundente ofensiva sobre o sector capitalista da economia, de modo a neutralizar as capacidades estratégicas da contra-revolução.

Uma vasta descentralização de competências formais e de recursos das estruturas centrais e regionais do Estado para o âmbito da gestão comunitária e o controlo participado das actividades que, pela sua complexidade ou exigências técnicas, se devam manter nos níveis mais elevados da administração social, criarão as condições para a conformação de uma nova *institucionalidade* revolucionária, tendente à substituição gradual do velho aparelho do Estado em estruturas executivas do auto-governo social estruturado em vários níveis de agregação, desde o nível comunitário ao nível de toda a sociedade.

Este processo de “desmontagem” do antigo Estado central em favor das comunidades auto-governadas deverá ocorrer com máximo de prudência e ser acompanhado de um intenso e extensivo processo cultural que contrarie as tendências tanto para a degradação da qualidade de muitos serviços públicos e o surgimento de “egoísmos” regionais e comunitários, como, principalmente, para impedir o surgimento de forças centrífugas e de fraccionamento nacional. O Estado Central foi uma aquisição progressista dos povos e não está provado que, em muitas circunstâncias, não o continue a ser.

No domínio da salvaguarda da independência e da Soberania – Mobilização e Alianças

Para a implantação da democracia integral do modo mais extensivo é importante que, a par da mobilização geral das massas populares para a defesa da revolução e do país, em estreita ligação com o núcleo profissional das forças armadas e de segurança, a política externa revolucionária assegure, através das mais vastas alianças internacionais e da informação verdadeira junto dos outros povos, a neutralização das intenções e actos agressivos do imperialismo.

Na esfera internacional e mundial – por uma ordem mundial democrática e pacífica

Neste domínio, o objectivo central da revolução deverá ser a substituição da actual “*nova ordem internacional*”, dirigida pelo grande capital internacional e suportada no poder político e militar das principais potências imperialistas, e a sua substituição por uma ordem mundial democrática e pacífica orientada para a cooperação, o desenvolvimento sustentável e a solidariedade internacional.

Por isso, as forças revolucionárias socialistas de todo o mundo deverão unir os seus esforços e desenvolver uma ampla aliança de povos e de Estados numa plataforma anti-belicista e democrática que iniba qualquer tipo de confrontação militar entre nações e Estados, suscite o progressivo controlo internacional do capital financeiro e da actividade das transnacionais, reforce os factores de democracia internacional e seja capaz de defender os processos de mudança democráticos e progressistas em todos os países.

Esses esforços deverão ter como objectivo estratégico a instituição de um *Sistema de Desenvolvimento Democrático de Toda a Humanidade* sob o qual seja possível desenvolver um sistema de segurança colectiva, promover o desarmamento geral, regular os movimentos de capitais a favor do desenvolvimento de todos os povos, priorizar as necessidades básicas e a erradicação da pobreza, promover a educação geral e enfrentar colectivamente as questões energética, alimentar e ambiental.

Na esfera Cultural – Desprivatização e Acesso geral

Um dos aspectos mais relevantes da realização da “democracia integral” é o processo de transferência massiva de conhecimentos científicos, técnicos, de gestão económica e social, históricos, filosóficos e artísticos para as grandes massas populares até então deles mantidas afastadas pelo capitalismo.

A absorção das chamadas “classes médias” pela revolução e a acelerada formação cultural, teórica e prática, das massas são factores essenciais para a democratização do saber e da Cultura em geral.

A implantação de “democracia integral” na esfera cultural deverá passar:

- pela reforma democrática dos sistemas de educação e pela progressiva integração no domínio público das actividades privadas relacionadas com o Conhecimento (Universidades, centros de investigação, etc.);
- pela integração dos meios de comunicação social burgueses e contra-revolucionários na dinâmica popular libertadora;
- pela criação de uma vasta rede de organizações populares de natureza cultural, estimuladores da participação activa de todos os cidadãos e da respectiva capacidade crítica e criatividade;
- pela democratização da esfera religiosa (submetendo as “igrejas” ao enquadramento da democracia popular);
- e, em especial, pela democratização da vida familiar enquanto núcleo comunitário elementar.

Com o Poder Popular bem consolidado na esfera política e neutralizada a contra-revolução na esfera económica, a sociedade poderá, de forma pacífica e relativamente consensual, marcar os ritmos e os caminhos da reestruturação de toda a actividade produtiva no sentido do Socialismo, de modo a libertar forças produtivas cada vez mais poderosas e a assegurar e maior produtividade do trabalho social.

CAPÍTULO 10

Socialismo - a Dimensão Económica

a) Máxima Produtividade do Trabalho Social

Lenine teria afirmado, de modo conciso e pedagógico, que *“o Socialismo é o poder dos soviets mais electrificação”*.

Esta frase, aparentemente “primária”, revela contudo a essência do problema: novas relações de produção (criadas pela realização da *democracia integral*) que libertam as forças produtivas inibidas pelas velhas relações de produção capitalistas, permitindo o seu desenvolvimento acelerado e a obtenção dos *níveis máximos de produtividade do trabalho social*.

As forças produtivas incluem o próprio *homem* enquanto produtor, *com todas as suas capacidades intelectuais e Cultura* (científica, técnica, cívica e criativa) e os *meios de produção*.

Por sua vez, os meios de produção incluem os *recursos naturais*, directos ou já transformados, a *energia*, a *maquinaria e instrumentos de trabalho*, as *infraestruturas*, *instalações e equipamentos de todo o tipo* (de transportes, de comunicações, logísticas, energéticas, edifícios, etc.), as *soluções e procedimentos organizacionais e de comunicação*, as *técnicas e procedimentos utilizados na produção*, a *informação e demais elementos* (designadamente *serviços públicos de variado tipo, centros de estudos, investigação e desenvolvimento, etc.*) necessários à produção de bens materiais e dos serviços.

As teorias socialistas referem-se invariavelmente ao *desenvolvimento das forças produtivas*. No entanto, há que aclarar este conceito:

Tanto no caso do Homem como dos Meios de Produção, poder-se-á considerar esse desenvolvimento em duas dimensões, a quantitativa e a qualitativa.

No que respeita à dimensão quantitativa ela traduz-se tanto no aumento do número de indivíduos incorporados no trabalho social como no aumento numérico e na elevação das características dos meios de produção, tais como o número de equipamentos e a sua potência, a quantidade de recursos naturais mobilizados, etc., em suma, nos factores que imediatamente poderão ser mobilizados para a satisfação das necessidades de uma sociedade em situação de carências básicas graves.

No que respeita à dimensão qualitativa, ela é facilmente compreensível e necessária, e traduz-se no desenvolvimento Integral do Homem, no

desenvolvimento Científico e Tecnológico, na melhoria constante dos métodos e critérios de Organização e Gestão, na mobilização otimizada dos recursos naturais em função com os ciclos e os processos naturais, na preservação do ambiente (urbano e natural), etc., em suma, nos factores que conduzem ao *aumento da produtividade do trabalho social*.

A abordagem quantitativa é aquela que está mais “à mão” para suprir as carências do abastecimento mínimo das populações em países atrasados como era o caso da Rússia no início do século XX e é hoje ainda o caso de inúmeros países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”.

Eliminar o parasitismo social e tornar o trabalho obrigatório, aumentar a jornada de trabalho ou intensificar este pela “emulação”, aumentar as superfícies de terras agricultadas, aumentar os efectivos pecuários, industrializar massivamente com maquinaria cada vez mais potente, elevar a produção de energia, construir infraestruturas de transportes e instalações logísticas, extrair cada vez mais minerais úteis do subsolo, etc., são medidas correctas numa conjuntura de grandes carências ou de emergência nacional, como foram os anos 20, 30 e 40 soviéticos (e, ainda 50, para a reconstrução pós-guerra).

O pior é quanto esta “linha quantitativa”, necessária em certas circunstâncias, se prolonga desnecessariamente no tempo e se torna o paradigma, como aconteceu, também na URSS nas décadas seguintes, enquanto os EEUU (e a Europa Ocidental, com o seu apoio), enveredaram por uma via qualitativa, isto é, baseada na produtividade do trabalho social baseada na inovação tecnológica e na mais férrea disciplina laboral no quadro das empresas privadas onde impera o hierarquismo e a obediência.

Sem por em causa a validade da abordagem quantitativa em situações de emergência social ou de defesa, a qual, para além do mais, tem os seus limites demográficos, de recursos, etc., o que deve caracterizar o Socialismo é a abordagem qualitativa, a que se orienta para a maximização da produtividade do trabalho social baseada tanto nos factores humanos como nos factores técnico-científicos e de gestão.

A superação dos níveis de produtividade do trabalho social que o capitalismo alcançou só será possível através de:

- Libertação da força produtiva fundamental, o Homem, associando todas as suas novas capacidades à organização e direcção do sistema produtivo e às actividades de inovação;
- Cooperação entre todos os cidadãos e Disciplina laboral consciente, fundada num grande sentido de Responsabilidade Social.
- Desenvolvimento científico, tecnológico e dos sistemas de informação acelerado e sua rápida transposição para o plano da produção;

- Reconciliação com os ciclos e processos da Natureza e melhor aproveitamento social das suas potencialidades, num quadro de equilíbrio global;

A maximização da produtividade do trabalho social não é um objectivo em si. Ele visa reduzir ao máximo a quantidade de trabalho social, directo e indirecto, necessário à produção de todos os bens e serviços para a plena satisfação das necessidades sociais e dos cidadãos individualmente considerados. Em consequência, o objectivo final é reduzir ao máximo a jornada de trabalho social obrigatória e proporcionar as melhores condições para que os cidadãos se dediquem à fruição de uma vida plena, em harmonia com a Natureza e com todos os povos do mundo, ao seu desenvolvimento cultural e social, à antecipação do futuro e à resolução de novos problemas e necessidades, pessoais e sociais.

Forças Produtivas

As forças produtivas no capitalismo, condicionadas pela propriedade privada dos meios de produção, encontram-se fortemente reduzidas relativamente ao seu actual potencial. Apesar dos enormes avanços verificados no âmbito dos meios de produção, na ciência, na técnica, e nos métodos de organização e gestão das empresas e dos processos económicos.

a) Quanto ao Homem, enquanto força produtiva principal:

No capitalismo, fundado na ganância da burguesia pelo lucro, os trabalhadores só são utilizados enquanto “animais de trabalho” produtores de mais-valia, para a produção de lucro e de acumulação. Por isso, as políticas de educação/formação dos regimes capitalistas são orientadas, exclusivamente, para a habilitação profissional mínima, em conformidade com as exigências técnico-científicas e organizacionais dos processos económicos capitalistas em cada fase do seu desenvolvimento. Ao capitalismo só interessam “trabalhadores habilitados” e não cidadãos inteligentes com uma visão holística da natureza e da sociedade.

Mesmo aos “quadros técnicos” de elevada qualificação que utiliza nos seus processos, só lhes é permitido focarem-se na concepção e gestão dos processos mais ou menos complexos de que estejam incumbidos de criar ou manter “em ordem”, tanto do ponto de vista tecnológico como administrativo e organizacional.

A tendência geral do capitalismo é a da apropriação contínua das inteligências, do Conhecimento e das aptidões humanas, corporizando-as na tecnologia, tanto no âmbito da aplicação das leis da natureza (física, química, biologia, etc.) como da gestão dos processos (automação e robótica apoiadas nas TIC).

A estratégia do capitalismo na sua fase “globalizadora” consiste em deslocar as unidades produtivas, qualquer que seja o seu tipo, para onde exista uma reserva humana minimamente hábil e que aceite realizar o seu trabalho do modo mais barato possível, ao nível da mera subsistência.

Em consequência desta estratégia, são criados os seguintes grupos sociais:

- 1º - A grande burguesia capitalista internacionalizada, parasitária, usufruindo dos rendimentos financeiros;
- 2º - Os quadros de elite, gerindo processos económicos complexos ou afectos às actividades de investigação e desenvolvimento e de consultoria de nível elevado;
- 3º - As “classes médias” profissionais e os estratos das pequenas e médias burguesias nacionais, as quais são portadoras de conhecimentos e experiências que interessam ao capitalismo e constituem a parte substancial do mercado consumidor de produtos e serviços não básicos;
- 4º - Uma grande massa de trabalhadores indiferenciados, pouco qualificados, cada vez mais precarizados, com remunerações de subsistência, os quais constituem a base da produção material em tarefas complementares a uma maquinaria cada vez mais automatizada; são grandes produtores de mais-valia mas pouco interessantes enquanto consumidores da produção moderna;
- 5º - Uma volumosa massa de “inactivos” (“desempregados”, “reformados”, “donas de casa”, “estudantes”) vivendo a expensas dos Estados, dos regimes de previdência suportados pelos trabalhadores activos e/ou das respectivas famílias, muitos deles dotados de vontade e de aptidões físicas, intelectuais e profissionais que poderiam ser aplicadas de modo socialmente útil, mas que se encontram marginalizados dos processos produtivos sociais pela lógica corrente do Capitalismo ou em resultado dos seus processos de reorganização estrutural;
- 6º - Finalmente, uma massa crescente de “excluídos”, pobres e miseráveis vivendo no limiar da sobrevivência, exercendo uma forte pressão competitiva com os elementos integrados no 4º grupo;

Em consequência, milhões de trabalhadores baratos dos países sub-desenvolvidos são incorporados no mercado de trabalho capitalista,

nos seus próprios países ou como emigrantes, enquanto no chamado mundo desenvolvido outros tantos trabalhadores formados, capacitados e experientes (porém mais caros) se tornam economicamente “inactivos” e excluídos do trabalho social.

Este processo predador, resultante da extrema mobilidade geográfico-territorial das actividades produtivas, de “aterragem, exploração e partida” gera a decomposição das sociedades, a destruição das comunidades e a decadência humana das nações e dos indivíduos.

Por outro lado, o capitalismo concentra num relativamente reduzido numero de instituições de estudo, de concepção e projecto e de gestão o controlo de processos complexos e, em algumas empresas de alta-tecnologia, um limitado numero de cientistas e técnicos criativos de muito elevada qualificação, apropriando-se, “privadamente”, do Conhecimento humano de mais elevado nível e da informação crítica mais qualificada.

É neste quadro que se verifica a inexorável destruição do estado-social, a decadência das “classes médias” profissionais e o extraordinário aumento dos desempregados nos países desenvolvidos.

O desperdício global de capacidades humanas resultantes directamente destes processos e também, indirectamente, pelo extraordinário aumento da pobreza e da miséria em largas faixas do globo terrestre, é incomparavelmente superior à valorização dos recursos humanos nas novas zonas em exploração pelo capital.

A política capitalista de recursos humanos não só gera enormes desperdícios directos de capacidades como promove o antagonismo e a competição entre trabalhadores, não só à escala internacional, nacional, regional e local, como, no seio de cada empresa, com base na “divisão do trabalho”, entre as diferentes funções, profissões e especialidades, geradores de múltiplas sub-optimizações, e disfuncionalidades.

A manutenção de um “exército de reserva” resultante da manutenção deliberada de certos limites de desemprego, a “competitividade” entre nações e sectores e a ordem hierárquica plenipotenciária no interior das empresas são os principais instrumentos dessa política de promoção de divisões e antagonismos de interesses entre trabalhadores.

Esse ambiente global de competição, apesar de ter alguns inconvenientes económicos directos que o capital procura minorar através da intensificação dos mecanismos de controlo, é essencial para assegurar a hegemonia política da burguesia.

Porém, os “custos” económicos resultantes dessa política são incomparavelmente menores que os potenciais que poderiam resultar de um ambiente global de unidade e de cooperação entre os trabalhadores, os quais só nas condições do Socialismo poderão ser mobilizados.

O capitalismo desenvolveu, tanto nas empresas como na gestão do Estado, uma “classe média” detentora de um conjunto de conhecimentos que lhe são úteis, proporcionando-lhe um tratamento e níveis de remuneração que a diferenciam dos restantes trabalhadores “menos qualificados”. A estes, utiliza-os da forma mais primária possível, vedando-lhes o acesso a maiores níveis de conhecimentos e de informação, procurando sistematicamente, com a utilização da tecnologia cada vez mais avançada, excluí-los dos processos produtivos e da participação cidadã.

No capitalismo, sob a tirania do patronato e num quadro de forte competição geral, os estímulos para trabalhar são a mera sobrevivência, a esperança de proporcionar um futuro melhor para os filhos, ter alguma protecção na velhice e, em alguns casos, a esperança de um dia aceder à “classe média”, isto é, a um “nível de vida” um pouco mais confortável.

No socialismo, pelo contrário, o Homem é o ponto de partida e o destino de toda a actividade produtiva. Esta visa a satisfação das necessidades humanas (pessoais e sociais – a Felicidade) e permitir a reprodução biológica saudável da sociedade, por decisão livre de cada um dos seus membros, e a reprodução ampliada das capacidades e da Cultura, aos níveis individual e social.

No Socialismo, “trabalho” são todas as actividades humanas que concorrem para a obtenção daqueles desideratos fundamentais. Portanto, a actividade do trabalho é concebida como uma necessidade vital e livre, como um factor, não de sacrifício, mas sim de realização plena e integral do homem integrado em sociedade.

Por isso, no Socialismo o conceito de trabalho não se relaciona somente com as actividades da produção material e dos serviços tal como se concebem no capitalismo, adquirindo uma significação muito mais extensa, compreendendo inúmeras actividades socialmente desclassificadas no capitalismo (não geram mais-valia directa para a burguesia) mas que são essenciais à vida da sociedade.

No entanto, o que nos interessa aqui particularmente não é o trabalho que se realiza individualmente para satisfação de necessidades próprias, mas sim o *trabalho social*, isto é, o trabalho que é realizado em cooperação e cujos resultados se destinam à satisfação de necessidades colectivas, sociais.

No Socialismo, todos os cidadãos desenvolvem trabalho social, independentemente da idade ou da condição física, de acordo com as suas capacidades. O “trabalho” e a “educação”, tal como a “teoria” e a “prática”, separados pelo racionalismo fragmentador da cultura capitalista, fundem-se numa unidade que se prolonga durante toda a vida.

No Socialismo não haverá, portanto, “classes inactivas”, não haverá “desempregados”, “reformados”, “estudantes”, “donas de casa” nem qualquer outro tipo de “marginalizados” do trabalho social. Este não é só um dever, mas um direito de todos os cidadãos.

Lamentavelmente, enquanto o capitalismo imperialista subsistir como força hegemónica mundial, os países de orientação socialista terão de continuar a manter uma quantidade apreciável de cidadãos altamente qualificados aplicados em funções de defesa e segurança militar dos seus países. No entanto, esse desperdício objectivo de forças produtivas humanas é minorado através da máxima utilização possível dos corpos militares em tarefas de auto-sustentabilidade e de apoio ao desenvolvimento de toda a sociedade, o que não acontece nos países capitalistas.

A libertação para o trabalho social de todas estas “reservas de braços, inteligências e almas” que o capitalismo mantinha deliberadamente excluídas, intelectualmente definhadas e emocionalmente desmotivadas constitui a primeira grande demonstração de superioridade do Socialismo enquanto sistema social relativamente ao Capitalismo.

A criação de um ambiente geral de liberdade, cooperação, solidariedade e unidade entre todos os cidadãos-trabalhadores, acompanhada com um irrestrito acesso e o estímulo à obtenção contínua de Conhecimento, de informação qualificada e de capacidades criativas, multiplicará em breve prazo as forças produtivas à disposição da nova sociedade.

Foi neste domínio, da compreensão do papel central do Homem Livre e Solidário enquanto força produtiva, que Che Guevara se distinguiu particularmente e se diferenciou relativamente a outras experiências revolucionárias.

No Socialismo, ultrapassadas que estejam as questões da subsistência familiar, da educação dos filhos, e do conforto e segurança mínimos para uma vida com dignidade, os estímulos para o trabalho orientam-se para a realização pessoal e social e para a elevação do nível cultural.

Porém, estas motivações só se tornarão hegemónicas quando a cultura de ganância pelo *ter* e a ideologia capitalistas tenham sido derrotadas

pela afirmação continuada e prolongada da nova cultura e ideologia socialistas, ao longo de todo o processo de transformação revolucionária da sociedade. É, por isso, muito importante que os sistemas de gestão social, produtiva e distributiva a implantar em cada fase desse processo suscitem um grande sentido de responsabilidade pessoal e social pelos resultados obtidos, impedindo ao máximo o aparecimento de situações em que indivíduos ou grupos sociais possam, ilegítimamente, beneficiar-se do esforço de outros.

b) Quanto aos Meios de Produção:

Materiais e Financeiros

Neste domínio das forças produtivas haveria igualmente muito a dizer quanto à forma como o capitalismo sistematicamente imobiliza, abandona, destrói e torna deliberadamente obsoletos numerosíssimos meios de produção, tanto na decorrência das suas sucessivas crises periódicas como da prática constante da “destruição criativa”.

Se acrescentarmos a esse processo destrutivo todo o vasto e importante conjunto de meios de produção que se encontram aplicados em finalidades bélicas, de segurança e repressivas das populações e povos, será facilmente compreensível o criminoso desperdício de forças produtivas sociais que acompanha o capitalismo.

Muitos se recordam das grandes expectativas que o fim da guerra-fria e a expectável travagem da corrida aos armamentos geraram na época, supondo-se que as ciclópicas forças produtivas associadas a esses fenómenos seriam reorientadas para a promoção do desenvolvimento mundial.

Como se sabe, a corrida aos armamentos está aí, bem como o perigo de uma próxima confrontação nuclear generalizada, após algumas demonstrações de *soft* e *hard power* pelo imperialismo, de que resultaram, entre outras, o desmantelamento de grande parte das forças produtivas nas regiões sob a influência da ex-URSS, incluindo na Europa, a destruição sistemática e intencional das infraestruturas e instalações produtivas da Sérvia, bem como a destruição quase total, material e institucional, de dois países, o Iraque e o Afeganistão.

A propriedade privada dos meios de produção não constitui somente um decisivo factor de desigualdade entre os cidadãos com reflexos perversos na Democracia. Ela constitui igualmente um extraordinário factor de inibição das capacidades produtivas sociais. Numa época em que as classes “inactivas” são cada vez mais numerosas e pauperizadas, verifica-se a existência de uma vasta quantidade de meios de produção subutilizados e/ou expectantes (terras, instalações, equipamentos,

recursos financeiros, etc.), retidos pelos respectivos proprietários na perspectiva de uma futura maximização dos lucros, sem que a sociedade no seu conjunto os possa utilizar de modo racional e produtivo. Tal “propriedade” perdeu todo o fundamento de legitimidade social na medida em que se constituiu como um impedimento do desenvolvimento da produção social e a negação da possibilidade de realização humana dos cidadãos excluídos da produção capitalista.

Mas na contabilidade destrutiva do capitalismo não entram somente os meios de produção por ele directamente destruídos e imobilizados; os imensos meios de produção, próprios dos capitalistas e da sociedade (construções, infraestruturas, florestas, solos, etc.) que se perdem anualmente em consequência de fenómenos naturais, da negligência perante os riscos decorrente das políticas burguesas de ocupação do território e da ganância do lucro fácil, também entram nesse passivo.

A actual crise financeira e económica mundial está a ter, e irá agravar, consequências devastadoras nas infraestruturas e nas capacidades produtivas dos países mais desenvolvidos do mundo, incluindo os EUA, cujo saldo não será compensado pelo desenvolvimento entretanto verificado em outros países ditos “emergentes”.

O “modelo de desenvolvimento” capitalista, baseado num irracional consumo de energia, e na predação dos recursos naturais, irá chocar-se frontalmente com os equilíbrios naturais globais, pondo em causa a sustentabilidade das conquistas civilizacionais da humanidade, incluindo a disponibilidade de meios de produção necessários para assegurar a sobrevivência de grande parte da actual população do planeta.

Porém, para que o capitalismo funcione e acumule mais-valia, a burguesia não utiliza somente os meios de produção de que é proprietária e de que se apossou através da espoliação dos povos e dos trabalhadores, como a terra e muitos dos recursos naturais.

Muitos dos meios de produção necessários ao funcionamento do sistema, tais como os núcleos urbanos e as respectivas infraestruturas e serviços, as vias e infraestruturas de comunicações, de transportes e energéticas, os sistemas de ensino e de investigação, de saúde e de segurança, os serviços públicos e muitos outros foram instalados e são suportados com os recursos de toda a população com uma participação mínima dos recursos da burguesia.

À burguesia capitalista não interessa investir recursos nesses meios de produção essenciais ao funcionamento do “seu” sistema mas, exclusivamente, nas actividades geradoras das mais elevadas taxas de lucro, naquilo que designam como “bens transaccionáveis”. Por isso obrigam, através dos Estados e governos ao seu serviço, que sejam os povos e os trabalhadores a suportar os custos de instalação e operação

desses meios de produção, impondo taxas de utilização simbólicas para as empresas. A isso chamam “externalização de custos”.

Na fase “financeira” do capitalismo, a burguesia utiliza as poupanças dos povos e dos trabalhadores para “alavancarem” o sistema financeiro e, com os recursos assim gerados, desenvolverem os seus próprios meios de produção, conduzirem os Estados e os povos a uma situação de escravização pela dívida, apossarem-se de enormes quantidades de recursos naturais, de matérias-primas básicas, de infraestruturas e de serviços públicos e obrigando os povos e os trabalhadores ao pagamento de elevadas taxas pela sua utilização. Todas essas “taxas de utilização” ou “rendas” constituem a expressão moderna dos antigos tributos medievais, em fase de recomposição pelo capital financeiro internacional.

É neste quadro que ocorre a moderna “mercadorização” de toda a vida social, incluindo as actividades de educação, de saúde, de segurança, culturais, de “solidariedade” social e, de um modo geral, de quase todos os serviços públicos e sociais.

Organização e Gestão da Produção

No entanto, o sistema capitalista, baseado numa feroz competição por taxas de lucro elevadas, desenvolveu, perversamente, é certo, mas desenvolveu, métodos de organização e gestão empresarial da produção e de organização da investigação científica e tecnológica de elevada eficiência e produtividade, que constituem património da humanidade e que o Socialismo, em novas condições, terá de continuar a desenvolver para a elevação contínua da *produtividade do trabalho social*.

Neste tipo de meios de produção, da gestão da produção, os revolucionários não devem ter quaisquer preconceitos anti-capitalistas, devendo antes aprender com os capitalistas, tal como o fez a URSS nas fases do seu mais intenso desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo que deverão complementar esses métodos de organização e gestão com as potencialidades disponibilizadas pelo exercício da “democracia integral”.

Infelizmente, na URSS, que serviu de “guia” para quase todas as experiências socialistas já concretizadas, veio a gerar-se, a partir de meio da década de 1950, um modelo de gestão económica e empresarial que nem soube acompanhar os avanços do capitalismo na matéria, nem utilizou qualquer das vantagens que a concretização da “democracia integral” poderia ter proporcionado.

Vê-se assim que a nacionalização de todos os meios de produção, e em primeiro lugar da terra e dos recursos naturais, exigida pela continuada concretização da “democracia integral”, não tem, por si só, uma importância determinante no desenvolvimento posterior dos meios de

produção, designadamente dos sistemas de organização e gestão, no sentido da maximização da produtividade do trabalho social.

Essa nacionalização poderá, num primeiro momento, permitir uma mais justa repartição do produto social obtido e permitir algumas alterações positivas nas relações de produção, reduzindo a pressão em cima da massa de trabalhadores e, por isso, ser saudada. Mas não mais do que isso, se não for acompanhada de um extraordinário avanço nos modelos de gestão decorrentes da “democracia integral” aplicada às actividades produtivas, da valorização técnica, científica e criativa da força produtiva humana e da aplicação extensiva às actividades produtivas e dos serviços das mais modernas aquisições da ciência e da técnica, todos orientados para a máxima produtividade do trabalho social.

Cabem aqui umas palavras relativas aos sistemas de “gestão económica” capitalista e socialista e à figura do planeamento, como uma das funções dessa gestão, tanto ao nível do sistema produtivo e de serviços no seu conjunto como de cada uma das suas unidades.

Os princípios de “gestão económica” do Socialismo são fundamentalmente diferentes dos do capitalismo.

Vejamos:

No Capitalismo:

O capitalismo, enquanto sistema económico, não é um sistema que tenha por missão a gestão da sociedade no seu conjunto nem a satisfação das necessidades sociais. A teoria de base do capitalismo é a “mão invisível”, segundo a qual do prosseguimento dos interesses individuais pelos capitalistas resultará, em condições de livre mercado, automaticamente, a satisfação dos interesses de toda a sociedade.

Se bem que a teoria da “mão invisível” já tenha sido largamente rebatida pelos próprios teóricos da economia burguesa, estes continuam a guiar-se pelos seus interesses individuais e, em situações de necessidade, designadamente para afrontarem as lutas dos trabalhadores, pelos seus interesses de grupo, de classe. O “foco” da sua atenção é, pois, a gestão das suas empresas, das “fábricas de mais-valia”, e dos correspondentes mecanismos de “distribuição” e acumulação.

Não se focando embora na gestão global da sociedade, não lhe interessando portanto saber se os cidadãos são pretos, amarelos ou verdes, gordos ou magros, alegres ou tristes, se gostam de cantar ou de dançar, a burguesia capitalista está muito interessada em que as entidades responsáveis por essa “gestão da sociedade”, os governos, pelo menos não se choquem contra os seus interesses fundamentais e, se possível, que sejam muito colaborantes, tanto em manter a “ordem”

interna como nos processos de “externalização de custos” e “internalização de proveitos” (entrega de recursos naturais...) e, ainda, sempre que necessário, que utilizem os recursos públicos e os povos na defesa diplomática ou bélica dos interesses dos diversos grupos da burguesia face a terceiros.

Por essa razão, a burguesia admite tanto governos fascistas belicosos e repressivos (ditaduras) como governos humanistas, mais atenciosos para com os cidadãos (sociais-democracias). É-lhes indiferente, desde que as condições gerais do seu interesse sejam respeitadas.

Tão-pouco os capitalistas ficam, só por isso, assustados com a palavra “nacionalização”. Esta também faz parte da sua “caixa de ferramentas”, sendo de grande utilidade quando é necessário transferir custos para a sociedade e beneficiar dos investimentos sociais depois realizados. São exemplos disso, em países desenvolvidos, numerosas nacionalizações de activos degradados que foram posteriormente reabilitados com investimentos públicos e novamente privatizados; tal como hoje acontece com os deficits bancários da actual grande crise financeira.

No âmbito estrito daquilo que mais directamente lhe interessa, a esfera económica e, especialmente, a das empresas de produtos ou serviços do sector capitalista, de “alto valor acrescentado”, a burguesia utiliza dois instrumentos de “regulação” e direcção: ao nível dos mercados, a “mão invisível”, isto é, a anarquia e a irracionalidade, cada vez mais condicionada pelos grupos monopolistas, e, no âmbito das respectivas empresas, o planeamento minucioso, rígido e racional e a disciplina hierárquica.

Para o capitalismo não existem sociedades humanas; estas, devidamente atomizadas e desestruturadas, são unicamente entendidas como dois grandes mercados: um de mão-de-obra (de trabalhadores assalariados) e outro de consumo (de consumidores, condicionados pela publicidade e a cultura competitiva-consumista). Na sua fase mais avançada criou ainda o mercado de capitais. O capitalismo não incorpora a categoria de *cidadãos*, só as de *mão-de-obra* e de *consumidores*.

A regulação dos “mercados” é a essência da “democracia” entre os burgueses (a mão invisível), ela própria gradualmente substituída pela rastejante ditadura dos monopólios. A sua incapacidade para regular, por si própria, em regime de “auto-regulação”, esses “mercados”, evidencia os limites da burguesia para continuar a dirigir a economia, tanto ao nível nacional como “regional” e global, onde cada vez mais domina a irracionalidade.

Nas condições da democracia política baseadas no sufrágio universal, conquistada pelas lutas dos povos, a “regulação” do mercado de trabalho foi assumida pelos governos; em consequência, consoante a correlação

de forças nestes, algumas conquistas foram alcançadas, designadamente através da luta sindical dos trabalhadores, quanto às condições de trabalho, os despedimentos e quanto à repartição global dos resultados da produção.

Porém, com governos ao serviço da burguesia, sejam eles reaccionários ou sociais-democratas, essas magras conquistas dos trabalhadores estão sempre em perigo, suscitando uma luta tenaz pela sua manutenção. A actual crise do capitalismo tem mostrado bem, nesta matéria, através da facilitação das deslocalizações, da “flexibilização” e precarização laboral, o carácter de classe desses governos.

No mercado de consumo, tanto a oferta capitalista como a procura social se encontram fortemente distorcidas relativamente às efectivas necessidades sociais. Do lado da oferta, ela é distorcida pela busca das máximas taxas de lucro, provocando enormes desproporções entre os diversos sectores económicos em desfavor das reais e básicas necessidades das grandes massas populares, como são os produtos alimentares, a habitação, a saúde, o abastecimento de água e muitos outros produtos e equipamentos que poderiam melhorar a vida diária das populações. A fome, a pobreza e a miséria existentes no mundo são reflexo dessas distorções que o capitalismo nunca poderá resolver.

Do lado da procura, esta é condicionada pela publicidade e pela manipulação dos impulsos emocionais mais elementares dos cidadãos, num quadro de competição consumista, levando os cidadãos a distorcer as suas reais necessidades em favor dos objectivos comerciais do capitalismo.

No âmbito dos mercados financeiros, o capitalismo não só os desvinculou de qualquer forma de controlo pelos Estados nacionais e das necessidades da economia produtiva como os associou às maiores perversões sociais, designadamente o tráfico de drogas, de armas, e de seres humanos, ao encobrimento fiscal, à corrupção institucionalizada e a todas as actividades do crime organizado internacional. A partir dos “mercados financeiros” são desencadeadas vastas operações especulativas visando governos e Estados nacionais e promovido o endividamento massivo de instituições públicas e cidadãos.

A desregulação financeira evidenciada na actual crise, levou a burguesia, a contra-gosto, a ceder temporariamente algum espaço para os Estados participarem nessa “regulação”. Trata-se, portanto, da utilização dos Estados como “árbitros” temporários dos interesses das diversas fracções da burguesia mundial, ao mesmo tempo que se intensificam as condições de exploração dos trabalhadores e a marginalização dos “excedentários” aos processos económicos capitalistas.

Enquanto a um nível geral a burguesia se mostrou totalmente incapaz de “regular” os diversos mercados em condições de satisfazer minimamente as necessidades dos povos, contrariamente ao proclamado pela teoria da “mão invisível”, ao nível interno das empresas ou grupos empresariais, a burguesia conseguiu, apesar da hostilização que pratica relativamente aos trabalhadores, gerar eficientes sistemas de organização e gestão e atingir elevados níveis de produtividade do trabalho social.

Como o homem é susceptível de erros, especialmente nas condições de trabalho alienado, os capitalistas para além de organizarem minuciosamente todos os processos de produção, automatizaram o máximo de funções operacionais com equipamentos de precisão e desenvolveram as melhores técnicas de controlo da acção dos trabalhadores, levando a uma frenética intensificação do trabalho.

Estes factores permitiram ao capitalismo a obtenção de levados níveis de eficiência na utilização dos recursos, os quais constituem um desafio para o Socialismo, em condições bem diferentes de liberdade e valorização dos trabalhadores, manter e aumentar.

Como fazê-lo então, a partir da base económica herdada do capitalismo?

No Socialismo:

Em primeiro lugar, haverá que relembrar que o Socialismo é um *Projecto de Sociedade* cujo ponto de partida é a sociedade capitalista existente ao momento. Como tal, implica entendê-lo como um processo de reengenharia social prolongado no tempo, durante o qual de desconstroem componentes e características e se constroem outros, em conformidade com as circunstâncias e particularidades de cada sociedade e cultura.

No Socialismo, as actividades produtivas sociais não são entendidas como “fábricas de mais-valia” mas sim como “fábricas de Felicidade Humana” completamente integradas na quotidianidade dos cidadãos e das comunidades, a par de outras actividades sociais, segundo o princípio do racionalismo holístico, com vista ao Desenvolvimento Integral do Homem.

*O Socialismo visa proporcionar a todos os cidadãos a satisfação das suas necessidades pessoais e sociais de acordo com o conceito de **Viver Bem** (que inclui, como “produtos”, para além dos bens e serviços necessários à reprodução social, a liberdade, a paz, a segurança em todos os domínios, a saúde e a solidariedade, o conforto, a harmonia ambiental, o amor e a responsabilidade para com todas as expressões da Vida, a partilha cultural, a estética e as expressões de identidade), em plena harmonia com a Natureza e com o mínimo esforço possível, disponibilizando o máximo tempo para a socialização e a promoção da*

saúde e da Cultura física, humanística, ética, cívica, científica, tecnológica, ambiental, estética e criativa.

Nesse sentido, a gestão das actividades produtivas da sociedade baseia-se:

- na identificação, democraticamente participada, aos diversos níveis da gestão social (comunitária, municipal, inter-municipal, regional/estadual e nacional) das necessidades humanas e sociais, presentes e futuras;
- na avaliação e escolha democrática das estratégias de desenvolvimento social face aos condicionamentos existentes e na fixação de objectivos, globais, sectoriais e comunitários;
- no planeamento racional das actividades a desenvolver e dos recursos a afectar, segundo métodos democráticos participativos, desde o nível da comunidade de base e das associações de comunidades até ao nível geral da sociedade;
- na execução colectiva, cooperativa, eficiente e responsável das acções planeadas aos diversos níveis da administração social, por todos os cidadãos, segundo as respectivas capacidades, utilizando para o efeito os melhores conhecimentos científicos e tecnológicos e os meios de produção ao dispor da sociedade.
- na extinção progressiva da *divisão do trabalho* em função do desenvolvimento progressivo e integral dos cidadãos, permitindo uma adequada rotatividade de funções e tarefas, o aproveitamento de toda a capacidade de trabalho social e a diminuição progressiva da jornada de trabalho social necessária, na esfera da produção material;
- num processo contínuo de desenvolvimento tecnológico e científico e num processo massivo de inovação de métodos, processos e soluções levado a cabo pelos cidadãos e as comunidades com base na sua Cultura e Criatividade;
- na redefinição dos processos produtivos com vista à minimização dos impactos sobre a natureza e do consumo de matérias primas e o reaproveitamento socialmente útil de todos os resíduos da produção.

Independentemente das estratégias, caminhos e ritmos que cada sociedade venha a adoptar para a transição ao Socialismo, em conformidade com as respectivas especificidades, estes são princípios invariantes que deverão guiar a acção revolucionária em todos os momentos.

A gestão económica socialista estrutura-se simultaneamente por níveis de administração social (de complexos territoriais-sociológicos) e por cadeias produtivas, segundo os princípios da subsidiariedade, da

eficiência económica e da sustentabilidade, e responde perante os órgãos do Poder Popular correspondentes.

As actividades produtivas não estratégicas que, durante um largo período de transição, continuarão a ser desenvolvidas segundo o modelo capitalista integrar-se-ão de modo adequado, de modo a extrair todas as potencialidades ainda contidas na “iniciativa e na gestão privada”, no sistema global de planeamento e gestão socialista.

Constituindo a sociedade socialista uma “confederação” de comunidades abertas, dotadas de auto-governo, caracterizada pela unidade, a cooperação e a solidariedade, as unidades socialistas produtivas e de serviços deverão ser administradas pelo adequado nível de administração social, de acordo com os princípios da melhor alocação, em função do âmbito de impacto e da complexidade de gestão dessas unidades, e da participação contínua dos níveis inferiores.

Neste quadro, será assegurado que cada uma das comunidades está a dar o seu máximo esforço para o sucesso geral do sistema produtivo e, também, que estão a ser criadas as condições para o exercício transparente da solidariedade mútua e para o reforço da unidade global da sociedade.

No Socialismo não haverá “externalização de custos”, sobre qualquer componente da sociedade; poderá ser admitido um certo nível de “externalização de custos” sobre a Natureza e o ambiente, de modo cientificamente fundamentado, em função da sua capacidade de absorção por esses sistemas, sem prejudicar os seus equilíbrios nem as condições de existência das outras espécies vivas.

No Socialismo será redesenhada toda a distribuição dos assentamentos e das actividades humanas sobre os territórios de modo a favorecer o bem-estar social, intensificar os processos de socialização, melhorar a eficiência das actividades produtivas materiais e salvaguardar as condições naturais e ambientais. A esta postura intrínseca ao Socialismo chamam hoje alguns, pomposa e despropositadamente, *ecosocialismo* (mais um “ismo” a acrescentar à já vasta colecção).

No Socialismo será favorecida a mobilidade dos cidadãos por todo o espaço territorial em função das escolhas pessoais quanto às comunidades em que se queiram integrar, quanto ao tipo de actividades produtivas sociais em que desejem trabalhar e quanto aos estilos de vida. Em conformidade, deverá ser redesenhada toda a rede e a tipologia habitacional no sentido de favorecer essa mobilidade.

O exercício da mais ampla Liberdade por todos os cidadãos, com vista à sua realização humana e social, implica exigências acrescidas sobre os sistemas produtivos materiais e de serviços que não existem no capitalismo, onde a optimização económica se faz à custa e sacrificando

esses valores sociais essenciais para a esmagadora maioria da população.

A “disciplina laboral” dos cidadãos no Socialismo, sendo embora uma disciplina consciente, não imposta, terá de ser muito mais elevada do que no capitalismo, não devendo ser admissíveis situações de incompetência ou negligência de que possam resultar danos ou prejuízos para a sociedade. Estas exigências serão tanto mais elevadas quanto maior responsabilidade social acarretem as funções exercidas.

Esta questão, da maior importância prática e cultural, determina que, no período de transição, enquanto a nova cultura de responsabilidade e a moral socialista não estejam extensivamente consolidadas, sejam estabelecidos mecanismos de sancionamento social dos comportamentos irresponsáveis e moralmente corruptos.

De acordo com o princípio de distribuição de funções em função das capacidades de cada um, nas unidades produtivas de maior impacto sobre a sociedade ou de maiores exigências tecnológicas e comportamentais só deverão ser admitidos cidadãos mediante uma rigorosa selecção social e democrática, mediante a avaliação do seu mérito ao longo da vida.

Atendendo, por um lado, à necessidade de optimização dos activos físicos e tecnológicos ao dispor da sociedade socialista e, portanto, da maximização da sua utilidade, e, por outro, à gradual redução das jornadas de trabalho, será expectável que cada unidade produtiva venha a ser operada por uma comunidade de trabalhadores muito mais numerosa do que os que seriam aplicados nas condições do capitalismo. Esse número poderá ainda ser aumentado em consequência da liberdade de escolha dos cidadãos quanto às suas aplicações laborais, à necessidade de promover a rotatividade de funções e à integração laboral dos jovens em fase de formação, mantendo-se, em continuidade, uma extensa actividade de formação técnica e operativa. Este fenómeno nada tem que ver com o “sub-emprego” ou a ociosidade que caracterizaram algumas situações verificadas em anteriores experiências socialistas, motivadas pela “emergência” de eliminar o desemprego; pelo contrário, pela valorização do factor humano que suscita, ele potencia ainda mais as capacidades produtivas do Socialismo.

Na esfera da produção material, as exigências organizacionais e comportamentais deverão ser similares às requeridas nas actividades de defesa e segurança, compatibilizando o máximo de requisitos da “democracia integral” com os elementos de ordem hierárquica necessários à manutenção da eficiência de acção.

No Socialismo será prosseguida e intensificada a concentração da produção material em complexos coerentes de unidades complementares

entre si, baseadas na utilização da mais moderna e inovadora tecnologia e em processos de automação e robotização, de modo a aproveitar todas as potencialidades das produções em escala, permitir a melhor rentabilização social dos activos existentes e eliminar sistemas duplicados ou de baixo rendimento, designadamente nos âmbitos logístico e administrativo.

A este respeito, há que salientar que no Socialismo se desincentiva, tal como no Capitalismo, mas de modo não predador e agressivo, antes superando-a positivamente, à reconstituição "idílica", no âmbito da produção social alargada, da "pequena produção", retrógrada e socialmente ineficiente.

No entanto, prudentemente, aprendendo algumas lições de experiências passadas, designadamente da ex-URSS, também se deverá opor a soluções técnicas e organizacionais "gigantescas", que retiram flexibilidade e adaptabilidade ao sistema produtivo a médio e longo prazos e tendem a fragilizar o controlo social democrático sobre o seu funcionamento. Os avanços expectáveis da ciência e da técnica no Socialismo e a extensiva utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação aconselham e possibilitam a não reprodução de soluções rígidas, "industrialistas", que exigem enormes quantidades de fundos sociais de acumulação para a respectiva implantação.

No Socialismo, o debate democrático aberto e fundamentado sobre estas questões possibilitará que se encontrem as melhores e mais proporcionadas soluções para a organização do sistema produtivo, tendo em vista a maximização da produtividade do trabalho social em cada situação específica.

Um dos aspectos que carece desse debate democrático deverá ser a proporção do trabalho social a aplicar na produção para o consumo social e para o desenvolvimento de novos meios de produção, atendendo à importância destes para o desenvolvimento geral futuro da sociedade e à necessidade de assegurar um nível de autonomia mínimo relativo ao comércio internacional desse tipo de produtos e equipamentos.

Associados a esses complexos produtivos serão instalados centros de investigação e desenvolvimento reunindo todas as componentes do Conhecimento adequadas a cada situação, no sentido da constante incorporação de novas tecnologias e métodos de gestão que conduzam à elevação da produtividade do trabalho social.

Este processo de estruturação de novos sistemas integrados de planeamento e gestão da produção será gradual, tão rápido quanto possível, de acordo com as especificidades de cada situação real.

Uma das infraestruturas básicas que caracterizará a sociedade socialista será a rede integral de telecomunicações de voz, dados e imagens de

elevada capacidade e rendimento, cobrindo todo o território, possibilitando não só as relações sociais de todo o tipo como, especialmente, a integração e controlo de todos os processos produtivos e de distribuição em tempo real.

No Socialismo serão utilizados de modo extensivo e intensivo os métodos de normalização e de controlo de qualidade dos meios de produção e das produções, de modo a obter sinergias e eliminar desperdícios e disfuncionalidades, no respeito pela diversificação de produtos necessária à satisfação das necessidades sociais.

Como se depreenderá, no Socialismo desenvolvido não haverá “mercado” nem “mercadorias”, devendo contudo continuar a haver mecanismos que possibilitem a criação e a inovação permanentes e a escolha pelos cidadãos de gamas suficientemente largas de produtos e serviços, em função dos seus gostos pessoais e que permitam as expressões de identidade social e cultural e de personalidade individual.

Nessa fase muito adiantada da transição para o Socialismo, a “oferta” e a “procura” serão protagonizados pelos próprios *cidadãos*, os quais integram nesta última categoria plenipotenciária as velhas e opostas categorias de “produtores” e de “consumidores”.

Por isso, os cidadãos participarão de modo contínuo e institucionalizado na definição das características técnicas, funcionais e estéticas de toda a produção resultante do trabalho social, bem como nas decisões de lançamento de novas linhas de produtos, com vista a que estes correspondam da melhor maneira, pela quantidade, qualidade e variedade, às necessidades sociais. Através deste mecanismo extinguir-se-á a única função do “mercado” capitalista que serve os interesses da sociedade, que consiste na validação do mérito dos produtos através da escolha dos “consumidores” (apesar de condicionada pela “publicidade” capitalista).

No Socialismo serão desincentivados todos os processos baseados na queima de combustíveis fósseis, reservando o máximo de reservas desses recursos naturais como matérias-primas de base para as indústrias químicas, ao dispor das sociedades actuais e das gerações futuras. A alteração dos paradigmas energéticos e de transportes próprios do capitalismo predador é uma das tarefas centrais do Socialismo.

No mesmo sentido, no Socialismo serão incentivados os processos de produção “não lineares” desenhados de modo a poderem utilizar energias renováveis, a permitirem o reaproveitamento integral dos resíduos (“lixo zero”) e a utilizarem “química verde”.

Numa fase muito adiantada da transição para o Socialismo a função “dinheiro” extinguir-se-á, sendo substituída por créditos de horas de trabalho social.

O sistema financeiro socialista distinguir-se-á fundamentalmente do actual sistema capitalista, estando destinado a administrar os diversos fundos sociais de reserva, de acumulação, de emergências, etc., criados no âmbito da nova sociedade e do novo sistema produtivo.

No Socialismo, todas as actividades produtivas e de prestação de serviços hoje genericamente chamadas de “serviços públicos” e normalmente alheias ao rigor da gestão empresarial, incluindo as relativas à educação, à saúde, ao apoio social e à administração em geral, adoptarão métodos de gestão que lhes permitam executar e melhorar contínua e qualitativamente as suas atribuições com a máxima eficiência “económica” e social, isto é, com o mínimo de custos e com a máxima satisfação social.

No Socialismo, as redes de distribuição de produtos para satisfação das necessidades sociais deverá ser reorganizada estrutural e espacialmente de modo a assegurar a máxima satisfação social e diminuir os custos logísticos gerais (transporte, conservação, armazenagem, etc.).

No Socialismo, as actividades agrícolas e de criação animal deverão ser compatibilizadas com as condições naturais e ambientais, com o respeito adequado a todas as formas de vida, com a saúde das populações a longo prazo, procurando aproveitar ao máximo os ciclos naturais e diminuindo gradualmente a introdução de factores de aceleração artificial (pela “quimização” ou pela manipulação genética) dos crescimentos, em função das necessidades sociais e da incrementação da produtividade.

Após tantos anos de exploração capitalista predadora nesses sectores, tendente ao abastecimento de grandes centros urbanos com matérias-primas e produtos alimentares baratos (para benefício da indústria capitalista), este será um dos grandes desafios científicos, técnicos e organizacionais do Socialismo.

Igualmente serão implantadas numerosas áreas protegidas e reservas naturais, de modo a assegurar tanto a biodiversidade e as condições de existência de todas as outras espécies vivas como as condições de existência de povos e culturas específicas.

Todo esse património deverá ser objecto de um extraordinário esforço de investigação científica de modo a identificar e preservar as suas potencialidades para o benefício da Humanidade e dos diversos sistemas ecológicos.

A transição para o Socialismo em condições de hegemonia capitalista à escala mundial implica que sejam privilegiadas as relações económicas

com os países anti-imperialistas e, preferencialmente, com processos de desenvolvimento progressistas ou de transição para o Socialismo, com base em critérios de complementaridade produtiva e de comércio justo e solidário.

Se bem que, no caminho para o Socialismo, os estímulos morais adquiram uma importância crescente, durante um longo período não deverão ser subestimados os estímulos materiais à produção material e à qualidade dos serviços. O desenho de tais mecanismos de estímulo deve ser transparente, democraticamente aceite e privilegiar os estímulos colectivos aos individuais. Este assunto é da mais elevada importância no processo de marcha para o Socialismo, pois dele depende a aceleração da produtividade do trabalho social e, também, a criação de um ambiente psicológico geral positivo nas comunidades e em toda a sociedade.

No plano da gestão económica, quais as diferenças fundamentais entre o Capitalismo e o Socialismo?

a) Quanto à utilização dos recursos

- O Capitalismo, guiando-se pelo máximo lucro e acumulação, só atenta, em cada momento e lugar, à exploração dos recursos e das actividades que lhe asseguram aqueles objectivos, explorando-os da forma mais intensa e predatória possível, deixando todos os outros recursos e actividades, incluindo os humanos, em "pousio" ou "hibernação", para quando lhe seja conveniente.
- O Socialismo caracteriza-se pela utilização e exploração óptima e constante de todos os recursos disponíveis, incluindo os recursos humanos, naturais e tecnológicos, com vista à satisfação das necessidades de toda a Humanidade e em harmonia com os ciclos naturais.

b) Quanto à gestão da produção e do consumo

- No Capitalismo, à escala geral, reina a anarquia dos "mercados", condicionados e distorcidos pelos monopólios associados ao poder político e pela manipulação dos "consumidores"; no âmbito das unidades produtivas e de prestação de serviços, reina o poder ditatorial do patronato e o mais rigoroso e burocrático planeamento central.
- No Socialismo, em qualquer escala, nos níveis global da sociedade e comunitário e de cada unidade de produção e serviços, reinará o planeamento democrático e participativo, realizado em interacção permanente entre os cidadãos produtores e as comunidades.

As considerações gerais acima expostas, relativas ao modelo de gestão do sistema produtivo socialista, o qual constitui, por si próprio um dos principais meios de produção, procuram desenhar um esboço geral de referência que permitirá em cada momento, em consonância com os avanços verificados nos planos político, cultural e social, "orientar" as acções a desenvolver em cada fase do prolongado e complexo processo de avanço para o Socialismo.

b) Optimização da Distribuição dos Resultados da Produção Material e dos Serviços

Resolvida a questão da distribuição dos meios de produção, através da mais ou menos rápida apropriação colectiva desses factores por toda a sociedade, restará definir os critérios fundamentais para a distribuição dos serviços e dos resultados da produção material.

Quanto aos serviços:

Estes são prestados às pessoas, às famílias, às comunidades e respectivas estruturas de administração aos diversos níveis, às unidades produtivas e ao ambiente natural. Muitos desses serviços, designadamente de educação/formação, de saúde, culturais, de defesa e segurança, de apoio social, ao ambiente natural, serão prestados de forma gratuita e geral, pelo que terão de ser financiados pelas diversas comunidades e pela sociedade no seu conjunto, através de fundos financeiros constituídos para o efeito.

Os serviços às unidades produtivas e variados serviços às pessoas, famílias e comunidades, serão suportados directamente pelos seus utentes ou pelas suas estruturas associativas.

A prestação dos serviços acima referidos envolve o consumo de bens materiais, produzidos directamente pela sociedade ou importados, cujos custos lhes são imputados.

Quanto à produção material:

A produção material social destina-se:

- a ser consumida pelas actividades de reprodução simples da sociedade;
- à constituição de reservas estratégicas de determinados produtos ou recursos, tanto para utilização própria da sociedade como no âmbito da solidariedade internacional;
- à criação de condições para a reprodução ampliada da sociedade (estudos, investigação, desenvolvimento, inovação, desenvolvimento cultural nas suas diversas vertentes, construção de infraestruturas,

promoção dos sistemas ecológicos naturais e outros meios de produção) mediante investimentos que potenciem o desenvolvimento social futuro;

- às trocas internacionais, permitindo que a sociedade beneficie de produtos de que é deficitária ou que produz com mais custos do que os parceiros comerciais,
- à constituição de reservas financeiras gerais da sociedade.

Uma das funções estratégicas dos órgãos de gestão da sociedade socialista é a definição, em cada momento, das proporções óptimas de cada uma dessas componentes tendo em vista o desenvolvimento sustentado da sociedade no seu conjunto.

Ao nível da distribuição para o consumo pelos cidadãos, a sociedade socialista, promovendo embora a igualdade de condições de todos os cidadãos, não é uma sociedade igualitária.

... o verdadeiro conteúdo do postulado da igualdade proletária é a aspiração de alcançar a abolição de classes. Qualquer outra aspiração que transcenda tais limites resvala, necessariamente, para o absurdo. F.Engels; Anti-Duhring.

A igualdade é promovida através do acesso gratuito e geral de todos os cidadãos a um vasto conjunto de bens e de serviços no âmbito alimentar, da habitação, da água e saneamento, da energia, das telecomunicações, da saúde, da segurança, da educação e formação e da cultura em geral e outros, que, em cada momento do desenvolvimento social e produtivo, possam ser considerados como “direitos vitais”, com vista a proporcionar condições gerais de igualdade para que cada cidadão, a partir do seu próprio esforço, empenhamento e sentido da responsabilidade social, se possa realizar plenamente e partilhe com a sociedade todas as suas aptidões.

Estes “direitos vitais” deverão ser imputados a cada cidadão (por capitação) consoante as suas necessidades fundamentais em cada fase do ciclo da vida e serem administrados de modo a assegurar a autonomia de decisão de cada um sobre a sua própria vida, sem relações de domínio ou dependência, competindo a cada comunidade zelar pela sua correcta concretização.

Porém, os indivíduos são diferenciados tanto nas suas aptidões e capacidades como nos contributos quantitativos e qualitativos que dão para o desenvolvimento social geral.

Por isso, o critério básico socialista da distribuição é a quantidade de trabalho social desenvolvido por cada cidadão, valorizado por coeficientes de qualidade, de complexidade, de empenhamento pessoal, de responsabilidade social e de sentido colectivo.

No entanto, a aplicação destes critérios básicos e a eventual introdução de outros não deve ser tratada de modo “administrativo”, devendo antes resultar de decisões colectivas, democráticas, participadas, críticas e auto-críticas, levadas a cabo pelas diversas comunidades socio-territoriais e produtivas no quadro da unidade e co-responsabilidade de toda a sociedade.

A sociedade socialista deverá incorporar um adequado sistema de estímulos, de carácter moral e material, para o desempenho de actividades especialmente importantes para o seu desenvolvimento contínuo em diversos domínios, produtivo, cultural, social ou ambiental, bem como para actividades que envolvam difíceis condições de realização ou riscos especiais.

A sociedade socialista reconhecerá feitos pessoais ou colectivos que, em diversos domínios e circunstâncias, se notabilizem positivamente junto de toda a sociedade ou no plano internacional.

No quadro da transição para o socialismo poderão subsistir por longo período diversas formas de propriedade dos meios de produção as quais, constituindo embora factores de aceleração do desenvolvimento produtivo, são susceptíveis de gerar as correspondentes expectativas de distribuição dos resultados da produção, isto é, desigualdades acentuadas no acesso a alguns bens e serviços.

A sociedade socialista poderá utilizar diversos instrumentos (contratuais, fiscais, etc.), através dos quais sejam regulados os estímulos a esses modos de produção, designadamente a obtenção de lucros financeiros, de modo a, progressivamente, de acordo com as circunstâncias, se aproximarem do modelo socialista de distribuição dos resultados da produção.

Uma distribuição optimizada dos resultados da produção material e dos serviços tem vários efeitos multiplicadores sobre toda a sociedade:

- Assegura o processo de desenvolvimento contínuo e sustentado do sistema produtivo;
- Reforça o sentimento de identidade e unidade política, ideológica e comunitária;
- Dá sentido à Cooperação e à Responsabilidade Social e Ambiental;
- Valoriza o esforço individual e colectivo pelo desenvolvimento cultural nas suas diversas vertentes;
- Inibe alguma tendência que possa subsistir para comportamentos anti-sociais resultantes da velha cultura e ideologia capitalistas;
- Constitui um factor de atracção de outros povos e sociedades pelo Projecto Socialista.

O Consumo Socialista: Ótimo e Responsável

O sistema Capitalista é uma “máquina” de produção de lucros e acumulação.

Há várias maneiras de acelerar o funcionamento dessa “máquina”:

- 1ª - *A guerra*, traduzindo-se não só na destruição quase imediata de mercadorias recém-produzidas (os sistemas de armas e respectivas munições) como também da destruição massiva de bens, instalações e infraestruturas dos opositores, principalmente dos perdedores das guerras, criando um “vazio” de bens que deverá ser preenchido pelos “esforços de reconstrução”;
- 2ª – *A atomização social e o consumismo*, traduzidos da fragmentação das comunidades no isolamento das famílias e, na fragmentação destas em “unidades individuais de consumo” submetidas à manipulação da publicidade e às influências da “moda”, resultando daí uma imensa acumulação de bens pessoais e familiares, disponíveis mas com baixíssimas taxas de utilização;
- 3ª – *O endividamento*, traduzido no consumo imediato “a crédito”.
- 4ª – *Táticas industriais e empresariais deliberadas*, viradas para a “substituição” em vez da “manutenção”, para a obsolescência e o “fim de vida” programados de determinados componentes de equipamentos, estímulos financeiros à “substituição” e à “destruição criativa”, não uniformização de peças equivalentes, alteração periódica de normas técnicas, descontinuidade de fabricação de componentes, estratégias comerciais dirigidas (saldos, “fidelização de clientes”, etc.).
- 5ª – *Imposição governamental* de políticas de “direitos” e de criminalização e perseguição às actividades de produção e comércio de substitutos, etc.

Como resultado dessa “política de consumo” baseada no “sucesso pelo *ter* e não pelo *ser*”, os indivíduos, as famílias e as comunidades, dirigidas por políticos do “espectáculo e do prestígio pessoal”, não “consomem” o que seria realmente necessário para uma vida pessoal e social livre e integral, mas sim o que o capitalismo lhes induz.

Para além de não se dirigir à Felicidade Humana, esse “consumismo” tem fortes impactos ambientais, tanto ao nível dos recursos naturais como da deposição e eliminação de resíduos sólidos, líquidos e gasosos.

As políticas orientadas para o “*crescimento económico*”, em vez de promoverem as produções viradas para a satisfação das necessidades materiais para uma vida digna de todos os cidadãos, visam o aumento do “consumismo” dos bens cuja produção, pelas mais-valias geradas, mais convêm aos capitalistas.

No Socialismo, o interesse geral da sociedade e do ambiente natural coincidem no menor dispêndio de trabalho social e de recursos naturais possível, no quadro da plena satisfação das necessidades humanas e sociais em termos de quantidade, qualidade, diversidade e oportunidade. A prevalência reside no *ser* e não no *ter*.

Os indivíduos, as famílias, as comunidades e a sociedade deverão *dispor* de tudo o que precisam para a sua realização integral, para o *Viver Bem*, bastando-lhes não mais do que isso. Por isso, no Socialismo, o consumo poderá caracterizar-se como *Ótimo e Responsável*.

CAPÍTULO 11

Socialismo - a Dimensão Social

Liberdade, Responsabilidade, Comunidade e Felicidade

A dimensão social é, em última análise, o fundamento real da revolução socialista, o seu ponto de partida e o seu fim: a Felicidade Humana.

Não existe hoje um “índice” para avaliar a Felicidade Humana. Efectivamente, o conceito é tão “integral” e pessoal, dependendo de tantos factores variáveis, que seria praticamente impossível estabelecer critérios e um algoritmo para o efeito. Por isso há quem defenda que o “estado de Felicidade” está mais relacionado com o *sentido do movimento* do que com o *ponto* em que se está, isto é, se cada indivíduo sente que está no sentido da sua plena e integral realização como ser humano e social ou se sente que esse percurso lhe está vedado ou é impelido, pelas circunstâncias envolventes ou pelas debilidades próprias, em sentido contrário.

O Capitalismo é um sistema que gera e promove um ambiente competitivo e predador de “todos contra todos”, onde só poucos são “vencedores” e muitos são “perdedores”. Por isso, as “circunstâncias envolventes” criadas pelo capitalismo são adversas à promoção da Felicidade para as grandes massas populares, tanto numa escala restrita, nacional, como à escala global, planetária.

A afirmação de Margareth Thatcher, ex-primeira ministra britânica de que *“Não existe sociedade, só existem indivíduos”*, sintetiza exemplarmente o ideal social da burguesia na sua fase decadente e reaccionária. Longe estão os tempos da *“Liberdade, Igualdade e Fraternidade”* que caracterizou os períodos revolucionários burgueses e populares contra a aristocracia medieval.

O Socialismo, pelo contrário, não só desenvolve todas as “circunstâncias envolventes” favoráveis à promoção global da Felicidade, como favorece as “circunstâncias internas”, próprias de cada indivíduo, que lhe permitam uma plena realização humana e social, com base no livre arbítrio e na responsabilidade pessoal e social.

No capitalismo, o estado de Felicidade é um acaso; no Socialismo, será uma norma.

Para o estado de Felicidade dos indivíduos concorrem muitas componentes, de ordem biológica e espiritual, e a disponibilidade dos correspondentes bens materiais de suporte:

- Corpo saudável, ágil e apaziguado nas suas necessidades (saúde e protecção a agentes patogénicos, exercício físico e descanso, alimentação e vestuário, abrigo e conforto, sexualidade, paz e segurança, etc.)
- Livre arbítrio, informação, conhecimento e criatividade, participação e cooperação, amor e solidariedade, respeito e reconhecimento, superação de desafios, harmonia com a natureza, etc.

Verifica-se assim que todas as “disciplinas/departamentos” sectoriais em que se desdobra a actividade social e de administração da sociedade convergem para realização da Felicidade humana: saúde, desporto, recreação, educação, ciência e cultura, produção e distribuição material e prestação de serviços, território e ambiente, habitação e urbanismo, democracia integral, segurança e defesa, comunicação, relações pessoais, familiares, comunitárias e sociais, etc.

As sociedades capitalistas são organizadas e funcionam em função da ganância pelo lucro e a acumulação e pelo Poder; o Socialismo, pela ganância da Felicidade.

Esta é, na essência, a grande diferença entre os dois sistemas em relação à “questão social”, a qual determina as orientações, os objectivos, os métodos e os actores da realização de cada uma das “políticas sociais sectoriais”, bem como o seu grau de integração.

a) A dimensão social no Capitalismo:

A sociedade capitalista divide-se em duas principais classes sociais: a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, desprovido desses meios e submetido ao trabalho assalariado.

Cada uma dessas classes encontra-se, por sua vez, estratificada em vários grupos diferenciados, no primeiro caso, pelo volume e tipo de meios de produção que possui, e, no segundo, pelo valor com que consegue vender a sua força de trabalho, pelo ramo da produção onde trabalha e pelo papel desempenhado no ciclo produtivo. A uns e a outros, correspondem estilos de vida próprios e alguns traços psicológicos decorrentes do tipo de actividade que desenvolvem.

Contudo, essas diferenças verificadas no seio de cada classe não alteram a posição de classe dos indivíduos, constituindo embora factores conjunturais de divisão e de antagonismo de interesses.

Tais divisões e antagonismos são utilizados pelas duas classes fundamentais nos seus esforços para manterem (no caso da burguesia) ou conseguirem (na caso do proletariado) uma hegemonia política na sociedade.

Com o advento dos modernos meios de comunicação de massas, designadamente da televisão, utilizados pela burguesia monopolista para a manipulação informativa e a difusão da sua ideologia nas classes populares, com a crescente “desindustrialização” e mobilidade empresarial dos países mais desenvolvidos para outros países mais “baratos”, com a fragmentação empresarial dos grandes grupos económicos e, ainda, com a chantagem económica exercida sobre as massas proletárias, os antigos centros de resistência proletária foram sendo “dissolvidos”, conduzindo ao enfraquecimento dos sindicatos e das estruturas associativas e comunitárias autónomas.

Ao mesmo tempo, como consequência dos processos de concentração do capital e da mundialização da economia capitalista, as “classes médias” profissionais e os pequenos e médios empresários autónomos resultantes de fases anteriores do desenvolvimento da capitalismo entraram em rápido declínio e processo de proletarização, “salvando-se” somente aqueles que os centros de competências da grande burguesia internacional absorvem ou que se integram, de uma forma subsidiária e dependente, nas grandes cadeias internacionais de produção e distribuição do capitalismo.

Esses factores, conjugados com o aumento do desemprego, a sua progressiva precarização, o aumento da intensidade do trabalho e o abaixamento geral dos salários, com a degradação dos sistemas de educação, de saúde e de solidariedade social que caracterizaram os regimes de “estado social”, têm conduzido à debilitação endémica dos laços sociais e familiares e a uma crescente atomização social dos cidadãos.

Chegou-se assim, ao início do século XXI, com o ideal “tatcheriano” de atomização social em plena execução nos países chamados mais desenvolvidos.

É neste quadro de intensificação do “vazio comunitário” e de desidentificação social que alguns propõem hoje a substituição do “proletariado” pelo conceito ambíguo e desestruturado de “multidão”, como motor das mudanças sociais.

Os diversos países do mundo encontram-se em situações muito diversas no plano social, decorrentes dos seus diversos trajectos históricos.

Há países desenvolvidos onde continua a persistir uma grande tradição de auto-iniciativa comunitária e social. Outros, onde essa iniciativa foi sistematicamente reprimida ou inibida pelo Estado burguês. A história e as características sociais e económicas das actuais grandes cidades do mundo são muito diferenciadas. Não há, pois, um padrão de referência, salvo a sua tendência para a ingovernabilidade.

No entanto, existem algumas regularidades nos efeitos sociais do capitalismo, sinteticamente corporizados nas crises sociais dos países desenvolvidos e nos miseráveis resultados gerais dos “Objectivos do Milénio” das Nações Unidas.

A “estrutura social” que a burguesia tem menos interesse em desarticular é a Família. Além do mais porque ela, na sua forma típica actual, de “contrato jurídico”, assegura, pela hereditariedade transmutada em “direito de herança”, a continuidade da classe dirigente, independentemente do Mérito dos herdeiros/sucessores.

Mas também porque a Família dos proletários, para além de assegurar a função essencial de reprodutora da ideologia capitalista e da mão-de-obra, constitui a primeira grande “reserva industrial” da burguesia, pela possibilidade de mobilizar, consoante as suas necessidades, mais ou menos trabalhadores, em primeiro lugar as mulheres e os filhos jovens, “devolvendo-os” às famílias nos períodos em que não precisa mais deles.

Tem sido neste quadro, de gestão quantitativa e qualitativa da mão-de-obra, que se tem processado, nas condições do capitalismo, a “libertação” das mulheres, com toda uma panóplia de instrumentos de apoio, tais como os jardins de infância, os centros para deficientes e para idosos e outras formas de “apoio social” que “libertam” a mulher para o assalariamento.

O *machismo*, o *patriarcalismo* e a *dependência económica* são os instrumentos ideológicos que o capitalismo alimenta e utiliza para “manter na ordem” os seus “armazéns auto-reprodutivos de mão-de-obra” familiares.

É no mesmo sentido que funcionam as políticas burguesas de mobilidade internacional da mão-de-obra, isto é, as políticas de imigração, servindo-se, agora a uma escala social mais ampla, dos instrumentos ideológicos do *racismo* e da *xenofobia*.

O Capitalismo é, pois, um sistema desagregador das comunidades e atomizador dos indivíduos, procurando desse modo inibir ou impossibilitar os processos de auto-organização social que possam vir a opor-se aos seus interesses.

A burguesia, contudo, também tem consciência de que os seres humanos não podem viver continuamente sem alguns elementos de identificação e de solidariedade mútua. Para isso, incentiva a criação e administra toda uma série de “comunidades” precárias ou virtuais por onde os cidadãos menorizados “transitam”, desprovidas de elementos de participação e decisão democrática, tais como serem “fãs” de clubes desportivos ou de certos artistas, serem membros de “redes sociais” na internet, etc., levando-os a “sentirem-se” parte de uma comunidade identificadora. São

as “comunidades” de auto-alienação que “se vendem e se consomem” consoante as modas.

Efectivamente, no Capitalismo, as pessoas, devidamente atomizadas, ou são “mão-de-obra” ou “consumidores”; nada mais e somente enquanto servirem para qualquer uma dessas funções.

b) A dimensão social no Socialismo:

O Indivíduo e a Comunidade

Não vamos perder tempo a comentar essa anormalidade chamada individualismo burguês, negada pela vida a todas as horas. Nem os burgueses “acreditam” nisso pois senão não desenvolviam a sua solidariedade de classe contra o proletariado. Se “acreditassem” nessa patranha seriam varridos do poder num segundo.

Além do mais, como é que se conservariam no poder se não criassem uma “sociedade” com os políticos, os polícias, os militares, os padres, os “comunicadores”, os juízes e os carcereiros?

Para não referir que nem eles próprios seriam “burgueses” se não conformassem uma sociedade com os produtores proletários. Uma sociedade perversa é certo, mas uma sociedade.

O individualismo é uma mentira ideológica, intencional, apresentada como “facto inato” com o único propósito de fornecer aos proletários um factor de divisão da classe e a ilusão de que por seu intermédio é que poderão vir a ter uma vida melhor.

Toda a história do Homem, mesmo muito antes de ser “*homo sapiens*”, prova o contrário, que só através da cooperação e do trabalho social foi possível sobreviver e evoluir. O Homem, ele próprio, é um “produto social”.

Geneticamente, resulta da associação de dois seres autónomos; culturalmente, resulta das interacções sociais simples e complexas que, desde o nascimento até à morte, vai realizar com a sociedade.

Em muitos países, a esmagadora maioria dos indivíduos tem um horizonte de conhecimento territorial e de vivência social muito circunscrito, realizando nesse horizonte todas as suas funções vitais, reprodutivas e culturais. Nos países mais avançados, só há poucas décadas a mobilidade territorial e social foi substancialmente aumentada, quer em distância quer em frequência.

O Homem não é uma máquina que “liga” e “desliga” em qualquer momento e ambiente desde que tenha uma fonte de energia. Uma mesma máquina pode numa hora estar a produzir medicamentos para

salvar vidas e na hora seguinte a produzir contaminantes para a guerra química e biológica. Biológica e culturalmente, o Homem não é assim; tem “limites” e, também, potencialidades que as máquinas não têm.

A experiência condensada nas organizações do tipo militar e empresarial indica que cada indivíduo só depois de um ano de trabalho aplicado estará em condições de se sentir “identificado” e de manter uma relação funcional minimamente eficiente no âmbito de um grupo de 50 a 150 pessoas. Quanto maior a empatia necessária para a função desejada entre os membros do grupo, menor terá de ser este. Este fenómeno, que reproduz o padrão de sub-divisão das comunidades humanas primitivas, evidencia que há um limite, quantitativo e qualitativo, para as interacções pessoais para se manter um determinado nível de eficiência funcional e dá fundamento à estratificação hierárquica de grupos muito numerosos.

O facto de cada um dos “objectos” da interacção social não ser imutável no tempo, encontrando-se em constante evolução, torna o seu “seguimento” muito mais complexo, o que não acontece com as máquinas, as quais mantêm, geralmente, as mesmas características funcionais.

Esta abordagem “cibernética”, empiricamente fundada, mostra que cada indivíduo necessita de ter uma relação continuada com um mesmo grupo (que pode englobar diversos conjuntos, contíguos ou não) a fim de tornar efectivos os seus intercâmbios culturais e obter níveis satisfatórios de funcionalidade. Esse grupo poderá designar-se como a *comunidade auto-centrada*, havendo tantas quantos indivíduos houver.

Cada comunidade auto-centrada articula-se com as outras numa vasta rede entrecruzada, correspondendo a cada indivíduo fazer parte de tantas comunidades auto-centradas quantos os indivíduos que constituem a sua própria.

A envergadura e complexidade de cada comunidade auto-centrada varia de indivíduo para indivíduo, consoante as suas próprias necessidades e iniciativa. Num sentido mais amplo, as comunidades auto-centradas poderão incluir outros seres vivos, animais e plantas, que desempenhem alguma função (produtiva, cultural ou afectiva) na realização pessoal dos indivíduos.

Indivíduos que mantenham comunidades auto-centradas demasiado extensas normalmente *passeiam* pelas relações sem as aprofundar e sem delas tirar a intensidade e o proveito desejados. É o caso, por exemplo, de muitos cibernautas modernos que, apesar de estabelecerem contactos com milhares de “amigos”, vivem em profunda e caótica solidão.

Comunidades auto-centradas demasiado restritas conduzem ao definhamento social dos indivíduos e a uma vida de mera sobrevivência, como é o caso mais frequente de muitos idosos.

Todos os indivíduos são livres de estabelecer e alterar, a todo o momento, as suas comunidades auto-centradas e, conseqüentemente, de estabelecer a sua família, escolher as comunidades socio-territoriais e funcionais (produtivas, culturais, de estilos de vida, etc.) onde se desejam inserir, no exercício do seu livre arbítrio e no quadro da democracia integral.

A Liberdade e autonomia de decisão individuais, prometidas pelas revoluções burguesas na sua fase progressista e transmutadas em atomização e exclusão social pelo capitalismo maduro, serão finalmente realizadas no âmbito da dimensão libertária do Socialismo.

Esta dimensão libertária inclui, naturalmente, a responsabilidade de cada um por si próprio e, portanto, a liberdade e a capacidade de iniciativa no plano da produção material e dos serviços, quer individualmente quer no quadro da produção social democraticamente promovida e regulada, do trabalho social levado a cabo pelas *"associações livres de produtores"*.

Esta liberdade de iniciativa implica o acesso aos meios de produção ao dispor da sociedade e, em consequência, a concretização plena do "direito ao trabalho" como condição básica para a auto-responsabilização e a realização individual e social.

Aliás, a partir da plena soberania e responsabilidade individual e do acesso irrestrito à informação, ao Conhecimento e ao uso dos meios de produção fará algum sentido a expressão política "direitos humanos"?

Lamentavelmente, esta expressão continua ainda hoje, nas condições da opressão capitalista e dos seus agentes, a ter muita actualidade pela situação aberrante de as classes dominantes terem, no decurso da História, sucessivamente eliminado e diminuído os direitos naturais dos seres humanos e de se terem constituído elas próprias *no direito de conceder direitos!*

Do que se trata, pois, na luta pelos "direitos humanos" não é da *concessão* ou a *"conquista"* dos referidos direitos mas sim na sua recuperação pelos seus legítimos e naturais detentores.

Os "direitos humanos" não se pedem, exercem-se!

A Família Socialista

A Família constitui o conjunto mais forte e estável das comunidades auto-centradas de cada indivíduo, onde o nível de empatia, de identificação e de responsabilidade mútua são mais elevados.

Assim sendo, a Família socialista desvincula-se das formas e dos conteúdos que lhe são atribuídos na sociedade capitalista e do seu estatuto de “contrato jurídico”, e passa a assumir o seu carácter eminentemente social e livre.

Dentro desta grande flexibilidade, a sociedade socialista defende o direito inalienável de todas as crianças terem uma Família, um conjunto social que deverá, em princípio, incorporar os pais biológicos, os irmãos e outros parentes, vizinhos e amigos e, eventualmente, outros seres vivos, com o qual estabeleçam uma grande empatia e que contribuam para os seus processos de desenvolvimento integral.

Na sociedade socialista é um dever de todos os cidadãos contribuírem, como pais sociais, para o desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens e, em primeiro lugar, como pais biológicos, dos filhos por si gerados.

No Socialismo os elementos agregadores das Famílias são a empatia, a responsabilidade pessoal e social e a Moral socialista, não havendo quaisquer laços de dependência económica nem outros instrumentos de coação entre os seus membros.

Os cidadãos agrupam-se, em primeiro lugar, em *núcleos familiares* que partilham em comunhão a mesma habitação, os seus bens, todas as tarefas relativas à reprodução social, bem como os projectos e realizações pessoais e sociais de cada um, constituindo um *lar*.

Cada núcleo familiar, fazendo convergir em si as diversas comunidades auto-centradas dos seus membros, converte-se num *nó de primeiro nível* da rede social geral.

Os diversos núcleos familiares poderão agrupar-se em *comunidades familiares* nas quais, para além dos espaços privados, sejam criados espaços de utilização colectiva e desenvolvidas toda uma série de actividades comuns, desde as tradicionais tarefas domésticas, à educação e guarda das crianças, à partilha de equipamentos, até às actividades culturais, lúdicas, produtivas e outras, para benefício das comunidades familiares ou da comunidade em geral.

Estas comunidades familiares integram o que hoje normalmente se designa por “relações de vizinhança” corporizadas em:

- associações de “moradores” ou de “vizinhos”, quando cada lar é autónomo, isto é, quando incorpora todos os espaços e funções necessários à vida quotidiana partilhando somente os espaços

exteriores, públicos, e os respectivos equipamentos, serviços e infraestruturas;

- comunidades familiares propriamente ditas, assentes em espaços privados para cada família e em espaços comuns de serviços domésticos e de convívio e lazer e, eventualmente, de carácter produtivo, como pequenas oficinas, espaços agrícolas e de criação de animais, etc., utilizados em comum.

Em toda a Escandinávia, à semelhança dos outros países europeus, há grupos que formam comunidades residenciais baseadas no conceito de espírito comunitário.

...

As pessoas que vivem nestas comunidades consideram que podem assim beneficiar da combinação entre uma vida familiar e uma vida comunitária, impossível de obter em condições habitacionais normais.

As vantagens são numerosas. Organizadas numa base colectivas, as tarefas domésticas encontram-se simplificadas e as despesas reduzidas.

O jantar é frequentemente preparado em comum por toda a comunidade. Graças à instituição de turnos, cada pessoa passa menos tempo a fazer compras, a cozinhar ou a lavar a louça. «Não demora mais tempo fazer esparguete para vinte pessoas do que para quatro.» A compra dos alimentos em grandes quantidades representa uma economia não só de tempo mas também de dinheiro.

As mulheres consideram que repartir as tarefas domésticas é mais fácil de estabelecer no seio de um grupo de certas dimensões do que com um único homem. Se todos aceitaram participar nas limpezas, na cozinha, na lavagem da roupa e nos cuidados a prestar às crianças, os homens não conseguem escapar a isso tão facilmente como numa família normal.

As crianças, pensa-se, sentem-se felizes no seio das comunidades. Mais do que meros companheiros de brincadeiras, encontram aí um grande grupo de irmãos e irmãs; e há sempre por perto um adulto, junto do qual poderá ir à procura de protecção.” História da Família”: André Burguière e outros; 4º Volume. Ed. Terramar, Portugal

- ou, ainda, sob a forma elementar de “condomínios”, normalmente existentes em edifícios de habitação colectiva, para gestão dos espaços e assuntos comuns, com pouco alcance social.

As comunidades familiares constituem um *nó de segundo nível* da rede social geral.

Uma reforma socialista das relações familiares e de vizinhança comunitária deverá ter reflexos na própria re-conceptualização do “habitat”, na arquitectura dos espaços habitacional e comunitário de

modo a favorecer a socialização do máximo de actividades e funções em condições de eficiência social, económica e ambiental.

Extintas as considerações económicas subjacentes à família actual, moldada pelo modo de produção e a ideologia capitalistas, o “casamento” e o “divórcio” perderão o seu carácter de actos jurídicos para se transformarem em actos exclusivamente sociais, unicamente dependentes das decisões livres e autónomas dos indivíduos envolvidos, salvaguardadas as responsabilidades para com os filhos.

Complexos de Economia Familiar

O universo produtivo socialista não se limita ao tradicional “mundo empresarial”.

Começemos por nos debruçar sobre a enorme quantidade de trabalho que os cidadãos e as suas famílias despendem na execução de muitas tarefas ligadas à reprodução simples das suas existências, tais como a alimentação, a reparação doméstica, o tratamento do vestuário, educar e olhar pelos filhos, tratar de idosos, tratar de hortas familiares e animais de criação, etc. Estas tarefas, desenvolvidas individualmente e em pequena escala, consomem grande parte do tempo e das energias, especialmente das mulheres, tendendo a mantê-las num certo isolamento relativamente à vida social mais vasta.

A socialização de muitas dessas tarefas numa base comunitária disponibilizaria muitas horas que poderiam ser utilizadas em outras actividades socialmente úteis e num “caldo social” tendente à valorização social e cultural de muitos cidadãos.

Independentemente de outras medidas relativas à salvaguarda dos direitos naturais dos cidadãos e de salvaguarda da sua dignidade humana, designadamente de mulheres, crianças e idosos, seria importante que as organizações comunitárias estabelecessem redes de refeitórios, lavandarias, oficinas de costura e outros centros populares de manutenção e melhoramento doméstico e habitacional, bem como unidades colectivas de produção agrícola e de pequenos animais, de abastecimento de água e saneamento, bem como de creches e unidades de formação, centros de atendimento de idosos, de convívio social e de promoção cultural (bibliotecas, videotecas, infocentros, grupos artísticos, etc.), e outras actividades tendentes à socialização das tarefas domésticas e à incorporação das reservas humanas assim libertadas no conjunto das actividades produtivas e de serviços comunais.

Ainda no âmbito da economia familiar existem outros domínios onde a socialização deverá entrar, em oposição ao consumismo capitalista, sem colocar em causa o conforto e a privacidade dos lares familiares, designadamente quanto à aquisição e utilização colectiva e partilhada, no quadro das associações de vizinhos ou da comunidade, de numerosos

bens, de modo a proporcionar a sua utilização generalizada evitando investimentos desnecessários em bens duradouros e a elevar as taxas de utilização dos activos existentes. Englobam-se aqui equipamentos e apetrechos domésticos de reduzida utilização, ferramentas, meios de transporte, equipamentos e materiais de cultura e desporto e outros bens muitas vezes inacessíveis para os agregados familiares com menos recursos.

Iniciativas deste tipo poderão parecer pouco expressivas numa sociedade mais ou menos moderna e quanto aos seus efeitos económicos. Porém, é indiscutível o seu valor pedagógico enquanto formadoras de uma nova cultura de consumo e de uma cultura de cooperação, partilha e solidariedade socialistas. E, se forem multiplicadas de modo a abrangerem milhões de agregados familiares, não deixarão de ter um apreciável efeito económico.

Ainda no plano da vida familiar, a revolução socialista implica uma profunda reforma dos esquemas tradicionais de divisão do trabalho, no sentido da completa erradicação de modelos culturais-ideológicos pré-concebidos, capitalistas e retrógrados, valorizando a igualdade, a polivalência e a rotatividade de tarefas entre todos os membros da família, salvaguardando as condições objectivas de cada caso.

É logo no seio das relações familiares, como célula primordial da nova cultura socialista, que o respeito pelos direitos e pela individualidade de cada cidadão, o sentido de cooperação, de solidariedade e de responsabilidade social deverão ser afirmados, replicando-se sobre toda a sociedade. Pelo contrário, a manutenção da velha cultura de dominação e de obediência, própria do capitalismo, persistirá no tempo e tenderá a recrudescer, por muito avançado que se pense estar o processo de transição para o socialismo “no exterior”, no âmbito geral da sociedade. Se bem que estes dois processos se condicionem mutuamente, não se deverá pensar que a “revolução democrática e socialista familiar” irá decorrer “automaticamente” como consequência da revolução à escala global da sociedade.

De um modo imediato, a orientação exposta visa três objectivos prioritários, focados em anomalias familiares muito difundidas:

- Libertar as mulheres da sua função de “serva do lar”, permitindo o seu desenvolvimento pessoal e a sua maior inserção social;
- Educar as crianças e adolescentes no espírito do trabalho cooperativo e da responsabilidade perante os seus deveres sociais;
- Erradicar nos homens as posturas machistas de dominação, reprodutoras do hierarquismo capitalista.

Uma família socialista, o berço da cultura de Liberdade e de responsabilidade, não pode ser constituída com base em relações de “dependência económica”, no uso da violência e de ameaças. Pelo contrário, deve basear-se em relações de amor, respeito mútuo, cooperação, solidariedade e responsabilidade entre indivíduos livres.

As Comunidades Socialistas

O Capitalismo gere mercados. O Socialismo é gerido pelas Comunidades.

Numa sociedade Socialista poderão existir diversos tipos de Comunidades:

- ***Comunidades Socio-territoriais***, formadas com base num território comum, nos assentamentos de seres humanos aí residentes e em alguns elementos “atratores” (recursos naturais, encontro de vias de comunicação, etc.), e constituídas pelo vasto e diversificado conjunto de relações sociais entre os seus membros, de carácter afectivo, cultural ou produtivo, através das quais estes realizam uma parte substancial das suas vidas. Numa perspectiva mais vasta e integrada, as comunidades socio-territoriais englobam igualmente todos os seres vivos aí “residentes”.

As comunidades socio-territoriais de base, que constituem *nós de terceiro nível* da rede social geral, são unidades mais complexas que os nós de nível inferior acima referidos, e são dotadas de estruturas vocacionadas para responder, quantitativa e qualitativamente, a muitas mais necessidades sociais que estes últimos.

Comunidades humanas pouco numerosas, a viver *sobre si próprias*, geram relações de grande dependência mútua entre os seus membros mas ficam bloqueadas a um baixo nível de complexidade funcional (satisfazem somente necessidades elementares). Daí a tendência para a aglomeração populacional e a criação de comunidades mais complexas à medida que novas necessidades sociais são sentidas.

Por isso, as comunidades sócio-territoriais de base devem agrupar-se entre si para constituírem ***associações inter-comunitárias*** que asseguram algumas funcionalidades que ultrapassam a capacidade das comunidades de base, ou, ainda, ***comunidades urbanas*** amplas (cidades), ainda mais complexas e dotadas, que asseguram, de modo integrado, quase todas as funcionalidades necessárias para a reprodução e o desenvolvimento social.

As funcionalidades que, em termos quantitativos ou qualitativos, não possam ser assegurados pelas comunidades socio-territoriais de base ou urbanas em conformidade com as necessidades sociais, imediatas

ou de longo prazo, deverão ser asseguradas através de **estruturas federativas inter-comunitárias** altamente dotadas, conformando **órgãos de administração socio-territorial de âmbito regional, estadual ou nacional**, os quais serão permanentemente responsáveis perante as comunidades socio-territoriais ou urbanas que os conformaram, de acordo com os princípios da democracia integral.

- **Comunidades socio-produtivas**, constituídas com base nos colectivos de trabalho social em todas as unidades produtivas de bens e serviços para as comunidades e para a sociedade no seu conjunto.

Em cada unidade de produção social dotada de autonomia administrativa, a respectiva "*Cooperativa de Participação Social*" (CPS) constitui uma comunidade socio-produtiva de 1º nível, com as competências correspondentes.

Estas comunidades socio-produtivas de 1º nível deverão associar-se geograficamente de modo a constituírem **Congressos Produtivos Comunitários, Inter-comunitários e Gerais**, participando nas correspondentes estruturas do Poder Popular.

No âmbito de cada ramo ou cadeia produtiva as comunidades socio-produtivas deverão federar-se em **Federações Produtivas por Ramo ou Cadeia Produtiva**, participando nas estruturas de administração dos correspondentes Ramos ou Cadeias Produtivas.

- **Comunidades e Grupos por Motivos de Interesse**, cobrindo todos os domínios de interesse dos cidadãos, desportivos, culturais, técnico-científicos, artísticos, ambientais, de turismo e viagens, gastronómicos, religiosos, de estilos de vida, etc., de composição, âmbito e estrutura variável, de acordo com as livres decisões, individuais e colectivas, dos cidadãos nelas interessados.
- **Comunidades Juvenis Apoiadas e Comunidades Universitárias e de Investigação**, constituindo a estrutura básica do sistema de formação cívica e técnico científica da juventude e de formação permanente dos cidadãos, tratadas no capítulo "*Na Dimensão Cultural*".
- **Comunidades Socio-Ambientais**, constituídas pelo conjunto de todas as comunidades vivas num dado território geográfico protegido, autónomas, fora do âmbito da administração das Comunidades Socio-Territoriais. Nestes territórios, prevalecem os ciclos naturais e os modos de existência das espécies vegetais e animais e das comunidades indígenas vivendo de acordo com os respectivos modelos produtivos e culturais tradicionais, os quais não devem ser significativamente alterados pela actividade humana moderna. Inserem-se igualmente nesta categoria de comunidades as constituídas por indivíduos de diversas proveniências que tenham decidido levar um

estilo de vida “alternativo”, em estreita e continuada harmonia com a Natureza ou que desenvolvam junto desta actividades de estudo e investigação, de protecção e de recolha cientificamente fundada e orientada das suas dádivas.

As comunidades Socio-Ambientais desempenham um papel de extraordinária importância para o conjunto das Sociedades Socialistas, constituindo baluartes de defesa do património Natural e elementos de preservação e aproveitamento social dos conhecimentos ancestrais quanto à relação Homem-Natureza.

As Comunidades Socio-Ambientais deverão manter relações funcionais de cooperação com os restantes tipos de Comunidades Socialistas e deverão federar-se nos planos nacional e internacional de modo a constituírem uma rede de acção comum em estreita articulação com as Comunidades Universitárias e de Investigação com afinidades científicas.

As Comunidades Socio-Ambientais serão responsáveis pela administração dos respectivos territórios, de acordo com as orientações científicas e procedimentais pertinentes, estabelecidas pelas estruturas de topo de gestão nacional no quadro das orientações de gestão Natural e Ambiental de carácter Global, ao nível planetário.

Uma das características fundamentais de todas as comunidades socialistas deverá ser o seu *carácter aberto e pluralista*, isto é, permitirem não só um permanente fluxo de adesões e desvinculações livres por parte de todos os cidadãos, em conformidade com o seu livre arbítrio, assim como acolherem no seu seio a maior diversidade de pontos de vista e de experiências que promovam o seu desenvolvimento, a criatividade e a inovação.

Outra característica fundamental das comunidades socialistas é a sua *auto-sustentabilidade* e a capacidade de contribuírem de forma equilibrada e responsável para a sustentabilidade de todas as actividades incluídas no âmbito das respectivas associações, federações e na “confederação” geral da sociedade socialista.

Este princípio da auto-sustentabilidade não implica qualquer espírito autárcico ou perspectivas “localistas”, “regionalistas” ou qualquer outra espécie de “tribalismo” que possa por em causa a unidade geral da sociedade como um organismo integral e complexo. Pelo contrário, será a condição essencial para que a solidariedade inter-comunitária seja aplicada com transparência e constitua um factor de reforço da coesão geral. Haverá muitos casos de comunidades socio-territoriais, socio-produtivas e outras que, pela especificidade das suas condições e objectivos prosseguidos dificilmente serão plenamente auto-sustentáveis. No entanto, a sociedade no seu conjunto poderá considerar

a sua validade e importância geral e manter-se disposta a conservá-las e a apoiá-las.

As comunidades socialistas regem-se também pelos princípios da integralidade e da subsidiariedade. O *princípio da integralidade* afirma que cada comunidade assume a responsabilidade sobre todos os assuntos relativos à sua vida própria e a responsabilidade de participar de modo activo, criativo e solidário nos assuntos comuns, inter-comunitários e a toda a sociedade, de carácter social, produtivo, cultural, territorial e ambiental-natural, de defesa e segurança, numa perspectiva integrada e holística.

O *princípio da subsidiariedade* indica que cada comunidade deverá ser responsável directa pela concepção e execução de todas as actividades sociais para as quais se encontre dotada dos necessários conhecimentos e meios de acção num quadro de racionalidade e eficiência social, económica e ambiental, transferindo somente para os escalões de gestão social inter-comunitários e societal geral as funções e actividades que poderão ser melhor resolvidas em cooperação nesses âmbitos.

A título exemplificativo poderá referir-se que deverão constituir responsabilidade directa comunitária todas as questões relativas à economia urbana e do habitat no âmbito do respectivo território, e responsabilidade de toda a sociedade as questões relativas às redes gerais de infraestruturas de comunicações e transportes e à protecção estratégica das condições ambientais-naturais.

A aplicação destes princípios confere uma grande adaptabilidade e a optimização das soluções às circunstâncias e à dinâmica das necessidades sociais, libertando os normativos sociais do carácter impositivo e standardizador próprio do aparato jurídico-legal burguês. A ciência, a moral socialista e a eficiência social, económica e ambiental, constituirão os únicos fundamentos do sistema jurídico socialista.

Numa sociedade socialista, todas as comunidades se articularão em redes, livres e de geometria variável, não só no sentido da satisfação das necessidades sociais já reconhecidas como de se estimularem mutuamente na antecipação do futuro.

A Sociedade Socialista

A sociedade Socialista é um organismo no qual todos os seus constituintes individuais gozam de plena soberania pessoal e se associam livremente no mais diverso tipo de comunidades funcionais articuladas em redes altamente adaptativas, tendo em vista a Felicidade Humana.

A sociedade socialista não é um conjunto de seres humanos atomizados e em competição desenfreada pela sobrevivência e reduzidos, na sua imensa maioria, à simples condição de assalariados, de consumidores ou de “excluídos”, como no Capitalismo. Ela é, antes, um vasto conjunto de seres humanos integrais que cooperam livremente uns com os outros, em comunidades livres e abertas, numa interacção permanente que potencia as capacidades individuais e colectivas.

Ela representa-se como uma grande confederação de comunidades dotada de inteligência racional e emocional que integra todos os processos necessários ao seu próprio desenvolvimento harmonioso no plano interno, com as restantes sociedades humanas e com o ambiente natural.

Essas estruturas de administração social de alto nível, que constituem nós de integração geral, ocuparão, no Socialismo, as funções do antigo Estado capitalista que não transitaram para o âmbito directo das comunidades socio-territoriais de base ou urbanas ou para o âmbito das comunidades socio-produtivas.

Contrariamente ao verificado no Capitalismo e em todas as sociedades de classes, nas quais essas estruturas se constituem em instrumentos de domínio e opressão social, dotadas de “vida própria”, como *“instituições” acima e dominando a sociedade*, as estruturas de gestão social de alto nível socialistas constituem meras representações mentais da actividade cooperativa e federativa das diversas comunidades, *meros nós e momentos de articulação da actividade social comunitária e inter-comunitária*. Nesse sentido *serão destituídas de qualquer carácter burocrático ou de perenidade, sendo criadas, transformadas e dissolvidas em todo o momento, em função das necessidades sociais e comunitárias*.

Os traços gerais acima apresentados quanto à (auto)estruturação social no Socialismo não procuram determinar um “modelo” mas, tão somente, iluminar um caminho, uma direcção tendencial, que cada povo, a partir da sua realidade concreta, deverá percorrer de modo autónomo e adequado, em função das suas especificidades e circunstâncias.

Em 1871, há 140 anos, na sua conferência dedicada às *“Causas da Decadência dos Povos Peninsulares”*, o socialista português Antero de Quental afirmava:

“Oponhamos à monarquia centralizada, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um carácter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento natural de todas as reformas práticas, populares, niveladoras.” (sublinhado do Autor)

A Sociedade Humana Global

Os mesmos princípios socialistas de organização e gestão social aplicados no âmbito de cada sociedade “nacional” deverão conformar as estruturas de integração e cooperação mundial, levando à extinção de todas as fronteiras e dos “países”.

Porém, até se atingir esse ponto de conformação da Sociedade Humana Global, várias fases intermédias terão de ocorrer:

A primeira fase comportará três processos simultâneos verificados em três planos distintos: global, “regional” e “nacional”:

- *Democratização das relações internacionais, no quadro da ONU;*

Com o ascenso das forças democráticas e de orientação socialista à escala global e adequadas políticas de alianças que neutralizem as pretensões hegemónicas dos EUA, será possível restituir à ONU um protagonismo central na administração dos assuntos de interesse global da Humanidade e promover a sua efectiva democratização.

Nesse quadro, será possível iniciar a conformação de um *Sistema de Desenvolvimento Democrático de Toda a Humanidade* que integre algumas componentes chave, designadamente: o desarmamento e a supervisão mundial das componentes militares nucleares e a manutenção da paz em todo o mundo; a regulação democrática das disponibilidades financeiras internacionais e a sua orientação no sentido da erradicação da fome e da pobreza, do asseguramento dos serviços básicos de abastecimento de água e saneamento, de educação e de saúde a toda a população mundial e do desenvolvimento económico harmonioso; a gestão integrada e racional dos recursos energéticos mundiais; o efectivo controlo das condições naturais e ambientais e a regressão dos processos de devastação da natureza em todas as suas componentes; estabelecimento de uma capacidade de resposta integrada e internacional perante a ocorrência de desastres naturais; estabelecimento de um sistema mundial de acesso livre a contínuo ao Conhecimento.

- *União e integração regional de países*

Prosseguirão os esforços no sentido da integração económica, social e política em várias regiões, continentes e sub-continentes do mundo, com tanto mais êxito quanto sejam realizadas sobre princípios democráticos, num quadro de cooperação voluntária e mutuamente vantajosa, desenvolvendo complementaridades e a solidariedade mútua, no respeito pelas respectivas culturas e tradições e segundo os ritmos e formas julgadas mais convenientes.

- *Auto-determinação e direito à independência de todos os povos.*

Como reflexo da progressiva eliminação das relações de exploração e de domínio de uns homens sobre outros, deverá ser reconhecido o direito de todos os povos à auto-determinação e à independência e à utilização soberana dos respectivos territórios e recursos de desenvolvimento; todas as nações, grandes ou pequenas, “avançadas” ou “atrasadas”, terão o direito a constituir os seus próprios “estados” nacionais, dotados de território próprio, recursos e autonomia de decisão, reformulando, se necessário, o mapa político do mundo; sem prejuízo do direito à separação, os actuais Estados multi-étnicos ou multi-nacionais deverão ser preservados e defendidos mediante a adopção de mecanismos de participação política que garantam a defesa dos legítimos interesses de todos os grupos “nacionais” ou étnicos neles integrados; em consequência, serão eliminadas quaisquer formas de dominação política, económica, social ou cultural entre nações.

Uma **segunda fase** será caracterizada por dois processos simultâneos:

- A consolidação dos processos de integração política, económica e social democrática e participativa em várias regiões, continentes e sub-continentes;
- A adopção de uma “Constituição” Universal consagrando os Valores Fundamentais de Toda a Humanidade e a gradual criação de instâncias de “Governo Global”, democrático, representativo e participativo, “em rede”, não impositivo e não coercivo, com competências crescentes em matérias de interesse comum de toda a Humanidade.

Finalmente, **a terceira fase**, caracterizada pela reforma de todas as instituições internacionais segundo os princípios da democracia radical e integral, a dissolução de todas as fronteiras e países e a instituição de um sistema de auto-organização comunitária à escala global.

Os processos já hoje verificados de “geminação” de cidades entre vários países e de “federação” de grandes zonas metropolitanas por todo o planeta constituem o embrião muito rudimentar do que será o modelo social global do futuro socialista, no qual a associação livre e planetária das comunidades humanas substituirá o velho mundo das fronteiras e dos “países”.

No decurso do processo de socialização da economia e da sociedade à escala global, quando a Democracia Radical se encontre solidamente implantada e o essencial dos meios de produção se encontrem socializados, qual o papel, se algum terá, dos partidos políticos que actualmente conhecemos representando, nos seus objectivos, formas organizacionais e métodos de acção política, os profundos interesses antagónicos presentes nas sociedades capitalistas actuais? Provavelmente nenhum.

Em contrapartida, florescerão novas formas organizacionais “em rede”, profundamente democráticas e participativas (utilizando todas as potencialidades das novas tecnologias de informação e comunicação), de geometria variável, que confrontarão estratégias e alternativas diversas de desenvolvimento da sociedade humana, discutirão prioridades e a melhor afectação dos recursos disponíveis em função dos problemas presentes em cada momento. Toda a população terá acesso irrestrito ao conhecimento e será estimulada a partilhar toda a informação crítica/qualificada que lhe permita participar, de modo consciente e fundamentado, nos processos de decisão colectiva.

CAPÍTULO 12

Socialismo - a Dimensão Cultural

Desalienação (ou Reintegração)

a) A Cultura e os seus domínios

A Cultura compreende os valores, éticos, morais e estéticos, as regras e relação sociais, crenças, conhecimentos e saberes, as tecnologias e modos de fazer, os modos e hábitos de consumo, a linguagem e modos de comunicação, os modos de organização e as instituições sociais, económicas e políticas e as realizações materiais, artísticas e económicas que caracterizam os diversos grupos humanos.

A Cultura tem duas características fundamentais:

- a) Constitui um *mecanismo adaptativo* do Homem, que lhe permite responder com rapidez e sucesso aos desafios do meio. Este mecanismo de resposta rápida complementou as limitações da lenta evolução biológica, proporcionando ao Homem uma extraordinária vantagem comparativa relativamente a todo o restante mundo animal;
- b) Constitui também um *processo cumulativo* no qual as modificações adaptativas traduzidas por uma geração passam à geração seguinte, de modo que a Cultura se transforma perdendo e incorporando aspectos mais adequados à sobrevivência e reduzindo o esforço das novas gerações.

As definições acima enunciadas evidenciam bem a extrema amplitude e profundidade do processo de desenvolvimento cultural de um grupo humano (povo), o qual envolve, quotidianamente, a totalidade dos seus membros.

O processo cultural realiza-se pela participação permanente de todos os membros de uma sociedade, de modo contínuo desde o nascimento até à morte.

A Cultura estrutura-se segundo os seguintes domínios interdependentes:

- 1 – Ideologia ou Projecto de Sociedade
- 2 – Valores (Éticos, Morais e Estéticos) – Liberdade, Paz, Solidariedade, Honestidade...)
- 3 – Saberes e Conhecimentos (Crenças, Ciências e Tecnologias)
- 4 – Cidadania (Individual e Social) – Espírito Crítico, Autonomia, Iniciativa, Responsabilidade, Organização e Relações Sociais, Instituições, Comunicação

5 – Realizações (Individuais e Sociais) – Produção, Património Material e Imaterial

6 – Renovação Simbólica, Criatividade e Inovação (Artes e Investigação)

A Cultura constitui toda a instrumentação de origem social (não genética) de que os Homens dispõem para a sobrevivência. Decorre da observação directa da Natureza, do esforço de compreensão da sua diversidade, mecanismos e regularidades e, também, do que é apreendido da vida social, num processo cumulativo ao longo das gerações. Tem, portanto, duas origens ou fontes, a Natureza e a Sociedade.

A Cultura, através da criatividade (a identificação do novo problema e a concepção da respectiva solução) e da inovação (a concretização e experimentação da nova solução), permite ao Homem adaptar-se com êxito às alterações verificadas no meio, natural e social.

As Culturas humanas são diferenciadas como reflexo tanto da diversidade de circunstâncias e de problemas que os diversos grupos humanos tiveram de resolver nos respectivos contextos geográfico-ambientais ao longo dos seus processos históricos, como também das diferentes soluções que encontraram para problemas idênticos.

Como prova a ciência actual, mais do que factor de ordem genética, é a Cultura o que constitui o principal elemento identitário de um povo.

No entanto, todas essas Culturas têm traços comuns, que denotam não só as mesmas aspirações básicas de todos os Homens, como algumas regularidades nos trajectos que os diversos grupos humanos tiveram de percorrer, apesar do relativo isolamento que mantiveram durante milénios entre si.

b) Cultura e Ideologia

A Cultura não se confunde com a Ideologia.

A *Ideologia* é o domínio da Cultura que respeita ao questionamento (à apreciação crítica) dos critérios mais gerais de organização da sociedade num determinado circunstancialismo natural e social, e que discute o *Projecto de Sociedade* a desenvolver, de modo a serem superados os seus macro-constrangimentos ou factores de vulnerabilidade face à Natureza e ao meio social mais vasto, às sociedades envolventes com que se relaciona.

No seio de uma mesma sociedade coexistem sempre várias ideologias, várias idealizações do futuro com Projectos mais ou menos elaborados.

Com a “divisão do trabalho” e o surgimento de classes sociais diferenciadas, as classes que, pelos recursos ou pela força, se tornaram dominantes e que, nessa base, estabeleceram uma “ordem social” que lhes era favorável, procuraram sempre erradicar as ideologias concorrentes e ocupar todo o espaço social com a sua própria ideologia, uma ideologia que justificava os novos papéis na sociedade e as novas relações entre os seus elementos.

Através das novas instituições criadas, do uso do conhecimento, da sonegação e manipulação da informação, do uso das manifestações artísticas, da chantagem psicológica, etc., a ideologia da classe dominante vai invadir toda a vida da sociedade e enquistar-se persistentemente na sua Cultura.

Por isso, a Cultura de um povo dividido em classes está sempre impregnada com os elementos ideológicos da classe dominante.

Não há, pois, hoje no mundo, uma Cultura “neutra”, gerada espontaneamente pelos próprios povos em resultado da sua observação independente, atenta e crítica quer dos fenómenos naturais quer dos sociais.

O *patriarcalismo*, caracterizado pelo domínio dos homens sobre as mulheres e os filhos, o *hierarquismo*, caracterizado pelo domínio dos “superiores” sobre os “subordinados”, o *patronato*, caracterizado pelo domínio dos patrões sobre os assalariados, o *elitismo*, o *racismo*, o *colonialismo*, o *nacionalismo*, o *individualismo*, bem como todos os fenómenos de fragmentação social que subsistem na consciência de muitas pessoas, são elementos da invasão ideológica da classe dominante com reflexos na vida diária de toda a sociedade.

A tal ponto esses elementos ideológicos foram inculcados e generalizados que as classes dominantes levam os povos a acreditar que esses fenómenos resultam das suas próprias experiências e que existem por sua decisão, que foram por ele seleccionados como elementos da sua própria e genuína Cultura.

Tais fenómenos fragmentadores, são apresentados pela burguesia como “norma inata”, cuja prática estimula no seio das camadas populares como meio de as tornar cúmplices do seu sistema de dominação. São as expressões “populares” da ideologia burguesa, a corporização social dos “sete pecados mortais”.

Numa sociedade fragmentada, os grupos dominantes utilizam toda uma bateria de processos de manipulação das consciências de modo a fazer crer aos dominados que a organização social existente é a melhor para todos e, por essa via, exercer o seu domínio sem ter de utilizar a imposição violenta.

Entre esses processos de manipulação simbólica encontram-se desde a Mentira (que só subsiste mantendo o conhecimento inacessível aos povos, mantendo-os ignorantes) até à “benigna” utilização do chamado “discurso lacunar”, o qual sugere conclusões falsas a partir de proposições que o não são. São inúmeros os processos utilizados pela burguesia e seus aliados para manter o povo agarrado à sua ideologia e à aceitação do seu domínio.

Uma Cultura ideologicamente colonizada pelos opressores é uma *Cultura de Submissão*.

Pelo contrário, quando sectores populares resistem a essa colonização, rejeitam os elementos da ideologia das classes dominantes e, de modo autónomo, questionam e geram um outro *Projecto de Sociedade* que favoreça as grandes maiorias, estão a desenvolver uma *Cultura de Libertação*.

A ideologia, o *Projecto de Sociedade* da Revolução Socialista é o de uma sociedade integrada, isenta de quaisquer relações de dominação ou privilégios, constituída por cidadãos livres e civicamente iguais.

Os principais instrumentos ao dispor da ideologia socialista são o conhecimento, a verdade, a crítica e auto-crítica, a cooperação, a responsabilidade e o exemplo. É por seu intermédio que os revolucionários difundem a nova ideologia e ganham o Povo para o seu *Projecto de Sociedade Livre, Justa e Sustentada*.

c) Duas Culturas em confronto aberto

A cultura capitalista espoliadora, encontra-se fortemente impregnada no tecido social. Ela gera, por um lado, o mimetismo das práticas burguesas de apropriação e, por outro, atitudes de submissão e de obediência.

A cultura socialista, ao contrário, radica numa cultura libertária que também acompanha os povos desde tempos imemoriais e que se tem manifestado nas suas constantes lutas de resistência e rebeldia contra a opressão.

A erradicação da cultura capitalista da submissão não se decreta nem tão pouco se consegue pela simples retórica.

Constituindo a Cultura um “*mecanismo adaptativo do Homem que lhe permite responder com sucesso aos desafios do meio*” e, simultaneamente, um *processo cumulativo*, as culturas capitalista e de submissão só serão erradicadas quando as gerações anteriores deixarem de as transmitir às seguintes, quando elas próprias já tenham reconhecido e incorporado os valores, saberes e modos de agir da

cultura socialista e libertária como susceptíveis de lhes garantir maior sucesso enquanto instrumentos de sobrevivência e realização humana.

O estado actual do mundo na sua globalidade e, em particular, de muitas sociedades, despertam cada vez mais cidadãos para a necessidade de reformular radicalmente o conjunto e a hierarquia de valores que têm governado a humanidade e de conceber e experimentar formas de organização política, social e económica alternativas ao capitalismo. O capitalismo conduz à destruição do homem e da natureza. Persistir nele é o caminho da destruição e do aniquilamento.

O apego de tantos milhões de cidadãos de todo o mundo ao processo democrático libertador e ao projecto socialista, demonstrado nas sucessivas lutas que têm travado e vencido contra a burguesia, mostram já quanto a nova cultura alternativa impregnou a humanidade. Porém, também nesta esfera, grande parte do “terreno” se encontra ainda ocupado pelo adversário reaccionário, necessitando as forças revolucionárias desenvolver as adequadas ofensivas até conseguirem a hegemonia.

Será, porém, através do acesso irrestrito ao Conhecimento e à vivenciação directa, racional e emotiva, da construção com êxito da nova sociedade que essa nova cultura se desenvolverá e consolidará de forma extensiva.

O acto e a aventura da construção do socialismo é, em si própria, uma obra de arte que, ao ser feita, *faz* simultaneamente o artista. É, pois, na própria marcha para o Socialismo, pela participação protagonica que a nova cultura socialista se desenvolve.

A cultura capitalista espoliadora assenta no **racionalismo fragmentador**, isto é, em dividir um todo nas suas partes constituintes e utilizar ou otimizar somente as partes que lhe interessam. Passa-se isso no ser humano, do qual é utilizada a única faceta que interessa ao capital, como animal de trabalho organizado em “profissões” e, mesmo aqui, através da “especialização”, só a aptidão específica que lhe convém; o mesmo quanto à natureza e em todos os demais domínios. A “separação” ou alienação é, por isso, uma arma conceptual do capitalismo.

A própria organização institucional da sociedade obedece ao mesmo princípio da especialização e da “separação”: saúde, educação, apoio social, cultura, justiça, segurança, produção, comércio, serviços, organizações para jovens, para idosos, para deficientes, etc.

Este racionalismo fragmentador, tendo embora consequências sociais e humanas profundamente negativas, evidenciadas nos variadíssimos papéis, por vezes contraditórios, que os indivíduos têm de desempenhar diariamente como pais e “chefes” de família, trabalhadores,

consumidores, adeptos de um clube desportivo ou seguidores de uma religião, peões ou automobilistas, eleitores, etc., desempenhou um papel histórico importante no desenvolvimento científico e técnico e da eficiência económica, conquista fundamental que o capitalismo, enquanto sistema histórico, deixará para a posteridade.

Porém, desde há já muitos anos, essa perspectiva fragmentadora deixou de ser um factor de “progresso” e passou a evidenciar limitações que comprometem o futuro da humanidade.

Perante essas limitações, no campo da gestão empresarial, aquele onde o capitalismo trata com mais desvelo, começaram a surgir teorias e práticas de cariz reintegrador, as chamadas abordagens sistémicas, que tendiam a observar as “partes” no plano das suas interacções dentro do todo. No plano da ciência, após a “separação” desta da filosofia e o seu subsequente fraccionamento em muitas “ciências” diferentes, “especializadas”, teve de se caminhar, para continuar a obter resultados, em sentido inverso, no sentido da constituição de equipas ou instituições multidisciplinares, reintegradoras.

Nas chamadas áreas sociais, começaram a ensaiar-se as abordagens integradas, interdepartamentais; mesmo na investigação histórica, é hoje imprescindível o concurso de vários ramos científicos, desde a antropologia à geologia a climatologia, a botânica, etc., para se chegar a algum conhecimento novo.

Nas condições da actual globalização, cada empresa por si própria, como unidade económica básica do capitalismo, deixou de ter relevância, passando a considerar-se somente o seu papel em toda uma cadeia completa de concepção, produção, distribuição e comercialização. As grandes metrópoles, com todo o seu complexo humano, cultural, infra-estrutural, jurídico, sanitário, geográfico, ambiental, etc., constituem hoje as unidades económicas básicas do sistema capitalista globalizado.

Mesmo no domínio mais fundamental do processo alienador, o da produção, no qual, pelo trabalho assalariado, os homens são dissociados dos meios de produção e do resultado do seu trabalho, o capitalismo teve de reconhecer, se bem que muito parcialmente, só para alguns dos seus quadros técnicos e de gestão, a qualidade de “capital humano”, procurando “associá-los” à sua actividade exploradora da imensa maioria, reduzida a simples “precários” ou abandonada à pobreza e à miséria.

O caminho, portanto, indicado pelo próprio capitalismo mas que ele já é incapaz de percorrer salvaguardando a Humanidade, é da reintegração das “partes” numa perspectiva holística, a do **racionalismo holístico**, aplicado a todo o universo da vida humana, social e natural. Esse caminho é o que corresponde ao Socialismo realizar.

Fazer progressivamente regredir a “divisão do trabalho”, entre trabalhadores e gerentes, entre governantes e governados, entre actores e espectadores, entre sãos e deficientes, entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre activos e inactivos, enfim, fazer derrubar os muros da alienação e permitir aos Homens reencontrarem-se consigo mesmos, com e nas respectivas totalidades, como Cidadãos Livres e Integrais.

Por isso o Socialismo, através da Democracia Radical e da apropriação colectiva dos meios de produção e dos resultados da actividade produtiva, **reintegra** cada individuo na sua condição de produtor livre e de cidadão responsável.

Estas considerações apontam para novas soluções institucionais, para uma *nova institucionalidade*, a qual não tem só que ver com as questões do Poder Político e do novo carácter cooperativo e comunitário da produção material e dos serviços, mas, também, têm tudo a ver com a nova Cultura Socialista.

Nesse sentido, todas as instituições, hoje fragmentadas, “especializadas”, deverão assumir, tão rápido quanto possível, a multiplicidade das “funções” humanas e sociais.

No futuro Socialista tenderá a deixar de haver “escolas”, “unidades económicas”, “centros culturais”, “centros de investigação”, “instituições de serviços públicos”, “lares de idosos”, “hospitais”, “unidades de defesa e segurança”, etc. para se constituírem redes de comunidades onde, globalmente, todos fazem tudo, de acordo com o princípio da subsidiariedade.

Consequentemente, embora mantendo um “*core business*” específico, uma actividade fundamental, todas as instituições hoje especializadas num só tipo de actividade se deverão converter simultaneamente em “unidades de produção económica”, “centros de formação e promoção cultural”, “centros de serviço à comunidade” e “centros de protecção à natureza”.

Erradicar a alienação! Esta é a tarefa estratégica cultural do Socialismo.

A luta contra a alienação percorre todos os recantos da sociedade, desde o nível pessoal mais íntimo até às instituições sociais de mais elevado nível.

É uma luta pela reintegração de todos os componentes, humanos, sociais, científicos, económicos, culturais, etc., cuja “separação” permitiu à sociedade humana evoluir num dado momento da sua história mas que esgotou as suas potencialidades; o Futuro, o caminho do desenvolvimento da Humanidade está, em primeiro lugar, na *desalienação*.

A prática alargada da cooperação, da solidariedade, da responsabilização social e ambiental e do trabalho colectivo e em rede, possibilitarão não só as condições de erradicação dos elementos da ideologia burguesa no seio do Povo como incentivarão o desenvolvimento da Cultura Socialista.

A Revolução Socialista, evidenciando-se em primeiro lugar nas suas dimensões política e económica, ao fazer dos “governados” também governantes e ao promover a extinção do trabalho assalariado e converter os trabalhadores também gestores económicos, ao afirmar os Valores que assegurarão a sustentabilidade futura da sociedade, constitui o primeiro acto da grande Revolução Cultural que permitirá a *adaptabilidade* da humanidade às *novas condições do meio*, próprias do nosso tempo.

Porém, a Revolução deverá, ela própria, libertar-se do “departamentalismo”, reflectido neste mesmo documento (por razões meramente metodológicas), que é considerar a Sociedade constituída pelas esferas política, económica, social, cultural, etc. Em todas as estruturas, formais ou informais, da Sociedade, ocorrem todos esses fenómenos; todas são palco da luta global.

d) Organização da luta na esfera cultural

No Socialismo, em última instância, só existem duas finalidades, tendo como referência a Felicidade Humana:

- A reprodução simples da sociedade, consistindo na conservação das suas condições biológicas, culturais e materiais, e
- A reprodução ampliada, consistindo na incrementação quantitativa (até certo ponto) e na elevação qualitativa dessas mesmas componentes biológicas, culturais e materiais.

Considerando que as condições “materiais” não têm qualquer finalidade em si (produção de lucro, exibição de “prestígio” ou “poder”, etc.), constituindo uma mera plataforma de apoio para a realização da Felicidade Humana (alimentação, abrigo e conforto, mobilidade, expressão e comunicação, etc.), verifica-se que todas as actividades e esforços desenvolvidos pelos cidadãos fora dessa área da produção material e dos serviços, se aplicam na sua reprodução física e cultural, simples e ampliada. Se se entender a “cultura física”, nas suas dimensões pessoais, sociais e estéticas, como uma parte da Cultura, que o é, então poder-se-á considerar que todas as actividades humanas se dirigem para:

- a produção material e dos serviços (a “economia”);
- a produção cultural.

Tal como o processo da produção material e dos serviços, o processo cultural não é um processo meramente espontâneo. Pelo contrário, ele estrutura-se, estimula-se e orienta-se, tanto num sentido, de reforçar os factores da cultura capitalista e de submissão, como no sentido da cultura socialista, libertária.

Porém, ao contrário dos processos “económicos”, os quais têm de ser regidos segundo “as leis da matemática” e a maior sincronização e disciplina, os processos culturais são predominantemente espontâneos e não obedecem a qualquer espécie de “lei” determinística, resultando, ao invés, de duas indeterminantes: o livre arbítrio e a criatividade.

Porém, o *ponto de partida* para o Socialismo, profundamente marcado pela hegemonia burguesa no domínio Cultural, pelo controlo capitalista dos principais instrumentos culturais e pela crescente “mercadorização” e “profissionalização” das actividades artísticas e pela apropriação privada do Conhecimento e da “comunicação social”, determina que também a esfera cultural seja palco de uma intensa luta entre as duas orientações.

Nesta frente de combate também a Revolução deverá ter Objectivos claros, estabelecer uma Estratégia, Táticas e sistemas operacionais eficientes.

Quanto aos objectivos podemos referir, sucintamente, que consistem na impregnação da sociedade, da grande maioria dos seus membros, com os Valores Democráticos e Socialistas e suscitar o seu pleno exercício prático, na quotidianidade cidadã, desde o nível mais íntimo da vida pessoal até aos níveis da gestão global da sociedade.

Normalmente, de uma forma muito redutora, considera-se o sistema de ensino, a comunicação social, a esfera religiosa e o universo da produção artística como os quatro instrumentos principais da luta cultural, como os instrumentos com maior capacidade de condicionamento cultural.

São importantes, de facto. Tão importantes que a burguesia luta tenazmente para manter sobre eles o seu controlo. Por isso a Revolução não poderá deixar de, sobre cada um deles, desenvolver uma acção precisa e contundente, no quadro da aplicação do Democracia Integral.

Na frente da luta cultural a Revolução deverá ser fortemente concorrencial. O carácter pluralista da Revolução não aponta para silenciar os adversários. A sua direcção principal é dar a voz aos antes invisibilizados e silenciados, de modo a que estes se constituam como a linha da frente no combate cultural contra a burguesia e, simultaneamente, actores directos da construção revolucionária.

Mas, a actividade cultural não tem aí, nessas instituições “industrialistas” e de serviço ideológico (as fábricas de ideologia), as suas únicas sedes.

Pelo contrário, a Cultura, sendo muito mais vasta, está e desenvolve-se em todo o lado, nos lares, nas organizações comunitárias, nas instituições colectivas, nas empresas, na quotidianidade da sociedade.

A nova Cultura Socialista, as mães e a Família

A primeira prioridade da Revolução na frente cultural deverá ser a de interromper o processo de reprodução da “cultura capitalista”, eivada dos elementos ideológicos burgueses, entre as gerações mais velhas e as mais novas. Nesse sentido, uma importância especial deverá ser dada à promoção cultural socialista das mulheres e das crianças e jovens.

Existem duas condições elementares para que a nova cultura socialista se possa afirmar no seio familiar:

- a primeira respeita às condições do habitat, a habitação propriamente dita e a sua envolvência urbanística: sem uma habitação digna as relações familiares tendem a deteriorar-se;
- a segunda respeita à superação do carácter “privado” das relações familiares, atrás da qual se escondem relações de dominação e opressão incompatíveis com o carácter livre de todas as relações sociais socialistas. Em consequência, toda a comunidade, desde os nós mais elementares de relações sociais, deverá ter o direito e o dever de intervenção perante a persistência de relações sociais corrompidas no seio de qualquer agregado familiar.

Desde tenra idade as crianças devem viver num ambiente familiar harmonioso, cooperativo, respeitoso e responsável, sem altercações e, muito menos, violência verbal e física. Devem igualmente ser educados no sentido do trabalho e do cumprimento responsável das suas tarefas domésticas e educativas, consoante os seus graus de maturação, com vista a tornarem-se no futuro indivíduos “não dependentes”, autónomos. No final da adolescência todos os jovens deverão estar aptos a gerir um pequeno orçamento e a desenvolver autonomamente todo o tipo de actividades domésticas, incluindo as operações básicas relativas à manutenção e reparação doméstica.

Numa sociedade orientada para o Socialismo, é tão importante dotar todos os indivíduos com habilitações laborais como dotá-los de habilitações para as funções da paternidade e da maternidade, incluindo a pedagogia infantil. Esta não deve estar a cargo somente das creches e dos “jardins infantis” comunitários onde as crianças participam de processos de socialização mais vastos que o ambiente familiar.

Por isso, cada *lar* ou *comunidade familiar*, para além de um “centro afectivo” e uma unidade de “produção social”, também se deve constituir

como um “centro de formação cívica, cultural e ambiental” para todos os seus membros, com as correspondentes actividades.

Nas condições concretas hoje existentes na maioria dos países, é sobre as mães que recai a maior responsabilidade pela formação social e cultural das crianças, na continuidade de uma divisão do trabalho familiar com raízes ancestrais. Apesar de este facto tender a extinguir-se na marcha para o Socialismo, devendo todos os membros dos agregados familiares assumir co-responsabilidades formativas, durante um longo período a sociedade no seu conjunto deverá dar uma atenção especial à libertação económica, social e cultural das mulheres em geral e, por seu intermédio, impulsionar a incorporação da nova cultura socialista nas novas gerações.

A nova Escola Socialista

Os estabelecimentos de formação e os respectivos currículos deverão reflectir o novo conceito de formação integral socialista e não o velho conceito das “fábricas” de ensino, que tendem a reproduzir e formar jovens para o assalariamento, desprovidos de espírito de iniciativa e de responsabilidade (pessoal e social), aptos para reabsorverem a cultura de dominação e de submissão.

A transição não será fácil pois, imediatamente, haverá que democratizar, de forma extensiva e intensiva, o Conhecimento. No entanto, reafirma-se, todas as energias disponíveis deveriam ser canalizadas para uma profunda reforma “reintegradora” dos sistemas educativos e de formação da juventude.

Os vários domínios da Cultura deverão estar presentes em todo o processo formativo das crianças e jovens, em conformidade com os respectivos estados de desenvolvimento, alargando sucessivamente os horizontes ambientais-naturais, comunitários e sociais e de complexidade técnico-científica dos processos tratados, unindo sempre a aquisição teórica com a prática.

As Escolas socialistas deverão organizar-se e funcionar segundo um modelo que reproduza o melhor possível o funcionamento real da sociedade. Nesse sentido, elas constituir-se-ão como **Comunidades Juvenis Apoiadas**, dotadas de um território próprio sobre o qual se deverão constituir as correspondentes comunidades juvenis socio-territoriais, comunidades juvenis socio-produtivas e comunidades juvenis por motivos de interesse, com as responsabilidades respectivas.

Essas comunidades juvenis serão apoiadas por um vasto conjunto de *Tutores* qualificados (os actuais “professores”) e com as *Tutorias institucionais* das diversas comunidades existentes na zona de

implantação, aos quais competirá apoiar e orientar as comunidades juvenis no sentido da sua auto-sustentação e auto-gestão de acordo com os mais exigentes critérios de qualidade e de eficiência.

As diversas comunidades integradas nas Comunidades Juvenis Apoiadas poderão organizar-se em “Clubes” por área do conhecimento e acção (as actuais “disciplinas” escolares) dotados dos respectivos equipamentos, oficinas e “laboratórios”, devendo todas as crianças e jovens participar nas respectivas actividades, de acordo com os seus estados de desenvolvimento e de maturação.

Todo o “ensino” deverá ser orientado para a elaboração de “projectos” e a respectiva concretização.

As Comunidades Juvenis Apoiadas deverão funcionar tendo como referências os princípios de abertura e pluralismo, auto-sustentabilidade, integralidade e subsidiariedade próprios das comunidades socialistas.

Todas as actividades relativas à vida corrente das Comunidades Juvenis, designadamente as relativas à conservação e manutenção de espaços, instalações e equipamentos, à gestão administrativa e financeira e, parcialmente, à produção material (designadamente alimentar) e de serviços, deverão ser realizadas pelas próprias crianças e jovens, em função das respectivas aptidões e grau de maturidade.

Este processo de formação geral deverá comportar, em momentos adequados, uma componente de defesa e protecção civil, ministrada sob o enquadramento e orientação das forças armadas e de protecção civil no sentido de educar a juventude no espírito patriótico socialista, da tenacidade e perseverança, da gestão dos riscos, da disciplina e da solidariedade, da aventura e da superação de si próprios.

Durante o processo formativo, as crianças e jovens deverão desenvolver as qualidades pessoais e conhecer, experimentar e exercer o mais vasto conjunto de actividades sociais, nos âmbitos desportivo, artístico, técnico-científico, cívico, ambiental-natural, e produtivo, de modo a, chegada a fase adulta, poderem definir livremente uma estratégia de vida pessoal que lhes permita a sua plena realização individual e social no quadro da sociedade socialista.

No início da sua vida adulta, os jovens deverão ser possuidores de uma sólida cultura física, cívica e intelectual e encontrarem-se aptos para participar de forma autónoma, responsável e criativa na vida da sociedade.

A formação superior, técnico-científica, humanística e cívica deverá ser prosseguida no quadro de **Comunidades Universitárias e de Investigação**, abertas a todos os cidadãos adultos, auto-sustentáveis e auto-geridas em estreita articulação com os órgãos do Poder Popular aos

diversos níveis, com as entidades gestoras de ramos e cadeias produtivas, com as entidades de gestão ambiental de alto nível e, eventualmente, com as forças armadas e de protecção civil.

As Comunidades Universitárias e de Investigação constituem complexos de “ciência-produção” a quem competirá, em todos os domínios da vida da sociedade, questionar permanentemente as tecnologias, processos e modelos de gestão utilizados ou praticados e desenvolver novas soluções criativas para a elevação da produtividade do trabalho social e da eficiência social, económica e ambiental-natural.

Estas Comunidades deverão administrar todo o sistema de investigação científica e tecnológica e de disponibilização livre do Conhecimento a toda a sociedade, articulando-se com as correspondentes actividades de variadíssimas comunidades por Motivos de Interesse e Comunidades Socio-Produtivas num *Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação*.

A par das suas actividades formativas, deverão assentar a sua actividade na elaboração e desenvolvimento de projectos de estudo e investigação, no respectivo desenvolvimento e aplicação prática e na prestação de serviços de consultoria e assessoria a todo o tipo de instituições sociais. Todas estas actividades têm carácter socio-produtivo.

As Forças Armadas e os serviços de Protecção Civil e Ambiental como Escolas Socialistas

Enquanto o Socialismo não se tornar hegemónico à escala mundial ou, pelo menos, uma Cultura de Paz não se tenha afirmado irreversivelmente na arena internacional, os países em transição para o Socialismo não poderão colocar na ordem do dia a extinção das forças armadas.

Estas, para além de constituírem um ambiente de elevadíssima consciência patriótica e cívica onde imperam a lealdade, a solidariedade, a responsabilidade, a disciplina de trabalho, operam e mantêm sistemas de defesa de alta tecnologia exigindo grande profissionalismo e elevados conhecimentos técnicos, científicos e operacionais.

Todo este potencial de eficiência e de consciência social deverá estar ao dispor da sociedade no seu conjunto, tanto no plano das suas missões de apoio ao desenvolvimento comunitário e produtivo como no âmbito da formação cívica, técnico-científica e de defesa integral das populações.

Nesse sentido, é da maior relevância a visão das forças armadas como um grande e qualificado “centro de formação integral” a trabalhar em estreita articulação com as comunidades socio-territoriais, as

comunidades produtivas, as comunidades por motivos de interesse, as comunidades juvenis e as comunidades universitárias.

Do mesmo modo, pela natureza das suas missões, tecnologias e meios que utilizam e pelo alto nível de organização e de disciplina que exigem, os Serviços de Protecção Civil e Ambiental deverão constituir um importante ponto de aplicação e de formação integral da juventude.

As Comunidades Socio-Territoriais (CS-T) e a Cultura

Enquanto entidades de gestão integrada dos recursos das respectivas comunidades e, portanto, do respectivo território e recursos de investimento, os órgãos de administração global das CS-T deverão, no quadro das prioridades democraticamente definidas, apostar fortemente na Cultura, nas componentes cívica, técnico-científica e espiritual dos cidadãos e nas formas de mobilização dessas aptidões para o desenvolvimento da comunidade.

Porém, no Socialismo, a Cultura não se “faz” através dos órgãos de administração social mas sim directa e quotidianamente pelos cidadãos, individualmente ou auto-organizados e auto-geridos nas mais variadas Comunidades Familiares, Socio-Produtivas, Juvenis, por Motivos de Interesse, etc.

Por isso, do mesmo modo como deverá ocorrer quanto à produção material e dos serviços em os objectivos, as orientações e os recursos a afectar deverão ser estabelecidos pelos correspondentes Congressos, também assim deverá acontecer na “frente” Cultural.

A “administração da Cultura” deverá incidir em quatro pontos fundamentais:

- A disponibilização de território, instalações e equipamentos adequados para a prática das mais diversas actividades culturais assegurando a sua utilização óptima, com as mais elevadas taxas de ocupação e actividade;
- O financiamento “por Projectos” devidamente fundamentados e democraticamente aprovados, sujeitos a prestação de contas à comunidade;
- O intercâmbio cultural inter-comunitário e a elevação do nível técnico através de acções de formação específicas;
- A investigação e a experimentação.

Existem, porém, alguns domínios culturais da maior relevância, da responsabilidade directa das entidades de gestão global comunitária que consiste em:

- dar a conhecer a todos os membros da comunidade os aspectos técnicos e de gestão dos serviços de utilidade geral relativos ao funcionamento das diversas infraestruturas urbanas, dos sistemas de transportes e de comunicações, etc. de modo a dotar toda a cidadania com capacidade crítica e de proposta quanto às suas estruturas e operatividades;
- suscitar a participação de toda a cidadania na elaboração dos planos de desenvolvimento comunitário e promover uma aberta e constante prestação de contas sobre as actividades desenvolvidas;
- promover a polivalência e a rotatividade de funções laborais de todos os cidadãos empenhados nessas funcionalidades;
- dotar o espaço público não só de uma grande funcionalidade e segurança mas, também, de uma elevada qualidade estética e paisagística;
- suscitar a participação de toda a cidadania nas actividades relativas à defesa da pátria e à protecção civil e ambiental;
- promover o turismo social entre todas as comunidades e regiões do país e a solidariedade internacional de todos os povos;
- incentivar e apoiar o funcionamento de meios de comunicação social comunitária;
- promover a divulgação de domínios culturais nos quais a comunidade seja deficitária.

As CS-T manterão uma articulação permanente com as Comunidades Juvenis Apoiadas e com as Comunidades Universitárias e de Investigação tanto no sentido de cumprirem funções de tutoria junto das primeiras como de se constituírem como nós do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação.

As Comunidades e Grupos por Motivos de Interesse (CGMI)

No Socialismo deverão conformar-se Grupos e Comunidades pelos mais variados Motivos de Interesse pessoal e social.

Esses Grupos e Comunidades cobrirão todas as áreas do conhecimento e das actividades criativas (das ciências naturais às ciências sociais, às manifestações artísticas e expressões da cultura popular, das tecnologias produtivas e métodos de gestão), das práticas sociais e dos estilos de vida, dos valores morais e das crenças religiosas, etc.

Estes grupos e comunidades constituem as “escolas-oficinas” de produção cultural nas quais todos os cidadãos participam livremente como produtores e usufrutuários culturais.

As CGMI deverão federar-se tanto a nível geográfico-territorial para efeitos de concertação e integração local e comunitária, como por “motivo de interesse” ao nível inter-comunitário e de toda a sociedade, de modo a criar redes de intercâmbio e de potenciação de capacidades.

As CGMI deverão articular-se em rede com as Comunidades Universitárias e de Investigação e com as Comunidades Socio-Produtivas com afinidades e âmbitos comuns e com as Comunidades Juvenis Apoiadas nos respectivos âmbitos territoriais, conformando com elas um Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação.

As CGMI deverão gerir variados sites de internet e equipamentos sociais que servirão de suporte às respectivas actividades, entre os quais:

- Centros de Cultura Humana e Social;
- Centros de Cultura Artística
- Centros de Cultura Científica, Técnica e Produtiva.

A actividade das CGMI deverá ser orientada para a realização de Projectos de Divulgação e de Investigação.

O foco dessas actividades deverá consistir em promover junto de todos os cidadãos uma visão holística de si próprios, das sociedades humanas e da Natureza e suscitar o seu exercício.

No Socialismo não haverá “espectadores” nem “consumidores” culturais, mas sim, de modo generalizado, actores directos, “operários em construção cultural”. Tal não invalida que no seio das CGMI não exerçam funções, como actividade produtiva social, numerosos cidadãos dotados de conhecimentos e experiências qualificadas aos quais competirá, no âmbito de uma gestão democrática radical, a dinamização de projectos e a elevação dos níveis qualitativos das actividades.

A nova Cultura e as Comunidades Socio-Produtivas (CS-P)

As C-SP constituem Centros Culturais e de Inovação da maior importância estratégica para o desenvolvimento da sociedade Socialista. Por três razões fundamentais:

- A necessidade de extinguir a divisão do trabalho, dotando todos os produtores associados com o máximo de conhecimentos técnico-científicos e operacionais necessários para o exercício de quaisquer

funções dentro das unidades produtivas, desde as funções técnico-operativas às funções de administração;

- A necessidade de promover a constante elevação da produtividade do trabalho social através da permanente inovação tecnológica e de gestão, o que só será alcançável no quadro de uma massiva, continuada e qualificada participação de todos os produtores no esforço de inovação;
- A necessidade de assegurar o direito de todos os cidadãos escolherem livremente os seus “pontos de aplicação” social, permitindo, para isso, um constante fluxo de entradas e saídas no colectivo de trabalho, o que só será viável se, para cada unidade de produção social, existirem muitos mais cidadãos aptos do que os estritamente necessários à sua operação e administração.

Estas três questões fundamentais no Socialismo obrigam a que cada unidade produtiva se configure como um *centro permanente de formação e investigação aplicada*.

Tal como as forças armadas e os serviços de protecção civil, também as unidades de produção social exigem uma elevada disciplina laboral, um grande sentido de cooperação e de trabalho colectivo, um momento em que todas as idiossincrasias pessoais têm de convergir e de se “conectar” para a obtenção dos objectivos sociais.

Neste sentido, todas as CS-P terão um papel determinante no processo de formação da juventude, tanto pela função de tutoria que devem ter com as Comunidade Juvenis Apoiadas quer pela integração de numerosos jovens no ambiente laboral concreto.

A articulação permanente das CS-P com as Comunidades Universitárias e de Investigação constitui outro nó do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação conferindo um carácter concreto às respectivas actividades.

A Cultura e as Artes

O Socialismo rejeita absolutamente a “moda” actual do Capitalismo de *redução* da “Cultura” ao âmbito das actividades artísticas e, muito mais, quanto estas se transformaram em actividades mercadorizadas geridas por um conjunto de “profissionais” que procuram enaltecer a moderna burguesia culturalmente corrupta e embrutecida e verter sobre as massas populares uma pseudo-cultura do “entretenimento”.

A Cultura Artística desempenha uma função central no Socialismo sem, porém, diminuir em nada o papel dos outros domínios da Cultura.

Sem os restantes domínios da Cultura, a Ideologia, as Ciências e as instituições radicalmente democráticas, os modos populares de fazer e comunicar, etc. a Cultura Artística flutuaria, sem raízes, sobre uma sociedade. Ao inverso, uma sociedade sem Cultura Artística que a questionasse e a fizesse evoluir criativamente, tenderia a fossilizar-se.

O Socialismo, para além de tudo o mais, diferencia-se do Capitalismo porque desencadeia uma tempestade de Criatividade que nasce em cada indivíduo, enfim liberto, e se estende aos Valores dominantes, às instituições, às relações sociais e às suas realizações.

Ao proceder à completa revisão das relações entre a sociedade humana e o meio natural, de carácter predador sob o Capitalismo, e das relações dos homens uns com os outros, tornadas antagónicas sob o Capitalismo, o Socialismo cria um novo organismo sobre a Terra, a Sociedade Humana Global, perfeitamente adaptada às condições do meio natural e definitivamente sustentável.

Uma Revolução desta magnitude só será realizável se resultar de um processo massivo de criatividade e de inovação, com Ciência e com Arte, com uma profunda renovação simbólica, muita investigação e experimentação.

Por isso, a Cultura Artística terá de acompanhar e, em muitas situações, induzir o processo transformador.

No Socialismo, tudo será realizado simultaneamente com Ideologia, com Ciência e Técnica, com Amor e com Arte, sem "pragmatismo" nem "economicismo". A Arte será inseparável de qualquer realização humana e social, desde o preparar de uma refeição, ao desenho de um parafuso ou de uma nave espacial.

O Socialismo terá de ser sinónimo de Beleza e Questionamento permanentes. Por isso, a Cultura Artística, constitui uma parte imprescindível da formação e da Cultura Socialista.

Comunicação Social, a Informação, o Conhecimento e a Cultura

O importante, no Socialismo, é que todos os cidadãos tenham acesso livre a toda a informação e a todo o conhecimento e que sobre essa informação e conhecimento possam formular as suas apreciações e juízos e tomar decisões responsáveis.

Do mesmo modo é fundamental que todos os cidadãos possam ter a possibilidade de reflectir, opinar e propor de forma pública.

Mais do que a “liberdade de informação”, no Socialismo haverá a liberdade de interpelação, realizada quer directamente quer através dos órgãos de comunicação social.

Adquiridas estas questões de princípio, todas as comunidades e grupos comunitários deverão administrar meios de comunicação social próprios, adequados a cada situação e aos “públicos” que pretendem atingir, sendo a sua gestão profundamente democrática.

Essa administração deverá ter o cuidado de acolher com o maior interesse, como elementos dinamizadores do pensamento crítico essencial ao Socialismo, as opiniões discordantes, em contra-corrente, fora do “senso comum”, as quais, frequentemente, são portadoras do “novo”, mesmo que este só esteja em fase de afloramento ao nível da consciência social.

Do mesmo modo, os meios de comunicação social deverão buscar os pontos de vista e opiniões dos cidadãos, grupos e comunidades menos “visíveis”, menos protagonicos, de modo a revelar eventuais desconformidades no funcionamento geral das comunidades e da sociedade no seu conjunto.

A “comunicação social” deverá reflectir as dinâmicas sociais e, ela própria, constituir-se como um fórum de reflexão social permanente, uma “exposição” pública de sucessos e fracassos que potencie a criatividade e a inovação social.

A “comunicação social” no Socialismo terá de funcionar nos dois sentidos, isto é, do “emissor” para o “receptor” e vice-versa, num processo inter-activo que dissolva a especialização em qualquer dessas funções. Neste sentido, a “comunicação social”, entendida como todo o processo de troca de informação e conhecimento entre os cidadãos e entre as variadíssimas organizações comunitárias, constitui “o meio” de realização dos processos culturais em toda a sociedade.

As redes e instrumentos de comunicação social deverão ser estruturados racionalmente, de modo a que a sociedade não viva imersa num dilúvio informacional gerador de “adiposidade mental”, mas sim num caldo de informação e conhecimento estruturado, socialmente útil e eficiente.

CAPÍTULO 13

Socialismo - a Dimensão Territorial e Ambiental

Harmonia com a Natureza

Até ao advento do capitalismo era diminuto o impacto das sociedades humanas sobre as condições naturais e o ambiente.

A civilização agrícola, permitindo embora um gradual aumento populacional através da extensão das áreas cultivadas, manteve-se num estado de equilíbrio global com as condições naturais.

a) O Capitalismo, O Território e o Ambiente Natural

A possibilidade de dispor de imensas fontes de energia fóssil e dos meios tecnológicos e modelos de organização social para o seu aproveitamento, veio alterar substancialmente esse equilíbrio global, tendo a população mundial passado de 1.262 milhões em 1850 para os actuais 6.892 milhões, com impactos tremendos sobre os recursos naturais e as condições ecológico-ambientais.

A lógica do Capitalismo, entendendo tanto os Homens como a Natureza como recursos exploráveis, conduziu a civilização humana a uma situação que se aproxima rapidamente do colapso, tanto pela exaustão dos recursos naturais fundamentais (petróleo, água, solos, florestas, pescas e minerais úteis) como pela acelerada degradação das condições sociais e ecológico-ambientais decorrentes de uma economia de rapina e de “desperdício”.

Deixemos a caracterização da situação actual do mundo a Lester Brown, Presidente do *Earth Policy Institute*, Washington DC, e defensor da economia de mercado (do Capitalismo) no seu livro *“Plano B 2.0: Resgatando um Planeta sob Stress e uma Civilização em Apuros”* de que se apresentam alguns extractos sublinhados pelo autor do presente livro:

A economia global está a ter um crescimento para além do que a Terra pode suportar, levando a nossa civilização do início do século vinte e um para um ponto cada vez mais perto do declínio e do possível colapso. Enquanto nos preocupamos com relatórios de ganhos trimestrais e com o crescimento económico em cada ano que passa, perdemos a perspectiva da dimensão que adquiriu a empresa humana face aos recursos da Terra. Há um século, o crescimento anual da economia mundial era medido numa escala de grandeza de mil milhões de dólares. Hoje é medido em milhares de milhões de dólares. Como resultado, estamos a consumir recursos renováveis a uma velocidade superior à que levam a regenerar-se. As florestas estão a

encolher, as pastagens a deteriorar-se, os níveis freáticos a afundar-se, os stocks de pesca estão em colapso, e os solos em erosão. Estamos a usar o petróleo a um ritmo que nos deixa pouco tempo para planear para além do pico do petróleo. E estamos a emitir para a atmosfera gases que provocam efeito de estufa mais rapidamente do que a natureza os consegue absorver, criando as condições para um aumento da temperatura da Terra muito para além do que alguma vez aconteceu desde que a agricultura começou.

A civilização do século vinte e um não é a primeira a seguir numa direcção económica que não é ambientalmente sustentável. Muitas civilizações anteriores também se encontraram em apuros ambientais. Como Jared Diamond nota em *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*, algumas conseguiram mudar de rota e evitar o declínio económico. Outras não. Estudamos os locais arqueológicos dos Sumérios, dos Maias, da Ilha de Páscoa e de outras civilizações antigas que não conseguiram fazer os ajustamentos necessários a tempo.

... Sabemos a partir de civilizações mais antigas que os indicadores principais de declínio económico foram de carácter ambiental, não económico. Primeiro foram-se as árvores, depois o solo e, finalmente, a própria civilização. Para os arqueólogos, esta sequência é demasiado familiar.

A nossa situação é bastante mais inquietante porque para além da diminuição das florestas e da erosão dos solos, temos que lidar com abaixamento dos níveis freáticos, com ondas de calor de severos efeitos nas colheitas, stocks de peixe em colapso, desertos em expansão, pastos em deterioração, bancos de corais moribundos, glaciares que se derretem, mares que sobem, tempestades mais poderosas, espécies em extinção e, em breve, fontes de petróleo que se esgotam.

Embora estas tendências ecológicas destrutivas sejam evidentes há já algum tempo, e algumas tenham sido invertidas ao nível nacional, nenhuma o foi à escala global.

... No Capítulo 1 concluimos que o modelo económico ocidental – a economia baseada nos combustíveis fósseis, centrada no automóvel e de desperdício – não era viável para o mundo. Ao contrário, a nova economia será accionada pelas fontes renováveis de energia, terá um sistema de transporte mais diversificado – assentando mais no caminho de ferro, em autocarros e em bicicletas, e menos nos carros – e reciclará os materiais de forma generalizada.

Podemos descrever esta nova economia com algum detalhe. A questão é saber como ir do ponto em que nos encontramos até onde queremos chegar de forma suficientemente rápida para evitar o declínio económico e o colapso. O nosso favor, temos alguns bens que as civilizações anteriores não tiveram, incluindo registos arqueológicos, um conhecimento científico mais avançado e, muito importante, o conhecimento de como utilizar a política económica para atingir metas sociais.

A chave para construir uma economia global que sustente o progresso económico está na criação dum mercado honesto, que diga a verdade ecológica. O mercado é uma instituição incrível, que disponibiliza

recursos com uma eficácia que nenhum corpo de planeamento central consegue igualar. Equilibra facilmente a procura e a oferta, e estabelece preços que prontamente reflectem tanto a escassez como a abundância. O mercado, no entanto, tem alguns pontos fracos fundamentais. Não incorpora nos preços os custos indirectos do fornecimento de bens ou serviços, não valoriza devidamente os serviços prestados pela natureza e não respeita os limites da produção sustentável dos sistemas naturais. Também favorece o curto prazo em detrimento do longo prazo, mostrando pouca preocupação com as gerações futuras.

...

Infelizmente, o nosso deficiente sistema de contabilidade económica global pode ter potencialmente consequências muito mais sérias. A prosperidade económica que se vive hoje é conseguida, em parte, pela acumulação de déficits ecológicos, custos que não aparecem nos livros, mas que alguém acabará por pagar.

Nota: Registe-se, quanto a este ponto, a importância dada à externalização de custos que o Capitalismo fomenta sobre a Natureza e, também, sobre a Sociedade (pobreza, desestruturação social, etc.), se bem que Lester Brown não o refira explicitamente.

...

Alguns observam que a economia neoclássica reconhece os custos externos como coisa a evitar. É verdade. Mas será que os professores de economia registam esses custos e analisam os seus efeitos no ecossistema da Terra e na sua capacidade para sustentar a economia? Por exemplo, quantos cursos de economia ensinam que a nossa economia baseada nos combustíveis fósseis, centrada no automóvel, e de desperdício, pura e simplesmente não é um modelo viável de economia para o mundo? E que o maior desafio que o mundo enfrenta é o de construir uma nova economia que sustente o progresso económico?

Quanto aos sistemas urbanos:

...

As cidades deste nosso mundo estão em apuros. Na cidade do México, em Teerão, Banguecoque, Xangai e centenas de outras cidades, a qualidade de vida diária está a deteriorar-se. Respirar o ar em algumas urbes é equivalente a fumar dois maços de cigarros por dia. Nos Estados Unidos, o número de horas que as pessoas demoram para ir a lado nenhum, paradas nos seus carros em ruas e auto-estradas com tráfego congestionado, aumenta todos os anos, elevando os níveis de frustração.

...

As cidades requerem uma concentração de comida, água, energia e materiais que a natureza não pode fornecer. A concentração destas grandes quantidades de materiais e a sua posterior dispersão sob a forma de lixo, esgotos e poluentes do ar e da água está a inquietar os gestores das cidades em toda a parte.

A evolução das cidades modernas está ligada aos avanços dos transportes, feitos inicialmente por barcos e comboios. Mas foi o motor de combustão interna, combinado com o petróleo barato que garantiu a mobilidade às pessoas e mercadorias, que impulsionou o fenomenal

crescimento urbano do século vinte. À medida que o mundo se urbanizava, o consumo de energia aumentava.

Inicialmente, as cidades dependiam da comida e da água que vinham do campo, nos arredores, mas hoje, as cidades dependem muitas vezes de fontes distantes mesmo em relação a fornecimentos básicos. Los Angeles, por exemplo, obtém a maior parte do seu fornecimento de água a partir do rio Colorado, a uns 970 quilómetros. A população em rápido crescimento da cidade do México, vivendo a 3.000 metros de altitude, depende agora do dispendioso bombeamento de água feito a 150 quilómetros de distância, e tem de o elevar um quilómetro ou mais para evitar as fontes de água imprópria.

Pequim planeia ir buscar água à bacia do rio Yangtze, a cerca de 1.500 quilómetros.

A comida vem ainda de mais longe, como no caso de Tóquio. Embora esta cidade dependa ainda do arroz dos produtivos agricultores japoneses, com as suas terras cuidadosamente protegidas por políticas governamentais, o trigo que consome vem em grande parte das Grandes Planícies da América do Norte ou da Austrália. Uma grande porção do milho vem do Midwest dos Estados Unidos. A soja vem do Midwest americano e do cerrado brasileiro.

O próprio petróleo que fornece a maior parte da energia necessária à movimentação de recursos para dentro e fora das cidades vem frequentemente de campos de petróleo distantes. O preço crescente deste afectará as cidades, e mais ainda os subúrbios que muitas cidades geraram.

Todos parecem assumir que o processo de urbanização irá continuar. Mas isso não é certo. A escassez crescente da água e o alto custo da energia investida no seu transporte ao longo de grandes distâncias pode, por si só, começar a restringir o crescimento urbano.

Nos próximos anos, a urbanização poderá abrandar ou mesmo regredir. Num mundo onde a terra, a água e a energia são escassos, o valor de cada recurso deverá aumentar substancialmente, alterando os termos da troca entre o campo e a cidade. Desde o início da Revolução Industrial, as relações comerciais favoreceram as cidades porque elas controlam o capital e a tecnologia, os recursos mais escassos.

Mas se a terra e a água se transformarem em recursos ainda mais escassos, então aqueles que estiverem nas áreas rurais que os controlam poderão por vezes beneficiar dessa nova vantagem. Com uma nova economia baseada nas energias renováveis, um aparte muito significativa dessas energias, em particular a energia do vento e as bioenergias, virá das áreas rurais vizinhas.

Para além da escassez dos recursos, a evolução da Internet, que está a mudar o nosso modo de pensar sobre a distância e a mobilidade, pode também afectar a urbanização. Entre outras coisas, o seu potencial de comunicação à distância pode reduzir as vantagens de viver numa cidade.

Dado o quase inevitável aumento futuro dos preços do petróleo, os benefícios económicos do desenvolvimento da agricultura urbana, mesmo em sociedades afluentes, irão tornar-se muito mais óbvios.

Para além de fornecer mais produtos frescos, ela ajudará milhões de pessoas a descobrir os benefícios sociais e o bem-estar psicológico que a agricultura urbana traz.

Com a generalização da falta de água, a viabilidade dos sistemas de esgotos baseados em água diminuirá. Os sistemas de esgotos baseados em água retiram os nutrientes originados no solo e deitam nos, em geral, nos rios, em lagos ou no mar. Não só se perdem os nutrientes da agricultura, como o acréscimo exagerado de nutrientes levou à morte de muitos rios e à formação de cerca de 146 zonas mortas em áreas oceânicas junto à costa.

Os sistemas que deitam os esgotos não tratados em rios e ribeiras são uma grande fonte de doença e morte. Este dispersar de elementos patogénicos constitui uma enorme ameaça à saúde pública. Em todo o mundo, a falta de saneamento básico e os baixos índices de higiene pessoal são responsáveis por 2,7 milhões de mortes por ano, logo atrás dos 5,9 milhões causados pela fome e a má nutrição.

Bairros de lata – quer sejam favelas no Brasil, barriadas no Peru, ou gecekondu na Turquia – consistem em geral numa área residencial urbana habitada por pessoas muito pobres que não possuem nenhuma porção de terra. Elas simplesmente “ocupam” um terreno vazio, quer seja privado ou público.

A vida nestes agregados é caracterizada por uma habitação totalmente inadequada e por uma falta de acesso aos serviços urbanos.

Requalificar os quetos depende da capacidade dos governos locais para oferecer uma resposta em vez de os ignorar. O progresso na erradicação da pobreza e na criação de comunidades progressivas e estáveis depende do estabelecimento de ligações construtivas aos governos. Em alguns casos, serviços de micro-crédito apoiados pelo estado podem não só ajudar a estabelecer uma ligação entre o governo da cidade e as comunidades de bairros de lata mas também oferecer esperança aos residentes.

Embora os líderes políticos possam desejar que estes bairros sejam deslocados ou demolidos, a realidade é que eles tenderão a expandir-se ao longo das próximas décadas. O desafio é integrá-los na vida urbana de uma forma humana que dê esperança através da possibilidade da sua requalificação. Ou então, inevitavelmente, o aumento do ressentimento, da fricção social e da violência.

No seu livro, Lester Brown propõe numerosíssimas medidas, em todos os domínios de acção ambiental, geralmente de carácter tecnológico e no âmbito da “economia de mercado”. Apesar da validade de muitas delas, Lester Brown continua equivocado quanto à natureza do sistema capitalista, não entendendo que, apesar de muito parciais, essas medidas só serão realizáveis em Socialismo.

Porém, tendo-se aplicado em quantificar os recursos financeiros necessários investir anualmente na reversão dos problemas sociais e ambientais mais graves, só lhe resta lamentar-se:

**Quadro 13-1. Plano B: Despesas Adicionais Necessárias
Anualmente para Atingir os Objectivos Sociais e Restaurar a
Terra**

Objectivos	Financiamento (mil milhões de dólares)
Objectivos Sociais Básicos	
<i>Educação primária generalizada</i>	12
<i>Alfabetização de adultos</i>	4
<i>Programas de almoços nas escolas para os 44 países mais pobres</i>	6
<i>Assistência a crianças do pré-escolar e mulheres grávidas nos 44 países mais pobres</i>	4
<i>Saúde reprodutiva e planeamento familiar</i>	7
<i>Cuidados de Saúde generalizados</i>	33
<i>Fechar o fosso do preservativo</i>	2
Total	68
Objectivos de Restauração da Terra	
<i>Reflorestação da Terra</i>	6
<i>Proteger a superfície das terras de cultura</i>	24
<i>Restaurar as terras de pastagem</i>	9
<i>Estabilizar os níveis freáticos</i>	10
<i>Restaurar os bancos de peixe</i>	13
<i>Proteger a diversidade biológica</i>	31
Total	93
Total Geral	161

**Quadro 13-2. Comparação dos Orçamentos Militares Anuais,
por País e para o Mundo, com o Orçamento do Plano B**

País	Orçamento (mil milhões de dólares)
<i>Estados Unidos -2006</i>	492
<i>Rússia -2003</i>	65
<i>China -2003</i>	56
<i>Reino Unido</i>	49
<i>Japão</i>	45
<i>França</i>	40
<i>Alemanha</i>	30
<i>Arábia Saudita</i>	19
<i>Índia</i>	19
<i>Itália</i>	18
<i>Todos os restantes</i>	142
Despesa Militar Mundial	975

Infelizmente, os Estados Unidos continuam a concentrar-se na construção duma força militar cada vez maior, ignorando, em grande medida, as ameaças da degradação ambiental contínua, da pobreza e do crescimento populacional. A sua proposta de orçamento de defesa para

2006, que inclui 50 mil milhões de dólares para operações militares no Iraque e Afeganistão, traduz-se numa despesa militar prevista de 492 mil milhões de dólares (Ver Quadro).

Outros membros da NATO gastam 209 mil milhões de dólares por ano na defesa. A Rússia gasta cerca de 65 mil milhões de dólares, e a China, 56 mil milhões de dólares.

A despesa militar dos Estados Unidos é agora aproximadamente igual ao total combinado de todos os outros países.

Como Eugene Carroll, Jr., um almirante retirado, observou, "Durante os quarenta e cinco anos da Guerra-fria tivemos numa corrida aos armamentos com a União Soviética. Agora parece que temos uma corrida às armas contra nós próprios".

Chegou a hora da decisão. Tal como as civilizações antigas que entraram em apuros ambientais, podemos decidir deixar as coisas seguirem as sua inércia e ficar a assistir ao declínio da nossa economia moderna e ao seu colapso final, ou podemos mudar de forma consciente para um novo caminho, que sustente o progresso económico.

Nesta situação, não agir significa decidir permanecer no caminho do declínio-e-coplado.

...

É difícil encontrar as palavras que exprimam a gravidade da situação em que nos encontramos e a importância da decisão que temos de tomar.

Será que um dia alguém irá erguer uma pedra tumular sobre a nossa civilização? E que epitáfio lá ficará gravado? Não poderá dizer que não compreendemos a situação. Nós compreendemos. Não poderá dizer que não tínhamos os recursos. Nós temos os recursos. Só poderá dizer que fomos demasiado lentos a responder às forças que punham em risco a nossa civilização. O tempo esgotou-se.

Para além de Lester Brown, muitas outras individualidades científicas e políticas burguesas têm consciência dos perigos que se avizinham para a Humanidade. Incluindo Bill Clinton, que comenta no próprio livro acabado de citar:

"Lester Brown conta-nos como construir um mundo mais justo e salvar o planeta de mudanças climáticas numa forma prática e directa. Deveríamos todos seguir os seus conselhos"

Os socialistas poderão estar globalmente de acordo com o diagnóstico feito e com a urgência da superação da situação criada. Mas acrescentam a esse diagnóstico factual a identificação das causas da situação e, também, outras soluções.

Assim, segundo os socialistas, o Capitalismo não faz parte da Solução mas sim do Problema. A propriedade privada da terra e dos recursos naturais, a ganância do lucro e uma concepção restrita do Homem e da Natureza como factores sujeitos à exploração constituem a raiz, a causa fundamental, da perigosa situação em que toda a Humanidade se encontra.

Na lógica do Capitalismo, as iniciativas para “resolver” as questões ambientais só serão aceitáveis se delas resultarem lucros para o capital privado e prejuízos para a parte pública ou social através de baixa de impostos, subsídios de compensação ou de “estímulo”, direitos sobre recursos, seja o que for, que para isso lá estará a adequada “engenharia financeira”, clara ou encoberta. Caso contrário, o Capital ter-se-ia transformado em “casa de beneficência”, o que nunca será o caso, como o prova a atitude das potências capitalistas quanto ao “negócio” que pretendem montar relativo ao “comércio do carbono”.

Por isso, qualquer tentativa de superar os deficits social e ambiental sob o capitalismo só poderá resultar em maior delapidação de recursos públicos ou sociais, na pauperização dos Estados, no agravamento dos impostos às classes médias e aos trabalhadores, na degradação dos serviços de educação, de saúde e de segurança social e, em última análise, no aumento progressivo desses mesmos deficits.

A única “solução” aceitável pelo Capitalismo, na sequência da gradual falência dos Estados nacionais e dos serviços públicos, é a que se encontra já em marcha, isto é, o genocídio de “baixa intensidade” das centenas de milhões de cidadãos do mundo tornados excedentários à produção e ao consumo capitalista, mediante a fome, as desordens sociais e a doença, podendo essa “solução” evoluir para guerras de “alta intensidade” na eventualidade de as desordens sociais e as tentativas de libertação dos povos colocarem em causa o sistema de dominação capitalista e imperialista.

Seria ingênuo pensar que Lester Brown ou o almirante norte-americano por ele referido no seu livro constituem um padrão do pensamento oficial norte-americano, o que aliás é desmentido tanto pelos montantes investidos no sector militar como pelas atitudes desse país nas negociações mundiais sobre o ambiente e a recente evolução pró-nazista da política americana, em contra-corrente com a esperança “Obamista”.

Estas questões, intimamente relacionadas com os *limites físicos intransponíveis* do Capitalismo referidas no ponto “Situação Geral e Perspectivas” do Capítulo 1 deste documento, a saber, o previsível esgotamento do petróleo, a degradação ecológica-ambiental e, ainda, a pauperização progressiva e lançamento para a miséria de milhões de seres humanos, serão determinantes na política mundial dos anos vindouros.

b) O Socialismo, O Território e o Ambiente Natural

O Socialismo parte dos mesmos limites físicos intransponíveis a que chegou o Capitalismo e da situação desastrosa em que o mundo se encontra nos planos ecológico-ambiental, social, económico e institucional.

A Humanidade dispõe hoje dos recursos de conhecimentos científicos e de tecnologias que lhe permitem superar a emergência social e ecológico-ambiental vigente e reorganizar todas as actividades humanas no sentido da Felicidade e da Harmonia com a Natureza.

Infelizmente, nos próximos anos, as forças socialistas, progressistas e humanistas do mundo, quer estejam no Poder ou fora dele, terão de “enfileirar” em posições e políticas predatórias tanto para poderem reforçar os seus potenciais bélicos defensivos anti-imperialistas como para conseguir a adesão democrática de muitos povos dos países do “centro”, habituados/viciados no esbanjamento consumista.

Poderá dizer-se que esta posição é oportunista e que *só a verdade é revolucionária*. Porém, no estado das condições subjectivas em que esses países se encontram, afirmar a Verdade, que esses povos terão de mudar substancialmente os seus modos de vida e de consumo, no sentido de terem de prescindir da exploração de outros povos e de consumir muito menos bens materiais do que hoje o fazem, poderá conduzir a entregar esses “eleitorados” à demagogia nazista, levando-os a acreditar que a manutenção do seu modo de vida dependerá da supressão de outros povos “inúteis” ou “atrasados” que disputam os seus recursos.

A história mostra que os nazistas só param quando definitiva e militarmente derrotados e que o imperialismo “liberal” norte-americano só foi parado no Vietname e só será parado no Iraque e no Afeganistão quando, pelas suas baixas humanas, a “opinião pública” americana deixar de apoiar tais empreendimentos. Lamentavelmente, a “racionalidade” burguesa só é despertada perante o insucesso e o sofrimento dos próprios povos.

Este é um assunto complexo que aqui se deixa ficar em aberto.

De qualquer modo, a luta dos socialistas deverá ser balizada pela Verdade e pela Firmeza.

Então, como encaram os socialistas as questões do deficit ecológico - escassez energética, da água, do saneamento, das florestas, dos solos, das cidades, da biodiversidade - a par das questões do deficit social - educação, saúde, população, alimentação, habitação, cultura, etc.?

Para melhor se compreender o papel histórico fundamental e a estratégia do Socialismo apresentamos a seguinte síntese comparativa:

No decurso da revolução agrícola, esta tecnologia foi levada a todo o globo terrestre empurrada pelo sistema tributário; a ganância capitalista pelo lucro “inventou” as indústrias transformadoras, *intensificou* toda a produção com base na ciência, nas tecnologias e nos modelos de gestão, incorporou todo o mundo no seu modo de produção mas, porque assente em relações de dominação de classe, fê-lo de forma desigual, social e ecologicamente polarizada e desequilibrada; competirá ao Socialismo, aproveitando todas as aquisições científicas e tecnológicas do capitalismo e potenciando o ser humano, desenvolver uma Sociedade da Felicidade e do Conhecimento que aproveite de forma *holisticamente racional* todos os recursos naturais que o planeta e o espaço exterior podem proporcionar, sem por em causa os equilíbrios naturais globais, sem desperdícios de qualquer espécie, tanto de natureza material, como energética ou de natureza intelectual, para benefício de toda a biosfera e perpetuação do fenómeno da Vida e da própria espécie humana.

Contrariamente ao que ocorre sob o Capitalismo, onde todos os assuntos relativos à gestão da sociedade e às relações desta com o meio natural, constituem domínio exclusivo de uma minoria exploradora, no Socialismo tais questões constituem um direito e num dever de cada cidadão livre, culto e responsável e das respectivas comunidades.

Assim sendo, é cometida a cada comunidade humana a responsabilidade de administrar o território que lhe esteja adstrito de forma *ótima*, cientificamente fundamentada, de modo a recuperar os déficits ecológicos, a extrair dele todas as suas potencialidades para o desenvolvimento da sociedade e da Humanidade no seu conjunto, respeitando os seus processos naturais, a biodiversidade autóctone e, sempre que possível, potenciando as suas dádivas.

É neste quadro de máxima potenciação e aproveitamento humano das dádivas da natureza que deverão ser encaradas as políticas de população, proporcionando o deslocamento social e culturalmente correcto de populações de áreas geográficas em *stress* (os actuais *refugiados ecológicos*) para outras áreas do globo terrestre e comunidades com potencial natural-ambiental para absorver mais população, assim como a deslocação de portadores de Conhecimento (quadros técnicos, professores, agentes de saúde, etc.), dos países ditos mais desenvolvidos para os países e zonas sub-desenvolvidas ou em desenvolvimento, num extraordinário movimento de Cooperação Internacionalista e de construção da Sociedade Humana Global, multi-étnica e multi-cultural.

Este conceito e *estratégia* são incompatíveis com a propriedade privada da terra e dos recursos naturais e, também, com qualquer forma de propriedade comunitária, nacional, etc. dos espaços geográficos. A Humanidade como um todo deverá caber a Responsabilidade de

administrar toda a geografia da Terra, para benefício próprio e de toda a biosfera.

A cada Pátria (multi-étnica e multi-cultural ocupando o espaço territorial de cada “país”) e a cada comunidade territorial (Socio-Territorial ou Socio-Ambiental), caberá somente, em nome e por delegação de toda a Humanidade, a **Administração Óptima** do respectivo território.

No Socialismo, todos os ramos científicos são da maior importância. Porém, perante a herança desastrosa do Capitalismo, as Ciências da Terra deverão ter uma relevância e prioridade extraordinárias, devendo todas as actividades humanas ser balizadas pelas suas recomendações.

Perante a emergência, as sociedades capitalistas desenvolvidas começaram a utilizar, de maneira corrupta, é certo, mas a utilizar, os chamados “estudos de impacto ambiental” prévios ao licenciamento público de determinados projectos empresariais. No Socialismo, tais estudos (e também os de “impacto social”) terão um carácter obrigatório para todas as actividades humanas e sociais.

A superação dos actuais deficits ecológico e social à escala global é incompatível com um sistema capitalista e imperialista hegemónicos. Só poderes públicos fortes, legitimados pela democracia integral, dotados de recursos financeiros e científicos e de capacidade de planeamento e de mobilização social, socialistas, poderão fazer face a essa necessidade imperiosa e urgente.

Não bastará, porém, ter muitos países prosseguindo uma via de desenvolvimento Socialista, Humanista e Progressista para que os problemas globais do ambiente natural sejam resolvidos. Para tal, é necessário que esteja instituído um *Sistema de Desenvolvimento Democrático de Todos os Povos* ou, mais do que isso, um adequado *Governo Mundial* que estabeleça adequados padrões ambientais para o comércio internacional de numerosos produtos, designadamente energéticos, florestais e alimentares, de modo a evitar a continuação da degradação natural global e a promover a recuperação dos respectivos deficits.

O Ordenamento do Território e a Questão das Cidades

A reconciliação das sociedades humanas com a Natureza passa por um adequado Ordenamento do Território, através do qual as actividades sociais se distribuem territorialmente de modo harmonioso, potenciando-se reciprocamente.

O ponto de partida do Socialismo, a herança territorial do capitalismo, está muito longe de corresponder àquele objectivo como resultado das práticas predadoras anteriores em busca do máximo lucro.

Em todos os países são numerosas as situações de territórios e populações “esgotados” ou votados ao abandono após períodos de intensa actividade económica, mostrando bem a prática capitalista de “aterrar, explorar e abandonar” consoante os interesses privados de conjuntura. O Capitalismo actua como as nuvens de gafanhotos em algumas regiões do globo.

No entanto, se a nova economia mundial consegue cobrir todo o planeta (na medida em que toda a população e todos os territórios se vêm afectados pelo seu funcionamento), nem todos os lugares nem todas as pessoas estão incluídas nela. De facto, a maioria da população e a maioria dos territórios estão excluídos, desconectados, tanto seja como produtores ou como consumidores, ou como ambos. A flexibilidade desta economia global permite que o sistema em geral conecte tudo o que seja valioso de acordo com os valores e interesses dominantes, enquanto desconecta tudo o que não seja valioso ou que se tenha desvalorizado. Esta capacidade simultânea para incluir e excluir as pessoas, os territórios e as actividades, caracteriza a nova economia mundial tal como está constituída na era da informação. (Manuel Castells, “O Capitalismo da informação e a Exclusão Social”) Tradução do Autor

É um fenómeno que se verifica tanto em zonas rurais como em zonas urbanas.

O *ordenamento do território* e o *urbanismo* sob o Capitalismo estiveram sempre dependentes dos interesses económicos privados. São estes, respeitem à agro-pecuária, às indústrias extractivas e transformadoras, à distribuição ou a quaisquer outros, que determinaram toda a estrutura de ocupação do espaço territorial, as vias de comunicação e os meios de transporte, assim como as principais implantações humanas, os “depósitos de mão-de-obra”.

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semi bárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente. A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, apenas ligadas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira

Servindo embora os interesses daquelas actividades económicas fundamentais, desenvolveu-se um amplo sector capitalista de “imobiliário e construção” que, de facto, gere o espaço territorial, com o beneplácito dos poderes políticos ao serviço da burguesia.

No centro de todas as disfuncionalidades territoriais e urbanas que actualmente se verificam por todo o mundo, incluindo nas grandes metrópoles, encontra-se, invariavelmente, a propriedade privada dos solos, rústicos e urbanos, e a especulação sobre o valor dos terrenos, em função da sua localização, características e cobertura com as mais variadas infraestruturas.

De um modo geral, essa propriedade foi obtida por apropriação directa dos terrenos comunais e mais tarde comercializada e repartida pelas classes dominantes, fossem elas a nobreza, o clero ou a burguesia rural e urbana. Em consequência, as classes populares e trabalhadoras ficaram simplesmente desapossados da terra ou limitados a pequenas parcelas camponesas de subsistência.

Onde se verifica alguma racionalidade e ordenamento territorial são nos poucos casos onde os Estados nacionalizaram a terra permitindo-lhe planear o território e a distribuição das diversas actividades humanas, concedendo o uso do solo em regime de usufruto ou de concessão.

Na generalidade dos casos onde a propriedade privada se impôs, vêm-se territórios desordenados, solos férteis destruídos, infraestruturas deficientes e manchas urbanas caóticas e disfuncionais geradoras de elevados custos económicos e stress psicológico.

Por essa razão, muitas das cidades actualmente existentes, tornam-se “não competitivas” e nem para o Capitalismo produtivo servem. Daí a tendência de este abandonar as “velhas” cidades e ir implantar-se em novas zonas económicas e residenciais, o mesmo acontecendo com muitas instituições governamentais.

As Cidades nasceram como locais de concentração de uma série de serviços de regulação social (sedes do Poder, político-militar e ideológico-religioso), de comércio e actividades artesanais em apoio à economia agrícola e de encontro cultural das populações rurais circundantes.

Com o Capitalismo e a concentração sinérgica das manufacturas e da grande indústria, as cidades passaram igualmente a desempenhar a função de complexos produtivos e de depósito de mão-de-obra e do correspondente “mercado de trabalho”, alimentados pelos trabalhadores rurais e camponeses excluídos dos campos e que tentavam a sua sobrevivência no trabalho assalariado capitalista.

Foi essa massa humana, sempre crescente, vinda das zonas rurais de cada país e, mais recentemente, pela emigração do exterior ou de fluxos de refugiados económicos e ecológicos, que foi sendo sucessivamente absorvida ou excluída pelas empresas capitalistas ao longo dos tempos, em função das crises cíclicas da produção e das alterações tecnológicas.

Nas cidades, as massas proletárias que inicialmente ocuparam os espaços intersticiais junto das fábricas, foram posteriormente expulsas para as periferias, de modo a manterem os centros das cidades, defendidos das “pestes” e disponíveis para as funções institucionais, os centros de negócios e a habitação burguesa. Com esse processo de expulsão, vieram a ocupar os terrenos piores, muitas vezes em leitos de cheias ou em declives perigosos “urbanizados” por especuladores imobiliários ou a coberto de programas de realojamento governamentais.

As Cidades cresceram, desenvolveram-se e tornaram-se mais complexas sempre na mesma lógica. As que ficaram fora do processo de industrialização estancaram no tempo ou declinaram, conforme as condições locais.

Hoje assiste-se a dinâmicas diferenciadas em várias grandes cidades do mundo, conforme a sua história económica e demográfica específica. No entanto, a tendência geral nos países do “centro” capitalista e nos directamente dependentes, sujeitos à desindustrialização, é a de as “velhas” cidades, de onde saíram os centros institucionais e as empresas mais modernas, se transformarem a prazo em “depósitos de excluídos”.

Desvinculadas das suas antigas economias produtivas, entretanto deslocalizadas para outros pontos do globo, vivem dos “serviços”, a maior parte deles não dirigidos às empresas mais sim às pessoas e às comunidades e à manutenção das próprias cidades, financiados pelos poderes públicos, eles próprios cada vez mais deficitários perante o gigantismo das infraestruturas e serviços urbanos e uma progressiva falta de base tributária. Tenderão, no futuro, a entrar em colapso económico-financeiro, ecológico e social.

Só as grandes cidades vinculadas com a economia mundializada, com o capital financeiro e as trans e multinacionais, e algumas outras com particular interesse turístico e cultural de nível internacional se encontram estáveis e com capacidade de auto-sustentação.

Com a deslocação das actividades produtivas para os países do extremo-orient (as novas “fábricas do mundo”), irá verificar-se nestes países, com mais de 50 anos de atraso, um processo de urbanização e metropolização equivalente ao antes verificado no “ocidente”.

Voltando à metáfora já antes referida, agora em grande escala, *“os gafanhotos voaram do ocidente e estão a pousar no oriente”* deixando

atrás os destroços físicos e sociais do que foram, no passado, poderosos centros de desenvolvimento da era “industrialista”.

No Socialismo, as Cidades não terão mais a função de “depósitos de mão-de-obra” variando entre a inclusão e a exclusão segundo os ciclos de curto e longo prazos da produção capitalista, sujeitas, por isso, a bruscas e significativas alterações sociológicas e económicas; nem estarão submetidas à propriedade privada e à “anarquia” das decisões do “negócio imobiliário e construção” nem das pressões da ocupação popular das zonas “marginais” que colidem com o funcionamento da Natureza (inundações, aluimentos de terras, etc.).

No Socialismo, as Cidades respeitarão os ciclos naturais, terão “desenho urbano”, serão funcionais e económicas, saudáveis, seguras, belas e auto-sustentáveis.

Não haverá “guetos” mas sim comunidades abertas constituídas por cidadãos iguais que encontram no espaço da Cidade toda a diversidade de actividades produtivas materiais e de serviços necessários às suas vidas e ao contínuo desenvolvimento cultural. As funções da Cidade serão produtivas, de auto-regulação e auto-sustentação, residenciais e culturais.

Uma Cidade Socialista não é um amontoado de comunidades antagonizadas entre si a viver num conglomerado de construções e espaços disfuncionais e agressivos; pelo contrário, é um sistema de cidadãos livres e responsáveis e de comunidades abertas vivendo em cooperação e administrando um vasto espaço territorial onde se articulam áreas naturais, áreas de agricultura, áreas de actividades industriais, logísticas e de serviços às empresas, áreas habitacionais/culturais/de auto-regulação social e de serviços pessoais e à comunidade.

As Cidades socialistas adoptarão todas as medidas que, já hoje, os especialistas responsáveis, incluindo burgueses, apontam como necessárias à auto-sustentabilidade e humanização das cidades, relativas à energia, à água, aos resíduos, aos hábitos de vida, aos meios de transporte, aos espaços verdes, aos equipamentos, etc., e muitas outras que potenciem o seu carácter cívico, cultural e produtivo, em harmonia com a Natureza.

A reconversão socialista das cidades herdadas do capitalismo será uma tarefa gigantesca que se prolongará por diversas gerações e que será condicionada por múltiplos factores, geográficos, ecológico-ambientais, económicos, energéticos, tecnológicos, sociais e culturais, tanto de ordem local como de âmbito “nacional”, regional e internacional.

Muitos desses factores são, já hoje, facilmente identificáveis e terão de se inscrever nos “*planos de emergência socialistas*” relativamente às

cidades, tais como a ocupação de zonas impróprias para a construção (declives e áreas inundáveis); a escassez de zonas verdes urbanas; os movimentos pendulares, o tráfego e o estacionamento automóvel, o desinvestimento em transportes públicos de qualidade; a poluição atmosférica; a escassez de equipamentos sociais; a “guetização” dos diferentes grupos sociais (os “pobres” em bairros degradados e os “ricos” em condomínios fechados); a falta de emprego; a insegurança pública; economias urbanas insuficientes para a manutenção e qualificação das cidades e as suas infraestruturas; a má distribuição de actividades industriais e logísticas elevando os riscos (incêndio, transporte e manipulação de matérias perigosas, conflitos funcionais entre as zonas de habitação e outras actividades, etc.); as problemáticas do abastecimento energético, dos resíduos sólidos, do abastecimento e consumo de água e do tratamento de efluentes; a escassez de habitação condigna de muitas famílias, por um lado, e, por outro, a política capitalista de endividamento das famílias na aquisição de habitação própria, de que resulta a sua prolongada escravização à dívida e a sua fixação a um local determinado, reproduzindo noutro plano a antiga “vinculação medieval à terra” e retirando flexibilidade e liberdade nas escolhas de vida dos cidadãos, etc.

Outros factores que influirão extraordinariamente na configuração das cidades e na distribuição territorial da população e que não são ainda inteiramente perceptíveis, decorrem da envergadura que venha a verificar a crise energética baseada no petróleo, designadamente nos modelos de transporte e na necessidade de aumentar as produções locais em desfavor do transporte de mercadorias a longas distâncias, da optimização socialista de todos os recursos naturais dos territórios sob a influência das cidades, incluindo as fontes alternativas de energia e os sistemas energéticos descentralizados, da reestruturação socialista das actividades produtivas e logísticas a elas associadas, do impacto das TIC nas actividades produtivas e de serviços e na vida social, possibilitando a desconcentração dos locais de trabalho e a diminuição do transporte físico de elementos de informação e coordenação, os requisitos territoriais e funcionais das futuras comunidades socialistas, etc.

Não é, por isso, fácil antever com suficiente segurança o perfil futuro, socialista, de muitas cidades que serão herdadas do capitalismo sob forte *stress* em resultado da dominação privada sobre o território. Até porque essa reconfiguração será objecto de um profundo e constante debate democrático por toda a sociedade.

No entanto, empiricamente, não será difícil prever uma gradual redução da envergadura de muitas das actuais mega-cidades ou “metrópoles” em favor de uma mais equilibrada distribuição territorial da população, designadamente de muitas zonas dotadas de recursos e potenciais económicos hoje submetidas a processos de “desertificação” humana e

social por serem consideradas “desinteressantes” pelo capitalismo orientado para o máximo lucro.

Igualmente não será difícil prever a continuação da concentração de núcleos populacionais exíguos, insuficientemente dotados de diversificação e complexidade, numa vasta rede de centros urbanos de média dimensão capazes de assegurar uma diversificação adequada de actividades que satisfaçam a maior parte das necessidades sociais correntes.

Os processos territoriais e de reestruturação urbana, pela magnitude dos recursos que envolvem e os impactos sociais que suscitam, são processos dinâmicos inter-geracionais. Eles comportam também importantes aspectos e contributos de ordem cultural, não só quanto à preservação da memória e de muitas realizações civilizacionais do passado, mas também como testemunhos das dinâmicas culturais em cada momento.

A abordagem territorial socialista não será, por isso, reduzida a meras perspectivas economicistas ou funcionalistas, comportando sempre componentes culturais e ambientais da maior relevância.

CAPÍTULO 14

Socialismo: a reintegração de todas as “dimensões”

Como referido no início da Parte III *Socialismo – Projecto de Sociedade*, as diversas dimensões do Socialismo, Política, Económica, Social, Cultural e Ambiental/Natural, não são desagregáveis. Constituem uma unidade em que todos os componentes são interdependentes e se condicionam mutuamente.

As condições de cada país actualmente existente são as mais diversas, geográfica e territorialmente, quanto aos recursos naturais e condições ecológicas, à população, ao estágio de desenvolvimento, ao percurso histórico e à cultura.

Em cada um deles, cada uma das dimensões acima referidas revela-se de forma única, pelo que qualquer tentativa que aqui seja feita de as abordar de forma integrada só poderá valer enquanto *ilustração* genérica.

Essas diferenças são ainda acentuadas pelo facto de também as sociedades humanas se encontrarem abrangidas pelas “leis” das teorias da complexidade, sujeitas, por isso, a que o “bater das asas de uma borboleta” algures, poder desencadear, inopinadamente, fenómenos de desestabilização e de profunda e “caótica” reestruturação num âmbito nacional aparentemente não conectado.

Feitas todas estas ressalvas, procurar-se-á de seguida “exercitar” uma das possibilidades de como as diversas dimensões do Socialismo se poderão revelar na sua interdependência no decurso de um processo revolucionário imaginário.

Em qualquer uma das fases desse processo, desde a fase pré-revolucionária até ao “socialismo desenvolvido”, todas as “dimensões” do Socialismo têm de estar presentes e “andar a par” na luta, colocando sucessivamente novos objectivos consoante os prévios sejam alcançados e as condições concretas verificadas.

- *Luta política*, pela Democracia ou para o seu aperfeiçoamento no sentido da Democracia Radical e Integral;
- *Luta económica*, desde as fases primárias de luta pelo emprego, pela liberdade sindical, pelo controlo de gestão e a participação democrática nas empresas, pelo desenvolvimento da economia social e solidária, contra a exploração, até à gestão das unidades produtivas e da produção no seu conjunto pelas comunidades socio-produtivas socialistas e as suas estruturas de integração de alto nível;

- *Luta social*, desde as fases de resistência elementar pela aquisição, respeito e ampliação dos direitos individuais, colectivos e sociais dos Cidadãos, pelo reforço das comunidades, pela saúde, a habitação, a segurança, a Justiça, até à gestão integrada das comunidades socialistas livres;
- *Luta cultural*, desde a resistência e afirmação cultural, pela democratização e livre acesso ao conhecimento humanístico, técnico e científico, as actividades desportivas populares, pela promoção artística e a criatividade, pela ideologia socialista, contra o patriarcalismo, o racismo e a xenofobia e todas as formas de discriminação, pela desalienação, até aos momentos mais elevados da cultura socialista libertária, integral e criativa;
- *Luta territorial, ecológica e ambiental*, desde as reivindicações pela recuperação dos terrenos comunais, pelo acesso a terrenos urbanos apropriados para a habitação popular, pela defesa do espaço público urbano, por uma gestão urbana democrática e participada, pela expropriação dos latifúndios, pela nacionalização da terra, contra todas as formas de poluição, pela defesa de reservas naturais, até à plena reconciliação da actividade humana com toda a biosfera e os ciclos naturais do planeta.

Se bem que todas as “dimensões” sejam igualmente essenciais, cada uma delas revestir-se-á de maior relevância e prioridade em diferentes fases do processo revolucionário.

Conquista e Consolidação do Poder Político – Democracia Radical

Assim, desde antes da tomada ou participação no Poder Político, até à consolidação desse Poder, caracterizada pela implantação da Democracia Radical ao nível das comunidades socio-territoriais e do Estado (incluindo as Forças Armadas, e o sistema judicial), todas as demais “frentes” de luta deverão focar-se, subordinar-se e serem contributivas para esse objectivo central: a conquista e a consolidação do Poder Político, isto é, a participação hegemónica nos órgãos do Poder e a subsequente apropriação do Poder directamente pelas comunidades.

Durante esse período, na “*frente*” *Cultural* o domínio mais relevante é o da Ideologia, da luta ideológica em todos os escalões da sociedade mas, muito principalmente, no domínio do Estado e dos modelos de gestão social, de modo a afirmar os princípios da democracia radical em todos os níveis e sectores da sociedade onde haja condições para tal, tanto nos espaços políticos onde a Revolução seja hegemónica como nos espaços ainda sob a influência burguesa. No campo revolucionário, haverá que combater a tendência inerente à velha cultura capitalista da apropriação pessoal ou de grupo dos instrumentos do Poder (especialmente enquanto

subsistirem estruturas “representativas”), iludir a prestação de contas e procurar a auto perpetuação no exercício de funções de decisão política.

Logo que existam condições políticas para o efeito, haverá que se promover uma intensa ofensiva no domínio da democratização do Conhecimento, de modo a tornar este livre e acessível às camadas populares e à juventude num quadro de formação integral, cívica, humanística, técnica e científica e criativa virada para o trabalho socialmente útil.

Ainda na frente cultural, é imprescindível que as forças revolucionárias desenvolvam instrumentos eficientes de informação pública próprios, de comunicação social, que lhes permitam fazer uma barreira informativa à desinformação e à manipulação ideológica burguesa e, ainda, que submetam os instrumentos burgueses de comunicação social a códigos de ética e de responsabilidade social que, sem por em causa a liberdade de opinião contraditória, contribuam para o enriquecimento informativo e opinativo da sociedade no seu conjunto.

Na “frente” social, a prioridade é a superação dos deficits sociais mais graves, especialmente nos domínios do combate à pobreza, da saúde, da habitação, da segurança pública, da promoção da igualdade e dos “direitos humanos” de modo a reforçar a estabilidade geral da sociedade e a fortalecer a base de apoio social e político da Revolução.

Na “frente” económica, a estratégia revolucionária deverá apontar para duas linhas de acção:

- a primeira consiste em potenciar as capacidades produtivas sociais fora do controlo directo do grande capital nacional e internacional, como sejam a capacidade económica do Estado, incluindo a imediata nacionalização dos recursos naturais, a economia social e comunitária, a aptidão dos trabalhadores para administrar eficientemente actividades produtivas e os potenciais produtivos de pequenos e médios empresários privados e camponeses virados para o mercado interno, designadamente no domínio alimentar.
- a segunda consiste em subtrair, na máxima extensão possível, a capacidade da grande burguesia nacional e internacional os seus principais instrumentos de desestabilização, chantagem e sabotagem nos planos financeiro, do comércio externo, energético, alimentar, de comunicações e transportes.

A desestabilização e a sabotagem económica constituem o principal instrumento da burguesia reaccionária para perturbar a quotidianidade da população, para impedir os mecanismos de redistribuição orientados para a superação dos deficits sociais básicos e para minar a confiança das massas populares na Revolução.

Por isso, em muitas situações, designadamente quando o património produtivo público (estatal) e social é escasso, a Revolução ver-se-á obrigada, logo durante o processo de consolidação democrática, a aplicar vultuosas energias na nacionalização e reestruturação dos principais meios de produção, do sistema financeiro, das indústrias e serviços básicos e das grandes propriedades agrárias, de modo a assegurar o mínimo de segurança financeira, energética, alimentar e de comunicações e transportes.

Esta é a fase mais perigosa e difícil da batalha pelo Socialismo, aquela em que a grande burguesia mostra mais declaradamente a sua natureza anti-democrática e na qual coloca todas as suas forças e meios (nacionais e internacionais), incluindo as tentativas de “golpe de Estado” para travar o processo da democracia radical e integral e desencadear a maior violência repressiva contra as forças democráticas e populares.

É uma fase onde a nova Cultura Socialista não se encontra ainda suficientemente consolidada no seio das grandes massas, tornando-as susceptíveis de vacilar perante a propaganda, a violência, a chantagem e a corrupção burguesas.

Nesta fase da luta revolucionária a grande burguesia utilizará todos os meios, desde a provocação política e informativa, à sabotagem, à intimidação e aos atentados violentos para obrigar as forças revolucionárias a “negociar” na plataforma burguesa ou a reagir de modo desproporcionado ou fora do quadro da legalidade democrática, procurando assim desencadear campanhas de desestabilização e insegurança, tornar instáveis e ganhar as “classes médias” e alguns sectores marginais para a contra-revolução.

O “esquerdismo”, apoiado em retórica hiper-revolucionária, utilizando o espírito “revoltado” e oportunista de alguns sectores, revela-se, nesse período, com um instrumento ao serviço da contra-revolução burguesa.

Se os revolucionários se iludirem quanto à natureza anti-democrática e opressiva da burguesia poderão colocar o projecto de reorganização socialista da sociedade em graves perigos e criarão condições para o desencadeamento da violência em grande escala.

A burguesia só não desencadeará, em qualquer fase do processo, a mais feroz violência reaccionária se não tiver os meios suficientes para o fazer, tanto no plano nacional como internacional, ou se avaliar que, por essa acção, os seus custos poderão ser muito superiores aos eventuais proveitos. Contudo, mesmo neste caso, nunca se tratará de uma “rendição ao jogo democrático” mas sim um compasso de espera até sentir fragilidades internas à Revolução que constituam uma nova oportunidade para recuperar as posições perdidas no domínio político.

Estas considerações servem para justificar a necessidade de, em muitos casos, a revolução socialista ter de ser realizada em “marcha acelerada”, fazendo justapor em simultaneidade, a revolução política democrática com uma demolidora ofensiva expropriadora da burguesia na esfera económica, o que iria exigir tremendos esforços de reorganização social e produtiva, muitas vezes em condições internacionais muito difíceis. Os casos da Revolução Russa de 1917 e da Revolução Cubana de 1959 são exemplos dessas situações.

Contudo, os socialistas, conscientes embora do carácter anti-democrático e violento da burguesia, sobejamente demonstrado ao longo da história, nunca deverão desistir da possibilidade de conduzirem processos revolucionários pacíficos e de evitar rupturas dramáticas nos planos social e económico.

O caso presente da Venezuela, onde ocorre um processo revolucionário democrático e pacífico de orientação socialista e onde, no fundamental, os interesses meramente económicos da burguesia não foram afectados (excepto na distribuição da “renda” do petróleo), mostra bem, pelas tentativas já realizadas de derrubar o sistema democrático, a validade das observações acima expostas. Neste caso, onde as forças revolucionárias têm priorizado as componentes política (de implantação da democracia radical) e social (de resolução dos deficits sociais acumulados), o poder revolucionário tem contado com os poderosos recursos do petróleo para consolidar essas duas dimensões do Socialismo antes de se lançar na efectivação da Democracia Integral, de efectiva subordinação do “poder económico” ao poder político, a numa profunda reestruturação socialista da esfera produtiva.

Estados que não possuam esse tipo de “almofada de riqueza” ou não possam contar com apoios internacionalistas terão, eventualmente, para defender o avanço do processo de democratização radical da sociedade, de mais rapidamente expropriar a burguesia das suas fontes de rendimentos a fim de, numa primeira fase os poder canalizar para a resolução dos problemas e carências sociais e, simultaneamente, promover um desenvolvimento económico acelerado e planeado, baseado na mobilização do factor humano (como força produtiva principal) e no máximo aproveitamento de todos os potenciais dos meios de produção existentes (terra, unidades de produção, tecnologia, etc.).

Nesta fase do processo revolucionário é extremamente importante um grande dinamismo e espírito de iniciativa legislativa no sentido da transformação do Estado de Direito burguês em Estado de Direito revolucionário, de modo a assegurar as condições de uma transição pacífica para o Socialismo e a inibir as acções subversivas da contra-revolução.

A Economia ao serviço da sociedade – Democracia Integral

Supondo, no entanto, que a força das circunstâncias não tivesse acelerado o processo na esfera económica e que teria sido possível consolidar suficientemente os principais traços da democracia radical na esfera política, o centro de gravidade da acção revolucionária deverá passar para a "*dimensão económica*", de modo a submeter o poder económico burguês à soberania popular, consolidar a base produtiva do país e a acelerar o desenvolvimento das forças produtivas.

Nesta fase é imprescindível que a sociedade, através do novo Estado revolucionário, se aproprie dos sectores básicos e estratégicos da actividade produtiva, designadamente do sistema financeiro, dos sistemas energético, de comunicações e de transportes, de toda a terra (rural e urbana), do sistema nacional de Conhecimento, do comércio externo, das indústrias básicas e de uma série de unidades estratégicas em cada ramo ou sector da produção material e dos serviços, de modo a assegurar as condições de um planeamento racional (e, naturalmente, democrático) à escala nacional e a orientar os recursos de acumulação para os sectores e actividades estratégicas e prioritárias.

No quadro de um sistema produtivo submetido ao poder democrático do povo, à Democracia Integral, e durante um longo período de tempo, enquanto não sejam criadas alternativas sociais mais válidas numa série de actividades de que a sociedade necessita, muitas unidades económicas capitalistas prosseguirão a sua actividade, a favor da sociedade e recompensando devidamente os seus promotores.

Por isso, no Socialismo, no quadro de um sistema produtivo hegemonicamente Socialista, subsistirá um vasto sector de economia capitalista disperso por diversos ramos da produção de bens e serviços, o qual se extinguirá (ou não) consoante as vantagens que democraticamente lhe sejam reconhecidas relativamente a outras formas de organização e gestão produtiva.

Qualquer pressa em extinguir (ou "abolir") as actividades capitalistas no seio do Socialismo revelar-se-á, por certo, económica e socialmente, um erro.

Na transição para o Socialismo, poderá ser da maior relevância e interesse revolucionário o apoio a muitas pequenas e médias empresas hoje atreladas e dependentes do capital financeiro internacional e das trans e multinacionais, as quais poderão ser reconvertidas para produções viradas para as necessidades internas do país e, eventualmente, para os novos mercados externos da Revolução, em condições de "comércio justo". Neste quadro, ao Socialismo interessa todo esse sector de PME privadas e, a este, poderá interessar o Socialismo.

No decurso deste período é fundamental promover uma profunda revolução cultural no âmbito da cultura produtiva e institucional, bem como no âmbito dos valores fundamentais da nova sociedade. Milhares ou milhões de cidadãos vão ter de ser chamados, pela primeira vez, a lidar com a gestão económica e técnico-operativa e, por certo, se revelarão no seio das massas, para além de uma grande ignorância técnico-científica, os traços da velha cultura capitalista da apropriação, do oportunismo, do autoritarismo e do controleirismo burocrático, da vaidade, da irresponsabilidade, etc.

Descurar a revolução cultural e a aplicação rigorosa dos princípios da democracia radical durante esta fase da Revolução equivaleria à contaminação do sistema produtivo da nova sociedade pelos vícios do capitalismo e, em última instância, à substituição de uns "patrões" por outros.

Terminada esta fase em que o poder soberano do povo se estendeu aos domínios político, judicial, militar, económico e de comunicação, poder-se-á dizer que ficou concluído o período da conquista do Poder e que a Revolução poderá passar para a fase da construção da nova sociedade.

Reestruturação geral da esfera produtiva e do consumo, Revolução Social e Cultural

A fase seguinte da Revolução, a da revolução propriamente dita (sim, porque a conquista do Poder, sendo embora essencial, constitui uma ínfima parte da Revolução) caracteriza-se pelo seu carácter integral, abrangendo todos os domínios da vida da sociedade: produtivo, social, cultural e territorial/ambiental. No entanto, no seu período inicial, deverá ser dada uma especial prioridade à reestruturação económica.

Só uma esfera produtiva de bens e serviços em grande desenvolvimento poderá libertar e disponibilizar recursos humanos, materiais e técnico-científicos suficientes para acorrer à completa liquidação dos deficits sociais, às necessidades fundamentais da população para uma vida digna, e à rápida elevação de todos os padrões sociais e culturais da sociedade, bem como à superação dos deficits ecológico-ambientais.

Por essa razão a reestruturação do sistema produtivo no sentido da máxima libertação de forças produtivas deverá, nesse período, constituir o foco da actividade transformadora da sociedade.

Essa reestruturação não será possível se não for acompanhada por profundas transformações nos planos social e cultural que lhe deverão dar suporte.

A reestruturação da esfera económica em direcção ao Socialismo é uma tarefa de uma magnitude extraordinária que se prolongará durante um largo período de tempo. Ela será tanto mais rápida quanto *a cultura da*

gestão racional e eficiente dos recursos naturais e sociais seja apropriada por todo o povo, deixando de ser um património exclusivo da pequena minoria burguesa ou profissional que, sob o capitalismo, a procurava exercer para exclusivo interesse próprio.

Compreende-se então que a reestruturação socialista do sistema produtivo será muito difícil se não for acompanhada de uma profunda revolução cultural, teórica e prática, nos domínios da ciência, da técnica e da gestão, social e ambientalmente responsável, abrangendo as grandes massas populares e, em primeiro lugar, os trabalhadores.

Mas não será só nos domínios acima referidos que a Revolução Cultural terá de avançar. A consciência revolucionária, a partir da qual o sentido de autonomia, a orientação para o trabalho, a responsabilidade e a iniciativa substituem, em diversos estratos, as tendências para a dependência, o parasitismo, a indisciplina e a irresponsabilidade pessoal e a passividade, constitui um factor de primeira grandeza não só na reestruturação radical das actividades produtivas da sociedade como da transformação global desta em todos os domínios.

Um aspecto da nova cultura socialista imprescindível ao dimensionamento e reorganização do sistema produtivo consiste na nova cultura de consumo, isto é, na implantação de uma cultura de consumo óptimo e responsável, sem a qual a sociedade continuará a imprimir tensões consumistas e de desperdício de recursos, com fortes impactos na estrutura dos sectores produtivos e nas políticas de desenvolvimento dos meios de produção.

Também a reorganização dos sistemas de direcção/administração das unidades produtivas, dos seus conglomerados socio-territoriais e das suas cadeias por ramo ou sector, não se poderão desenvolver nem reunir de forma óptima todas as componentes necessárias ao seu desenvolvimento, sem que, ao mesmo tempo, se desenvolvam as novas Comunidades Socialistas, designadamente as socio-territoriais, as socio-produtivas, e as universitárias e de investigação.

Atrasos neste domínio, da reorganização social baseada nas Comunidades Socialistas, resultarão em atrasos estratégicos na desmontagem democrática do antigo Estado "representativo" e burocrático e à continuidade de sistemas de direcção económica centralizados, com todas as consequências negativas que daí poderão decorrer.

Nesse período, terão igualmente de ser tomadas medidas de forte impacto no domínio territorial e ambiental, sem as quais prevalecerão as disfuncionalidades quanto à distribuição das actividades produtivas sobre o território, com reflexos na complexidade logística e nos consumos de energia, na mobilidade dos cidadãos e dos factores de produção.

Medidas nesse mesmo âmbito, territorial e ambiental, terão de ser igualmente tomadas relativas à melhoria das condições de habitação das populações e do ambiente urbano das cidades, com fortes impactos sociais.

É também nesse período que se terão de enformar os novos instrumentos de administração estratégica do sistema produtivo, designadamente quanto ao relacionamento internacional (fluxos financeiros e comerciais, complementaridades e sistemas de cooperação, desenvolvimento tecnológico, etc.) e quanto ao sistema de planeamento económico nacional.

Esta fase do processo revolucionário poderá demorar muitas décadas, dependendo das condições prevaletentes no cenário internacional, podendo decorrer de modo mais favorável e rápido em condições de paz e de contínua fragilização das forças imperialistas.

No seu termo, o sistema produtivo deverá estar em condições de satisfazer as necessidades materiais de toda a sociedade num quadro de consumo óptimo e responsável.

Sociedade Cultural e Integrada no Ambiente Natural

Terminada essa fase, caracterizada pela concretização da Democracia Integral à escala de toda a sociedade, quando a "Política" e a "Economia" já estão em curso de se "dissolverem" no complexo das Relações Sociais, na Cultura Social e Produtiva da nova sociedade, *inicia-se uma nova fase caracterizada pela "centralidade" das questões culturais e ambientais-naturais.*

Esta fase corresponde à da Sociedade do Conhecimento, ou melhor à Sociedade Cultural, na qual se realiza plenamente a Cooperação entre Seres Humanos Livres que buscam a plena harmonia e mútuo benefício com toda a biosfera e com as condições planetárias da sua subsistência.

Não será, por certo, o "fim da História". Novos problemas e novos desígnios se colocarão.

Neste capítulo, apresentado embora de modo esquemático e simplificado, sem entrar em consideração com toda a vastidão de possibilidades que decorrem das dinâmicas de sistemas complexos, procurou-se *ilustrar* como as diversas "dimensões" do Socialismo são permanentemente inseparáveis e como se condicionam reciprocamente.

CAPÍTULO 15

O Partido do Povo e da Revolução Socialista

Configurado em linhas gerais o Projecto de Sociedade Socialista e referidos sucintamente os principais aspectos do processo revolucionário que o concretizará, terá de ser abordada a questão de *quem* o deverá impulsionar.

O agente dessa transformação social será o Povo e contará como opositor a grande burguesia, nacional e internacional.

Manter a dominação mundial e as condições de exploração socioeconómica à escala global é o objectivo central, estratégico, da grande burguesia.

Conseguir a sua libertação e construir uma sociedade orientada para a Felicidade Humana constitui o objectivo estratégico do Povo.

Contudo, esse processo de luta e de transformação social não se processará de modo espontâneo.

Cada um dos dois blocos sociais contará com uma qualquer forma de organização através da qual se definirão as estratégias, as tácticas e os planos operacionais de acção, as formas de organização, a afectação dos recursos e a condução das correspondentes actividades tendo em vista manter ou conquistar o Poder.

Essas organizações ou sistemas organizacionais, a que chamaremos *Partidos*, poderão ser estruturas complexas, formais ou informais, legais, *de facto* ou clandestinas, com diferentes níveis de integração ou de autonomia entre os seus diversos componentes, funcionando de modo centralizado ou descentralizado, mas sempre de forma sistémica e continuada.

a) O Partido da Burguesia

O *Partido da Burguesia* foi constituído logo quando esta classe se tornou politicamente dominante no seio de cada país; desembaraçou-se das anteriores alianças revolucionárias com o Povo e aliou-se estreitamente com a velha aristocracia medieval assimilando esta à nova classe dirigente.

Se bem que do Partido da Burguesia se tenha estruturado inicialmente no âmbito de cada país, cedo se veio a constituir na sua dimensão internacional e mundial. O Congresso de Viena de 1815 foi, porventura,

o seu primeiro grande acto fundador, através da aliança internacional dos diversos grupos burgueses pela divisão colonial do resto do mundo.

Também desde muito cedo os principais grupos da grande burguesia evidenciaram a tendência para o estabelecimento de uma ordem hierárquica entre si, procurando cada um dos principais grupos nacionais sobrepor-se aos restantes através da guerra.

Havendo despojos com fartura para repartir, como as colónias, “pátios traseiros” e outros recursos, a burguesia pode criar mecanismos de “democracia orgânica”, isto é, de democracia entre burgueses para chegar a um qualquer acordo. Porém, em situações de “recursos escassos” o único método de resolução de conflitos de interesses que a grande burguesia conhece é a guerra. Os séculos XIX e XX, com as suas guerras imperialistas, foram a mais cabal demonstração deste facto, o qual tende a prolongar-se pelo presente século.

Constitui um erro frequente endereçar a democracia a uma característica intrínseca da burguesia. A única democracia que, de facto, a burguesia considera e à qual dá um valor relativo, é a democracia censitária, na qual participavam somente os grupos sociais possuidores de propriedade/meios de produção.

Assim, o Partido da Burguesia, constitui-se como uma constelação de estruturas internacionais e nacionais em rede (partidos políticos, organizações económicas, sociais, informativas e ideológicas) que asseguram entre si a convergência de acções, centrados no objectivo de assegurar o monopólio do Poder à escala global e, à escala de cada país, o mais completo domínio dos aparelhos do Estado pela respectiva classe.

O Partido da Burguesia é, simultaneamente nacionalista e internacionalista, isto é, ao mesmo tempo que permite a revelação de interesses antagónicos entre os diversos grupos nacionais de burgueses, estabelece um elo de solidariedade global entre todos os grupos burgueses na luta pela manutenção do domínio dos povos e dos recursos mundiais.

O *Partido da Burguesia* funciona “em rede” e conta, normalmente, como braços executivos, centralizados e eficazes, tanto as suas próprias estruturas de poder económico, ideológico e de comunicação, como os aparelhos dos Estados e todas as suas ferramentas de acção, incluindo os corpos legislativos, repressivos e judiciais.

Na realidade, mesmo que o *Partido da Burguesia* integre vários partidos políticos formais com designações diferenciadas (*Democrático, Republicano, Liberal, Cristão, Social-Democrata* e, até mesmo, *Popular ou Socialista*), o que sempre tem funcionado são as ligações íntimas entre esses partidos e as associações empresariais e ideológicas

burguesas com os mais diversos departamentos do aparelho do Estado, tendo em vista a concretização dos seus objectivos.

b) O Partido do Povo e da Revolução Socialista

Por outro lado, o *Partido do Povo e da Revolução Socialista* encontra-se ainda em vias de formação pelo que não foi ainda possível contrapor ao bloco burguês e imperialista um bloco popular mais poderoso e eficiente.

O processo da constituição desse Partido tem acompanhado o próprio processo da luta; ele tem sido construído em plena marcha de combate desde que as massas populares, com o Proletariado à cabeça, iniciou a formulação da sua consciência social e política, a meados do século XIX.

O primeiro segmento popular a adquirir essa consciência foi o Proletariado, com relevo para a classe operária, dadas as suas condições de exploração e a forma como se organizava laboralmente e nos bairros que habitava.

Surgiram, em consequência, os primeiros partidos proletários que polarizavam à sua volta as lutas das classes oprimidas e que passaram a intervir na vida política de modo autónomo ou em apoio às manifestações mais progressistas das sociedades de então.

A história dos movimentos operários e socialistas do século XIX e princípios do século XX foi, por isso, a história de uma luta de guerrilhas mal preparadas, fragmentadas mas solidárias (a I e II Internacionais), constantemente submetida a perseguições e actos de repressão da maior violência.

A luta pela democracia e o desenvolvimento social que tem ocorrido em todos os países tem sido uma luta extremamente desigual na qual um dos lados, o da burguesia aliada às aristocracias reaccionárias, sempre tem disposto de todos os recursos “de facto” e institucionais, ocupa a “cidadela” e todo o terreno da vida social, e a outra parte, popular, começou por contar exclusivamente com a sua consciência e determinação.

Para fazer frente a todo potencial de acção burguesa, os *Partidos do Proletariado* tiveram, historicamente, de encontrar formas de organização e de luta muito centralizadas, hierarquizadas e flexíveis que lhe permitissem não só assegurar o sincronismo e a acutilância das suas acções, mas também condições de defesa relativamente à repressão burguesa e à situação de ilegalidade em que esta o manteve durante larguíssimos períodos na maior parte dos países “centrais” e ainda o mantém em muitos países do mundo.

Foi Lenine quem primeiro percebeu que o partido do proletariado teria de ultrapassar a fase dos “bandos” desarticulados e voluntaristas que eram objecto de sucessivas “razias” repressivas e estruturar-se segundo um modelo “militar”, dotado de direcção central, de férrea disciplina operacional e medidas de protecção e defesa dos seus recursos estratégicos, coesionado e instruído por um corpo de revolucionários profissionais.

Surgiu assim o “*partido de novo tipo*”, “leninista”, dotado simultaneamente de grande estabilidade estratégica, flexibilidade tática e eficiência operacional, cujo modelo alcançou um extraordinário êxito político da Rússia e que veio a inspirar grande parte do movimento proletário em todo o mundo e os movimentos de libertação nacional dos países colonizados.

De acordo com esse modelo de partido, todas as formas de luta, “legais” ou “ilegais” foram incorporadas na “caixa de ferramentas” do proletariado pela sua libertação, com excepção do terrorismo, o qual foi drasticamente combatido e caracterizado como anti-revolucionário.

Privilegiando essencialmente as lutas de massas, não só do proletariado mas de todas as classes e sectores sociais oprimidos pelo grande capital, valorizou a participação revolucionária nas estruturas do Estado burguês, incluindo os parlamentos e as estruturas repressivas, sem descurar do direito de o proletariado se dotar, autonomamente, da sua própria capacidade militar.

Esse partido procurou conciliar no seu modelo de organização e funcionamento dois princípios essenciais: a *democracia radical* que projectava a sociedade futura e a *eficiência de acção*.

Nas condições do seu tempo estes dois princípios combinavam-se numa fórmula que se designou por *centralismo democrático*.

A história do século XX, designadamente até à década de 1970, é, essencialmente, a história do confronto entre a grande burguesia internacional contra o “partido de novo tipo” e a mais cabal demonstração da superioridade deste enquanto instrumento de libertação do proletariado e dos povos oprimidos, com reflexos na correlação de forças entre os dois blocos sociais à escala de todo o planeta.

Contudo, no campo do proletariado havia-se verificado uma fractura entre os defensores do “partido de novo tipo”, de hegemonia operária, e aqueles que entendiam o processo histórico como uma lenta evolução, sem roturas e “saltos” qualitativos, privilegiando a participação do proletariado e de outras camadas sociais desfavorecidas nos órgãos do Estado burguês, o gradual aumento da educação das massas populares e adopção de reformas favoráveis a estas, sem por em causa o capitalismo

hegemónico. Os primeiros adoptaram a designação de *comunistas* e os segundos, compartilhando embora a mesma base marxista de análise da sociedade, mas com um carácter “pluriclassista”, mantiveram a designação de *social-democratas*, a designação original de todo o movimento proletário.

Estas divisões reflectiram-se, no plano da articulação internacional, na constituição em 1919 da III Internacional (Comunista), a qual perdurou até 1943, e na chamada Internacional Trabalhista e Socialista, de inspiração social-democrata, que funcionou entre 1923 e 1940 e que veio a ser substituída, em 1951, pela Internacional Socialista.

Essa fractura foi ainda acentuada como resultado tanto da emergência das perversões políticas verificadas nos países do “socialismo real” como dos êxitos alcançados nos países europeus centrais pela social-democracia no âmbito da melhoria geral das condições de vida desses povos e, especialmente, dos trabalhadores, no quadro do “Estado-social”.

A “revolução cultural” das décadas de 1960-70, fundamentalmente anti-hierárquica e anti-belicista, começou a evidenciar que as novas gerações cultivadas, ao mesmo tempo que recusavam o imperialismo e todas as suas perversões, recusavam igualmente a “arregimentação” militarizada que os partidos revolucionários tinham para lhes oferecer. Caracterizou-se, por isso, pela sua frontalidade anti-imperialista e anti-belicista e pelo seu espírito ecológico e libertário.

O Capitalismo tirou dela alguns proveitos, especialmente pela rápida assimilação dessa enorme capacidade contestatária e criativa no processo de reorganização da produção e da gestão empresarial, no quadro da revolução científica e tecnológica; o campo do proletariado, olhou-a com simpatia pela sua vertente pacifista mas com elevada desconfiança na vertente libertária.

A partir daí, os partidos populares, tanto nas suas versões comunista como social-democrática, começaram a perder o pé relativamente às dinâmicas sociais e económicas, a não entender as alterações que se iam verificando na estrutura do próprio proletariado e nas condições subjectivas das grandes massas, passando a viver, auto-centrados em si próprios (passe a redundância), numa realidade virtual.

Com a derrocada da URSS, para além da “vingança” da grande burguesia, procurando demonstrar que, afinal, a Natureza (ou Deus) tinha feito o Mundo para ser Capitalista, o bloco social-democrata proclamou a vitória absoluta das suas concepções, sem perceber que a derrota dos comunistas era a condição da sua própria derrota. A social-democracia esquecera-se do conhecido poema de Brecht:

*Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro*

*Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário*

*Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável*

*Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho o meu emprego
Também não me importei*

*Agora estão-me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.*

Perante o tsunami neoliberal, muitos dos destacamentos do proletariado que se invocavam do comunismo libertaram-se rapidamente desse epíteto para melhor se acomodarem à nova situação. Pelo seu lado, muitos outros sociais-democratas (muitas vezes chamados socialistas) derivaram, para se manterem na “área do poder”, para uma cumplicidade mórbida com o que de pior existe no Capitalismo e no Imperialismo.

Outros comunistas, procurando embora mostrar que não se “renderam”, mantiveram a designação e as convicções leninistas mas acomodaram-se às virtudes do sistema parlamentar representativo, actuando na prática como os partidos burgueses e isolando-se, por isso, das massas.

Tem-se assistido, pois, no geral, a um processo de extrema fragmentação e desorientação ideológica, próprio dos períodos de recuo, que levou o movimento proletário e popular a uma situação organizacional parecida à do final do século XIX, porém agora cheio de feridas e ressentimentos entre os seus diversos componentes.

Tal estado de coisas não corresponde às necessidades da luta das massas populares, cada dia mais submetidas às consequências da “exploração do sucesso” pelo capitalismo e a grande burguesia, dando lugar ao aparecimento dos mais diversos grupos fragmentados de acção e a espontâneas manifestações de resistência e combate.

Poder-se-á, pois, concluir que, tendo-se reforçado a necessidade de uma luta global, sistemática e eficiente pela transformação da sociedade, os velhos instrumentos organizacionais populares perderam a sua utilidade, obrigando a repensar, globalmente, tanto as formas organizacionais como os métodos de acção.

Em primeiro lugar, haverá que se considerar que a situação estratégica de hoje não é a mesma do final do século XIX. Salvo em alguns países periféricos, os movimentos proletário e popular, se bem que fragmentados, já não se encontram na clandestinidade, já se encontram solidamente instalados em todo o território social e tomaram posições no quadro da institucionalidade burguesa, a democracia representativa assente no sufrágio universal encontra-se implantada em grande parte do mundo, bem como todo um conjunto de liberdades e direitos que foram arduamente recuperados. Como resultado das alterações verificadas na produção, nas estruturas de classe de cada sociedade nacional e da concentração e centralização do capital, muitas outras camadas sociais, do campesinato às classes médias urbanas, manifestam uma forte disposição de luta contra os poderes oligárquicos e pelo Socialismo que, antes, só caracterizava o proletariado. O nível de literacia e de consciência social, universal e ecológica das populações é elevado. A rejeição da guerra e da violência como meio de resolução de conflitos tornou-se hegemónica na consciência das grandes massas. A correlação de forças é extraordinariamente mais favorável às massas populares e ao proletariado do que então.

Em segundo lugar, os métodos dirigistas e vanguardistas que proporcionaram enormes êxitos nos períodos transactos, nem são mais eficazes nem são mais aceites. Os cidadãos em geral e os indivíduos com consciência revolucionária querem participar amplamente nos processos de decisão dos assuntos do seu interesse. Desejam ter autonomia e espaço de iniciativa, não aceitam mais “verdades” petrificadas que julgam de forma estandizada a enorme complexidade social. Pelo contrário, estão cada dia mais familiarizados com os métodos organizacionais em rede, altamente flexíveis e aptos para gerar respostas personalizadas e criativas a cada situação.

O mundo encontra-se hoje muito mais integrado do que no passado. Não só economicamente mas também cultural e informacionalmente. Situações críticas localizadas despertam hoje amplos movimentos internacionais de opinião e de acção que condicionam a gestão burguesa da sociedade.

Estarão, pois, criadas as condições gerais para proceder a uma profunda revisão da estratégia, das táticas e dos métodos de organização e de acção do **Partido do Povo e da Revolução Socialista** na sua luta contra a dominação burguesa na sociedade e nas instituições.

É evidente que o mundo não é homogéneo, que as situações prevalentes em muitos países ou conjuntos regionais de países não são as mesmas. Os problemas e os estádios de desenvolvimento são diferenciados, bem como a cultura e as estruturas sociais. Por isso, não há soluções únicas.

Casos haverá em que uma perspectiva leninista de organização constituiria um aporte importante e positivo para a condução das lutas populares, designadamente quando se trate de conquistar os direitos democráticos e individuais elementares; em outros casos, conseguir regimes parlamentares burgueses constituiria um salto evolucionário progressista; em países e conjuntos menos periféricos, haverá que inventar modos de organizar e actuar que possibilitem ultrapassar os limites, não só do velho hierarquismo, das tendências estatistas e de posturas rotineiras e pouco motivadoras, como do mero eleitoralismo e da caduca democracia representativa, dependente da hegemonia burguesa, e forçar o passo para uma democracia participativa e permanentemente interpeladora, transparente e ética, no sentido da democracia radical.

Assiste-se hoje por todo o mundo a tendência para a multiplicação de movimentos e estruturas de intervenção política popular “alternativas” aos partidos tradicionais e à sua convergência pontual em grandes movimentos de massas aglutinados à volta de personalidades a quem é reconhecida confiança e capacidade de liderança.

A expressão mais significativa desse fenómeno tem ocorrido na América Latina, reflectindo-se na eleição presidencial de uma série de dirigentes populares e patrióticos com posições anti-imperialistas. Este facto positivo não ilude, porém, a questão fundamental das formas e métodos de organização política que impulse a revolução no sentido do Socialismo, a qual continua, hoje ainda, a não ter resposta adequada.

Antes de avançar com algumas sugestões nesse sentido, haverá que proceder a algumas reflexões prévias:

O micro e o macro

Tal como a forma “mercadoria” encerra em si todo um conjunto de relações sociais próprias do capitalismo e o genoma incorpora a arquitectura de um organismo vivo, assim as características fundamentais das organizações políticas determinam o modelo de sociedade que serão capazes de construir.

Do mesmo modo que um partido hierarquizado do tipo leninista só poderá gerar uma sociedade à sua imagem e semelhança, também um partido que não passa os estreitos limites de “máquina eleitoral” poderá algum dia construir uma sociedade mais desenvolvida e lúcida que a mera e caduca “democracia representativa” reprodutora dos mecanismos de apropriação.

A forma corresponde ao conteúdo.

Os problemas da revolução soviética não nasceram do partido leninista, reconhecido pela expressão da democracia radical popular (os soviets

ou conselhos) como seu estado-maior e núcleo de direcção central. Essa combinação genial de democracia radical e de eficiência de acção constituiu o “segredo” tanto para a conquista do poder pelas massas populares como para industrializar de modo acelerado o país e fazer frente à ofensiva imperialista e nazista.

Como é que a URSS poderia ter ultrapassado aquelas provações com outro tipo de partido senão aquele? Só um partido que despertasse a iniciativa e o entusiasmo das massas populares e que, simultaneamente, assegurasse a mais firme unidade de direcção defensiva e ofensiva, poderia ter mobilizado e concentrado todas as energias sociais, das crianças aos idosos, da produção material às artes, numa única direcção, a defesa da pátria e a derrota dos genocidas.

“O” problema poderá ter começado quando, por incapacidade teórica ou perversão política, derivadas da persistência da *cultura capitalista* de apropriação, o princípio do centralismo, muito útil nas fases anteriores de emergência social e de defesa, se sobrepôs de forma esmagadora ao princípio da democracia radical, privando a sociedade e o próprio partido, na nova fase da revolução, da dinâmica participativa e das capacidades criativas das massas populares em direcção ao auto-governo social.

Por outro lado, que tipo de sociedade haverá a esperar de um partido social-democrata que se constitua unicamente como “máquina eleitoral”, desprovido de militância social e de funções pedagógicas no domínio político-ideológico?

Que tipo de sociedade poderá resultar de um partido que, abandonando a sua actividade mobilizadora das massas pela sua libertação, se limite a ser uma agência de emprego para os seus mais ilustres militantes, que dependa dos financiamentos burgueses para manter clientelas e fazer campanhas eleitorais?

Certamente que não mais do que a reprodução desses mesmos vícios à escala de toda a sociedade.

Em consequência, o novo *Partido do Povo*, que melhor corresponderá às necessidades do futuro, pelo menos nas sociedades mais desenvolvidas - onde a democracia se encontra consolidada e o nível cultural dos cidadãos é relativamente elevado - tem de reflectir, no seu modelo organizacional e métodos de acção, a sociedade que se propõe construir.

Esse partido deverá, por si, permitir antecipar o futuro; só assim poderá ganhar a adesão massiva dos cidadãos.

A luta pelas “Verdades”

Um dos erros mais frequentes em muitos estudiosos sociais e, também, nos revolucionários, é o da absolutização da “última descoberta” (ou daquela que ainda não passou os testes da vida) e a negação de tudo o que anteriormente foi experimentado e que, por qualquer razão, veio a “falhar” em algum aspecto.

Passa-se este fenómeno em todas as ciências sociais, desde a sociologia, à economia, etc. “Mata-se” um para abraçar o próximo que “descobriu” ou valorizou algum aspecto novo da matéria. É como se houvesse que condenar o taylorismo em favor da “teoria dos sistemas”, condenar Lenine e santificar Gramsci (que deu belos contributos teóricos mas, infelizmente, porque preso e doente, não teve a oportunidade de concretizar), etc., como se estas ciências não fossem elas próprias evolutivas, sujeitas, por isso, a novas perspectivas que não negam a validade de conhecimentos e experiências anteriores, no seu tempo e no seu espaço.

No âmbito da Física, muito mais rigorosa, não consta que Einstein tenha condenado Newton...

Se esta questão epistemológica for resolvida, se for entendido que todas as contribuições, teóricas e experienciais, tiveram cabimento no longo processo de formação da consciência humanista e revolucionária e na formulação das sucessivas propostas de acção em direcção ao Socialismo, então o *Partido do Povo* poderá vir a reflectir uma “Verdade” muito mais abrangente e uma Proposta de Sociedade mais de acordo com as aspirações e necessidades do nosso tempo.

Não constituem património da Humanidade e não deverão transitar para a nova sociedade a construir

- as contribuições liberais pela liberdade individual e os direitos humanos?
- a ética republicana e o caminho reformista, democrático e pluriclassista que caracterizaram os sociais-democratas?
- a ousadia, o atrevimento, a firmeza e a abnegação revolucionária dos comunistas de todos os matizes?
- o libertarismo anti-estatista dos anarquistas?
- tantas outras contribuições libertadoras de diversas proveniências e âmbitos, religiosos, ecologistas, feministas, pacifistas, etc.?

Afinal, todas elas constituem perspectivas diferentes e apropriadas de uma mesma e única realidade, a sociedade humana em evolução, constituindo, todas elas, contributos essenciais para o seu desenvolvimento futuro.

As Tarefas da Revolução e os Modos de Organização Partidária

Um Partido constitui um *organismo social* vivo que procura a realização dos seus fins num determinado contexto social e cultural.

Como qualquer organismo biológico que sofre mutações adaptativas ao longo de milhares ou milhões de anos, também os organismos sociais sofrem um processo similar de adaptações e transformações em função do seu estado cultural de partida, do seu *Projecto* ou Ideologia e do estado de avanço em que se encontre no decurso da sua realização.

Por isso, as formas organizacionais (ou o metabolismo) têm de ser dinâmicas ao longo do tempo; caso contrário, os organismos tendem a petrificar-se, a definhar e a extinguir-se.

Enquanto nos organismos biológicos essas mutações se verificam ao nível do ADN, nos organismos sociais elas processam-se ao nível da Cultura.

No processo de desenvolvimento do Partido do Povo, a partir dos primeiros partidos proletários, especialmente operários, da época da industrialização, qual a Cultura que vai enformar esses partidos?

Sem dúvida que a cultura operária da fábrica, da sua organização do trabalho cooperativo e hierarquizado; daí a ideia do partido como uma "máquina", com as respectivas "correias de transmissão" e as suas "rodas dentadas".

Que "modelo de sociedade" poderá daí resultar? Sem dúvida que uma "grande fábrica"! ... a União Soviética como uma grande empresa, com muitas fábricas e oficinas (os seus ministérios e organizações sociais)...com um planeamento "fabril" e uma organização do trabalho taylorista, com o centralismo democrático partidário aplicado a toda a sociedade e, porque não?, a todos os partidos proletários e a todo o mundo...

Se se juntar a *cultura fabril* com a *atitude religiosa* dominante nas sociedades de então (e de hoje, dada a tendência para a reprodução dos modelos), facilmente se compreenderá como o "marxismo-leninismo" se veio a converter de um poderoso e vivo método de análise social e um guia flexível para a acção revolucionária, numa espécie de religião petrificada, com todos os ingredientes que lhe correspondem, desde os livros sagrados, os fiéis e infiéis, a intolerância, os sacerdotes, bispos e papas, sem faltarem os "santos", os mártires e os relicários.

Tudo isso foi um *erro*? Não, não foi, foi antes o reflexo de um estado cultural e uma grandiosa e ousada tentativa, parcialmente conseguida, de fazer uma sociedade humana muito melhor, orientada para a Felicidade das grandes maiorias.

Para além das limitações culturais já referidas, qual era a base conceptual dos homens desse tempo para formularem um *Projecto* de

Sociedade Socialista? Marx e Engels pouco haviam deixado sobre o assunto; portanto, a partir de algumas ideias gerais só restava o caminho de “inventar”, e foi o que fizeram!

À luz do que sabemos hoje, poder-se-á tirar lições e ... continuar a inventar sobre o que é, no fundamental, o tema deste livro.

Assim, sendo o paradigma deste tempo as *redes* e não a estrita ordem hierárquica vertical, por um lado, e, por outro, havendo mais possibilidades de antecipar a configuração da Sociedade do Futuro pretendida (o que se procurou aqui fazer), poderá ser mais fácil formular uma ideia do tipo de Partido que poderá impulsionar, daqui para a frente, o processo revolucionário de transformação da sociedade.

Porém, não é só a Revolução Soviética e as suas filiadas que deverão ser objecto de análise crítica.

Atente-se igualmente em outros modelos organizacionais já experimentados como, por exemplo, os dos partidos sociais-democratas e dos partidos de tradição leninista que se transformaram em partidos de massas no quadro da democracia representativa.

Os primeiros, constituíram-se em partidos meramente eleitoralistas dependentes do capital financeiro no seio dos quais algumas tendências se organizam em função dos critérios de “repartição do bolo”, isto é, da forma de obter vantagens para os seus membros e respectivas clientelas a partir da gestão dos aparelhos dos Estados e dos negócios privados que deles decorrem. Sem qualquer debate ou vida democrática interna e desligados das massas populares, actuam como uma rede de clientelas sob a supervisão do chefe do partido que estiver de turno. Os seus candidatos a cargos electivos do poder político são, no geral, “políticos profissionais”, como em qualquer partido de quadros leninista, com méritos desconhecidos das massas populares e têm a notoriedade pública que os órgãos de comunicação burgueses lhes facultarem. Estes partidos funcionam geralmente como conglomerados de grupos de interesses, como qualquer partido burguês, exercendo a maior “protecção sanitária” contra as vozes independentes e insubmissas.

Proclamando-se embora muito democráticos, não se diferenciam em nada, no tipo de funcionamento, do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no seu período decadente, isto é, mimetizam as liturgias das *nomenklaturas*.

A maior parte dos partidos de massas que se mantiveram na “tradição leninista” funcionam igualmente como o PCUS decadente (centralismo e pseudo-democracia orgânica), mantendo embora alguma ligação com as massas populares através de algumas organizações sociais, designadamente sindicais. No entanto, em vez de utilizarem as plataformas institucionais que influenciam para a transformação social,

no quadro da “revolução permanente”, adaptaram-se ao parlamentarismo burguês em representação de algumas camadas sociais mais flageladas pelo capital e pelas políticas governamentais ao seu serviço, aguardando passivamente o surgimento espontâneo de uma qualquer “crise revolucionária”.

Todos esses tipos de partidos manifestam uma profunda desconfiança relativamente a movimentos sociais e populares autónomos, procurando desmobilizá-los, comprá-los (os sociais-democratas) ou cavalgá-los (os comunistas), no sentido de os absorver para as respectivas “ordens estabelecidas”.

Desta situação resulta uma enorme fragilidade organizacional do Partido do Povo, ao contrário da crescente predisposição das massas populares em lutar contra a dominação e o empobrecimento, evidenciando a caducidade das formas organizacionais tradicionais e a necessidade de um modelo organizativo novo.

A maior parte dos cidadãos não se revê nos partidos tradicionais, nas suas estratégias e formas de fazer política.

Para além de não mostrarem qualquer tipo de abertura à correcção de vícios e à inovação, os ressentimentos mútuos que foram desenvolvendo com o tempo não facilita qualquer forma de convergência ou de entendimento entre si para a formação de uma grande frente popular de combate, tanto ao nível internacional como no plano nacional.

Em consequência, algo terá de surgir de novo a partir de um conceito de *partido-movimento*, pluralista e revolucionário, cuja função primordial será a máxima reunificação dos movimentos sociais à volta de um programa mínimo de aprofundamento democrático, de reconstrução comunitária, de luta pela paz, pela defesa do meio ambiente e pela criação de condições financeiras gerais para o desenvolvimento dos povos, passando pela reformatação geral e controlo democrático do sistema financeiro internacional.

Fundando-se nos métodos da democracia radical e defendendo-os intransigentemente, esse Novo Partido do Povo a funcionar em rede, terá que desenvolver, de baixo para cima, os necessários nós de articulação que lhe confirmem eficiência de acção, tanto na resistência como na ofensiva estratégica.

Só através dos métodos da democracia radical será possível criar instituições de coordenação e lideranças suficientemente legitimadas para serem aceites de modo amplo, para assegurar unidade e sincronismo de acção, assim como para permitir a iniciativa popular desconcentrada, flexível e contundente, num quadro de permanente prestação de contas e responsabilização.

A luta contra a grande burguesia imperialista e os seus capatazes nacionais tem de ser levada a efeito em todas as frentes, em todos os lugares e instituições sociais e de modo permanente, numa estratégia simultaneamente de “guerrilha” e de assalto frontal.

Passar da fase de recuo e da defensiva desestruturada para a ofensiva estratégica dos Povos. Esta é a necessidade, a urgência e a possibilidade.

Constituindo o Projecto de Sociedade Socialista um projecto profundamente humanista e libertário, radicalmente democrático pluralista, pacífico e universalista, haverá todas as condições para mobilizar a grande maioria da população da Terra pela sua construção.

c) Por Um Novo Partido do Povo e da Revolução Socialista:

Seguindo o princípio enunciado na alínea “*O micro e o macro*”, a concepção do Novo Partido do Povo terá de reflectir o Projecto de Sociedade Socialista que se pretende construir, designadamente no capítulo referente à “*Dimensão Social*”.

Em primeiro lugar, o Novo Partido do Povo deverá ter um carácter Universal e unir todos os cidadãos do mundo à volta das ideias mestras que enformam o Projecto de Sociedade Socialista que aqui genericamente se tentou descrever.

Sem que, no plano global, os Povos apresentem um bloco unido capaz de fazer frente ao bloco imperialista burguês, a iniciativa estratégica pertencerá sempre a este e nenhuma das suas principais “praças fortes” – o belicismo e a total independência e impunidade do capital financeiro – será posta em causa.

Em segundo lugar, deverá organizar-se, em todos os planos de actuação, segundo os princípios federativos, em redes livres de cooperação de geometria variável.

Ao nível universal, numa Confederação Mundial dos Povos, dotada de uma estrutura integradora (*Congresso Universal dos Povos*), de um *Conselho Moral Universal* e de *Conferências Temáticas Permanentes* (Direitos Humanos e Participação Democrática, Desenvolvimento Económico e Social Sustentáveis, Natureza e Humanidade, Cultura e Potencial Humano, Paz e Desarmamento, Reforma Radical do Sistema Financeiro Internacional, etc...).

Cada *Secção Nacional* deverá organizar-se igualmente segundo os princípios federativos reunindo todas as Comunidades Sócio-Territoriais, por Motivos de Interesse e Sócio-Produtivas já constituídas ou que venham a constituir-se, dotadas, todas elas, de autonomia de decisão,

as quais deverão constituir as redes de articulação que entendam necessárias para a prossecução dos fins próprios e gerais.

As estruturas integradoras deverão ser os *Congressos Populares*, aos níveis municipal, regional e nacional e segundo os ramos e fileiras de produção.

As Secções Nacionais do Partido deverão contar com as Conferências Temáticas que mais se ajustem à sua realidade concreta.

Em terceiro lugar, o Novo Partido deverá funcionar de acordo com os princípios da *Democracia Radical*, com todas as suas consequências, e promover a sua adopção de modo extensivo a todas as estruturas sociais, económicas e políticas onde possa exercer a sua influência.

Em quarto lugar, o Novo Partido deverá ser caracterizado pela *Unidade de Acção*, isto é, por métodos de trabalho que assegurem a Eficiência e a Solidariedade entre todos os componentes tendo em vista a derrota do Partido da Burguesia e o início da construção, desde já, de acordo com todas as possibilidades existentes, da nova sociedade.

De acordo com este princípio, todas as organizações populares existentes, de carácter político, social, cultural e produtivo, etc., deverão canalizar para o Novo Partido todos os seus recursos, jurídico-legais, logísticos, militância, etc., susceptíveis de contribuir para a formulação de candidaturas radicalmente democráticas do partido a todo o tipo de actos eleitorais relativos ao exercício do poder político.

Os partidos políticos populares e outros grupos de reflexão político-ideológica que decidam filiar-se no Novo Partido do Povo deverão instituir-se como centros de debate ideológico e cultural tendo por base a afirmação das correspondentes convicções e a defesa do pluralismo libertador, tanto no seio do Partido como na sociedade.

Em quinto lugar, o Novo Partido do Povo deverá acolher, em situações e países em que os valores humanos universais e os princípios mínimos da democracia representativa estejam comprometidos, *outras formas de organização política popular* testadas no passado, se necessário centralizadas e clandestinas, com vista à implantação desses valores e princípios nas correspondentes sociedades nacionais.

Em outras situações, em que a revolução socialista, democrática e pacífica, esteja a ser acossada por operações subversivas contra-revolucionárias, o Partido poderá adoptar formas mistas de organização que lhe permitam atender simultaneamente às tarefas da “revolução permanente” de transformação social e às tarefas de defesa da revolução.

Em sexto lugar, o Novo Partido do Povo e todas os seus componentes deverão estabelecer *objectivos e programas de acção política adequados*

a cada situação e âmbito concretos, comprometendo-se a agir na mais perfeita sincronia, coordenação e acutilância tanto à escala nacional, no prosseguimento das orientações revolucionárias aí definidas, como à escala universal em defesa da Paz e na rejeição de actos de guerra entre quaisquer países, pelo desarmamento mundial, contra todas as formas de controlo burguês dos dados pessoais e das actividades dos cidadãos, designadamente por meios electrónicos e de cruzamento de informação, pela defesa do meio ambiente planetário, pelo controlo internacional democrático do capital financeiro internacional e pela criação de condições financeiras para o desenvolvimento de todos os povos do mundo.

Em sétimo lugar, o Novo Partido do Povo, deverá dar uma atenção especial, directamente e através dos correspondentes meios sociais, à disseminação da consciência democrática entre todos os agentes dos serviços de segurança, repressivos e militares de todos os países, tendo em vista ganhá-los para a causa da democracia e da libertação popular e para a recusa da sua utilização como meios de opressão e dominação.

CONCLUSÃO

Socialismo: a unificação do pensamento humanista e a única e urgente alternativa

Pelo que acima foi exposto, o Socialismo constitui a única alternativa para evitar o Colapso da actual civilização humana e a única possibilidade de permitir que a “colónia” humana sobre o planeta continue a expandir-se numericamente até aos limites suportáveis pelos equilíbrios e ciclos naturais,

Os perigos que impendem sobre a Humanidade são graves e de resolução urgente, todos eles apontando, na persistência da hegemonia capitalista, para um colapso humanitário:

- nos países pobres: pobreza extrema resultante tanto da dinâmica de desigualdade social do capitalismo como da devastação ecológica que esse modelo predador provoca, conflitos sociais, fomes, doenças, mortes massivas, refugiados, Estados falidos e guerras, nos respectivos territórios e expandindo-se;
- nos países periféricos do capitalismo: escassez energética generalizada, altas de preços de produtos combustíveis e alimentares, decadência dos sistemas de saúde, educação e previdência social, conflitos sociais agudos, degradação e ruína urbana, conjunturas revolucionárias;
- no âmbito global: desordem económica e financeira persistente, crises energética e alimentar, conflitos sociais agudos, rupturas institucionais e geo-estratégicas, corrida aos armamentos, crise democrática, guerra nuclear generalizada.

O Socialismo oferece a oportunidade para a realização plena dos ideais humanistas das mais diversas correntes do pensamento que deles se reivindicam:

- o pensamento liberal, assente na Liberdade e Soberania individual e que prossegue hoje a sua luta pelos direitos humanos;
- os pensamentos social-democrático, socialista, comunista e anarquista, que radicam na luta das classes trabalhadoras pela sua emancipação social e económica;
- todas as crenças religiosas que apelam à Felicidade e à Solidariedade humanas;
- os sentimentos patrióticos e comunitários de diversos matizes que reivindicam a auto-determinação das sociedades e a descentralização de poderes;

- os homens e mulheres da Cultura e do Conhecimento que consideram as Luzes do espírito como a fonte primária para a enformação social;
- os pacifistas que renegam qualquer forma de violência;
- os ecologistas que pugnam pelo respeito pela Natureza nas suas diversas manifestações;
- os profissionais da técnica e da gestão que se dedicam à descoberta e implantação dos processos e modelos tendentes à optimização do esforço humano na produção;
- os profissionais e voluntários das áreas da saúde e da acção social que se confrontam diariamente com os seres humanos desgastados física e espiritualmente e socialmente excluídos pela exploração e a dinâmica capitalistas;
- e, ainda, todos os micro, pequenos e médios camponeses e empresários submetidos à dominação do capital financeiro e das trans e multinacionais, que queiram trilhar o caminho do desenvolvimento proposto pelo proletariado, no qual continuarão, por várias gerações, a desempenhar um papel activo como líderes produtivos.

O Socialismo não é uma Utopia. Todos os ingredientes para a sua realização já se encontram presentes na sociedade actual:

- a convicção democrática dos povos e a crise da democracia representativa;
- o firme desejo de Liberdade e de Soberania individual que continua bem vivo dentro de cada um, como última trincheira de resistência à exploração e à dominação e como mola impulsora do espírito crítico e de iniciativa;
- um extraordinário potencial técnico-científico e de gestão de recursos a partir do qual será possível a satisfação das necessidades fundamentais de toda a Humanidade;
- uma forte consciência comunitária que, apesar de tudo, persiste e se consolida como "via de saída" dos graves problemas sociais actuais;
- uma Natureza bela e generosa, "disposta" a acolher harmoniosamente a Humanidade, a sua criação mais refinada, a sua própria auto-consciência;
- uma poderosa e diversificada infraestrutura Cultural, o Conhecimento e a experiência que todos os povos acumularam no decurso das suas longas epopeias pelo mundo.

Na luta pelo Socialismo, tal como aqui concebido e se procurou “ilustrar”, há duas urgências principais:

- Derrotar o belicismo, as ameaças e o uso da violência à escala internacional;
- Imprimir, no seio de todas as sociedades, dinâmicas sociais participativas de auto-organização social que criem as condições para a superação dos modelos políticos autoritários e “representativos”, no sentido da Democracia Radical.

Vencidas hegemonicamente estas duas Causas à escala mundial, o processo de reorganização das sociedades no sentido do Socialismo poderá ser muito mais rápido e fácil do que hoje, perante as adversidades presentes, se poderá antecipar.

Contudo, até se chegar lá, ainda a Humanidade no seu conjunto e muitos povos em particular, terão de passar por períodos de grande conflitualidade social e política, tanto maior quanto as consequências sociais e ambientais do Capitalismo decrépito se venham a agravar e quanto maior a resistência que os “acumuladores de capital” e os seus instrumentos de violência venham a oferecer à marcha da História.

O Socialismo, tornar-se-á hegemónico à escala mundial e constituirá uma nova forma de organização da sociedade humana, baseada na Paz, na Cooperação, na Liberdade e na Harmonia com a Natureza.

Os elementos culturais da civilização predadora, baseada na divisão da sociedade em classes, irão persistir durante várias gerações, mantendo acesa a luta no plano cultural.

No Socialismo, todas as questões pendentes herdadas do capitalismo, de ordem social, económica e territorial-ambiental poderão ser tratadas com serenidade, sem colisões dramáticas, de forma democrática e adaptativa.

A “*política*”, entendida como uma arena de confronto entre interesses antagónicos, dissipar-se-á na dinâmica das interacções sociais, na constante auto-reorganização dos nós de articulação social, em função das necessidades, na Cultura Social.

A “*economia*” perderá a sua importância como “*eminência parda*” da sociedade e transformar-se-á num dos domínios da actividade Cultural, a Cultura Produtiva.

Os cidadãos dedicar-se-ão, cada vez mais, aos restantes domínios da Cultura, à ideologia como antecipação do futuro, aos valores, ao conhecimento e à renovação simbólica.

O Socialismo será, por isso, essencialmente, uma Civilização Cultural.

O Socialismo representará *a forma de existência da Sociedade Humana Global*.

Assim o acreditamos e, por essa razão, tanto o defendemos e procuramos afirmar.

Epílogo

Fizemos, os leitores e o autor, uma longa mas rápida viagem sobre um território a que se poderá chamar **Socialismo**. Foi tão rápida que nela se confundiram imagens relativas à tomada do Poder, à transição, à plena marcha e ao “socialismo desenvolvido”.

Com essa viagem, com algum sabor a aventura, procurou-se dar alguma resposta à questão colocada por Immanuel Wallerstein reproduzida no início deste texto, a qual é compartilhada por muitos milhões de cidadãos em todos os continentes.

Poderemos não ter conseguido uma resposta tão satisfatória que leve esses muitos milhões e, para além deles, muitos outros, a desfazerem-se das suas dúvidas e indecisões e a abraçar resolutamente a luta pelo Socialismo.

Mas mesmo que tenha sido só mais um, já terá valido a pena.

Elogio da Dialéctica (*Bertold Brecht*)

*A injustiça avança hoje a passo firme.
Os tiranos fazem planos para dez mil anos.
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são.
Nenhuma voz além da dos que mandam.
E em todos os mercados proclama a exploração: isto é apenas o meu começo.*

*Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem:
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos.*

*Quem ainda está vivo nunca diga: nunca.
O que é seguro não é seguro.
As coisas não continuarão a ser como são.
Depois de falarem os dominantes
Falarão os dominados.
Quem pois ousa dizer: nunca?
De quem depende que a opressão prossiga? De nós.
De quem depende que ela acabe? Também de nós.
O que é esmagado, que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe ao que se chegou, que há aí que o retenha?
Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã.
E nunca será: ainda hoje.*

CRÍTICAS, SUGESTÕES E OUTRAS OBSERVAÇÕES

Sendo o presente livro um documento em aberto, susceptível de posteriores melhoramentos, o autor criou um endereço de e-mail próprio para o efeito, agradecendo desde já todas as contribuições:

socialismo.umprojectosociedade@gmail.com

REPRODUÇÃO

O presente livro pode ser reproduzido livremente de todas as formas, digitais ou impressas, sem prévia autorização do seu autor, com duas condições:

- 1ª – Não ser alterado no todo ou em partes, salvo para superar erros ortográficos.
- 2ª – Que das edições impressas e comercializadas seja dado conhecimento ao autor através do endereço de e-mail acima indicado.